



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

PESSOAS QUE LEMBRAM: lazeres nas memórias e histórias de moradores
de Serra Branca – PB (1940-1970)

FABIOLLA STELLA MARIS DE LEMOS FURTADO LEITE

Orientadora: Profa. Dra. Vilma de Lourdes Barbosa

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

**JOÃO PESSOA – PB
2012**

**PESSOAS QUE LEMBRAM: lazeres nas memórias e histórias de
moradores de Serra Branca-PB (1940-1970)**

FABIOLLA STELLA MARIS DE LEMOS FURTADO LEITE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Profa. Dra. Vilma de Lourdes Barbosa

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB
2012

L533p *Leite, Fabiolla Stella Maris de Lemos Furtado.*

*Pessoas que lembram: lazeres nas memórias e
histórias de moradores de Serra Branca-PB (1940-1970)*
*/ Fabiolla Stella Maris de Lemos Furtado Leite.-- João
Pessoa, 2012.*

202f. : il.

Orientadora: Vilma de Lourdes Barbosa

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

FABIOLLA STELLA MARIS DE LEMOS FURTADO LEITE

**PESSOAS QUE LEMBRAM: lazeres nas memórias e histórias de
moradores de Serra Branca-PB (1940-1970)**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vilma de Lurdes Barbosa

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora**

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa Souza

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo**

Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva

**Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno**

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Convidado**

Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Externo**

Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves

**Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno**

Aos cidadãos que viveram e contaram
essas histórias. Em especial, ao Sr.
Carlos Antônio Barros (*in memoriam*).

Abra os olhos e apure os ouvidos. É só prestar atenção. Ao pintor que, do alto da escada, com seu gorro de jornal, vai colorir as paredes da casa. Ao padeiro que hoje se inspirou e fez pães em forma de dragão e tartaruga (*não passe indiferente pela vitrine*). Você testemunha grandes e pequenos episódios que estão acontecendo à sua volta. Um dia será chamado a contar também. Então verá que o tecido das vidas mais comuns é atravessado por um fio dourado: esse fio é a história.

Ecléa Bosi

AGRADECIMENTOS

Depois de tanto tempo lidando com memórias alheias, de ouvir diversas histórias de Serra Branca, agora me sinto um tanto confusa “diante” das imagens que se formam na minha memória. Agradecer aqui não é nada fácil porque tenho a impressão de que qualquer coisa que eu escreva não estará à altura dos que me acompanharam ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Além disso, o perigo do esquecimento ronda, e talvez me leve a algumas injustiças. Mas, como sabemos, a memória é seletiva e, caso eu esqueça alguém, me desculpo antecipadamente.

Gostaria de agradecer aquela que mantém meu equilíbrio, que me abraça no desespero e me faz sorrir na alegria: Terezinha Lemos Leite, mainha. Obrigada pela paciência, presença, apoio incondicional nos momentos mais difíceis e pelas explicações a respeito do funcionamento das festas de Padroeiros(as). A minha tia Vânia, segunda mãe, pelo amor e por cuidar por mim do meu bem mais valioso. Ao meu pai, Furtado, e ao meu irmão, Jeam, agradeço pelo estímulo e compreensão nas minhas longas ausências.

Agradeço a pessoa que me incentivou, me ajudou, me orientou, me ouviu, me questionou, me respeitou, me suportou, pacientemente, e me confortou ao longo desses mais de dois anos, só para registrar o tempo do mestrado. Vilma, você me acolheu como aluna, no seu ambiente/UFPB, no seu departamento/UFPB, na sua casa, na sua vida. Você é alguém em quem posso confiar, e as pessoas mais importantes para mim são aquelas em quem posso confiar. Você é uma querida amiga, uma profissional competente e comprometida, uma pessoa respeitável. Honestamente, neste momento acredito que as palavras dizem pouco. Mesmo assim, gostaria de agradecer por tudo!

Sou muito grata, também, aos meus familiares daqui de João Pessoa: aos meus tios Paulo e Graciana, por serem meus segundos pais; às primas Tainá e Paula; ao tão desejado “irmão mais novo”, Felipe, pela confiança e disposição, sempre me acompanhando nas saidinhas logo ali! Obrigada por todos os domingos que passei e passarei na companhia de vocês. Obrigada às minhas tias Valdevânia e Bebê; a Neta e “vô” Maro, que, em 2002, me receberam e cuidaram de mim com carinho no tempo todo em que fomos vizinhos. Ao tio Marcelo e Shirley por terem presenteado essa família com Mariana e Mário.

Aos sujeitos que concederam entrevistas: Antônio Apolinário, Carlos Antônio Barros (*in memoriam*), Geruza Mamede Lima, João Lôpo e Araújo, Luiz Gonçalves, Luís Gonzaga de Holanda, Margarida Antonino da Silva, Maria de Lourdes G. de Lima, Maria de Lourdes

R. de Freitas, Maria Santina, Paulo Alcântara Lima, Rita Rangel e Severino dos Ramos. Obrigada pelos momentos incríveis de aprendizagem e contato com o passado e as experiências que viveram. Ouvir vocês foi um grande prazer!

Recentemente, estive lendo, mais uma vez, um livro de contos para crianças e adolescentes e fiquei pensando nos meus amigos. Cada conto fala de um personagem que emerge como extraordinário para o leitor porque a autora constrói as narrativas de modo que, pelos gestos mais corriqueiros e sutis, eles se tornem realmente extraordinários. Penso que meus amigos são assim, como esses personagens. É difícil e necessário agradecê-los. Eles têm habilidades invejáveis e, felizmente, estão entrelaçados no “fio dourado” da minha vida. Não posso ser indiferente a isso!

João Paulo é de uma objetividade, sinceridade e lealdade tocantes. Laércio e sua bela e conhecida criatividade... Obrigada por me fazerem rir, por me ajudarem a refletir sobre minha pesquisa e sobre o mundo em que vivemos, por terem me escutado e aconselhado sobre qualquer coisa nos últimos seis anos (perdão se a memória falhou na contagem!) e por me levarem para as saídas tão divertidas! Nereida, a companheira sensata e verdadeira, daquele tipo que mesmo ausente se faz lembrar, sobretudo pelos comentários lúcidos sobre os mais diversos temas: do jogo de sinuca às questões historiográficas!

Guanambi tem uma sensibilidade e se doa com um carinho que se faz porto seguro. Sempre! Obrigada! Arlene (Maga) é o tipo serena, sempre disposta a atender um pedido, obrigada por ter atendido aos meus em um momento tão importante e decisivo. Isabel que retornou e trouxe consigo a alegria e a agitação que sempre lhe foi característica. Obrigada por reanimar meu astral e me fazer esquecer os problemas.

Agradeço também aos queridos com quem intensifiquei companheirismo: Márcio, pelas conversas, sugestões e esclarecimentos sobre a política em Serra Branca; Sylvia, pelo seu sorriso e pelo contato com sua astúcia; João Batista, por me ensinar porque a humildade é uma das características mais respeitáveis de alguns (poucos!) seres humanos; Juliana, pelas lições de generosidade; e Vânia, pelo empréstimo dos textos e pela agradável companhia em várias andanças. E, também, aos que aparecem no meio do meu caminho: Germana, pelo apoio e incentivo nos momentos complicados e por ter me ensinado mais sobre mim mesma com a curta convivência que tivemos; Leonardo, pelo metodismo engraçado, pelo acolhimento, tantas vezes, em sua casa, pelo jeito expansivo que só agrega; e Carlinha, pelas agradáveis conversas historiográficas, ou não. Agradeço, ainda, a Walber, por me presentear

com José Lins do Rêgo, proporcionando-me algumas leituras nas madrugadas em que deveria estar escrevendo este texto. Tais leituras me davam fôlego para escrita!

E, ainda, à Cléa, Samanda, Patrícia, Paloma, Andrea, Karla, Georgina e Shermenia, obrigada pelo carinho, pela escuta, pelas experiências ao longo da vida, pela amizade de tanto tempo. Saudades! Muitas!

À Paulo Giovani, pela integridade, competência, por ter me apresentado Serra Branca e me levado a conhecer sua história e por ter participado da banca final, com uma leitura acurada e esclarecedora de diversos aspectos deste trabalho.

À Regina Célia, pela entrevista para um projeto que expandiu meus horizontes no campo da história e por ser um exemplo para os profissionais da nossa área.

Aos professores Antônio Clarindo e Severino Bezerra, pela leitura atenciosa e sugestões esclarecedoras que foram decisivas para o encaminhamento e conclusão deste trabalho. O primeiro, desde a qualificação, e o segundo, desde o seminário de dissertação, enriquecendo minhas reflexões e escrita.

À D. Estelita Antonino, verdadeira fonte fecunda de conhecimento sobre a história do município de Serra Branca, e ao Sr. Tagi, pelas ocasiões em que me acolheram com muito carinho em sua residência, sempre me apresentando anotações importantes para a pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História/UFPB e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudo que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

À Sérvio Túlio, Babau, Juarez Ribeiro e Jaci que me ajudaram, com prontidão, no contato com os moradores no município. A Juarez também pelas fotografias que me concedeu.

À Marcos Melo William e à Vanessa, pela ajuda na parte mais técnica do trabalho.

À Jucivan Araújo, meu professor da educação básica, pois tenho certeza que ele me conduziu ao curso de História.

Muito obrigada a cada um de vocês e busquemos não passar indiferentes às “vitrines” das nossas vidas.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar e analisar as memórias engendradas pelas experiências proporcionadas pelo lazer no município de Serra Branca na Paraíba, como as festas de Carnaval e da Padroeira – Nossa Senhora da Conceição; pelas programações culturais do antigo cinema denominado Cine Educativo e da Rádio Castelo Branco e pelos jogos de futebol dos times locais – Vasco da Gama e Flamengo. Compreendemos a memória como um importante meio de elaboração, divulgação e recepção de relações com o passado que nos permite estabelecer vínculos com a área de concentração deste programa de pós-graduação, qual seja, *História e Cultura Histórica*, e, mais especificamente, com a linha de pesquisa *Ensino de História e Saberes Históricos*. O recorte temporal – décadas de 1940 a 1970, foi definido considerando as relações complexas entre presente e passado, características da memória. A pertinência deste trabalho reside no fato de que busca contribuir junto às produções acerca das histórias locais, aqui delimitadas como história dos municípios, especificamente no caso da Paraíba. Objetivamos apreender as experiências vividas por alguns moradores de Serra Branca, avaliando a importância dessas experiências para a elaboração de uma história local delineada por um recorte cultural. Empreendemos reflexões sobre: história, memória, história local, práticas culturais, festas, lazer e experiência, através de um aporte teórico variado que nos habilitou a transitar entre teoria e análise das fontes produzidas, no caso dessas últimas, recorremos à metodologia da história oral, realizando entrevistas junto a moradores do município citado.

PALAVRAS CHAVE: História; Memória; Lazer; Serra Branca.

ABSTRACT

The objective of this work is to present and analyse the engendred memories of the proportionated experiences by the leisure in Serra Branca city in Paraíba, such as the carnival and Nossa Senhora's da Conceição Celebrations, by cultural programs in the old cinema called Educational Cine, by Radio Castelo Branco, by soccer games of the local teams- Vasco da Gama and Flamengo. We understand memory as an important means of development, dissemination and reception of relations with the past allows us to establish links with the area of concentration this program graduate, namely History and Historical Culture, and more specifically, with the line of research Teaching of History and Historical Knowledge. The temporal cut - decades of 1940 to 1970 has been defined considering the complex relations between present and past, characteristics of memory. The relevance of this work lies in fact that it seeks to contribute together with productions about local history, here delimited as history of cities, specifically in the Paraíba's case. Objectifying to apprehend the lived experiences for some locals from Serra Branca evaluating the importance of these experiences to elaboration of a local history designed by a cultural cut. Employing reflections about: history, memory, local history, cultural practices, celebrations , leisure and experience, through of a varied theoretical contribution , which enabled to transit between theory and analysis from the produced sources , in the case of these last, resorting to the methodology of oral history, performing interviews with residents from the cited Town.

KEYWORDS: History; Memory; Leisures; Serra Branca.

LISTA DE IMAGENS

	Pg
MAPAS	
01 Mapa rodoviário do Estado da Paraíba (Serra Branca em destaque)	14
02 Mapa de pontos de água de Serra Branca	14
FOTOS	Pg
01 Prédio onde aconteciam os bailes dos <i>Toureiros</i>	69
02 Prédio [1] que sediava o baile do <i>Não se incomode</i>	71
03 Prédio [2] que sediava o baile do <i>Não se incomode</i>	71
04 Grupo de sapateiros de Serra Branca	79
05 Imagem de Nossa Senhora da Conceição	85
06 Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	89
07 Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	94
08 Festa de Nossa Senhora da Conceição nos anos 1970	95
09 Rainha, no centro, e garçonetes na festa da Padroeira	104
10 Banda de Música de Serra Branca (1957)	106
11 Banda de música regida pelo maestro Artur Aprígio	107
12 Prédio do Cine Educativo	126
13 Antigo prédio do antigo Cine Educativo	127
14 Máquina utilizada para projeção do Cine Educativo	128
15 Antiga máquina de projeção de filmes do Cine Educativo	128
16 Rainha e princesa do <i>Rainha do Auditório</i>	153
17 Serra Branca Esporte Clube (década de 50)	165
18 Fachada do Estádio Municipal José Valter Carvalho	166
19 Comemoração pela conquista do Brasil do título de (1958)	167
20 Vasco da Gama de Serra Branca, (década de 1960)	170
21 Flamengo de Serra Branca	173
22 Fachada do Estádio Wamberto Torreão/Campo do Flamengo	174
23 Campo do Flamengo de Serra Branca	174
24 Estádio Municipal José Valter Carvalho Gomes	176
25 Antigo campo do Vasco de Serra Branca	176
26 Clube social do time de futebol Flamengo de Serra Branca	179
27 Área interna do Clube do Flamengo de Serra Branca	179
28 Clube social do time de futebol do Vasco da Gama de Serra Branca	180
29 Área interna do Clube do Vasco da Gama de Serra Branca	180
30 Times do Vasco da Gama e do Serra Branca Esporte Clube	187

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VI
RESUMO	IX
ABSTRACT	X
LISTA DE IMAGENS	XI
1. A MEMÓRIA E O LAZER NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA 13	
2. AS ALEGRIAS ENTRE RUAS E PAVILHÕES 49	
2.1 “Só brinca carnaval quem pode...”: os foliões dos <i>Toureiros e Não se Incomode</i> pelas ruas das memórias 56	
2.2 Lembranças de fé e diversão: o pavilhão da festa de Nossa Senhora da Conceição 87	
3. CINEMA, RÁDIO E FUTEBOL: OPÇÕES DE LAZER EM SERRA BRANCA 116	
3.1 Lazer para ver: o Cine Educativo 124	
3.2 Lazer para ouvir: a Voz Católica e a Rádio Castelo Branco 139	
3.3 Lazer para torcer: o futebol 160	
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 193	
5. REFERÊNCIAS 200	

1. A MEMÓRIA E O LAZER NOS CAMINHOS DA HISTÓRIA

Sempre é prazeroso para um pesquisador apresentar o percurso teórico, metodológico e os resultados do seu trabalho. Mesmo que sejam inesperados. É sempre bom chegar a algum lugar com o desenvolvimento de uma pesquisa. No entanto, muitas vezes, o processo e a trajetória assumidos ficam um tanto relegados diante das conclusões e do alívio do findar. Não temos dúvidas, porém, de que o processo que o pesquisador vivencia ao desenvolver um projeto é o elemento que enriquece sua formação. Desta forma, acreditamos que é bastante significativo expor os percursos seguidos, os problemas, recursos, impressões, impasses e surpresas, enfim, as marcas que impregnaram este trabalho. Isso também faz parte do aprender.

Ainda no período da graduação em História na UFPB, em 2007, nos envolvemos, inicialmente como voluntária (2007) e depois como bolsista (2008), com as atividades de um projeto intitulado *Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos*¹. Na ocasião, em 2007, o município onde suas atividades de pesquisa estavam sendo desenvolvidas era Serra Branca², por isso o título de *Resgate do Processo Histórico e Cultural do Município de Serra Branca-PB: História Local e Ensino de História*. Este último foi ofertado aos alunos da graduação pelo Programa de Extensão – PROBEX, da UFPB. No entanto, vale ressaltar que a equipe de professores³ que coordenava o projeto sempre nos orientou para o entendimento de que seu trabalho envolvia reflexões e práticas que englobam discussões acerca do ensino, da pesquisa e da extensão, ou seja, não restringindo as possibilidades que uma boa formação deve oferecer.

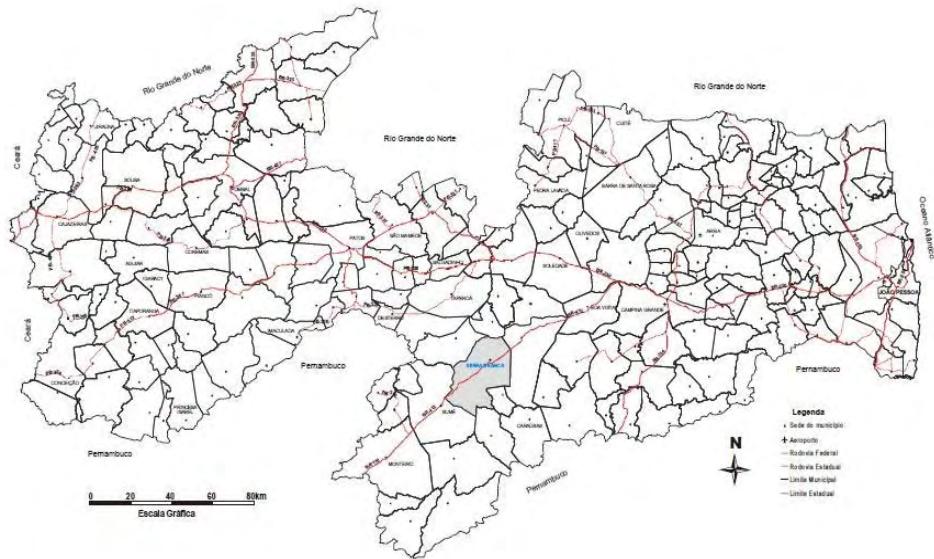
Conhecendo o espaço local...

¹ O Projeto Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos há mais de 20 anos empreende atividades que visam à elaboração de materiais didáticos para as escolas dos municípios paraibanos. Já foi desenvolvido nos municípios de Ingá, Pedras de Fogo, Conde, Cabedelo e Areia. Em Guarabira, Pirpirituba e Boqueirão sofreu interrupção devido a problemas relacionados a financiamento pelo poder público municipal.

² Serra Branca fica localizada na região do Cariri paraibano, a cerca de 240 km da capital do estado, João Pessoa.

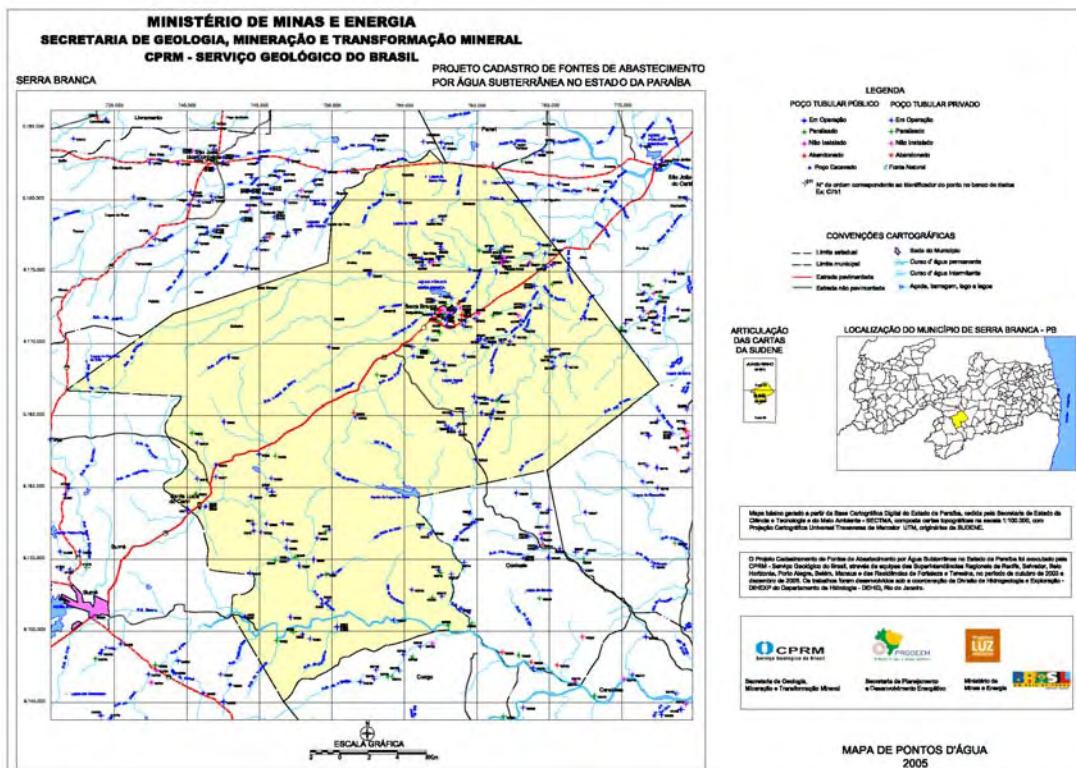
³ Os coordenadores eram oriundos do Departamento de Metodologia da Educação/Centro de Educação da UFPB – Vilma de Lourdes Barbosa; do Departamento de História/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB – Regina Célia Gonçalves e Paulo Giovani Antonino Nunes; e ainda contavam com o apoio de uma professora da rede pública estadual do Estado da Paraíba – Rossana Sorrentino Lianza. A criação do projeto ocorreu junto ao Instituto de Desenvolvimento Estadual e Municipal do Estado da Paraíba, vinculado a Secretaria de Planejamento (1988-1992), posteriormente passou a vincular-se ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR (1998-2005). A partir desta última data, ele está vinculado ao grupo de pesquisa *Saberes Históricos: Ensino de História, Historiografia, História da Educação e Patrimônios*, desenvolvido na linha de pesquisa *Ensino de História e Saberes Históricos* do PPGH/UFPB.

Mapa 01: Mapa rodoviário do Estado da Paraíba (Serra Branca em destaque)



Fonte: MASCARENHAS et al. (orgs.), 2005, p. 3.

MAPA 02: Pontos de água de Serra Branca



Fonte: MASCARENHAS et al. (orgs.), 2005, p. 2.

As etapas de desenvolvimento do projeto vão do levantamento de fontes⁴ e da pesquisa em diferentes acervos para selecionar e constituir um *corpus* documental, passando pelo processo de elaboração de fontes orais e visuais, à análise de todo o material adquirido e, por fim, à escrita de um livro didático de História direcionado para os professores do município integrantes das redes municipal e estadual de ensino.

Sendo assim, esclarecemos que por ocasião da pesquisa de campo do Projeto de História Local⁵ entramos em contato com moradores de Serra Branca para realizar entrevistas temáticas com o objetivo de produzir fontes para a história deste município⁶. O que nos chamou atenção foi o fato de que, com alguns moradores, o caminho traçado quase sempre extrapolou os temas previamente definidos, apesar da opção metodológica da equipe ter sido por entrevistas temáticas.

Lembramos que a participação nas entrevistas, o *fazê-las* mesmo, nos impressionou de um modo muito marcante. Produziram uma espécie de encantamento. No entanto, devido a problemas que envolviam financiamento⁷, o projeto teve seu andamento interrompido em Serra Branca, o que frustrou a todos os envolvidos – a equipe da UFPB e os bolsistas de Campina Grande e Serra Branca, e, sobretudo, a própria população local que tinha a expectativa da escrita, publicação e adoção do livro nas escolas – fazendo com que as análises das entrevistas para a escrita do livro didático fossem, portanto, adiadas. Vimos o tempo passar e as tentativas de retomar o projeto não lograram êxito. Resolvemos, então, voltar a ter

⁴ O levantamento de fontes para o projeto é feito nas Bibliotecas Central e Setoriais da UFPB, no Arquivo Histórico da Paraíba, localizado na Fundação Espaço Cultural José Lins do Rêgo, e no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP. No caso de Serra Branca, e como aconteceu em outros municípios onde o projeto atuou, a equipe contou com a participação de bolsistas e voluntários do município para consultar as bibliotecas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, os arquivos da Igreja e da Câmara Municipal de Serra Branca, e, ainda, alguns arquivos privados.

⁵ É dessa outra forma que o projeto é conhecido. Gostaríamos de elucidar que o termo história local tanto para o referido Projeto, quanto para este trabalho é empregado no sentido estrito de **história dos municípios**. Sabemos da dificuldade em definir o que é o *local* devido a uma série de perspectivas e de possibilidades que diferentes trabalhos apresentam como sendo recorte/história local. O nosso ponto de vista se apóia em autores como Neves (1997) e Barbosa (2005).

⁶ Foram realizadas 32 entrevistas, em maio e junho de 2008, em duas viagens ao município. No ano de 2009, em abril e outubro, foram feitas mais dois em Campina Grande e Sapé, respectivamente.

⁷ A questão do financiamento ocorreu da seguinte forma: de um lado, por integrar o programa de extensão, duas bolsas para alunos da graduação foram destinadas ao projeto por parte da UFPB, e, de outro, a Secretaria de Educação de Serra Branca que tinha que disponibilizar quatro bolsas (duas para alunos na UFCG e UEPB/Campina Grande respectivamente e, duas para professores da rede municipal de Serra Branca) e arcar com os custos das viagens da equipe. Entretanto, nem tudo que estava acordado foi cumprido. O pagamento das bolsas pela Secretaria foi interrompido e, consequentemente, o andamento do projeto também.

algum contato com aquele material no trabalho de conclusão de curso⁸, finalizado no primeiro semestre do ano de 2009.

No segundo semestre de 2009, nos inscrevemos para o processo seletivo do PPGH/UFPB, na área de concentração em *História e Cultura Histórica*, submetendo o projeto “Pessoas que Lembram: memórias e histórias de vida de moradores do município de Serra Branca-PB” à linha de pesquisa *Ensino de História e Saberes Históricos*, onde obtivemos aprovação em dezembro. Dois motivos, especialmente, nos levaram a essa escolha: o encantamento produzido pelo trabalho *com e da* memória e um sentimento de dívida para com o município de Serra Branca, especialmente em relação aqueles moradores que haviam concedido entrevistas à equipe do Projeto de História Local. Também pensamos, evidentemente, no fato de já possuirmos um material considerável para pesquisa⁹, inclusive arrolado no Guia de Fontes já mencionado, além da certeza de que a história dos municípios e o próprio Projeto de História Local são bastante significativos, pois nos alinhamos à perspectiva de Samuel (1990), para quem

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos [...]. Os materiais básicos do processo histórico devem ser constituídos de quaisquer materiais que estejam à disposição no local ou a estrutura não se manterá (p. 220).

Estudar a história local, portanto, requer a consideração de especificidades ou, em outras palavras, demanda que o pesquisador fique atento às articulações que podem, e devem, ser estabelecidas com uma realidade mais abrangente, como a nacional, por exemplo. É importante não tomarmos um município como um espaço desarticulado. Neves (1997) elenca e analisa as vicissitudes que marcaram uma produção tradicional acerca das histórias locais além da fragmentação dos espaços, a saber, o localismo/bairrismo (ou supervvalorização do município), o personalismo (as elites como únicos sujeitos históricos) e a folclorização (criação de tipos locais). Essas características teriam a função de anular prováveis conflitos existentes no interior da realidade local.

⁸ LEITE, Fabiola Stella Maris de Lemos Furtado. *Em defesa da história local: guia de fontes para a história de Serra Branca*. 2009. 55p. Monografia (Licenciatura Plena em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba.

⁹ Referimo-nos aos materiais coletados e produzidos pelo Projeto de História Local que se encontram, atualmente, no NDIHR, na UFPB.

Nesta perspectiva a nossa pesquisa compõe mais um trabalho desenvolvido junto ao PPGH/UFPB que busca na memória elementos para apreender uma determinada cultura histórica¹⁰, esta pensada como reflexões e práticas que tem o passado como referência e que abrange uma vasta produção sobre ele. Sendo assim, a cultura histórica engloba a produção da cultura historiográfica – a dos historiadores. Nesta direção, nos ancoramos em Gomes (2007), para compreendermos a relação expressa entre elas

No que se refere às relações entre cultura história e historiografia, o aspecto mais evidente é o da amplitude do primeiro conceito, que vai além da historiografia definida como a história dos historiadores, de sua obra e da disciplina. Tal constatação tem como desdobramento importante o fato de assinalar que os historiadores de ofício não detêm o monopólio do processo de constituição e propagação de uma cultura histórica, atuando interativamente com outros agentes que não são homens de seu métier (p. 48).

É nesta perspectiva que acreditamos que a memória se configura como imprescindível canal para compreendermos a elaboração, a conservação, a reprodução, a transmissão, ou mesmo o esquecimento de outras produções concorrentes de cultura/as histórica/as. Assim, tentamos apreender elementos de uma cultura histórica local em Serra Branca que se pauta nas experiências proporcionadas aos seus moradores pelos lazeres entre as décadas de 1940 e 1970 do século passado.

Sobre a memória...

Pois o homem é o único animal que se constrói pela lembrança, pela recordação e pela “saudade”, e se “desconstrói” pelo esquecimento e pelo modo ativo com que consegue deixar de lembrar.

Roberto DaMatta. *O que faz o Brasil, Brasil?*

Um motivo que nos levou a tratar da memória, que não podemos deixar de mencionar, foram duas leituras sem as quais, muito provavelmente, não teríamos pensado nesta pesquisa: *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, de Bosi (2007), e *Augusto e Lea: um caso de (des)amor em tempos modernos*, de Meihy (2006). As duas obras nos causaram grande impacto pelas questões que levantam, pela sensibilidade dos seus autores na abordagem dos

¹⁰ Para ver as dissertações defendidas junto ao PPGH/UFPB que se concentraram em reflexões sobre a memória como fonte e/ou objeto de estudo para o conhecimento histórico, de diferentes perspectivas, visitar a página do programa: www.cchla.ufpb.br/ppgh/.

entrevistados e dos temas, e pela elaboração textual na forma agradável da escrita em que se apresentam, tudo isto, sem dispensar o rigor exigido pelas áreas de conhecimento das quais são oriundas (Psicologia no caso da primeira e História na segunda).

Como a grande maioria dos autores a quem recorremos, Bosi (2007) partiu dos textos do sociólogo francês Maurice Halbwachs¹¹, principalmente, da obra *A memória Coletiva*. É interessante observarmos como a memória tem sido alvo de problematizações de diferentes campos de conhecimento – História, Psicologia, Antropologia, Sociologia, dentre outras, só para nos restringir às Ciências Humanas.

Procuramos entender quais questionamentos mobilizaram alguns autores acerca deste tema, e de que forma eles poderiam nos auxiliar a compreender questões referentes à memória e sua relação com a história. Entre eles, como já indicamos, Maurice Halbwachs teve o seu lugar assegurado, pois destaca as diferenças entre a memória, ocupada com as permanências, continuidades, e a história, voltada para as rupturas¹² e assinala as relações entre memórias individuais e coletivas, enfatizando o predomínio da dimensão social da memória.

Gonçalves (1999), analisando o *boom* memorial ocorrido nas últimas décadas do século XX, observa a dificuldade em estabelecer uma definição consensual para o termo *memória*. No entanto, ela esclarece que a palavra denomina duas ordens distintas de fenômenos, sendo estas tanto

- a) o mecanismo de lembrança e esquecimento do tempo vivido pelos indivíduos e pelas sociedades (trata-se de uma dimensão “interior” da memória)” quanto b) a existência objetiva da experiência dos grupos, através do tempo, objetividade essa expressa nos monumentos e relatos de sua história (p. 16).

Temos assim uma dimensão ligada a mentalidade humana, individual ou coletiva, e outra que se refere à cultura material das sociedades através do tempo, como explica esta autora.

Considerando as definições de memória em diversas áreas, Santos (2002) sublinha as contribuições dos estudos que vêm discutindo diferentes definições de memória a partir dos conceitos de *tempo*, *indivíduo* e *sociedade*. Para esta autora, entre tais abordagens existe uma que considera que os atos de lembrar e de esquecer são práticas socialmente constituídas,

¹¹ Halbwachs, já na década de 1920, se dedicou a estudos sobre memória. É um autor com o qual vários outros dialogam até hoje, apontando contribuições e limites do seu pensamento. No entanto, é reconhecida pelos mesmos a importância das reflexões sobre a dimensão social da memória e sua limitação no tempo e no espaço. Ver HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

¹² É importante notar que a concepção de história apontada por Halbwachs como distinta, oposta à memória, é aquela formulada ainda no século XIX, influenciada pelo Positivismo, que perseguia as singularidades, fragmentando e tornando superficial a complexidade das experiências passadas.

aproximando-se assim, do que propõe Maurice Halbwachs acerca da hegemonia dos quadros sociais da memória sobre o indivíduo.

Por "memória", nós entendemos nossa capacidade de recitar um poema de cor, beber um copo d'água, seguir um trajeto diário sem tropeços ou ainda recordar fatos vivenciados no passado, e aprender através deles. Estes aspectos da memória, que durante muito tempo foram estudados pela psicologia e pela filosofia a partir da capacidade individual de lembrar, são associados atualmente a aspectos sócio-culturais. Até mesmo os trabalhos estritamente biológicos sobre memória, que procuram localizar no cérebro espaços responsáveis pelo nosso lembrar, têm passado a considerar o fato de que não somos indivíduos isolados e que percebemos e compreendemos nosso mundo ao nos comunicarmos uns com os outros através de sinais e símbolos dos quais a linguagem parece ser o exemplo mais eficaz (SANTOS, 2002, p. 143-144).

A linguagem tem a função de mediar as relações entre os sujeitos e suas experiências vividas, portanto, entre passado e presente. Para Halbwachs (2006), as experiências da vida em sociedade impedem que a lembrança do passado aconteça como simples ato individual. "Os outros" sustentam a nossa memória porque com eles estabelecemos "laços de solidariedade" na vida social. No caso desta pesquisa, entrevistamos sujeitos cujas lembranças a todo momento evocaram as experiências coletivas de determinados lazeres, futebol, festas, rádio, dentre outros.

Assim, de acordo com Santos (2002), a memória vai sendo constituída "em relação a todo um conjunto de noções e convenções comuns, presentes em pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas de linguagem, razões e ideias, isto é, em toda a vida material e moral das sociedades das quais nós fazemos ou fizemos parte" (p. 150).

Halbwachs ressalva que a presença física/material dos outros não se torna obrigatória para a ativação da memória. Para explicar esta afirmação, corroborando o que acabamos de evidenciar, ele exemplifica,

Chego à Londres pela primeira vez e por ali passeio em muitas ocasiões, ora com um companheiro, ora com outro. Ora, um arquiteto, que atrai minha atenção para as edificações, suas proporções, sua disposição. Ora com um historiador, de quem fico sabendo que essa rua foi traçada em tal época, que essa casa viu nascer uma personalidade conhecida, que aqui ou ali ocorreram incidentes dignos de nota. Com um pintor, tenho minha sensibilidade voltada para os matizes dos parques, a linha dos palácios, das igrejas, os jogos de luz e sombra nas paredes, nas fachadas da abadia de Westminster e nas do Templo, à beira do Tâmisa. Um comerciante, homem de negócios, me arrasta pelas ruas populosas do centro, me detém diante das lojas, das livrarias, dos grandes estabelecimentos comerciais. Contudo, mesmo não tendo caminhado ao lado de alguém, bastaria que eu houvesse lido as descrições da cidade, compostas por todos esses variados pontos de vista, bastaria que alguém me houvesse aconselhado a ver tais ou quais aspectos

dela ou, ainda mais simplesmente, que eu houvesse estudado seu mapa. Suponhamos que eu passeei sozinho. Será que se poderá dizer que deste passeio guardarei apenas lembranças individuais, só minhas? (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Para este autor, as experiências e lembranças de outras pessoas acerca de um tema ou evento comum – como o passeio por Londres, neste caso –, são esteio essencial da memória coletiva. É dela, inclusive, que deriva a memória individual e, assim sendo, somente ela pode explicá-la. Embora esta influência das experiências coletivas seja aceita como importante fator de elaboração da memória dos indivíduos, Santos (2002) não concorda com essa prerrogativa do social sobre o individual, do coletivo determinando o pessoal de modo tão imperioso sem que as complexas relações entre eles sejam refletidas. Neste sentido, ela avalia que a teoria de Halbwachs possui alguns limites. Entre estes, ela destaca

Como Halbwachs compreendeu que estas "memórias coletivas" não representam a soma de lembranças individuais e têm certa autonomia em relação à intenção de cada indivíduo, ele concluiu que elas representavam não só as bases necessárias para que indivíduos se recordassem do passado, mas as próprias lembranças do indivíduo. Apesar de compreender que um processo de "individualização" ocorre socialmente, ele o explicou como resultado do acaso, isto é, de arbitrárias combinações de memórias coletivas (p. 151).

O indivíduo ou a individualidade, para Halbwachs, seriam forjados a partir dos "quadros sociais da memória" e, deste modo, a função da memória coletiva seria manter a coesão social mediante sua (re)elaboração contínua. Ao sustentar esta ideia, ele negou a possibilidade de movimento e diversidade, uma vez que a coesão social seria sustentada pelo desenvolvimento de padrões de comportamento criados pela memória coletiva e o indivíduo estaria sempre aprisionado no plano social (SANTOS, 2002).

Outro autor que reconhece a importância dessa dimensão social da memória para complementar as nossas lembranças e nos dar a ideia de continuidade é Lowenthal (1998), mas, ao mesmo tempo, ele ressalva que o ato de lembrar também deve ser apreciado como um ato individual porque compete a vida privada de um sujeito. Para ele,

O passado relembrado é tanto individual quanto coletivo. Mas como forma de consciência, a memória é total e inteiramente pessoal (...). Recordamos apenas nossas próprias experiências em primeira mão, e o passado que relembramos é intrinsecamente o nosso próprio passado. (...) Mas a memória, por sua própria natureza, é inviolável; é na privacidade que ocorre a maior parte do ato de relembrar (p. 78).

O processo cognitivo que envolve a rememoração se relaciona apenas ao sujeito, para o citado autor, mesmo que o passado lembrado – o conteúdo da rememoração – seja composto

pelas experiências coletivas. Para concluir sua observação, ele esclarece “Embora falemos em compartilhar nossas lembranças, não podemos compartilhar uma lembrança assim como não podemos compartilhar uma dor” (BENJAMIN, B. S. *apud* LOWENTHAL, 1998, p. 79)¹³.

No caso de Serra Branca, todas as experiências passadas recordadas acerca dos lazeres foram vividas coletivamente, mas suas marcas e o contato com esse passado só foi possível por intermédio das memórias individuais. No caso desta pesquisa, cada entrevistado elaborou e relatou a sua/uma versão destas experiências e nosso objetivo foi apreender nas memórias individuais de alguns sujeitos quais eram e como eram vividas as experiências enfocadas que integram a história *do município*. O que queremos reiterar aqui é a necessidade do reconhecimento das inter-relações entre a memória coletiva e a memória individual, por isso, buscamos dialogar com Halbwachs, e a dimensão social, e com autores que enfatizam o papel do indivíduo (e sua trajetória) na elaboração da memória, permitindo que ela se torne um processo dinâmico influenciado pelas transformações espaço-temporais, sócio-históricas, pelos fatores psicológico e emocional, dentre outro.

Neste sentido, chamou-nos atenção a curiosa lembrança relatada por uma das nossas entrevistadas, a respeito da festa da Padroeira: “Sim! Tinha um ônibus que vinha com os músicos, o pessoal dava uma vorta, pagava um, umas trocado ao rapaz e dava uma vorta na pista. Chegava no pavilhão, enchia de novo e ia de novo. Eu mermo fui” (Maria Santina, 88 anos). Os passeios de ônibus feito por algumas das pessoas que frequentavam a festa da Padroeira marcaram sua memória sobre esta festa. Isso ocorria possivelmente porque em Serra Branca este tipo de meio de transporte não era comum, aparecia no município esporadicamente, daí o deslumbramento e o desejo de passear neste veículo.

Como nos informou D. Maria Santina, o ônibus era o transporte da banda marcial de João Pessoa que foi convidada, em alguns anos, para se apresentar na festa de Nossa Senhora da Conceição. Como meio de obter proveito desta ocasião, o motorista do ônibus que acompanhava os músicos, cobrava um quantia para dar uma “volta” pela cidade. O trajeto do passeio iniciava no local da festa, seguia pelo bairro dos Pereiros, continuava pela estrada de terra que dava acesso à cidade¹⁴ e retornava ao local de onde partia, completando a “vorta”. A

¹³ Para mais detalhes sobre como podemos relacionar lembranças pessoais e coletivas, ver LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado. Projeto História.* n. 17. São Paulo: EDUC, novembro, 1998. (Número Temático: Trabalhos da Memória)

¹⁴ O depoimento sugere que esta “estrada de terra” se trata da rodovia PB-412 que corta a região do cariri do estado da Paraíba. Esta conclusão se deve ao fato de que a saída do município pelo bairro dos Pereiros desemboca na PB-412, um dos acessos ao município de Sumé-PB, vizinho de Serra Branca, adentrando o estado. No caso do retorno pela PB-412, o motorista retornava por outro acesso de entrada em Serra Branca, também por esta rodovia.

depoente enfatizou que realizou o desejo de fazer o trajeto do passeio uma vez com a permissão da mãe, acompanhada de uma colega.

As lembranças e a narrativa acerca da festa, que era um evento coletivo, foram atravessadas pela observação de uma recordação tão singular – o passeio de ônibus, em duplo sentido: D. Maria Santina foi a única a recordar destes passeios e essa lembrança se mostrou bastante curiosa¹⁵. No meio do relato sobre a festa, falando sobre o pavilhão, ela intercalou seu pensamento, ressaltou os passeios e prosseguiu falando a respeito da programação religiosa da festa. Pretendemos com esse exemplo reafirmar que a memória individual é que elabora e desenha a narrativa do depoente, mesmo que as experiências relatadas tenham sido vividas no âmbito do coletivo.

No caso de D. Maria Santina, a recordação do passeio de ônibus remete tanto à participação dos músicos de João Pessoa na festa¹⁶ quanto à presença restrita de determinados meios de transporte na região, como o ônibus, e, ainda, às estradas de terra, aludindo a inexistência de pavimentação das rodovias/estradas do interior do estado. Outro aspecto que pode ser avaliado é que a sua autorização para passear no ônibus ocorreu mediante o acompanhamento de uma amiga, o que revela outros valores da sociedade local há algumas décadas atrás que envolvem a condição da mulher. Sozinha ela não realizaria o passeio e só poderia fazê-lo com o consentimento da mãe! Portanto, a memória individual de D. Maria Santina concernente ao passeio tanto apresenta vínculos com a história local – a festa da Padroeira – quanto com aspectos mais abrangentes indicados acima – a questão das rodovias no estado/país e a condição feminina em meados do século XX.

A memória individual não deve ser compreendida, deste modo, como simples depósito de registros ocasionalmente atualizados e reordenados, nem tampouco a memória coletiva é a soma de memórias individuais. Em acordo com essa constatação, Barros (2009) expressa um conceito que considera a complexidade da memória coletiva, como sendo produto do avanço e da elaboração de novas formas de pensar o entrelaçamento de variáveis próprias da memória.

Esta [*a memória*] se refere não apenas a esse processo de registro de acontecimentos pela experiência humana, como também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais (p. 41).

¹⁵ Considerando que os ônibus hoje em dia não se configuram mais em novidades na área dos transportes e estão presentes diariamente no município.

¹⁶ Isso ocorria devido a ausência de bandas de música em Serra Branca ou por motivações políticas como veremos mais adiante.

O caráter criativo da memória, portanto, é reafirmado na proposição deste autor, para quem ela não é mero registro. Destacamos, principalmente, o fato de que o trabalho da memória engloba sempre um entrecruzamento entre passado e presente, no sentido de que o passado é sempre ressignificado e ressignifica continuamente o presente pelo processo constante de (re)elaboração da memória. Para isso, os grupos sociais e seus diferentes interesses são decisivos.

Analizando as interações entre memória e história, Barros (2009) considera que “a Memória Coletiva elege a História (e a historiografia) como um de seus ‘lugares de memória’” que a produz e dissemina. Por outro lado, certifica que o conhecimento histórico não se limita a ser um “lugar de memória”. Para ele,

Analítica, criadora de um novo discurso, incorporadora de antigos discursos, artística e científica, a Historiografia moderna vale-se da Memória Coletiva e das Memórias Individuais como um dos seus recursos disponíveis para a produção do conhecimento historiográfico. Aqui há muitos outros recursos disponíveis à historiografia para além da memória. É assim que Memória e Historiografia parecem querer uma englobar a outra, anunciando seus infinitos de possibilidades, porém são instâncias bem distintas entre si. Estão em permanente interação, contudo não se confundem (BARROS, 2009, p. 38).

Os “lugares de memória”, para o criador desta designação, Nora (1993), são resquícios impregnados de experiências vividas que deixaram suas marcas e que despertam um sentido do passado.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma áurea simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (p. 21-22).

Os lugares de memória devem, sempre, possuir uma “vontade” ou “intenção” de memória, em outras palavras, devem despertar a memória para as experiências passadas avaliadas como significativas para o presente. Notamos, portanto, a presença do fator humano, da subjetividade que interfere na definição e na assimilação de um lugar de memória. Além disso, os lugares não se restringem aos espaços físicos, são bem mais abrangentes. O conceito de “lugar de memória” incorpora materialidade, simbologia e funcionalidade. Sendo assim, entre os lugares de memória encontramos os arquivos, museus,

cemitérios, arquitetura, comemorações, manuais, diários ou autobiografias, bem como álbuns de fotografias e genealogias (Barros, 2009). Esses lugares sempre ativam lembranças do passado e para isso foram criados.

Em uma perspectiva semelhante a de Barros (2009), Rüsen (2009) percebe a história como “uma forma elaborada da memória”. Para ele, a história “trama as peças do passado rememorado em uma unidade temporal aberta para o futuro, oferecendo às pessoas uma interpretação da mudança temporal” (p. 164). O foco de Rüsen (2009) é a orientação para o futuro em virtude do contexto que envolve o processo de globalização que ameaça diferentes tradições mediante um “choque de civilizações”. A iminência deste “choque” preocupa o referido autor, na medida em que interfere na conceitualização da identidade. Para ele, memória e história são conceitos cruciais para lidar com passado em favor do futuro.

As distinções entre memória e história são consideradas complexas porque ambas abarcam o mesmo campo: as dimensões do tempo. A memória, contudo, estaria focada em manter o passado presente, não se preocupando com a orientação para o futuro. Já a história, além de configurar o passado à sua forma distintiva por meio da racionalidade que envolve os procedimentos deste campo do saber, teria a preocupação com as perspectivas futuras da vida humana. Deste modo,

(...) pode-se dizer que a memória *apresenta* o passado como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios do uso prático, enquanto a consciência histórica *representa* o passado em um inter-relacionamento mais explícito com o presente, guiado por conceitos de mudança temporal e por reivindicações de verdade; ele reforça a especificidade temporal do passado como uma condição para sua relevância no presente. A memória é um relacionamento imediato entre passado e presente, enquanto que a consciência histórica é mediada. A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro (RÜSEN, 2009, p. 166). [grifos do autor]

Compreendemos disso que a memória não obedece aos procedimentos característicos da produção historiográfica¹⁷. Os desdobramentos teóricos que ela exige são distintos daqueles que abrangem o conhecimento histórico e isso ocorre devido as diferentes relações que a memória e a história mantém entre presente e passado, como aponta o autor mencionado. Para ele, tais relações definem perspectivas diversas de como conceber as experiências passadas.

¹⁷ Para ver maiores reflexões acerca dos procedimentos da produção do conhecimento histórico, ver CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Ainda no campo específico do conhecimento histórico, também nos ancoramos em Le Goff (2003), especificamente no texto “Memória”, presente na obra *História e Memória*. Nesse texto, ele analisa o tratamento destinado à memória por diferentes sociedades da antiguidade ao que chamou de “desenvolvimentos contemporâneos da memória”, que abordam estudos da neurociência à eletrônica, ressaltando a memória social.

Com relação a esta última, Le Goff (2003) está atento às questões políticas que a envolvem e convoca os diversos “profissionais científicos da memória” para combater em prol de uma democratização da memória social como imperativo que leva ao caminho para a libertação do homem, sobretudo do homem comum¹⁸.

Valorizando o aspecto da subjetividade da memória e as possibilidades que ela apresenta como fonte para o conhecimento histórico, Fentress e Wickham (1992) concluem que a memória abriga dois segmentos:

Há uma parte *objectiva*, que serve de *contentor de factos*, a maior parte dos quais podia alojar-se em muitos outros locais. E há uma parte *subjetiva*, que inclui *informação e sentimentos* que fazem parte integrante de nós e que, portanto, se situam adequadamente apenas dentro de nós. A primeira parte da memória é relativamente passiva; limita-se a conservar conhecimento. A segunda parte é mais activa; experimenta e registra para a consciência. Deste modo, a distinção entre facto objectivo e interpretação subjectiva situa-se na própria estrutura da memória (p. 17-18). [grifos nossos]

A fecundidade e a possibilidade de encararmos a memória, objetiva e subjetiva, como fonte, reside no fato de podemos articulá-la na linguagem. Assim, considerando que a parte objetiva, ligada ao registro e transporte de informações, parece ser mais facilmente comunicável, a parte subjetiva, que envolve sentimentos e experiência pessoal, também se torna acessível aos pesquisadores que lidam com a memória. Para os autores, o que resulta da articulação não se trata da objetividade da memória, mas o aspecto social, estruturado pela linguagem, pois a memória é sempre subjetiva.

Benjamin (1994; 1995) também nos orientou em algumas reflexões, especificamente, com relação ao conceito de “experiência” em articulação com o de memória. As leituras de *Experiência e pobreza* (1933) e *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*

¹⁸ Nos referimos ao homem comum aqui em oposição aqueles considerados os sujeitos históricos por um tipo tradicional de produção sobre as histórias locais, assentado sobretudo nos preceitos positivistas, que ainda persistem, que seriam os governantes ou as famílias que detém o poder político, já que nosso trabalho partiu do interesse pela história de um município – Serra Branca. No entanto, reconhecemos que há uma produção mais recente que tem pensado e explorado as histórias locais em perspectivas mais inclusivas, como Barbosa (2005), Reznik (2009; 2010) e as próprias publicações do Projeto de História Local.

(1936) promovem a visibilidade de um pessimismo alusivo à pobreza da experiência humana¹⁹.

O conceito de “experiência” que apreendido por meio dessas leituras, se relaciona a um tipo de sabedoria acumulada e transmitida, ao longo do tempo, que agrupa os compartilhamentos da vida, daí a oposição estabelecida entre a vida em comunidade, como nas sociedades tradicionais, e a vida no mundo moderno. Neste último, os indivíduos vivem isolados, apressados, mergulhados em meio a relações e informações efêmeras e superficiais que a todo momento os atraem e iludem, levando ao desapego, inclusive do passado. Esse desapego, expresso na ausência de contato ou elos entre os indivíduos, é que promoveria a ausência dos aprendizados anteriores existentes mediante a troca de experiência.

Nisso, portanto, residiria a raiz da pobreza da experiência moderna, pois como ele afirma: “Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’” (BENJAMIN, 1994, p. 119). Tão diferente era a vida em comunidade, sendo marcada pelo compartilhamento das experiências vividas, acumuladas e transmitidas por várias gerações, existindo um reconhecimento da memória como esteio para os ensinamentos que o passado pode proporcionar. O passado para este autor possui uma dimensão libertária e a memória, portanto, abrigaria a redenção do homem. O seu receio era de que a amnésia ou esquecimento prevalecesse em detrimento dos ensinamentos das experiências.

Podemos relacionar esta valorização das experiências coletivas, presentes em Benjamin, ao aspecto do saudosismo constante e característico da memória. Para os moradores de Serra Branca, as relações sociais estabelecidas no passado – cheias de afeto, contato, intrigas, acordos – prevalecem e se opõem às relações do presente, que se diferenciam em virtude do pouco ou da ausência de contato entre vizinhos, amigos, conhecidos. Vale salientar que uma modalidade de vivenciar o contato com as pessoas hoje em dia são as chamadas redes sociais via ambientes virtuais – *Orkut, Facebook, Twitter, MySpace, Badoo, Google+*, dentre outras.

A existência destas redes tem suscitado, de modo crescente, um isolamento dos sujeitos, sobretudo dos jovens, que vivem cada vez mais em espaços isolados – casa, quarto, *lan house* – em frente ao computador. As relações sociais no mundo presencial se encontram,

¹⁹ Faz-se necessário aqui contextualizarmos o período em que os textos foram produzidos – década de 1930. Benjamin viu a ascensão de Hitler e do Partido Nazista e suas implicações na Alemanha. Além de também já ter observado os horrores que resultaram da I Grande Guerra na humanidade e que perduravam em direção a um novo horror.

portanto, em um estado de vulnerabilidade com relação às redes sociais criadas no mundo virtual. Estas últimas, embora possibilitem o contato com pessoas mesmo diante de grandes distâncias físicas, e esta é uma vantagem importante, possuem um aspecto negativo equivalente: as novas relações se caracterizam por uma superficialidade e tornam o próximo, distante, pois, estando em um mesmo território, converso com meu irmão ou com meu vizinho pela net! Identificamos nisso um importante fator que determina o saudosismo dos antigos moradores de Serra Branca: eles não conseguem encontrar afinidades entre o tempo passado/lembrado e o tempo presente/vivido.

Entendemos, ainda, que a “experiência”, na perspectiva benjaminiana, incorpora sempre um aspecto concreto porque se relaciona à vida, ao processo vivido, experimentado no mundo real, seja o nosso ou os de outros sujeitos que já o habitaram. É neste sentido que ela – a experiência – e a memória estariam tão imbricadas.

O problema que se colocava para este autor era o do gradual declínio da capacidade de intercambiar experiências, originário do surgimento do romance moderno, que abandonou o caráter de ensinamento da narração, no qual o personagem central é um indivíduo isolado, tal como o homem moderno. Segue-se a decadência com a supremacia e a fugacidade da informação, chegando ao auge com as experiências vividas na I Guerra, da qual os soldados voltavam mudos, horrorizados com o que haviam visto e vivido, como Benjamin expressa nos textos já mencionados²⁰.

No entanto, apesar de reconhecer as contribuições deste autor ao nosso trabalho, esclarecemos que partimos de uma perspectiva distinta daquelas que encontramos em “Experiência e pobreza” e “O narrador”. Ao contrário do que marcou a definição de Benjamin, nosso foco foi centrado exatamente na riqueza das experiências vividas por alguns moradores de Serra Branca no período sobre o qual as memórias aludiram – o passado, e, com certeza, isso se deve ao fato de que, neste caso, vieram à tona experiências “boas de lembrar”.

Com relação aos nossos sujeitos de pesquisa, em sua obra, Bosi (2007) adverte-nos da necessidade de que as sociedades fiquem mais atentas ao conhecimento e a experiência dos idosos, pois eles podem transmitir o passado, a história, as tradições. Podem apresentar as mudanças e as permanências no processo histórico, por meio do relato de suas experiências. Deste modo, os idosos têm o poder de

(...) tornar presentes na família os que se ausentaram, pois deles ainda ficou alguma coisa em nosso hábito de sorrir, de andar. Não se deixam para trás

²⁰ *Experiência e pobreza*, de 1933, e *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, de 1936, constantes no volume I das Obras Escolhidas.

essas coisas, como desnecessárias. Essa força, essa vontade de revivescência, arranca do que passou seu caráter transitório, faz com que entre de modo constitutivo no presente (BOSI, 2007, p. 74).

Assim, considerando as possíveis relações entre memória, experiência e história, buscamos, através de uma pesquisa que se propunha a analisar lembranças de sujeitos históricos de determinada comunidade local – municípios de Serra Branca no estado da Paraíba, estabelecer os possíveis elos que eles agregam em uma determinada temporalidade, a partir das memórias selecionadas, acerca de práticas de lazer vividas no passado. Como veremos, não podemos afirmar simplesmente que o presente visita o passado, já que para a maioria dos entrevistados, lembrar o passado mostrou-se como referência de vida... da vida que valeu a pena!

... e o lazer!

A guerra deve ser em função da paz,
a atividade em função do ócio,
as coisas necessárias e úteis em função das belas.

Aristóteles

Outro conceito fundamental para esta pesquisa foi o de lazer, que aparece frequentemente associado ao de trabalho²¹. Nas sociedades do mundo ocidental, o conceito de trabalho possui uma primazia que o assenta como instância central na vida do homem. Bosi (2007) nos ajuda a ilustrar esta questão quando analisa, nos relatos dos idosos que entrevistou, que “quando já não há mais lugar para aquele “fazer”, é o lembrar que passa a substituir e assimilar o fazer. Lembrar agora é fazer” (p. 480). Para elucidar esta observação, a autora menciona que um idoso, clamando por justiça, pede respeito para os mais velhos em virtude de que *eles também já trabalharam* (p. 481). Ela ressalta ainda que o trabalho pode ser a dimensão que dá sentido e justifica toda uma existência.

Nesse contexto em que o trabalho está inserido no mundo ocidental, o senso comum costuma definir o lazer como um “tempo livre²²”, de “não-trabalho” ou “desocupado” destinado à recuperação das energias, à liberação das tensões e à diversão, portanto, um tempo que rompe com o cotidiano do trabalho. Werneck (2000), discutindo em uma perspectiva histórica o conceito de lazer, analisa suas relações com o trabalho. Entre os antigos, os gregos

²¹ Trabalho, neste caso, como a atividade profissional, que se distingue de outras formas, como o trabalho doméstico.

²² O próprio termo “tempo livre” expressa essa relação entre trabalho e lazer. Uma vez que relacionado ao “tempo livre”, o lazer ocorreria no tempo fora das obrigações do trabalho, por isso “livre”.

foram os primeiros a desenvolver a ideia de trabalho como fardo; o lazer, seu contraponto, tinha como condição o ócio, pois era relacionado à vida contemplativa para o desenvolvimento do espírito.

Na Idade Média, com a hegemonia cristã no Ocidente, o trabalho como castigo e sacrifício passou a integrar o discurso da Igreja Católica; o tempo livre deveria ser dirigido para a paz e purificação do espírito, e não para desfrutar dos prazeres mundanos. Tanto o trabalho quanto o lazer tinham que ser controlados pela Igreja. A Reforma Protestante agregou novos valores ao trabalho. Como sinônimo de virtude, o êxito no trabalho expressaria a recompensa de Deus àqueles que se dedicavam a uma vida assentada no respeito à moral protestante. Ele era necessário para evitar os pensamentos inadequados; a preguiça e a perda de tempo, deste modo, eram pecados por excelência²³.

A modernidade consolidou a ideia de que o trabalho significa o homem, concedendo-lhe, portanto, a centralidade na vida humana anteriormente referida. Por meio dele, o homem exterioriza sua interioridade, sua capacidade criativa e supre suas necessidades. Por outro lado, o que ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, principalmente, marcaram, o período em que se intensificou a exploração da mão-de-obra dos trabalhadores e, também, o início das lutas em favor dos seus direitos, como o direito a um tempo livre, como explica Werneck (2000) ao tratar especificamente do século XVIII.

Assim sendo, o século XVIII, na Europa, é um dos momentos mais expressivos de nossa história. Ele configurou a sociedade, a política, a economia, a educação, o trabalho e o próprio homem. Essas mudanças são devidas, entre outros aspectos, às transformações geradas com a implantação do modo de produção capitalista, conferindo novos contornos ao lazer. Esses contornos passam a ser delineados, sobretudo, em função de um *tempo* de não-trabalho, ou seja, de um tempo que pudesse ser estabelecido em contraponto ao trabalho produtivo (p. 48). [grifo da autora]

A ideia do trabalho como virtude fundamental do homem, como meio de realização passou a ser amplamente difundida, o que agravou a condição de exploração a qual os trabalhadores estavam submetidos, considerando que eles não eram os detentores dos meios de produção e, por necessidade, se submetiam a extensas jornadas em precárias condições de trabalho em troca de um parco salário para garantir a sobrevivência, gerando, dessa forma, o trabalho alienado.

A alienação do trabalhador ocorre quando a obra que ele produz não exterioriza mais o sujeito, ou seja, o produto não reflete mais a capacidade inventiva, nem a fomenta, e não

²³ Uma análise da moral protestante sobre o trabalho já foi empreendida em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, por Max Weber.

abastece as necessidades básicas do trabalhador. Disso resulta que a força de trabalho do homem passa a ser mero produto em jogo no mercado, obrigando os trabalhadores a se sujeitarem a uma dura rotina de trabalho que não compensa a vida que levam, mas que são obrigados a viver.

Nesse contexto, o trabalho, do ponto de vista do trabalhador, continuou com uma conotação negativa, sendo vivido como penoso, rotineiro, um fardo! Ao contrário do que era para os empregadores. Essa situação só começou a se alterar no momento em que os trabalhadores iniciaram suas organizações e manifestações de luta por direitos sociais. O lazer passou a ser visto como a compensação da rotina profundamente marcada pelo desgaste do trabalho.

Sendo o trabalho uma fonte de frustração, as características consideradas pilares do lazer só poderiam ser experimentadas, pelo proletariado, se houvesse oportunidade para isso, demandando o estabelecimento de reivindicações sociais pelo lazer, que também poderia ser visto como um espaço de luta e engajamento. Emurge, assim, o significado de lazer enquanto um direito a ser usufruído por todos, concretizado principalmente por meio do estabelecimento de leis referentes à limitação da jornada de trabalho, férias, feriados e fins de semana remunerados (WERNECK, 2000, p. 56).

No século XIX emergiram as lutas em favor dos direitos sociais e, dentre eles o lazer, prosseguidas durante o início do XX. Como direito, o lazer se referiria à qualidade de vida, contudo, na prática, as conquistas alcançadas pelos trabalhadores no que concerne ao lazer ficaram limitadas a um “tempo livre”: restrição da jornada de trabalho, férias, feriados, e fins de semana remunerados. Não estamos aqui menosprezando ou reduzindo a importância dos avanços no campo das lutas e conquistas, no entanto, Werneck (2000) ressalva as consequências destas especificamente sobre o lazer.

Por outro lado, a histórica conquista do lazer pelos trabalhadores assalariados, sendo restrita ao aspecto tempo, acaba assumindo como funções básicas a quebra da rotina, a compensação de frustrações, a fuga dos problemas e a recuperação das energias dispendidas no exercício laboral. Dessa forma, na realidade o tempo de lazer conquistado não se contrapõe ao trabalho produtivo, mas o complementa, tornando-se funcional ao sistema vigente e imprescindível à promoção dos interesses sociais, políticos e econômicos – que integram a trama social mais ampla (p. 58).

Mesmo sendo defendido como um direito, e que, portanto, incidiria sobre todos, e tendo adquirido importantes melhorias em sua condição, a classe trabalhadora não conseguiu se desvencilhar da associação entre lazer e tempo livre, e isso favoreceu a manutenção dos privilégios da classe dominante que, de fato, era aquela que dispunha de condições e tempo

suficientes para usufruir de uma boa qualidade de vida, representada em horas/momentos/práticas de lazer e não somente de descanso, por exemplo!

Na contemporaneidade, o lazer adquiriu o caráter de um produto. Discutindo na perspectiva pós-moderna, Werneck (2000) observa que o que mais afeta o lazer é a passagem da economia de produção de bens para a de serviços. Esta autora chama a atenção para o progresso tecnológico e para o processo de globalização e a padronização cultural que esta impõe às diferentes culturas, como fatores que exercem influência no lazer.

Nesse contexto, o lazer perdeu a condição de ser um direito social de cidadania e passou a ser mais um produto disponível no mercado. Para ilustrarmos isso, basta abrirmos uma página na internet que facilmente aparecerá uma propaganda promocional de uma incrível viagem na nossa frente. Ele passou a integrar “diversões e entretenimentos” para consumo, como fuga dos problemas e como meio de manter o equilíbrio das pessoas mediante as frustrações cotidianas, em uma sociedade, como a brasileira, caracterizada pela desigualdade social, desemprego, analfabetismo, concentração de renda, violência, dentre outras características, como adverte esta autora (WERNECK, 2000, p. 69). Assim sendo, o lazer, como produto, é privilégio de poucos e é foco de projetos de empresas do setor privado, bem como de governos e fundos de pensão.

A ideologia veiculada pela mídia reforça a idéia de que, após várias décadas voltadas exclusivamente para o trabalho e para a escalada profissional, as pessoas estão concluindo que “viver bem” – ou seja, usufruir do lazer enquanto um produto que é comercializado na forma de shopping centers, bares, boates, festas, shows, clubes, esportes radicais, cinemas, CD’s, jogos eletrônicos, internet, parques temáticos, casinos, hotéis-fazenda, *resorts*, spas, pacotes turísticos e outras tantas atrações – alcança mais do que uma busca obsessiva pelo sucesso profissional (WERNECK, 2000, p. 70). [grifo da autora]

O trecho acima aponta a função que a mídia desempenha como proliferadora do discurso da indústria do lazer e do entretenimento, veiculando a ideia do lazer como compensação do trabalho e produto a ser consumido, como uma necessidade para a garantia de uma qualidade vida ou “viver bem”, mais importante, em certo sentido, do que o próprio trabalho. Vale observar que a qualidade de vida ou o “viver bem” não se refere ao acesso aos direitos sociais mínimos que asseguram uma vida decente e satisfatória, mas a possibilidade de fazer uma viagem, de frequentar bares, boates, restaurantes, shoppings etc²⁴.

²⁴ Isso para uma parcela da sociedade que, inclusive, não é a que buscamos evidenciar em nosso estudo.

Temos com isso, a reiteração da ideia de que o lazer é produto de consumo para poucos, uma vez que só quem dispõe de meios financeiros é que pode gozar dos prazeres que o lazer se propõe a conceder. Evidentemente, tratamos aqui de um determinado modo de pensar o lazer. Este se distingue das práticas que subsistem entre as classes menos favorecidas socialmente. Enfatizamos que estas conseguem inventar e usufruir das práticas de lazer. Entre as suas alternativas, talvez, não estejam as viagens para praias paradisíacas com hospedagem em luxuosos hotéis e pousadas, mas constam o churrasquinho ao final do dia ou da semana, a festa na laje, o futebol de várzea, o passeio em áreas públicas: praias e parques, a viagem para casa de amigos e/ou parentes etc.

Isso nos faz lembrar, inclusive, novamente considerando as atuais redes sociais, das semanais postagens, por exemplo, no *Facebook*, que exaltam a chegada do fim de semana, dias que marcam, de modo especial, a efetivação das práticas de lazer. Sexta-feira depois do trabalho, o bar; sábado, a praia e a balada com os amigos; domingo, o almoço em família, os filmes e o descanso. Isso, por outro lado, leva às manifestações de insatisfação em função do advento da segunda-feira, dia que marca o retorno ao trabalho. Obviamente, refletimos aqui na perspectiva das pessoas que possuem esta rotina, desconsiderando outras experiências, como a do vendedor de protetor solar da praia ou a do garçom que tem seu trabalho intensificado no final de semana.

Em uma perspectiva distinta da exposta anteriormente, posicionou-se o sociólogo francês Joffre Dumazedier, um dos pioneiros nos estudos sobre o lazer. Este autor defendeu a criação de um campo novo dentro da sociologia que abarcasse o lazer: a “sociologia do lazer”. Para Dumazedier (1979),

O lazer não é ociosidade, pois ele supõe, antes de mais nada, a presença do trabalho profissional, ao passo que a ociosidade supõe em primeiro lugar a negação deste. (...) A sociologia do lazer precisa igualmente recusar a confusão entre lazer e tempo livre. O tempo livre recobre ao mesmo tempo as atividades de engajamento sócio-espiritual, de engajamento sócio-político e as atividades orientadas prioritariamente para a satisfação da pessoa (p. 236).

O lazer não é tempo livre. No tempo livre, as pessoas se dedicariam a atividades de cunho político, religioso e de satisfação pessoal; entre estas últimas é que estaria o lazer, se configurando como “atividades orientadas com prioridade para a expressão da pessoa, quaisquer que sejam seus condicionamentos sociais” (DUMAZEDIER, 1979, p. 236). Complementando esse sentido, ele afirma

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de *livre vontade*, seja para *repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se* ou, ainda para *desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora* após livrar-se ou desembarpaçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2000, p. 34). [grifos nossos]

Dentro do seu tempo livre, portanto, o indivíduo, por escolha própria, se voltaria para a realização de atividades que o satisfariam e que teriam a função de repouso, de recreação, de obtenção de informação, de socialização ou de criação. Isso caracterizaria o lazer. Pensamos o nosso recorte cultural no que concerne aos temas abordados neste estudo, como as festas, o futebol, o cinema e a rádio, na perspectiva de que eles promoveram experiências de lazer. Dumazedier (1979) estabeleceu, ainda, algumas propriedades que classificam certas atividades como lazer.

Uma primeira seria seu *caráter pessoal*, em outras palavras, “todas as manifestações do lazer expressas pelos próprios interessados respondem às necessidades do indivíduo, face às obrigações primárias²⁵ impostas pela sociedade” (p. 96). O lazer ocuparia, portanto, funções secundárias com relação às atividades profissionais.

Camargo (2008) esclarece que embora os determinismos culturais, sociais, políticos e econômicos pesem sobre todas as atividades do cotidiano, incluindo o lazer, “há um grau de liberdade nas escolhas dentro do lazer, maior que nas escolhas que se faz no trabalho, no ritual familiar, na vida sócio-religiosa e sócio-política” (p. 10). A livre-escolha relacionada ao lazer se trata da disponibilidade de um tempo no qual podemos exercitar nossa criatividade com alternativas de ação e participação.

Outra propriedade do lazer, apontada por Dumazedier (1979) é que, mesmo considerando que toda ação obedece a algum interesse, ele possui um teor de gratuidade, de desinteresse, por exemplo, maior do que alguns atos da rotina profissional, pois o trabalhador tem em vista o cumprimento das suas obrigações visando uma remuneração. No lazer não há, geralmente, uma intenção de lucro, de ganho material como prioridade. Isso comporia seu *caráter desinteressado*.

O prazer seria mais uma propriedade do lazer, responsável pelo seu *caráter hedonístico*. “A busca de um estado de satisfação é de fato a condição primeira do lazer” (DUMAZEDIER, 1979, p. 96). Não obstante, embora comumente associado ao lazer, é preciso ressalvar que nem sempre o lazer proporciona o prazer almejado, como quando um

²⁵ As obrigações primárias são aquelas impostas pelas instituições sociais às quais o indivíduo se integra: trabalho, família, instituições sócio-políticas e sócio-religiosas.

indivíduo sai de casa com a intenção de comemorar a vitória do seu time depois do jogo e retorna frustrado pela derrota. Neste sentido,

O mais correto seria dizer que, em toda escolha de lazer, existe o *princípio da busca do prazer*, mesmo que a atividade inicie com um esforço, para se obter o relaxamento agradável ou a sensação posterior de estar em forma; ou que termine no tédio, que a boa conversa e os copos de bebida não conseguiram evitar (CAMARGO, 2008, p. 12). [Grifo nosso]

A última propriedade é definida pelo seu *caráter libertário*. O lazer é resultado de uma escolha livre, no entanto, Dumazedier (1979) afirma que não é possível associar liberdade e lazer, pois este se trata de liberação de *determinadas obrigações*, que seriam as institucionais: instituições profissionais, escolares, familiares, sócio-políticas e sócio-religiosas. De tal modo, o lazer funciona como canal de fuga do desgaste cotidiano, sobretudo do trabalho, e reabastece para o retorno à vida cotidiana.

Para Camargo (2008, p. 19), “A assimilação da mensagem pelo receptor é mais relevante socialmente do que as intenções do emissor”. Com isso, ele ressalta o caráter ativo que o lazer possui. Sendo assim, assistir um jogo ou um filme ou ouvir uma música não se configurariam como lazeres passivos, pois os sentidos atribuídos pelo sujeito que assiste a estas práticas devem ser considerados parte integrante destes lazeres.

Este autor lança, ainda, uma questão que tem sido discutida por alguns estudiosos que articulam o conceito de lazer ao de trabalho em uma perspectiva distinta das que, usualmente, são debatidas: como oposição e/ou complemento. “Quem não gostaria de viver seu trabalho como um lazer ou, inversamente, de poder ganhar a vida com as suas habilidades de lazer?” (CAMARGO, 2008, p. 14). Para ele, é um sonho de muitos e um privilégio de poucos!

Essa questão remete às posições De Masi (2000), que opera com o conceito de *ócio criativo*. É interessante observarmos que este autor centra suas reflexões no trabalho e, a partir disso, é que podemos pensar nas suas contribuições acerca da discussão sobre o lazer.

De Masi (2000) sugere que a sociedade pós-industrial caminha para “outra coisa” que não o trabalho, que seria em direção a um tempo vago. Ele enfatiza a importância do avanço tecnológico no fato de que as atividades manuais estão sendo progressivamente destinadas às máquinas, gerando assim o tempo vago para as pessoas. Cada vez mais, portanto, ocupamos o cérebro, reduzindo o uso das mãos²⁶.

²⁶ É interessante que consideremos que a realidade da qual partem as observações deste autor é a do seu país de origem, a Itália. Contudo, acreditamos que algumas das suas idéias podem nos ajudar a pensar a questão dos lazeres em Serra Branca-PB.

A principal característica da atividade criativa é que ela praticamente não se distingue do jogo e do aprendizado, ficando cada vez mais difícil separar estas três dimensões que antes, em nossa vida, tinham sido separadas de uma maneira clara e artificial. Quando trabalho, estudo e jogo coincidem, estamos diante daquela síntese exaltante que eu chamo de “ócio criativo” (DE MASI, 2000, p. 16).

Trabalho, estudo e jogo tendem cada vez mais a se conectar. Portanto, o ócio, para ele, não se confunde com o “nada fazer”. As atividades prazerosas, associadas ao conceito de lazer vão se misturando àquelas ligadas historicamente às atividades profissionais, levando a uma ruptura entre as relações, muitas vezes dicotômicas, entre trabalho e lazer. Dessa união se origina o ócio criativo.

(...) a plenitude da atividade humana é alcançada somente quando nela coincidem, se acumulam, se exaltam e se mesclam o trabalho, o estudo e o jogo; isto é, quando nós trabalhamos, aprendemos e nos divertimos ao mesmo tempo (DE MASI, 2000, p. 148).

Como condição para o ócio criativo, portanto, impera a *criatividade*, pensada não apenas no seu aspecto subjetivo e cognitivo de uma ideia, mas também como a concretização da ideia. Para De Masi (2000), caminhamos rumo a uma sociedade criativa, ao contrário da sociedade moderna pensada em termos de programação. O ócio criativo, portanto, incorpora a subjetividade, com a criatividade, a estética e a emotividade (em contraposição à racionalidade da sociedade industrial). Neste sentido, é preciso uma educação voltada para a conscientização e formação do ócio criativo.

Educar para o ócio significa ensinar a escolher um filme, uma peça de teatro, um livro. Ensinar como pode estar bem sozinho, significa também levar a pessoa a habituar-se com as atividades domésticas e com a produção autônoma de muitas coisas que até o momento comprávamos prontas. Inculcar o gosto e a alegria das coisas belas. Inculcar a alegria.

A pedagogia do ócio também tem sua ética, sua estética, sua dinâmica e suas técnicas. E tudo isso deve ser ensinado. O ócio requer uma escolha atenta dos lugares justos: para se repousar, para se distrair e para se divertir. Portanto, é preciso ensinar aos jovens não só como se virar nos meandros do trabalho, mas também pelos meandros dos vários lazeres. Significa educar para solidão e para a companhia, para a solidariedade e para o voluntariado. Significa ensinar como se evita a alienação que pode ser provocada pelo tempo vago, tão perigosa quanto a alienação derivada do trabalho (p. 325-326).

Por meio desta educação, as pessoas teriam plenas condições de reconhecer a importância do prazer para a qualidade de vida, seja pelo trabalho, pelo estudo e pelo lazer que, nesta perspectiva, estão imbricados.

Assim, lazer tornou-se, nas últimas décadas, objeto de estudos nas mais diversas áreas – História, Antropologia, Sociologia, Psicologia –, embora ainda prevaleça nos estudos de Educação Física (associado à recreação) e no Turismo (relacionado à indústria do lazer e do entretenimento), abordado de diferentes perspectivas – história cultural, comunidades, socialização e identidades, saúde emocional, entre outros. Baseados nessas considerações teóricas seguimos os meandros da pesquisa para a composição desse estudo. Todavia, para nossa pesquisa trata-se de um fenômeno que apresenta consequências sobre o trabalho, a família e a cultura local. Nesse sentido, nos interessa recuperar memórias ainda não registradas sobre as formas de lazer que o cidadão serrabranquense criou e estabeleceu como referência para sua vida e a da comunidade no período de 1940 a 1970.

Sobre a pesquisa: expectativas e inquietações, dificuldades e soluções!

Entendemos que recuperar e registrar os percalços do trabalho acadêmico de dissertação constitui uma prática salutar, pois ao final da elaboração textual, muitas vezes fica a impressão de que os esforços para tal empreendimento são simples, exequíveis e livres de qualquer embaraço.

Assim, com relação à proposta metodológica para a pesquisa sobre nosso objeto de estudo – as memórias dos moradores de Serra Branca acerca dos lazeres, de início, tínhamos a pretensão de trabalhar com histórias de vida e pensamos em proceder a uma reflexão concernente à memória e à história oral com o intuito de construir um texto de caráter teórico que contemplasse também uma reflexão sobre cotidiano e história local, recorrendo a autores da micro-história por acreditarmos que podemos relacionar as discussões que envolvem história local aos pressupostos teóricos e metodológicos desta perspectiva. Concluindo, pensamos em compor um capítulo, no qual, trataríamos de relacionar os depoimentos das histórias de vida à história do município. Mas o que especificamente?

O primeiro ano do mestrado foi marcado por algumas dúvidas, muitas preocupações e algumas definições. A primeira surgiu a propósito do tema que seria abordado no estudo: as festas – carnaval e da Padroeira. Porém outros aspectos também ligados à cultura, de modo geral, haviam nos chamado a atenção nas entrevistas do Projeto de História Local e, por isso, resolvemos ampliar o foco da nossa pesquisa.

Assim, nossos temas estariam vinculados diretamente ao lazer em Serra Branca: o carnaval, a festa da Padroeira – Nossa Senhora da Conceição – que acontece no dia 08 de dezembro, a atuação da Rádio Castelo Branco (RCB), e nela a criação de um programa de

auditório; o chamado cine educativo e, por fim, o futebol, enfatizando dois times que existiram no município – *Vasco da Gama* e *Flamengo*. Tudo isso dentro do recorte temporal incluído entre as décadas de 1940 a 1970 que é o período que compreende a permanência das temáticas expressas. Aparentemente esses temas parecem desconectados. No entanto, nas entrevistas eles emergiram entrelaçados. Sendo assim, nosso objetivo foi apreender as relações que podiam ser estabelecidas entre eles.

A segunda preocupação se referia à possibilidade de continuar com a perspectiva de histórias de vida. Entendemos que as entrevistas desse tipo exigiriam mais tempo e elementos que para este trabalho, que não nos eram convenientes, tendo em vista a definição de temas que fizemos. Portanto, procuramos manter o foco nas temáticas selecionadas mediante as representações que as memórias de determinados moradores nos apresentavam. Assim sendo, desistimos das entrevistas de história de vida e optamos por entrevistas temáticas que se tornaram o desenvolvimento da nossa pesquisa mais viável²⁷.

Uma terceira questão se dirigiu à estrutura do trabalho. No decorrer dos encontros para orientação, das disciplinas cursadas, principalmente, do Seminário de Dissertação, e do avanço do trabalho, chegamos à conclusão e à decisão de que seria melhor repensarmos a estrutura. Na primeira proposta, percebemos que haveria muita discussão teórica em prejuízo do trabalho com as fontes, poderia parecer que preparávamos dois capítulos que justificariam ou culminariam no terceiro. Deliberamos por um novo modelo, que serviu para organizar essas memórias definindo metodologicamente uma divisão entre lazeres, o que manteve a coesão dos aspectos abordados. Além de permitir a utilização das fontes produzidas ao longo de cada capítulo, procurando estabelecer links entre a fundamentação teórico-metodológica e as fontes produzidas através das entrevistas.

Com relação ao título da dissertação, *PESSOAS QUE LEMBRAM: lazeres nas memórias e histórias de moradores de Serra Branca – PB (1940-1970)*, esclarecemos outro componente, qual seja, o recorte temporal. Uma questão importante a considerar trata do fato de que tanto na fundamentação teórica quanto na realização da pesquisa de campo, utilizamos referências pertinentes e uma produção de fontes através de entrevistas que, embora realizadas no ano de 2011²⁸, provocaram nos sujeitos pesquisados a procura de suas memórias recentes,

²⁷ O título do projeto apresentado ao PPGH/UFPB era: “*PESSOAS QUE LEMBRAM*: memórias e histórias de vida de moradores do município de Serra Branca-PB”. Nós o alteramos devido, justamente, a impossibilidade metodológica que percebemos de desenvolver um estudo com base em histórias de vida, considerando a exiguidade de tempo para fazê-lo no Mestrado. Esclarecemos também que o termo “moradores” é empregado para nos referirmos aos sujeitos que residiam em Serra Branca no recorte temporal analisado, o que engloba pessoas que atualmente não moram mais no município, como foi o caso de três entrevistados.

²⁸ A exceção foram as entrevistas feitas pelo projeto de História Local em 2008 e 2009.

pois assim consideramos o interregno definido – da década de quarenta a de setenta.

Após essas novas definições, seguimos com a pesquisa de campo, ou seja, as visitas ao município, realizando as entrevistas. Para isso, pudemos contar com o apoio de dois moradores²⁹ que indicaram pessoas com quem entramos em contato e aceitaram conceder entrevistas³⁰, considerando os temas e o recorte temporal pesquisado, além, claro, de assegurar que elas estariam em um estado de bem estar físico e mental³¹.

Como recorremos às memórias dos moradores, optamos pela história oral, que suscita tanto encantamento quanto exige sensibilidade. Pensamos a história oral na perspectiva de uma metodologia (Alberti, 2004, 2005; Barros, 2009; Delgado, 2010; Ferreira e Amado, 2006; Montenegro, 2008, 2010; Guimarães Neto, 2010) e, neste sentido, concordamos com Delgado (2010) na afirmação de que a história oral se refere a um processo de registro de depoimentos acerca da história vivida e, como tal procedimento de registro, ela envolve conhecimentos sobre o passado (a época em questão no depoimento) e sobre o presente (a época na qual o depoimento foi elaborado), além do cruzamento de intersubjetividades (o entrevistador e o entrevistado).

Alberti (2004) aponta outra característica da história oral que seria sua principal especificidade,

[...] sua grande riqueza está em ser um terreno propício para o estudo da subjetividade e das representações do passado *tomados como dados objetivos*, capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre nosso entendimento do passado (p. 42). [grifos da autora]

A história oral, para esta autora, torna a subjetividade apreensível, ou, em outras palavras, concede-lhe uma dimensão concreta que a habilita a incidir na realidade tal como outro fato qualquer, nos auxiliando, ainda, no contato com experiências passadas em sua diversidade de perspectivas.

²⁹ Sérvio Túlio da Silva Lima, graduado em História pela UEPB/CG. Destacamos que o mesmo foi bolsista do Projeto de História Local pelo município nos anos de 2007 e 2008 e se tornou um interlocutor fundamental para os nossos contatos em Serra Branca. A outra moradora é D. Estelita Antonino de Souza, professora entre 1956 e 1991. Atualmente é aposentada, mas mantém uma produção e tem trabalhos publicados sobre a história de Serra Branca. Pode ser considerada, de acordo com Gramsci (1979), uma intelectual orgânica do município.

³⁰ Submetemos nosso projeto de pesquisa à apreciação do Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da UFPB, uma vez que não existe, na instituição, um comitê próprio para as Ciências Humanas, onde obteve aprovação, como consta na certidão ao final do trabalho. Anexamos também um modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos depoentes, como exige o referido Comitê.

³¹ O bem estar é elemento imprescindível a considerar em uma pesquisa que envolve sujeitos que necessariamente terão que lidar com suas memórias – lembranças e esquecimentos, uma vez que elas podem trazer à tona sentimentos adormecidos que causam fortes emoções. A indicação, também nos garantiu a situação de lucidez dos depoentes, aspecto imprescindível para esse tipo de trabalho.

Samuel (1990) também reconhece as contribuições que a história oral pode dar especificamente à elaboração de histórias locais, ao assegurar que as reminiscências e as entrevistas servem tanto para capacitar o historiador quanto para identificar e “dar caráter” às pessoas, além de atribuir uma valoração positiva às experiências das mesmas. Ele conclui ainda que para o historiador,

A evidência oral torna possível não apenas o preenchimento de vazios mas também a redefinição de o que se trata na história local. Ao invés de permitir com que os documentos estruturem o trabalho – ou que filtrem categorias de lei, contabilidade ou governo local –, o historiador pode fazer com que a pedra de toque se torne a experiência real da vida das pessoas, tanto no meio doméstico como no trabalho. Ele pode lidar com os problemas comuns não relatados no dia-a-dia, assim como com catástrofes melhor documentadas (enchentes, guerras de família), suicídios e assassinatos, namoro e casamento, bastardia, práticas de trabalho, greves. Ele pode tomar o pulso da vida cotidiana assim como registrar os tremores mais raros dos grandes eventos, acompanhar os ciclos das estações, mapear as rotinas semanais (p. 232-233).

Reiteramos aqui que os depoimentos obtidos nas entrevistas não são a realidade passada como ela ocorreu e em sua totalidade, mas, (re)elaborações sobre ela. Isso não implica em nenhuma perda no valor das fontes orais. Pelo contrário, é preciso atentar para o fato de que a história oral é extremamente fecunda no que concerne às possibilidades que apresenta ao conhecimento histórico. Por outro lado, também é necessário ter o cuidado para não incorrermos em um relativismo acrítico ou mesmo em anacronismos diante desse tipo de fonte.

Nesta perspectiva, Alberti (2004) adverte que a história oral não pode ser encarada como suporte para tudo, qualquer tema, problema ou questionamento. E entre as vantagens que ela comporta estaria o fato de que o entrevistado detém uma experiência que torna o passado mais próximo, concreto e apreensível em certo sentido.

Nesta etapa da pesquisa, nos surpreendemos com alguns depoimentos que abriram perspectivas que nem imaginávamos; por outro lado, também vimos surgir novas dúvidas e problemas. Nas visitas ao município, preparamos um roteiro e definimos quem iríamos entrevistar. No entanto, na prática, acabamos extrapolando os números pensados inicialmente. Certos depoimentos não nos surpreenderam tanto, alguns deles se aproximaram do que já havia sido coletado pelo Projeto de História Local. Entretanto, dos depoimentos que não havíamos planejado, vieram boas surpresas porque apresentaram perspectivas diferentes para pensarmos nossos temas, fazendo com que nos mobilizássemos para elaborar novos questionamentos e reflexões.

Mas, ouvir o “não me lembro” diversas vezes foi, de longe, o que mais nos inquietou durante as entrevistas porque nos despertou o receio de que as nossas fontes não fossem consideradas legítimas. Guimarães Neto (2010), neste sentido, discute a importância dos documentos, mas realça outros elementos.

Há o alerta de Roland Barthes, chamando a atenção dos historiadores que podem sofrer de um “mal obsessivo”, isto é, de uma excessiva autenticação da sua fala pelos documentos, como se isso bastasse, como se os documentos dissessem por si mesmos, descolados das regras da escrita. Muitas vezes este sinal de Barthes me lembra um pouco os cartórios, quando estamos pegando nossos documentos para serem autenticados... O importante é entender, a meu ver, que esta autenticação não basta para validar o discurso historiográfico (p. 174).

Em seguida, esta autora enfatiza a importância da escrita historiográfica, da fabricação de signos mediante o uso de imagens, das figuras de linguagem, o que aproximaria o discurso historiográfico do estilo literário. Para ela, as fontes são imprescindíveis ao trabalho do historiador, mas não são suficientes para garantirem a sua qualidade.

Por outro lado, compreendemos, com este receio, algo reiterado por diversos pesquisadores, a exemplo de Montenegro (2008, p. 196), quando afirma que “Existem questões que não adianta você perguntar ao entrevistado porque não vai obter resposta, pois a memória não significa depósito de informações”. Assim, percebemos que as relações que os sujeitos entrevistados estabeleceram com o passado, mesmo que recente, estavam baseadas nas experiências vividas e relembradas (GUIMARÃES NETO, 2010), e não com o tempo cronológico comumente utilizado pelos historiadores ocidentais, mas caracterizando-se como uma cronologia assentada no cotidiano da vida pessoal e de seus marcos. O tempo da memória, embora mantenha relações com o tempo histórico, possui uma cronologia própria, pois, está assentado nas experiências pessoais de vida. Estas, por sua vez, mantém uma estreita relação com a história.

O sujeito, ao narrar, produz um movimento de recorrer e construir, de modo simultâneo, a sua própria cronologia que é marcada pelas idas (passado) e vindas (presente) ao longo de sua existência e daqueles com quem conviveu ou mesmo de quem ouviu falar. Com isso não estamos afirmando que esta cronologia da vida de cada um não mantém relações com o processo histórico mais abrangente, pelo contrário, o tempo vivido do sujeito e o tempo histórico mantém complexas relações entre si justamente por meio dessas idas e vindas. Vale ressalvar o fato de que o sujeito está inserido em um contexto social, ou seja, que abriga relações com as temporalidades, o meio e as pessoas presentes nele.

Todos os entrevistados, especialmente aqueles que não estavam listados inicialmente, propiciaram bons momentos de exercício com as fontes orais porque apresentaram elementos característicos desse tipo de fonte (lembranças, esquecimentos, deslocamentos, pausas, silêncios, hesitações, dentre outros), nos permitindo estabelecer o diálogo entre teoria e prática. A questão é que alguns, a partir de suas experiências e relatos, se aproximaram mais da figura do narrador.

Dessa forma, apreciamos a perspectiva de Montenegro (2008, p. 199), na esteira de Benjamin, de que narrar é uma capacidade que se adquire, é *um aprendizado*, por isso, é preciso ter consciência de que nem todas as pessoas sabem narrar, ou seja, não conseguem articular e transmitir suas experiências de vida por meio de narrativas. Neste sentido é que as entrevistas do Sr. Severino Ramos³² e da D. Geruza Mamede³³ merecem esta atenção. Ambos apresentaram características típicas desta figura, por isso resolvemos fazer algumas observações a respeito de seus depoimentos.

Ao ouvir, ler e reler a transcrição da entrevista de D. Geruza, durante todo o tempo as palavras de Benjamin ressoavam.

Assim definido, o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la **inteira** (BENJAMIN, 1936. p. 221). [grifo do autor]

A entrevista com Dona Geruza foi feita na sua casa em uma manhã de um dia de feira – sábado – bastante movimentado. Interrompemos a gravação por três vezes, logo retomadas. Iniciamos perguntando sobre aspectos mais pessoais de sua vida. Em seguida, questionamos a depoente a respeito das festas. Indagada sobre como ocorria a festa da Padroeira, ela responde,

Bom, a festa da Padroeira, essa eu digo mais coisa porque... eu canto na igreja. E comecei de criança. (...) Eu cantei pra guerra acabar. Era o Pe. Marques, aí ele me perguntou “Geruza, você tem coragem de aprender um hino pra gente fazer uma revolução na igreja, todo mundo cantar, gesticular

³² O Sr. Severino Ramos, 56 anos, também conhecido popularmente pelo apelido de “Bolo de Goma”, atualmente é funcionário público do Estado da Paraíba, trabalhando na Escola Estadual Ensino Fundamental Vasconcelos Brandão, e também na Junta de Serviço Militar. O que nos levou a entrevistá-lo foi seu envolvimento como locutor em festas e com outras práticas de lazer no município.

³³ Dona Geruza, 79 anos, é natural de Serra Branca, onde sempre viveu. Foi auxiliar de serviços e professora do que hoje se denomina Educação Básica. Atualmente é aposentada. Sua entrevista versa sobre a festa da Padroeira e alguns aspectos dos antigos carnavalescos de Serra Branca e está entre as que, inicialmente, não constavam na nossa lista de entrevistados.

pra essa guerra acabar?”. Ele chegou aqui em 1942, aí eu tinha 10 anos. Então, como aluna do catecismo, né? Pra primeira comunhão, pra essa coisa eu sempre cantei. (?) tinha coragem. Então ele disse “Eu vou te ensinar um hino pra, no catecismo, você cantar. Essa criança do catecismo fica incumbida de cantar pra Mãe ouvir. E a gente vai fazer de tudo até a guerra acabar”. E eu disse “Pois não”. E eu aprendi o hino e cantava muito na igreja pras pessoas aprenderem e saía nas casas. Eu gosto da história, né? saía mesmo, ensinano. “Vamo aprender esse hino” e cantava na escola. E foi muito bom, mas a guerra demorou a acabar. (...) É tanto que valeu a pena porque se aprendeu. Mas a guerra só acabou em 45. Porque ia muita gente lá, aqueles pais iam lá, diziam “Padre Marques, o que é que a gente faz pra guerra acabar? (interrupção rápida) “Vamo cantar mais”, “Vamos rezar mais”, “Vamos celebrar mais missa”. Era um... uma coisa. E até que deu certo. Mas ela acabou em 45 (Geruza, 79 anos).

E continua,

No domingo era a grande missa. A missa solene... cantada em latim. Eu era cantora, a gente cantava em latim (?) *[a depoente começou a cantar em latim]*. Em latim, e ninguém sabia o que era que tava dizendo, mas era muito boa a animação. A missa em latim, o padre de costa pra o povo. Até que veio, de ordem da igreja, pra ele *[o padre João Marques]* fazer em português virado pra assembleia, virado pra platéia, né? E eu cantano. Casei a primeira vez, continuei cantando, o marido era músico, tocava trombone, só tinha um braço, mas tocava trombone. Eu arranjei esse casamento com esse rapaz. Depois ele morreu e eu passei um tempo na mão, né? com saudade, mas três anos casei com esse. Aí tive filho. No primeiro não tive filhos. Cantano na igreja. E com esse continuei cantano. Assim, eu sou salmista. Eu vou cantar o salmo no meu dia. Porque tem várias salmistas, digamos, que a gente passe uns seis domingo ou sete pra cantar, mas ainda vou. Agora mesmo me chamaram pra cantar a festa de Santo Antônio nos “Caboco”, vou aprender e vou. Assim mesmo já cansada, mas vou. É tão bom (Geruza, 79 anos).

Dona Geruza, ao falar de si, remete à experiências mais abrangentes, que podem ser pensadas no nível macro, como, por exemplo, quando lembra que cantava para a guerra acabar³⁴. Neste trecho percebemos os entrelaçamentos entre o tempo vivenciado pelo sujeito e o tempo da história. Ela opera deslocamentos temporais apelando às memórias de uma atividade que sempre praticou ao longo de sua vida, desde a infância – *cantar*. Quando criança, aos 10 anos, frequentava a igreja para o catecismo e recorda, conduzida pela religiosidade, a tentativa de contribuição para pôr fim à guerra. Interessante é que ela atenta para isso como uma experiência coletiva da sociedade local, assegurando que muitas pessoas procuravam o padre Marques indagando-o sobre o que fazer para findar a tragédia que se arrastava por anos.

Outro fragmento curioso é o que demonstra que dona Geruza lembra e afirma, muito orgulhosamente, que cantava em latim na igreja, e começa a cantar em latim no meio da

³⁴ Trata-se da II Guerra Mundial que ocorreu entre os anos de 1939 e 1945 no século passado.

entrevista, assegurando que não compreendia nada do que cantava nas cerimônias³⁵. Além disso, ela nos confessa a saudade do primeiro marido que faleceu, dos períodos de solidão e do encontro com o segundo, e atual, marido. Também cita com satisfação o momento da maternidade. Nas duas longas citações, ela traça *um caminho que conduz ao presente*, onde ainda (en)canta na igreja.

Sua narrativa simplesmente é fluida. Dona Geruza com muita facilidade prende a atenção despertando curiosidade e surpresa. Ela parece ter consciência de sua habilidade em contar histórias, expressa em uma observação em outro momento sobre como foge para outros temas que, a princípio, não lhes foram indagados. Ela conhece o significado e a importância dessas histórias. Parece querer esgotar-se ao narrá-las, doando-se a elas.

Ela realiza diversos deslocamentos sem se perder na condução da narrativa. Na verdade, sua narrativa é o que consegue unir temas e histórias tão díspares. É nesse sentido, pois, que acreditamos que Dona Geruza incorpora capacidades de uma narradora exemplar, como a apontada por Benjamin: “Comum a todos os narradores é a facilidade com que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada” (1994, p. 215).

Como narradora nata que é, Dona Geruza tem muito a dizer, o que ela quer é contar a história de Serra Branca, mas a história que ela viu e viveu, junto às pessoas que ela acredita que importam à esta história, como é o caso do padre tão inesquecível para a mesma e muitas outras pessoas no município. É dessas pessoas que ela fala, muitas vezes, esquecidas ou negligenciadas, mas que têm um papel fundamental nesta história.

Já o Sr. Severino Ramos apresentou algo inovador em seu depoimento, comparado à maioria dos que colhemos, que reside no fato de não expressar de forma tão intensa o saudosismo característico das entrevistas dos outros moradores.

É, mudanças eu acho que foram... mudou tudo, né? Em termos de cultura, educação, esporte, política, né? A própria cidade mesmo cresceu muito e, mas tudo houve mudança. Na... trinta anos atrás nós tínhamos aqui, em termos de comunicação, as difusoras. Hoje nós temos três emissoras de rádio. Então, tudo isso foi crescimento e o progresso chegou pra Serra Branca mesmo, através dessas mudanças (Severino, 56 anos).

Questionado se as mudanças afetaram sua vida de alguma forma, ele explica,

³⁵ Entre os anos de 1961 e 1965, aconteceu uma reunião eclesiástica chamada Concílio Vaticano II, na qual questões relativas à Igreja Católica foram deliberadas e regulamentadas. Dentre os pontos discutidos e modificados estava a questão da língua das cerimônias – missas – que eram realizadas em latim. Após o Concílio Vaticano II, ficou sancionado que as missas fossem realizadas nas línguas oficiais de cada região, e não mais em latim.

É, afetou muito né? Porque eu fazia parte dessas locuções, assim, de difusoras, festa de Padroeira e hoje é no rádio, né? Eu ainda participo através de carro de som na rua, propagandas, mas as rádios vieram e, com esse progresso, essas difusoras que nós tínhamos praticamente não existem mais, não é? Então, houve essa mudança muito grande pra melhor. Hoje o povo, saudosista pergunta por que não bota aquela difusora ainda pra fazer aquele programa, mas aí eu digo não, o tempo passou e a coisa mudou e a gente tem que ir com os avanços do tempo mesmo (Severino, 56 anos).

Nesses trechos, o Sr. Severino não tem a pretensão de negar que no “seu” tempo as festas eram alegres, que Serra Branca era uma cidade boa de viver. No entanto, sua memória ancorada no presente, reconhece neste um tempo igualmente bom em certos aspectos. O passado é valorizado, mas não em detrimento do presente. Há nas suas falas uma tentativa de equilibrar, de reconhecer as vantagens do presente, como herdeiro que é do passado. Seu depoimento apresenta uma boa perspectiva para pensarmos as relações de harmonia ou desacordo entre os tempos e as experiências que marcam a memória.

Gostaríamos de abrir um parêntese, para registrar sentimentos e reações por nós sentidas porque acreditamos que é interessante expormos aqui, por exemplo, o estado de ansiedade, as mãos geladas, a gagueira, as hesitações diante dos primeiros entrevistados, ou a preocupação em não tornar a entrevista incômoda para o depoente, ou mesmo a inquietação e a desatenção em alguns momentos dos relatos que, posteriormente vimos, apresentavam elementos importantes, que poderiam ser melhor explorados. E a dificuldade diante de um depoente ansioso por causa do gravador, ou o pedido para desligá-lo em alguns momentos... Situações que não havíamos vivido ainda sem que tivesse um professor ou professora experiente por perto.

Uma última consideração que envolve as entrevistas se refere às suas transcrições. Como sabemos, com o procedimento da transcrição, grande parte do que constitui a riqueza de um depoimento oral fica de fora. A gestualidade, os silêncios, as pausas, os esquecimentos, as interrupções e suas retomadas, os risos, as entonações, a própria voz... Tudo isso desaparece quando passamos a fala para o papel. E será que alguns destes elementos não seriam indícios de algo a considerar? Deste modo, nas transcrições que fizemos, ensejamos minimizar a supressão destas características, tão importantes para este tipo de fonte, mantendo a maneira como cada entrevistado falou, muitas vezes, violando o rigor e as exigências das regras gramaticais da linguagem escrita que são apreciadas pela academia.

Até aqui delineamos o nosso tema, o nosso objetivo, alguns dos autores com os quais estabelecemos diálogo, a metodologia que utilizamos e as principais fontes com as quais trabalhamos. Além disso, revelamos algumas dificuldades e limitações com o intuito de

demonstrar que também fazem parte do processo de criação deste trabalho e que são, na verdade, ensinamentos.

Após essas considerações que compõe o primeiro capítulo, o nosso trabalho se delineia em outros dois, organizados da seguinte forma:

- No segundo capítulo, procedemos a reflexões para tratar as **festas** no município partindo das memórias de seus moradores. Para tanto nos aportamos em Hobsbawm e Ranger (2008), Amaral (1998), Itani (2003), Segalen (2002), Certeau (2009), Gaeta (1995) e DaMatta (1984). Estas reflexões foram intercaladas com as fontes orais que obtivemos a partir das memórias de moradores de Serra Branca acerca das festas – Carnaval e Padroeira/Nossa Senhora da Conceição (08/12)³⁶. Nossa objetivo é, através da análise destes depoimentos e amparada pela reflexão teórica, apreender os elementos que estabelecem relações entre as festas para averiguar que traços da história do município nos são revelados.

- No terceiro capítulo, nosso foco continua centrado nas memórias, desta feita utilizamos autores como De Masi (2000), Werneck (2000), Certeau (1996), Souza (2010), Souza (2008), Alegria e Duarte (2005), Hobsbawm (2003), Azevedo (2002), DaMatta (1994) e Galeano (2004). As lembranças evocadas foram as que dizem respeito a existência do cinema, conhecido como Cine Educativo; à programação da Rádio Castelo Branco (RCB) e o programa de auditório por ela promovido; e aos times de futebol (Vasco da Gama e Flamengo). Neste caso, ensejamos perceber as experiências com lazeres que foram promovidas mediante as práticas de ir ao cinema, ouvir música e jogar futebol.

Para desenvolvermos esses capítulos utilizamos além das referências bibliográficas e das fontes orais já citadas, quando necessário, o material arrolado pelo Projeto de História Local – O Guia de Fontes, as Atas da Câmara Municipal, cópias de Livros do Tombo da Igreja Católica; os fichamentos das obras clássicas da Historiografia paraibana; os registros de jornais *A União*, *Correio da Paraíba* e *O Norte* (no período que decorreu entre 1930 e 1980); documentos copilados nas caixas de arquivo da Divisão de Arquivo Histórico sediada nas dependências da Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC, no período de 1830 a 1950; fotografias, mapas e documentos de acervos privados. Assim como a produção acadêmica disponível acerca do município – monografias de conclusão de curso de graduação

³⁶ Atualmente, a festa da Padroeira continua sendo comemorada religiosa e profanamente em dezembro, já no período do carnaval não há mais comemorações com blocos.

e especialização e dissertações³⁷. Além de produções existentes no município, elaboradas por munícipes abordando diversos aspectos de sua história.

A exemplo deste último tipo de produção, encontramos alguns trabalhos que tentaram de alguma forma, sistematizar a história de Serra Branca. É o caso do livro *Fatos históricos de Serra Branca* (2008), de Estelita Antonino de Souza, mencionada anteriormente, que se configurou como uma importante referência para o Projeto de História Local, na qual também nos ancoramos. Outra obra da mesma autora é *A família Antonino através dos tempos* (2010), estudo que faz referência a esta família no contexto da história do município. Todos estes materiais estão disponíveis no acervo do Projeto de História Local no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR na UFPB.

Agora, passaremos às memórias dos moradores de Serra Branca buscando outras histórias...

ΩΩΩ

³⁷ Entre elas, VILAR, Dyala Limeira. *Pesquisa: Potencialidades Turísticas do Município de Serra Branca – PB*. 2005. 53p. Monografia (Bacharelado em Turismo). Faculdade de Ciências sociais Aplicadas – FACISA; PASSOS, Luciana Andrade dos. *Identificação e Análise das Tipologias Habitacionais Rurais situadas nos municípios de São João do Cariri, São José dos Cordeiros, Gurjão e Serra Branca (Bacia do Taperoá – PB)*. 1999. Monografia (Bacharelado em Arquitetura). Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba; OLIVEIRA, Dalva Felipe de. *Mulher, Trabalho e vida no campo: um estudo junto às mulheres da comunidade do Ligeiro – Cariri Paraibano*. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba; LIMA, Sérvio Túlio da Silva. *Fino trato: memórias de sapateiros de Serra Branca nas décadas de 1940-1980*. 2008. 68p. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba; SOUZA, Onildo Gouveia de. *Memórias de trabalhadores da cultura do algodão em Serra Branca-PB (1950-1980)*. 53p. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba.

2. AS ALEGRIAS ENTRE RUAS E PAVILHÕES

O objetivo deste capítulo é analisar as fontes orais produzidas com a finalidade de apreendermos quais fragmentos das experiências vividas nas festas de carnaval e da Padroeira subsistiram nas memórias dos moradores depoentes, sendo continuamente alterados a partir das suas vivências no presente, e que nos servem ao entendimento e processo de produção da história do município de Serra Branca-PB.

Aspectos de memória familiar, memória política, além das memórias das experiências culturais que são nosso alvo, são passíveis de captura nos depoimentos coletados, o que nos faz retornar às considerações acerca do *substrato social da memória*, já que todas essas memórias foram constituídas nos compartilhamentos no interior das instituições nas quais os sujeitos viveram e ainda vivem inseridos: a família, a escola, a igreja, o trabalho, dentre outras. Segundo Bosi (2007), na esteira de Halbwachs, qualquer mudança no ambiente em que se vive altera a memória individual. Dessa forma, é que a memória individual é entrelaçada à coletiva.

A nossa primeira observação parte da percepção de que todos os depoentes, em algum momento de suas entrevistas, revelaram certo saudosismo do passado lembrado. Embora não queiramos focar nossas análises nesta ideia – do passado como sendo sempre melhor –, partir dela possibilita atentarmos aqui para o cruzamento de temporalidades característico da memória.

Para Bosi (1993, p. 281), “A memória, é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”. Considerando a percepção do tempo nas sociedades modernas³⁸, ela continua,

É verdade, porém, que nossos ritmos temporais foram subjugados pela sociedade industrial, que dobrou o tempo a seu ritmo, “racionalizando” as horas de vida. É o tempo da mercadoria na consciência humana. Esmagando o tempo da amizade, o familiar, o religioso... A memória os reconquista na medida em que é um trabalho sobre o tempo, abarcando também esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil. (...) Mas a rigor, a apreensão plena do tempo passado é impossível, como o é a apreensão de toda a alteridade (p. 281).

³⁸ Edward Palmer Thompson desenvolve interessantes reflexões sobre a transformação na percepção do tempo nas sociedades ocidentais que levou a ideia de que “tempo é dinheiro” promovida pela Revolução Industrial, especialmente a partir do século XVIII. Ver THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

O presente no qual se rememora, portanto, leva ao encontro de pessoas, lugares, objetos e experiências vividas no passado. Mas as percepções ou representações construídas acerca deste passado são continuamente transformadas pelas experiências do presente e não correspondem à sua totalidade. Neste sentido é que a memória é construção e que o ato de lembrar sempre apresenta algo novo, afinal, nossas perspectivas mudam no decorrer da vida com base no que vivemos. Bosi (2007) atesta, então, que

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, *no presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (p. 55). [grifo da autora]

Outro elemento presente nas entrevistas e que destacaríamos, é o fato de que, mesmo seguindo um roteiro pré-estabelecido, as memórias dos moradores escolheram do que, de quem, de onde lembrar. Informamos os temas e eles direcionaram suas lembranças, que se concentraram, principalmente, em *lugares* – nas ruas e clubes dos carnavais, nos pavilhões da festa da Padroeira – e *pessoas* mais próximas – como irmãos, pais, parentes e amigos. Isto nos remete ao cotidiano – pensado aqui como a dimensão que abrange os aspectos mais concretos da vida, as vivências diárias – e o senso comum – relacionado ao processo histórico mais abrangente.

Dividimos este capítulo em duas partes distintas e nelas procedemos a uma análise sobre as lembranças presentes nas memórias de moradores da cidade de Serra Branca relacionadas a dois adventos comemorativos – o carnaval e a festa da santa Padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição.

As festas se fazem presentes em vários momentos da vida e sob diferentes motivos. Comemorar é o sentido que, em geral, permeia muitas das festas que marcam datas e episódios instituídos, pelo menos no caso desses dois momentos aos quais nos remeteremos, esta era a razão que as incluía dentro do calendário do município. São comemorações extensivas a toda a comunidade: famílias, escolas, igrejas, comércio, associações e, ainda, visitantes/turistas que se organizam para participar do que comumente ganha a nomenclatura de tradições culturais.

A tradição é pensada aqui como “tradição inventada”, na perspectiva de Hobsbawm e Ranger (1997), que embora reconheçam a amplitude do conceito, apontam a definição para evitar equívocos. Para eles, trata-se de

(...) um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (p. 9).

A necessidade de uma tradição inventada nasce das “transformações suficientemente amplas e rápidas” ocorridas no interior de uma sociedade, assim, as “tradições inventadas” são formalização e ritualização de determinadas práticas do passado, que não precisa ser remoto, de acordo com os autores.

Consideramos, portanto, as festas do carnaval e da Padroeira em Serra Branca relacionadas a estas práticas que envolvem elementos ritualísticos e simbólicos por meio dos quais apreendemos aspectos da história local, justamente porque estas festas tradicionais apresentam vínculos com o passado, constituindo continuidades ou permanências. Entre esses elementos ritualísticos estão, a exemplo da festa da Padroeira: o pavilhão que abrigava as concorrentes à rainha da festa; a coroação da Padroeira ao findar a festa; a apresentação de bandas; a queima de fogos; o templo (a Igreja) que abrigava as missas, de onde partiam as procissões; as canções específicas que louvavam a Padroeira, bem como sua imagem que percorria casas e ruas.

O estudo da “invenção das tradições”, como campo de investigação da História, é importante porque, de acordo com Hobsbawm e Ranger (1997), os historiadores produzem e/ou desconstroem imagens do passado que se tornam de domínio público, demonstrando a atuação do homem como ser político. Deste modo, eles criam a possibilidade de que as tradições inventadas se apropriem dessas imagens para suas constituições e/ou legitimações. Neste sentido, podemos arrolar também a memória como produtora de imagens do passado e de cultura histórica, tal como a historiografia e a invenção das tradições.

As festas integram a história e o patrimônio imaterial das sociedades, revelando aspectos importantes da dinâmica social, pois são manifestações culturais. Amaral (1998), analisando festas das cinco regiões do Brasil, caminha na contramão do que afirmam alguns teóricos que falam em “decadência” das festas entre povos imersos no sistema capitalista e

que defendem sua ideia de racionalização do tempo em detrimento de algumas tradições³⁹. No caso brasileiro, esta autora observa um movimento inverso, pois as festas aqui aumentam em número, acompanhadas por luxo e uma maior participação dos grupos sociais, exemplo disso, é a inserção das elites em festas como carnaval e forrós, que têm um apelo mais popular. Outra prova disso, para ela, são os calendários das prefeituras que apresentam diferentes eventos festivos ao longo do ano, criando eventos que vão se constituindo como tradições locais.

A contradição entre a lógica da acumulação *versus* desperdício, na festa, parece resolver-se, no Brasil, de modo razoavelmente pouco tenso. Tudo indica que o capitalismo cooptou as festas populares e foi cooptado por elas, mas também que povo vem reinventando suas festas nas novas condições de vida resultantes de novos contextos econômicos e sociais. Pode-se observar, também, que as antigas festas populares, compartilhadas por grande número de pessoas (principalmente as festas religiosas) fragmentaram-se em formas diferentes de festejar. No entanto, surgiram ou mantiveram-se grandes festas em centros de atração regionais (AMARAL, 1998, p. 34-35).

Para ilustrar esta situação, em Serra Branca, a festa da Padroeira acontece no pavilhão ao lado da Igreja, mas também ocorre um evento paralelo bastante criticado pelos moradores que entrevistamos, que é a festa no clube com atrações que atendem ao gosto do público mais jovem – bandas de forró – em que se praticam entre outras coisas, a dança. A dança que foi uma prática bastante elogiada quando se trata do carnaval, já quando o assunto é a festa da Padroeira, os moradores “estranham” como tal prática passou a ser admitida pelos párocos nas últimas décadas. No tempo do padre João Marques, a dança era considerada um elemento perigoso aos bons costumes, associados à decência esperada dos participantes da festa da Padroeira, afinal, era uma festa da Igreja, instituição responsável por perpetuar determinados valores com vistas à manutenção da “ordem social” e da sua hegemonia enquanto tal. A partir da década de 1970, outras práticas passaram a integrar as comemorações da santa Padroeira, como dramatizações (apresentações de teatro organizadas pela juventude).

Atentando à dimensão simbólica das festas, nos apoiamos em Segalen (2002) que reconhece a complexidade na construção de uma definição para o rito, todavia expõe a seguinte conceitualização:

O rito ou ritual é um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. O rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagens e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns de um grupo (p. 31).

³⁹ Entre os autores estudados por Amaral (1998), estão: Caillois, Girard, Eliard e Durkheim, dentre outros.

O rito, portanto, mediante sua dimensão simbólica, interfere na realidade social, uma vez que exige a ordenação de gestos, a presença de determinados objetos, uma linguagem específica, um comportamento adequado, servindo para mediar conflitos existentes entre os membros de uma coletividade. Estes “atos formalizados” fundam-se em uma adesão mental, nem sempre consciente por parte dos sujeitos, segundo esta autora; eles possuem, ainda, uma dimensão de aprendizagem e implicam em continuidade das gerações, dos grupos etários e sociais dos quais se origina. Ainda para esta autora, “O ritos são regras de conduta que prescrevem como o homem deve se comportar em relação às coisas sagradas” (p. 21).

Também nesta perspectiva, Itani (2003) é contundente quando afirma que a festa é, fundamentalmente, um rito. Ela explica que a festa é um ato simbólico de representação de uma figura ou evento tido como importante por uma coletividade, mais uma vez o caráter social dos ritos é aludido, e que inclui os ritos e as celebrações sagradas ou profanas – comemorações políticas, eventos com dança, comida, músicas, jogos, dentre outros elementos. Relatando a centralidade das festas em diferentes sociedades, esta autora demonstra óticas e finalidades distintas sobre as quais as festas podem ser refletidas: como devoção, como diversão e repouso, como espetáculo, como apropriação do tempo, para citar algumas.

No caso das duas festas que já mencionamos, estaremos lidando com o rito arraigado no tempo da comunidade pesquisada. Estas práticas coletivas se expressam diante de um mundo globalizado, que a tudo rotula e massifica, como uma forma de resistência das tradições e culturas locais. Itani (2003, p. 14) destaca: “Note-se que as festas se mantêm combinando, no mesmo momento e rito, o tempo profano no espaço do sagrado, alimentando o imaginário coletivo e assegurando a coesão da sociedade”, esta coesão, no entanto, não impõe uma homogeneização destes ritos e celebrações.

Itani (2003, p. 14) acrescenta que: “Festejar é desse modo, rito e superação de rito, de sua origem, que vem do termo *ritus*. O rito é ordem prescrita, mas é também produção e transformação e, por conseguinte, um resultado de uma criação coletiva do homem a cada momento” (idem), é tempo e espaço de celebração da vida. Ela é um fato – social, histórico, econômico e político – que produz discursos e significados, além de proporcionar a partilha de experiências coletivas. É momento de repetir e inovar rituais marcados nas memórias individuais e coletivas.

Como rito, as festas apresentam relações entre elementos sagrados e profanos, expostas nas reflexões de Durkheim (1996), em *As formas elementares da vida religiosa*, sobre o fenômeno religioso. Para ele,

(...) toda festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso. (...) Pode-se observar, também, tanto num caso como no outro, as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que elevem o nível vital etc. Enfatiza-se frequentemente que as festas populares conduzem ao excesso, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito. Existem igualmente cerimônias religiosas que determinam como necessidade violar as regras ordinariamente mais respeitadas. Não é, certamente, que não seja possível diferenciar as duas formas de atividade pública (DURKHEIM, 1996, p. 417-418).

As festas se caracterizam pelo movimento que dão às sociedades, pela reunião dos indivíduos que compõem uma coletividade, pela “entrega” destes ao evento, muitas vezes assumindo atos excessivos. Essa “entrega” pode ser associada ao estado de efervescência – excitação, agitação de espírito, comoção – ocasionado pela presença de elementos como a música, a dança, as bebidas, os comportamentos ritualizados, dentre outros. Os sujeitos, devido a estes aspectos da festa, rompem as fronteiras que os individualizam para adentrar no âmbito do coletivo e absorvem delas o necessário para conformação com as dificuldades do cotidiano (AMARAL, 1998). Para outra autora, Segalen (2002), a importância da coletividade no rito, como as festas, reside no sentimento que ela expressa, que é o que define a santidade de um objeto, ou de algum evento, no caso das festas.

Temos, portanto, a ideia de que a festa, como evento que integra o lazer, é responsável por um momento que rompe com o cotidiano, estabelecendo uma saída para as angústias que o atravessam. Ela teria, por conseguinte, a função de aliviar as tensões e restabelecer as energias dos indivíduos para o retorno à ordem social. Nas direções discutidas até aqui, a festa ultrapassa o momento em que ela acontece, se relacionando a durações mais amplas que envolvem tanto o tempo do cotidiano quanto o tempo que o irrompe, se configurando como momento ímpar e necessário à vida coletiva que envolve elementos da esfera sagrada.

Roberto DaMatta (1984) também se dedicou ao tema das festas, assinalando os traços característicos dessas ocasiões que “recriam, resgatam o tempo, o espaço e as relações sociais” (p. 81), destacando as diferentes durações que experienciamos ao vivê-las de modo penoso ou gratificante. Além disso, ele estabelece uma distinção entre as festas da **ordem** e as da **desordem**, com o intuito de mostrar que elas possuem significados específicos que podem ou não romper com as hierarquias da estrutura social dominante.

As festas da ordem – como as religiosas ou as cívicas –, de acordo com este autor, são marcadas pela formalidade, seus propósitos envolvem a celebração da ordem social mantendo

suas hierarquias. Seus ritos de “reforço” glorificam e mantém as desigualdades da ordem. Estes ritos têm como marcas a contrição e as contenções físicas e verbais. Corpo e espírito não estão necessariamente juntos: o primeiro, expressa rigidez nos gestos; e o segundo, pode estar presente, ou não, na celebração. Por outro lado, as festas da desordem – como o carnaval – têm como traço a informalidade para unir e igualar as pessoas por meio dos ritos de “inversão” (da ordem), que tentam promover a igualdade. A indisciplina impõe sendo meio para obtenção de prazer pelo corpo. Neste caso, a festa exige vontade e energia, corpo e espírito juntos (DAMATTA, 1984).

Não pretendemos desenvolver um estudo antropológico sobre as festas em Serra Branca, mas sim, a partir da memória dos mais idosos, registrar aspectos de uma cultura histórica presente em determinada comunidade a exemplo de outras tantas. Neste sentido, procuramos trabalhar a compreensão das festas em suas manifestações e lembranças do mesmo modo em que buscamos recuperar os seus sentidos com o passar do tempo.

Outro elemento a considerar para o entendimento das comemorações, ritos e celebrações é a própria apropriação que o capitalismo ocidental fez e faz do calendário civil, introduzindo nele as solenidades religiosas. Delimitar o tempo e ocupar espaços é uma questão de poder, senão vejamos

A história do calendário moderno, contudo, é também a história da dominação da civilização europeia, a partir da Idade Média, impulsionada, sobretudo, pela Igreja Católica, que passou a organizar os ritos festivos. O domínio do tempo, representado pelo calendário, se torna um instrumento de poder (ITANI, 2003, p. 26).

É neste sentido que proliferam no país as festividades religiosas em comemoração aos santos padroeiros. A começar pela Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, comemorada nacionalmente no dia doze de outubro, sendo feriado nacional – embora o Estado brasileiro seja laico! Segundo a lógica da Igreja Católica Romana, cada cidade, por menor que seja, dispõe de um(a) santo(a) protetor(a) que se tornou o(a) padroeiro(a) local, da mesma forma, é estabelecida uma comemoração religiosa acompanhada de festividades profanas em dia marcado nos calendários municipais. Dia *santificado* no qual a dinâmica da cidade é alterada por atividades religiosas – missas, novenas, procissões –, e profanas – festas públicas, palanques, comidas e bebidas, parques de diversão, shows musicais etc. Todo este movimento é compartilhado pela comunidade a seu querer ou não, seja o cidadão católico ou de qualquer outra denominação religiosa.

O carnaval também tem seu ritual de celebração. Historicamente de origem europeia, era tida como uma festividade pagã do calendário agrário com a intenção de espantar os maus

espíritos e atrair dias de prosperidade e fecundidade, além de festejar o fim do inverno e o retorno vegetação e de sua fecundidade. Usavam-se muitos sons de gritos, tambores e sinos, acompanhados do uso de máscaras de animais na perspectiva de espantar os ditos *maus espíritos*. Aos poucos, como produto da sociedade vitoriana do século XIX, esta festividade adentrou as cidades, desta feita, ganhado contornos mais alegóricos, canalizava tensões e protestos através de sátiras e zombarias (ITANI, 2003). Neste sentido, foi assumindo uma função de contestação, com caráter de transgressão e com o objetivo de inverter a ordem social.

No Brasil tornaram-se manifestações populares com uso de fantasias, blocos, música, comidas e bebidas, festas de rua, quebra de normas e convenções sociais, muita irreverência e até divisões de classe. Consta como feriado no calendário nacional e apesar de ser eminentemente uma festa pagã tem seus vínculos com o calendário religioso⁴⁰.

Com origens religiosas e execução variada a rememoração das festas em Serra Branca no século XX, ganham visibilidade a partir dos depoimentos de quem delas participou. Comecemos pelo carnaval.

2.1. “Só brinca carnaval quem pode...”: os foliões dos *Toureiros* e *Não se incomode* pelas ruas das memórias

Sai de lá, sai de cá. Sai de lá, sai de cá. Arreda do caminho que o Se incomode quer passar. Somos nós do Se incomode/ Que saímo a passear/ Dando volta e manobrando/ E divertindo o carnaval. Somos nós do Se incomode/ Que saímo a passear/ Dando volta e manobrando/ E divertindo o carnaval. Sai de lá, sai de cá. Sai de lá, sai de cá. Arreda do caminho que o Se incomode quer passar⁴¹.

O trecho acima é de uma canção composta para um dos blocos de Serra Branca, o *Não se incomode*. Na letra, apreendemos a urgência pela folia carnavalesca, advertindo que qualquer obstáculo seria transposto para garantir a passagem do bloco pelas ruas da cidade, carregando consigo a diversão. Esta festa rompia com o cotidiano do município. Isso se deve ao caráter excepcional que as festas possuem, marcado ritmos distintos e temporários de viver a vida.

⁴⁰ O Carnaval, enquanto festa surgiu em meados do século XI, a partir da instituição pela Igreja Católica da Semana Santa. Esta era antecedida por quarenta dias de jejum, período conhecido como Quaresma. Este jejum que se caracterizava como período de privação tinha seu inicio com a reunião das comunidades em diversas festividades que antecediam a Quarta feira de cinzas – primeiro dia da Quaresma.

⁴¹ Música composta para o bloco Não se incomode, de Serra Branca, cantada pela Sra. moradora Maria de Lourdes Ramos de Freitas, em entrevista concedida em 10/06/2011, na sua residência. De acordo com ela, quem compunha as músicas era Necá Gregório e Evangelina Venâncio, foliões do referido bloco.

Para DaMatta (1984), a vida se desenrola entre momentos rotineiros e extraordinários, estes entendidos como os que não integram a rotina. Os primeiros, no caso do Brasil, pensados como aqueles relacionados ao trabalho e os segundos voltados para a fuga da rotina, que seriam as festas. Embora pareçam desarticulados, ambos constituem a vida social, um todo.

Ao tratar especificamente do carnaval brasileiro, ele afirma que esta festa rompe com a ordem da rotina, que seria a do trabalho, marcada pelo peso das obrigações. Para ele, o carnaval tem por função espalhar alegria, fatigar o corpo pelo prazer, ser tempo de “praticar sistematicamente todos os excessos!” (DAMATTA, 1984, p. 72). Vejamos,

Todos os sistemas constroem suas festas de muitos modos. No caso do Brasil, a maior e mais importante, mais livre e mais criativa, mais irreverente e mais popular de todas é, sem dúvida, o carnaval. Aliás, nessa festa, a própria definição já perturba, pois exclui de modo sistemático todos os elementos que nenhuma festa pode dispensar e que são importantes para o seu próprio desenrolar. Quero referir-me a todos os elementos de ordem, de economia e política que o carnaval certamente implica – como todo evento especial –, mas que ficam necessariamente excluídos de sua definição. De fato, como sabemos como brasileiros, o carnaval não pode ser sério. Senão não seria um carnaval... (DAMATTA, 1984, p. 71).

Sendo assim, o carnaval é oportunidade de sentir uma profunda alegria por meio da inversão da ordem. Essa inversão nos expõe aos sentimentos de liberdade e igualdade, tendo em vista que qualquer indivíduo pode compartilhar delas neste momento extraordinário. Nele, podemos ser quem quisermos (E para isso contamos com máscaras e fantasias!).

Convém ressaltar que a sensação de liberdade e alegria é propiciada pela inversão da ordem de opressão, injustiça, dificuldades, cansaço e dores da rotina do trabalho, e é justamente por estarmos coletivamente livres desse fardo que nos sentimos iguais. Para o referido autor, essa experiência momentânea é fundamental, considerando o fato de que vivemos em uma sociedade marcada por hierarquia e desigualdades. Deste modo, sentimentos ou emoções com conotação negativa, como a tristeza ou a raiva, não são apropriados e/ou aceitos nessa festa.

Voltando às palavras de DaMatta (1984), em uma tentativa de definição do que venha a ser o carnaval brasileiro.

Mas como definir o carnaval? Não seria exagero dizer, é uma ocasião em que a vida diária deixa de ser operativa e, por causa disso, um momento extraordinário é inventado. Ou seja: como toda festa, o carnaval cria uma situação em que certas coisas são possíveis e outras devem ser evitadas. Não posso realizar um carnaval com tristeza, do mesmo modo que não posso ter

um funeral com alegria. Certas ocasiões sociais requerem determinados sentimentos para que possam ocorrer como tais (p.71).

E prossegue:

Penso que o carnaval é basicamente uma inversão do mundo. Uma catástrofe. Só que uma reviravolta positiva, esperada, planificada e, por tudo isso, vista como desejada e necessária em nosso mundo social. Nele, conforme sabemos, trocamos a noite pelo dia; ou, o que é ainda mais verossímil: fazemos uma noite em pleno dia, substituindo os movimentos coletivos que desfilam num conjunto ritmado, como uma coletividade indestrutível e corporificada na música e no canto (p. 74).

A inversão da ordem, a aceitação da individualidade, a alegria coletiva, as máscaras e fantasias, a permissão para a crítica, o prazer, a imprescindível vontade de se integrar. Todas estas características do carnaval exaltam a mobilidade dos papéis sociais que ele promove. Sendo assim, é uma festa *democrática*, no sentido de inclusão, de que aceita a participação de qualquer pessoa, desde que demonstre disposição para isso; e, além disso, ou justamente por isso, é uma festa da desordem, na perspectiva de romper com os rituais de formalidade e contenção (corporal, gestual etc.) que reforçam/mantém as desigualdades.

As memórias sobre os antigos carnavais de Serra Branca estão povoadas por foliões dos blocos que existiram no município: o *Toureiros* e o *Não se incomode*. Para conhecermos essa história – desses carnavais –, selecionamos cinco depoimentos, justificando que foram os mais proveitosos, no sentido de reunirem um maior número de informações, sobre o tema dessa festa⁴². As entrevistas foram concedidas pelos seguintes moradores:

- Carlos Antônio Barros⁴³, em 27/06/2008;
- Geruza Mamede Lima⁴⁴, em 11/06/2011;
- Luiz Gonzaga de Holanda⁴⁵, em 08/05/2008;
- Maria de Lourdes Ramos de Freitas⁴⁶, em 10/06/2011;
- Rita Rangel dos Santos⁴⁷, em 11/06/2011;

⁴² Para facilitar o entendimento das transcrições das entrevistas que foram selecionadas, elaboramos a seguinte legenda: ... – significa uma pausa curta na fala/ (...) – suprimimos um trecho mais amplo da entrevista/ (?) – não compreendemos a palavra pronunciada.

⁴³ O Sr. Carlos Antônio era natural de Campina Grande. Em 1957 chegou a Serra Branca para se reunir à família. Era graduado em Direito, foi professor, vereador e funcionário do Fisco no município. Na época da entrevista, ele residia entre João Pessoa e Serra Branca, devido a problemas de saúde. Faleceu em 15 de julho de 2012, aos 70 anos.

⁴⁴ Ver nota 33.

⁴⁵ O Sr. Luiz Gonzaga, 74 anos, possui uma história de vida marcada atuação na vida política de Serra Branca. Além disso, é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

⁴⁶ Dona Maria de Lourdes, 66 anos, é natural de Serra Branca e sempre residiu no município. Foi funcionária pública do Estado da Paraíba – professora – e, da prefeitura de Serra Branca - diretora do Departamento de Educação. Atualmente é aposentada pelo Estado e desempenha atividades como voluntária junto à Igreja Católica do município.

Vamos, então, às memórias dos moradores.

De acordo com os relatos desses moradores, os antigos carnavais eram marcados pela existência dos dois blocos. Orquestras de outras cidades vinham ao município animar a festa dos foliões fantasiados, ou não. Por outro lado, percebemos também aspectos interessantes para compreendermos a dinâmica histórica própria desta Serra Branca de outrora que, vale a pena salientar, é bem diferente da de hoje na percepção de seus moradores.

Além disso, foi comum que lembressem também dos personagens que marcam, historicamente, o carnaval: Papangus, Zé Pereira e Ala Ursa⁴⁸. Surgiram nas recordações de D. Geruza⁴⁹, quando questionada a respeito desta festa.

Não participava e lembro que uns 15 dias antes do carnaval, havia o surgimento dos “Papangús” que eram pessoas vestidas com trajes bem diferentes, cabeças cobertas, mascaradas para não serem reconhecidas. As crianças tinham medo e se tornava uma grande movimentação.

No mesmo sábado ao meio-dia, umas pessoas que faziam parte do “Não se incomode” saiam com um dos componentes vestido de “estopas” rasgadas, cabeça coberta, e amarrado pela cintura, segurado por alguém percorrendo a feira e ganhando os trocados da gasosa da noite.

Aquela “troça” era chamada de Turma da “Alaursa”. Seus componentes acompanhavam sob o som de Fole, triângulo, pandeiro e a música apropriada: “Oh, alaursa/O teu senhor que te vender/Por causa da carestia/Ninguém pode mais viver./Teu papagaio/Afogou-se na maré/Por falta de quem dissesse/Meu louro de cá o pé.”

Já às 21:00h, saia a turma do Bloco “Toureiro” com um Senhor bem fantasiado de nome “Zé Pereira”. As vezes no capuz de carro ou mesmo a pé. (...)

Juntava inúmeras pessoas que acompanhava a orquestra tocando a marcha por demais conhecida.

A letra da mesma, diz assim: “Viva Zé Pereira/Viva Juvenal/Viva Zé Pereira/Nos dias de carnaval” (Geruza, 79 anos).

⁴⁷ Dona Rita, 83 anos, é, igualmente, natural de Serra Branca, onde ainda reside. Diferente das outras duas, sua vida foi marcada pelo trabalho na agricultura, especialmente, nas plantações de caruá nos anos 1940. Além disso, trabalhou ainda, como cozinheira no hospital municipal. Hoje é aposentada.

⁴⁸ Personagens presentes pelas ruas nos carnavales brasileiros ainda hoje, cuja origem é portuguesa. O primeiro, eram os fantasiados ou mascarados; o segundo, se trata de um ou mais foliões que desfilam nas ruas tocando instrumentos; e a ala ursa é um folião fantasiado de urso, geralmente com uma roupa de estopa, e com uma máscara, preso pela cintura para ser conduzido por outro folião pelas ruas, acompanhados de músicos com o objetivo de angariar recursos para a folia de carnaval.

⁴⁹ Gostaríamos de ressaltar aqui que D. Geruza foi uma, entre duas depoentes, que modificou sua entrevista. Após ler o material que imprimimos, ela escreveu, em cinco páginas, algumas reformulações de sua fala. No entanto, a substância foi mantida, não percebemos alterações no conteúdo. Na verdade, suas correções foram mais no sentido de retirar vícios de linguagem presentes na sua fala. Esclarecemos que este trecho que utilizamos, originalmente, era da fala, mas, após suas observações, decidimos citar suas palavras escritas, tal como ela nos forneceu. Compreendemos que se trata de uma questão ética a ser respeitada em pesquisas com seres humanos – a liberdade de alterar o texto dos depoentes frente ao resultado da transcrição de suas falas, assim procedemos com todos os nossos depoentes, que tiveram acesso a cópia impressa da entrevista.

Também nesta perspectiva, o Sr. Luiz Gonzaga recordou o Zé Pereira, as ala ursas e os papaguns e o primeiro carnaval: “Meu primeiro carnaval eu tenho uma lembrança grande porque esse carnaval eu brinquei mesmo, pulei muito, né?”.

Então, era o carnaval daqui, era um carnaval animado, muito disputado e todo mundo tinha interesse, todo mundo ia pra rua, na noite tinha um carnaval, então tinha os papangus, né? Que era aquele pessoal que saía com a máscara, com chicote e os meninos corriam, tinha aquele medo, né? E tinha ala-ursa, que ala-ursa também era pra arrecadar dinheiro, era aquele elemento vestido de estopa com um (?) atrás e umas coisas, né? E desfilava pelas ruas e, à noite, quem animava quem o carnaval era a noite do Zé Pereira. O Zé Pereira era um elemento de gravata e chapéu em cima de um caminhão ou de uma carroça de boi que saia desfilando nas ruas e tocando aquela música com a orquestra Zé Pereira e todo mundo pulando. Eram carnavais realmente animados, né? (Luiz Gonzaga, 74 anos).

Além de descrever personagens presentes tradicionalmente no carnaval, os moradores destacam um aspecto importante desta festa: o uso de fantasias e máscaras. A relevância da fantasia está na possibilidade que ela dá de sermos o que ou quem quisermos em um curto período de tempo. Ao contrário do que estabelece a ordem, que por meio do uniforme homogeneiza todos, a fantasia permite a passagem do *ninguém a alguém*. Com ela, assumimos a identidade que desejarmos, uma vez que “Ela permite e ajuda o livre trânsito das pessoas por dentro de um espaço social que o mundo cotidiano torna proibitivo com as representações da hierarquia e dos preconceitos estabelecidos” (DAMATTA, 1984, p. 75).

As ala ursas, especificamente, remontam aos ritos agrários de louvação da fecundidade da terra, nos quais era empregado o uso de máscaras de animais com o intuito de espantar maus agouros e espíritos maléficos do inverno, bem como instrumentos de ruídos e gritos e/ou outros objetos. Outro aspecto remete ao imaginário infantil acerca de alguns personagens que despertam o medo ou pavor nas crianças. Neste caso, o sentimento de insegurança ou ameaça surgia do contato com a ala ursa, homem vestido com uma roupa grotesca que desfilava com um grupo sob o barulho dos instrumentos feito um animal solto pela cidade.

Na memória do Sr. Carlos, permanece a brincadeira dos banhos de rua dados nos foliões na sua juventude.

No caminho dos carnavais aqui, a gente gostava de dar banho no povo. Então, autoridade, prefeito, esse negócio, não tinha boquinha não. Era eu, Galego, Boró, Paulo, teu pai⁵⁰. A gente se juntava e saia dando banho no povo, Genival Torreão, Mané Gaudêncio, tudinho. E eles pagavam cachaça pra gente (?). E o Geraldo Cantalice, o finado, ele não gostava disso, achava que... aí fizeram uma pracinha ali (?) de capim porque não tinha flor, acho que nesse tempo não tinha nem flor, e ele proibiu a gente de fazer

⁵⁰ O depoente se dirigiu a uma das pessoas que estavam presentes na entrevista.

movimento porque estragava a praça. Ora, que estragava a praça, rapaz! Uma brincadeira tradicional da gente! Aí Antônio Soldado, o pai de Zizo, tava ou era namorando ou era casando com Geruza e ele tava hospedado, ele tava, Antônio, ia na casa de ‘seu’ Inácio Luzia. Geruza viúva, não tinha nenhum filho, morava com ‘seu’ Inácio ali na Mané Gaudêncio, e Antônio lá, caba novo, danado, bom, toda vida foi bom, e lá, e meu amigo, rapaz. Aí Geraldo não deixou, aí eu digo: ‘Mas rapaz, mas é danado mesmo, a gente deixar de fazer isso por causa de Geraldo’.

Tinha um delegado aqui chamado Expedito. Antônio Soldado levava Expedito lá pra casa de ‘seu’ Inácio pra conversar. Eu digo: “É ‘seu’ Inácio que vai resolver a parada”. Aí cheguei: “‘Seu’ Inácio, (?) ‘seu’ Geraldo não quer mais deixar a gente tomar banho lá na praça”. Ele disse: “Por que não quer, menino?” (?) chamou Antônio e disse: “Esses meninos são uns meninos de ouro, isso não faz nadinha não, eles fazem isso todo ano”. O delegado disse: “Vai fazer. Pode ir, pode ir”. ‘Seu’ Inácio quebrou esse galho, né? Aí qualquer coisa é ‘seu’ Inácio (Carlos, 66 anos).

Neste trecho, percebemos outro aspecto que integrava a folia característica do carnaval. Folia no sentido de brincadeira, diversão que afeta a ordem, afinal, tomar banho não é algo que fazemos na rua, no espaço público, pois como atividade cotidiana, relacionada aos hábitos de higiene, o banho ocorre na esfera privada, na casa, espaço privilegiado da intimidade. Aqui já visualizamos uma prática existente em diversas localidades no período carnavalesco, tal como o mela mela⁵¹. Nesta perspectiva, nos apoiamos em DaMatta (1997) quando assinala as ações que devem ser praticadas no mundo privado da casa, para ilustrar o contexto de “desordem” em que acontecem os banhos no carnaval.

Dormir, comer, banhar-se, ter relações sexuais e todos os outros modos de obter satisfação ou alívio fisiológico são ações que devem ocorrer no universo da casa, onde as pessoas se recuperam e se renovam do desgaste cotidiano. Tudo, pois, que remete ao uso, cuidados e recuperação do corpo – e que, como consequência, implica descanso e renovação – está ligado ao mundo doméstico (p. 95) .

Na citação do Sr. Carlos, vale, ainda, ressaltar a ausência de protocolo, por parte dos jovens, diante de lideranças políticas locais, como os membros citados de uma das famílias que disputavam a hegemonia política na região do cariri – os Gaudêncio – na hora de molhar a população. Isso remonta a ideia de que o carnaval, como uma festa da desordem, permite

⁵¹ A prática do banho, também chamado em alguns lugares de *carnaval molhado* hoje em dia, é recorrente em alguns municípios no Estado, como em Coremas, Piancó e Ibiara. Como o Brasil está localizado no hemisfério sul, o carnaval aqui é uma festa que ocorre no verão, estação marcada pelos dias mais longos que as noites e pelas altas temperaturas, que dura de dezembro a março. Como acontece na estação mais quente, os foliões, ou mesmo os órgãos públicos que promovem a festa, costumam desenvolver práticas que amenizam o calor da estação. No entanto, a prática de jogar líquidos nas pessoas durante o carnaval tem suas origens no entrudo (espécie de carnaval) trazido para a América pelos portugueses. Ao longo dos períodos colonial e imperial, esta celebração enfrentou diversas tentativas de proibição devido a seu caráter de subversão da ordem. Já o mela mela, originalmente, é o ato de sujar-se e sujar os demais foliões com farinha no carnaval. Hoje em dia, embora a farinha ainda seja utilizada, há um uso acentuado do *spray* de espuma. Suas origens também estão ligadas ao entrudo português.

que as pessoas se igualem, enquanto dura a festa, mediante a ruptura com as desigualdades e as hierarquias sociais. Além disso, o trecho também evidencia a insatisfação de outros membros da população com esta prática, a exemplo, o Sr. Geraldo Cantalice, seja porque estragava a paisagem da praça, seja porque nem todo mundo gosta de participar de brincadeiras como a do banho e a do “mela mela”.

Outro aspecto que também pode ser destacado é o fato de os foliões banhistas se ancorarem no poder público, representado na situação exposta pelo delegado Benedito e pelo soldado Antônio. A autoridade que governa a casa encontra-se no pai, na mãe, no irmão mais velho ou nos parentes que compõem a rede familiar e que nos reconhecem com um ente próximo. Já as autoridades que comandam a rua são justamente aquelas investidas pelo Estado, como as Polícias Militares. Neste caso,

Ao contrário *[da casa]*, o comando é dado à autoridade que governa com a lei, a qual torna todo mundo igual no propósito de desautorizar e até mesmo explorar de forma impiedosa. Todos sabemos, por experiência respeitável e profunda, que na rua não se deve brincar com quem representa a ordem, pois naquele espaço se corre o grave risco de ser confundido com quem é “ninguém”. E entre ser alguém e ser ninguém há um mundo no caso brasileiro. Um universo ou abismo que passa pela construção do espaço da casa, com seu aconchego e sua rede imperativa de relações calorosas, e o espaço da rua, com seu anonimato e sua insegurança, suas leis e sua polícia (p. 31).

O que observamos quando cruzamos o depoimento do Sr. Carlos com o trecho acima, é que os banhistas do carnaval utilizaram as autoridades responsáveis pela ordem local para manter uma prática da desordem – o banho de rua no carnaval. É interessante reconhecermos a partir disso, a importância e a força dessa festa na sociedade brasileira, seja em grandes centros ou nos lugares mais longínquos.

Deste modo, tanto o Sr. Carlos quanto DaMatta (1997) sinalizam, na entrevista e no texto, respectivamente, a referida inversão da ordem provocada pelas festas e rituais da desordem. Identificamos já aqui, a ultrapassagem dos limites que definem casa/privado e rua/público no cotidiano ou, em outra perspectiva, as relações que as aproximam em determinados momentos.

DaMatta (1997), refletindo acerca dos domínios sociais básicos, estabelece os dois seguintes: a **casa** (privada) e a **rua** (pública). Para além de espaços geográficos, a oposição e as relações de complementaridade que estes domínios mantêm ajudam na leitura, no entendimento e na explicação do modo de ser de um povo, de uma sociedade. Em uma definição, temos que,

De fato, a categoria *rua* indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões, ao passo que *casa* remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares. Por outro lado, a rua implica movimento, novidade, ação, ao passo que casa subentende harmonia e calma local de calor (como revela a palavra de origem latina *lar*, utilizada em português para casa) e afeto. E mais, na rua se trabalha, em casa se descansa. Assim, os grupos sociais que ocupam a casa são radicalmente diversos daqueles da rua (DAMATTA, 1997, p. 90-91). [grifos do autor]

Embora na citação observemos uma oposição entre casa e rua, na realização das entrevistas, notamos que estes espaços da memória dos antigos carnavais contêm estreitas relações entre si devido as peculiaridades que o carnaval possui como momento extraordinário. A festa acontecia nos dois espaços, seguindo um deslocamento que ia da rua para casa e de volta para a rua. Isso fica explícito quando os moradores começaram a narrar como eram os antigos carnavais.

A lembrança mais recorrente foi da existência de dois blocos carnavalescos de rua: o *Toureiros* e o *Não se incomode*, responsáveis pelas maiores alegrias dos antigos carnavais do município. O Sr. Luiz narrando seu gosto pela festa, conta,

Em 1940, eu tinha seis anos e...sempre gostei muito de carnaval, eu era pequeno, né? Eu (?) que ia brincar o carnaval. Nessa época saia uns blocos e aqui tinha dois blocos. Era o bloco *Não se incomode* e bloco dos *Toreiros*. O bloco dos *Não se incomode* era o bloco dos morenos, que era chamado o bloco dos negros, existia essa coisa, e o bloco dos *Toreiros* era o bloco dos brancos. Esse bloco dos, o *Não se incomode* era uma blusa de laquê de mangas compridas, calça branca com uma listra vermelha na calça e o bloco dos *Toreiros* era um blusão verde, calça branca e uma listra verde lá na calça, né? Esses blocos saiam às ruas e, antes, se mandava uma carta pra casa, né: “Olhe o bloco vai visitar”, então aquele pessoal ficava esperando, né? Então quando o bloco chegava naquela casa o portão já estava aberto, o bloco entrava, dava uma volta na casa e tinha casa que botava uma bebida, então o pessoal bebia, né? E outras casas pregavam um dinheiro na bandeira que era pra ajudar as despesas do carnaval (Luiz Gonzaga, 74 anos).

D. Rita também relembra a preocupação dos foliões para organizar o bloco mais bonito, mais bem vestido, igualmente se referindo ao vestuário.

Não, não era tudo igual. Assim, os homens do *Toreiro*, eles se fantasia, se fantasiavam todos iguais, era assim, calça branca e as camisas de laquê verde... Agora o *Não se incomode* era misturado, não tinha, não era igual não. Agora as mulheres sempre usava assim a saia de laquê vermelha e uma blusa de laquê azul marinho... Mas não que fosse todo ano dessa maneira, né? Teve um ano que... tinha uns tecido assim, com uns baralho bem grande, a fantasia, assim era os baralho bem grande, aí todo, todo mundo usava uma saia godê com, assim, com esses baralho no tecido. Outro ano era assim um, um vermelho, tecido de algodão estampado, aí quase todos usava assim saia longa e a blusa era de qualquer uma cor (Rita, 83 anos).

A preocupação com as indumentárias dos foliões que brincavam nos blocos remete ao desejo de exclusividade e é um elemento que visa à diferenciação entre eles [os blocos] e de identificação entre seus membros. Além de possuírem trajes específicos para a festa, os blocos tinham também, em comum, a prática do desfile pelas ruas da cidade, bem como a entrada nas casas dos moradores com a finalidade de obter recursos para brincar na festa e/ou bebidas e comidas. A visita às casas era encarada com seriedade e benquista pelos moradores, que recebiam os foliões com receptividade e alegria. Na frente do bloco ia a porta bandeira ou algum folião que assumia a liderança do trajeto, como rememora o Sr. Carlos.

Zé Preto com um apito na frente puxando o carnaval, entramos em toda casa, com uma bandeira e dinheiro enfiado na bandeira, né? E a gente (...) entrava numa casa dessas, licença não, emburacava, o povo tava com a porta aberta, a mesa cheia de galinha de capoeira e de cachaça pra gente, e dava mais dinheiro na bandeira e ficava com raiva quando a gente não entrava na casa. Isso era o carnaval, rapaz, da gente. Acabou-se (Carlos, 66 anos).

Um traço dos antigos carnavais, aludido pelo depoente acima, é a abundância com a qual eram recebidos os foliões em algumas casas, representada seja pelo dinheiro que era colado no estandarte do bloco, seja pela comida e bebida que os esperavam no interior das residências. Isso ocorria naquelas casas cujos donos eram pessoas que, além de gostar muito da festa carnavalesca, dispunham de condições financeiras para bancar tais agrados. Itani (2003) associa as relações com a fartura nesta festa, remetendo a Dionísio⁵², informando que “No passado era comum servir uma sopa gorda com carne. Atualmente as tradições gastronômicas de cada país são apresentadas com variações de doces, tortas, massas e outros pratos” (p. 83). Em Serra Branca, como percebemos na entrevista do Sr. Carlos, prevaleciam a aguardente de cana, popularmente conhecida por cachaça, e a galinha de capoeira, respectivamente, bebida e prato típicos do nordeste brasileiro, como variação da gastronomia local citada pela autora⁵³.

Os desfiles nas ruas e as visitas nas residências, já mencionados anteriormente, iniciavam nas tardes do domingo e seus trajetos são indicados por outros depoentes, como a D. Geruza.

⁵² Divindade grega das festas, do prazer, do vinho, associado aos excessos. Para os romanos é Baco.

⁵³ A sopa e os caldos também são importantes pratos consumidos no carnaval brasileiro, porque como se trata de uma festa dos excessos, acredita-se no poder de restabelecimento do corpo proporcionado por esses pratos contra os sintomas provocados pelo excesso de bebidas alcoólicas e, também por serem mais leves que outros alimentos. Aqui salientamos o fato de que, no Brasil, o carnaval acontece no verão, estação marcada pela presença do dia prolongado, portanto, do sol. Daí a conveniência do consumo de pratos leves, além de frutas e líquido.

Um saía por uma rua, outro saía por outra. Realmente não era sambando, era fazendo aquela roda, caracol ao redor da orquestra e a visita das casas. Entrava naquela casa com a bandeira e a dona da casa ou a pessoa da casa colocava aquela cédula, aquela nota, um dinheiro, aí a... enchia os três dias, justamente pra pagar orquestra, pra pagar quem não tinha o dinheiro pra fazer aquela camisa apropriada porque sempre, sempre os homens, era de homens, vestia a calça branca e a camisa de manga comprida ou florada ou xadrez ou listada. Era muito bonito. Um chapeuzinho diferente. Era muito bonito. E a gente acompanhava aqueles bloco animadamente (Geruza, 79 anos).

Encontramos elementos comuns na perspectiva de D. Maria de Lourdes Ramos, como vemos a seguir.

Aí eles saíam na feira, tinha o Zé Pereira, tinhas essas coisa, aí saíam andando na, assim na feira, andando, ficava para, assim passeando assim só na feira. Esse pessoal andava na feira também, aí to, dançando, tocando e o pessoal acompanhando. E à tarde aí saía, saía no, no, no domingo saía pela manhã e à tarde, na segunda também saía pela manhã e à tarde, o bloco, na rua, andando nas casa todinha. A gente visitava todas as casas, aí, cada uma casa que fosse, aí colocava o dinheiro lá na bandeira (Maria de Lourdes Ramos, 66 anos).

Analizando esses trechos, podemos fazer algumas considerações. A primeira trata justamente das relações entre rua e casa. Esta última, e aqui retomamos DaMatta (1984), é o espaço da harmonia, da ordem, possui a identidade dos que vivem nela e, sendo assim, tem um alto sentido de proteção. Logo, ela é singular, é o “nossa” lugar e é um lugar moral, uma vez que se relaciona com

Coisas que vêm do passado e objetos que estão no presente, pessoas que estão saindo deste mundo e pessoas que a ele estão chegando, gente que está relacionada ao lar desde muito tempo e gente que se conhece de agora. Não se trata de um lugar físico, mas de um lugar moral: esfera onde nos realizamos basicamente como seres humanos que têm um corpo físico, e também uma dimensão moral e social. Assim, na casa, somos únicos e insubstituíveis (p. 25).

Deste modo, ao falarmos da casa, falamos de achego e segurança, honra e vergonha, ordem e respeito. Não é em vão que sempre que passamos um dia inteiro na rua, tudo que desejamos é voltar para a “nossa” casa, onde daremos sequência ao cumprimento dos hábitos rotineiros de nossa existência, como os de higiene pessoal e os afazeres do lar, onde mantemos as conversas mais banais, íntimas e/ou secretas acerca das relações e temas do cotidiano e onde encontraremos o nosso descanso. É o lugar que abriga nossos objetos e nossa família: a “nossa” gente e que dá significado a nossa vida, desvenda nossa transitoriedade e nos põe em contato com nosso passado. A casa é o espaço onde se desenrola grande parte da

história individual dos sujeitos, o que a faz carregar as marcas do tempo. E quanto a este tempo que ela carrega, DaMatta (1984) esclarece:

Meu argumento aqui é no sentido de salientar que a casa, entre nós, ordena um mundo à parte. Universo onde o tempo não é histórico, mas cíclico, tempo que vive de durações que não se medem por relógios, mas por retratos amarelados e corroídos pelas traças, como naquela poesia de Drummond. Um tempo que é medido pela morte dos mais velhos e pelos batizados dos mais novos. Um tempo cuja duração e experiência podem ser revertidas pela doce saudade dos dias em que a família estava toda reunida em torno de alguma figura importante para a sua unidade e sobrevivência, enquanto grupo uno e integrado (p. 28).

A casa, portanto, é o lugar de identificação e da saudade. E a rua? A rua é o outro espaço que podemos explorar nos trechos das entrevistas citados anteriormente. Todos mencionam além das visitas às casas, os passeios pelas ruas da cidade. Nas entrevistas, era fácil imaginar os foliões desses blocos pelas ruas de Serra Branca. Ruas que se humanizavam com as alegrias e confusões do carnaval, tal como aquelas descritas por João do Rio (2007) nas crônicas do *A alma encantadora das ruas*. Para este autor, a rua é como “um ser vivo, tão poderoso que consegue modificar o homem insensivelmente e fazê-lo o seu perpétuo escravo delirante” (p. 45). Disso conclui-se que a rua, como todo ser vivo, é perecível e, sendo assim, podemos também pensar que as que foram lembradas, percorridas outrora pelos foliões, são igualmente perecíveis, já feneceram e permanecem apenas nas memórias.

As ruas não apenas constituem o cenário da vida de uma cidade ou em uma cidade ou cria tipos. Elas possuem alma porque abrigam experiências as mais diversas possíveis e se configuram como permanências: vão-se as pessoas, modificam-se as casas ou prédios, mas elas permanecem, não as mesmas, mas persistem em sua existência, tornando-se lugares de memória. Para João do Rio (2007), o que temos todos em comum é justamente o amor pela rua, pois,

Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. É este mesmo o sentimento imperturbável e indissolúvel, o único que, como a própria vida, resiste às idades e às épocas. Tudo se transforma, tudo varia – o amor, o ódio, o egoísmo. Hoje é mais amargo o riso, mas dolorosa a ironia. Os séculos passam, deslizam, levando as coisas fúteis e os acontecimentos notáveis. Só persiste e fica, legado das gerações cada vez maior, o amor da rua (p. 25).

Nos depoimentos, percebemos a existência, ao menos nas leituras que os moradores fazem atualmente do passado, desse nivelamento no tocante à folia carnavalesca de rua em

Serra Branca. Os blocos desfilavam pelas ruas, pertenciam a este espaço público durante a festa. Como, no presente, o carnaval local já não apresenta os contornos de outrora, como o carnaval de rua, o primeiro aspecto lembrado e mencionado nas entrevistas foi justamente os desfiles dos blocos pelas vias públicas. E essas lembranças, envoltas pela saudade e pela consciência da mudança, continuam povoando as memórias dos moradores com suas imagens das alegrias dos foliões. Esse amor pela rua tem em sua origem a própria condição do homem de ser o criador deste espaço vivo e com alma, como lembra João do Rio.

A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres, e haveis de ter visto pedreiros e canteiros, ao erguer as pedras para as frontarias, cantarem cobertos de suor, uma melopéia tão triste que pelo ar parece um arquejante soluço. A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas (RIO, 2007, p. 26-27).

Criatura (a rua) e criador (o homem) se articulam e integram de tal modo que a primeira adquire características que a humanizam. Na perspectiva do referido autor, as ruas possuem fisionomia e alma, e estabelecem tipos a partir dos que por elas circulam. Deste modo, elas possuem qualidades e defeitos, sons e silêncios, presença e ausência que interferem nas nossas vidas. Destarte, “As ruas são tão humanas, vivem tanto e formam de tal maneira os seus habitantes, que há até ruas em conflito com outras” (RIO, p. 2007, p. 38).

A rua é o espaço de circulação, de passagem, de movimento e, ao contrário da casa, ela nos reserva o desconhecido. Para DaMatta, “Na rua não há, teoricamente, nem amor, nem consideração, nem respeito, nem amizade” (1984, p. 29). Ela nos oferece a insegurança, o perigo. Para compreendermos isso, basta lembrarmos do temor dos pais quando os filhos saem de casa sozinhos ou avaliarmos a análise de João do Rio a seguir.

Nós pensamos sempre na rua. Desde os mais tenros anos ela resume para o homem todos os ideais, os mais confusos, os mais antagônicos, os mais estranhos, desde a noção de liberdade e de difamação – idéias gerais – até a aspiração de dinheiro, de alegria e de amor, idéias particulares. Instintivamente, quando a criança começa a engatinhar só tem um desejo: ir para a rua! (...)

Sair só é a única preocupação das crianças até uma certa idade. Depois continuar a sair só. E quando já para nós esse prazer se usou, a rua é a nossa própria existência. Nela se fazem negócios, nela se fala mal do próximo, nela mudam as idéias e as convicções, nela surgem as dores e os desgostos, nela sente o homem a maior emoção (RIO, 2007, p. 39).

Ela é este espaço do inesperado, da surpresa (ou susto), da agitação e do logro. Existe, entretanto, outra perspectiva para se pensar a rua: a que a equivale à “dura realidade da vida”. Neste sentido, a rua é pensada em como o lugar do fluxo da vida, no qual o tempo é medido

pelo relógio e imperam as contradições e tensões da existência, em oposição à casa, lugar cuja percepção da passagem do tempo se dá com base nas experiências vividas em família e nos objetos que aludem a ela.

A dicotomia que envolve estes dois espaços é tão importante para nos compreender e explicar⁵⁴, uma vez que ambas são utilizadas até como adjetivo para classificação de pessoas, relações e eventos, como “mulher da rua”, “criança de rua”, “briga de rua”, “comida caseira” e “comida da rua” (DAMATTA, 1984, p. 29). Estas classificações estabelecidas de acordo com as relações entre o espaço público e o privado tendem sempre a avaliar o que pertence ao primeiro como ruim ou perigoso, já aquilo que encontramos no segundo além de nos oferecer segurança, é apetitoso. Como “dura realidade da vida”, a rua mantém estreitos laços com o mundo do trabalho, como sendo aquele que nos tira do descanso que temos em casa.

É interessante notar que nessa festa, especificamente, visualizamos um universo invadir o outro mediante os deslocamentos dos blocos pelo município. A rua invade a casa e a casa recebe e agrada a rua. Os blocos se reuniam nas ruas para desfilarem pela cidade. No entanto, em seus percursos estavam as casas, que abriam suas portas e enchiam suas mesas oferecendo a fartura como recompensa à visita, sem a presença do medo, da insegurança e do perigo que a rua representa em um contexto habitual, porque é carnaval, é festa. E em que outra situação a casa poderia se expor de tal modo? Por ora, convém, mais uma vez, acionarmos DaMatta (1984) quando destaca a complementaridade entre casa e rua: “A rua compensa a casa e a casa equilibra a rua. No Brasil, casa e rua são como dois lados de uma mesma moeda. O que se perde de um lado, ganha-se do outro. O que é negado em casa – como o sexo e o trabalho –, tem-se na rua” (p. 30).

Quanto à origem desses blocos, identificamos a fundadora no *Não se incomode*, a D. Tico, nome popular da Sra. Evangelina Venâncio de Freitas. D. Rita ainda tem uma memória muito viva dessa mulher que criou o *Não se incomode*. Quanto ao bloco dos *Toureiros*, ela não recorda com clareza como surgiu, pois na sua entrevista faz questão de afirmar que frequentava unicamente o *Não se incomode*, sem preocupação nenhuma com outras questões porque no carnaval “Só queria dançar e namorar”.

Nessa época, inda tem até as menina⁵⁵, tem, era o povo de Tico, Tico era o apelido dela, eu não sei nem, parece que o nome dela era Evangelina, eu sei que o apelido era, eram duas irmãs gêmeas, era Tico e Preta, elas eram a

⁵⁴ As relações entre a casa e rua são necessárias para a compreensão e explicação da sociedade brasileira, de acordo com Roberto DaMatta (1984).

⁵⁵ As meninas as quais a depoente se refere são as filhas, ainda vivas, de D. Tico. Tentamos entrevistá-las, mas elas foram bastante resistentes e se recusaram a conceder depoimento, alegando que “dói muito”. Conseguimos uma breve conversa informal sem o uso do gravador.

enfrentante do “Não se incomode”... e do “Toreiro” eu nem sei quem era, eu sei que nessa época era Mota, era, era Zé Preto, era Alírio, era esse, essa gente assim (Rita, 83 anos).

Deste modo, começam a surgir os nomes daquelas pessoas que lideravam a folia organizando e puxando os blocos, aos quais voltaremos adiante. Além dos dois blocos citados, o Sr. Luiz recorda ainda do Clube dos Caçadores e seu envolvimento com a festa do carnaval.

(...) em 1952 ou 51, então nós fundamos aqui o Clube dos Caçadores, esse Clube dos Caçadores teve como presidente Manoel Alves de Medeiros que era conhecido como Manoel (?), Vicente Gomes como vice-presidente e eu era secretário e desse Clube, então, nós promovemos um carnaval muito bom, inclusive esse Clube foi um dos mantenedores, juntamente com a prefeitura, da banda de música local que tinha como maestro o Aprígio que foi quem... o autor da música do hino de Serra Branca (Luiz Gonzaga, 74 anos).

Ao prosseguir falando a respeito do Clube dos Caçadores, o Sr. Luiz Gonzaga declara que quem acompanhava suas atividades era a elite local, dentre os membros, comerciantes e políticos. As mesmas pessoas que compunham este clube também eram os foliões que integravam o bloco dos *Toureiros*. Ele revela, ainda, que o clube desempenhava, efetivamente, a caça e as presas eram animais característicos da fauna do interior nordestino: “Nós tínhamos, por exemplo, na época tinha a arribaçã, se tinha muita arribaçã, tinha assim, o pato, tinha marreca e tinha o camaleão, tinha o tejuaçu e tinha juriti, se tinha aqui muitas aves, inclusive, umas em extinção como a rolinha (...)”, e a “sariema” (Sr. Luiz Gonzaga, 74 anos).

Com a lembrança do Clube dos Caçadores e outros aspectos que surgem nas falas dos moradores, já vislumbramos as diferenciações existentes entre os blocos carnavalescos tratados. Tais diferenças incluíam deste o material utilizado nos trajes à composição ao consumo de produtos como lança perfume e uso de confete e serpentina.

Um aspecto de muita relevância para compreendermos a sociedade local na época era o da composição dos blocos. Todas as entrevistas cujo foco foi essa festa contiveram lembranças e alusões ao fato de existência do “bloco dos negros” e do “bloco dos brancos”. O primeiro era como era conhecido o *Não se incomode*, enquanto a fama do segundo cabia aos *Toureiros*. Eis um elemento enriquecedor para nossa análise. Comecemos a observar a diferenciação entre eles.

Seguindo o curso dos desfiles, aconteciam a noite os bailes carnavalescos de clube. De acordo com D. Rita, “quando era, assim, sete horas, a gente começava a dançar nos clube”, no que é corroborada por D. Geruza, que já apresenta outros elementos,

À noite era o baile de carnaval, aí todo mundo, os dois bloco cada um tinha, os *Toreiro* tinha o seu salão e o *Não se incomode* tinha o seu as... o seu salão. Por sinal, o *Não se incomode* animadérrimo porque era as pessoas mais simples e tudo se divertia aqueles três dias e o carnaval era muito animado. A gente aguardava aqueles três dias com muito prazer... (Geruza, 79 anos).

E continuamos com D. Rita.

Aí no domingo à tarde a gente, saía o bloco na rua, saía de 1 hora e recolhia de 6 horas. Até a, os três dias, a gente saía à tarde e... 6 horas a gente recolhia, dançava a noite toda, até 6 horas da manhã, até a terça feira, né? Quarta feira a gente não brincava mais não. Aí era o “*Não se incomode*” que era dos negro, como se, como dizia antigamente, que hoje não pode mais dizer⁵⁶, mas era assim, dos negros, e o “*Toreiro*” era dos brancos, os brancos, amarelo inxiridos, era quem ia pra lá. Eu mesmo nunca fui, eu só dançava no “*Não se incomode*”. Aí todo mundo fantasiado dançava os três dias, os quatro dias.

Às vezes o branco era muito inxirido ia dançar com as nega... vinha e às vezes, como se diz, os nego ia lá pra os, o “*Toreiro*”, dançava lá, eu mesmo nunca fui não pra o “*Toreiro*” não... (Rita, 83 anos).

Percebemos aqui o estabelecimento da diferenciação entre os blocos. O *Não se incomode* era o bloco das pessoas “simples”, dos pobres, dos negros, enquanto o *Toureiros* era o bloco da elite⁵⁷, dos brancos. Na folia de rua os blocos se cruzavam, como afirmam os moradores. No entanto, eles também enfatizam que durante as noites do carnaval, a festa era comemorada nos clubes e cada bloco tinha o seu salão próprio para a festa, existindo um clube para os negros e pobres e outro para a elite. Neste sentido, havia uma clara distinção entre elite (*Toureiros*) e os grupos mais populares (que integravam o *Não se incomode*).

⁵⁶ Esta afirmação nos remete a observar a lei 7.716 de 5 de janeiro de 1989 criminaliza o racismo. Embora exista a lei há mais de duas décadas, só em meados dos anos 2000 é que a sociedade brasileira começou a discutir de modo mais abrangente as questões que envolviam o preconceito racial. Para isso contribuíram o avanço dos movimentos negros e, de modo mais pontual, os projetos que debatem as cotas raciais nas universidades públicas. Em decorrência desse processo, o termo politicamente correto utilizado para se referir aos negros é afrodescendente.

⁵⁷ O termo elite, neste trabalho, é empregado na perspectiva não de uma elite exclusivamente econômica, mas também de uma elite cultural, que valorizava e elaborava formas de diversão no município, por isso essa identificação para se referir a algumas pessoas e/ou grupo de pessoas. De fato, algumas dessas pessoas gozavam de uma condição financeira melhor, sendo, por exemplo, comerciantes de algodão, proprietários de terra, contudo, vale salientar a pobreza da região no período, na qual vivia a maior parte da população.

FOTO 01: Prédio onde aconteciam os bailes dos *Toureiros*
(Antigo armazém de algodão de Sr. Francisco Moreira)



Acervo: Fabiolla Lemos (2011)

Esclarecemos que nas entrevistas, alguns moradores utilizaram o termo elite para aludir aos componentes do *Toureiros*, como o Sr. Luiz Gonzaga. D. Geruza, por sua vez, se referiu ao bloco como sendo “das pessoas que... **mais tinham**”. Embora no caso de D. Geruza, ela seja bastante vaga, compreendemos que por elite eles tratam, em sentido amplo, as pessoas que detinham poder político e econômico na sociedade local no período abordado. Isso não implica, necessariamente, em grandiosos patrimônios, mas bens que asseguravam alguma distinção com relação à população em geral, consideremos dinheiro e propriedades de terra de médias dimensões. Outro termo empregado para mencionar os membros do *Toureiros* foi “amarelo inxirido”, como já vimos com D. Rita. Neste caso, a menção se dirige para a questão racial que dividia os blocos e que o caracterizava como o bloco dos brancos.

Outra referência às discrepâncias entre os blocos é apontada ainda por D. Rita, quando declara que havia utilização de lança perfume, permitido na época, mas só para “Os que tinha mais ‘tutu’...”. Notamos aí mais uma alusão aos foliões pertencentes à elite que podia consumir certos produtos que o diferenciavam dos demais. Corroborando esta ideia, D. Maria de Lourdes Ramos declara que o baile dos *Toureiros* “era o baile que só ia as pessoas da alta, alta sociedade, as pessoas chiques, né? como diz o ditado, e os negros, as pessoas mais humildes e os negros, ia pra o baile do *Se incomode*”.

Algo em comum nos moradores que participavam da folia carnavalesca do *Não se incomode* é o caráter de reafirmá-lo como um bloco animado, bonito, apesar de poucos recursos. A alegria em demasia funcionava como contraste com a pobreza dos seus membros. A identidade de bloco dos negros não está presente apenas nas memórias de quem dele fazia

parte, o Sr. Carlos revela que este discurso também está presente nas memórias de um remanescente folião dos *Toureiros*. Ele, inclusive, realça a alegria e disposição antes aludida como traço marcante do desfile do *Não se incomode*.

Ah! Acabou. Acabou-se o carnaval daqui, rapaz. O carnaval daqui não era brincadeira. Aqui tinha o *Não se incomode* de Dona Tico, que dava trabalho a gente, rapaz. A gente fazia tudo no mundo pra superar o danado do *Não se incomode*, mas não podia, porque aquela ‘negaiada’ quando botava o pé pra sambar... eu vou dizer uma coisa a você, é uma (?) (Carlos, 66 anos).

D. Maria de Lourdes Ramos ao explicar o surgimento do bloco, criado por sua sogra, também releva aspectos da diferenciação entre os blocos, além de outros elementos.

Aí, depois ficou só, no início tinha, só tinha o Flamengo, era assim iniciando só tinha o Flamengo. Mas no Flamengo teve uma época que não entrava, só era para pessoas brancas, a, negro não podia participar dessa, desse car, desse baile do carnaval que era chamado lá na, no Flamengo, que era o clube do Flamengo. Era no centro da cidade. E aí foi criado por uma senhora aqui, que era até a, a mãe do meu esposo que era, era... êita, agora esqueci o nome dela, é... Evangelina Venâncio de Freitas. E aí ela fundou aqui um bloco. Era o bloco do “Se incomode”. Aí o “Se incomode” era o bloco dos negros. Assim, os branco que quisesse ir pra lá também iam, não tinha problema. Mas os preto não podia vim pra o baile do Flamengo. Aí ela, aí o bloco era assim, saía, ela organizava, o bloco tinha o porta bandeira, aí visitava todas as casas... (Maria de Lourdes Ramos, 66 anos).

Esta moradora, tal como a D. Rita, assinala que não havia uma circulação de foliões em territórios que não fossem os daqueles grupos aos quais estes estavam ligados. O Sr. Luiz foi bastante objetivo quando afirmou, categoricamente, que “O *Toreiros* não frequentava *Não se incomode* e nem os *Não se incomode* frequentava os *Toreiros*”. Então, aqui observamos com mais clareza que existiam determinados locais destinados à ocupação dos negros e pobres que eram distintos daqueles que seriam tomados pelos brancos da elite local.

Aliás, de acordo com D. Rita, era permitido aos brancos, ou “amarelos inxiridos”, participarem dos bailes do *Não se incomode*, mas a recíproca não acontecia, uma vez que os negros não tinham bem vistos nos bailes dos *Toureiros*. Por outro lado, não encontramos nenhum registro oficial de proibição da entrada de um bloco nos bailes do outro, o que nos leva a acreditar que não havia a proibição explícita.

FOTO 02: Prédio [1] que sediava o baile do *Não se incomode*



Acervo: Fabiolla Lemos (2012)

FOTO 03: Prédio [2] que sediava o baile do *Não se incomode*



Acervo: Fabiolla Lemos (2011)

No entanto, estas proibições eram veladas, o que serviu para amenizar, na memória do presente, alguns ressentimentos com relação a esta questão. A negação quando questionados sobre mal estar ou rivalidades estiveram presentes nas entrevistas, como na fala de D. Rita quando afirma: “É, cada um brincava, ia pra um lado, ia pra outro e não tinha nada de diferença não”. Portanto, a existência de bailes distintos para os foliões igualmente distintos não é reconhecida como parte de uma diferenciação entre os últimos.

Por outro lado, vemos nisso uma nítida tentativa da elite de instituir a diferenciação entre os blocos/foliões. Com relação a este aspecto, Vasconcelos (2010), analisando o carnaval de Caicó-RN entre 1980 e 2009, conclui

As festas são capazes de estabelecer relativas unificações, mas também de instituir diferenciações tanto internas quanto externamente. A distinção fundamental ocorre entre “incluídos” e “excluídos”, pois sempre são traçadas fronteiras entre os “aptos a participar” e os “estranhos” a elas. Assim, as festas podem estar associadas à produção de identidades (p. 26).

D. Maria de Lourdes Ramos relata anteriormente que o *Não se incomode* surgiu em decorrência da necessidade da criação de uma festa própria para as pessoas que não tinham acesso aos bailes de carnaval frequentados pela elite local. Neste sentido, este bloco cria o seu próprio baile com o intuito de garantir sua folia e alegrias carnavalescas independentes do carnaval da elite. Logo, nas entrevistas constatamos que o carnaval local era configurado por “duas” festas que abrigavam foliões, orquestras e comemorações diversas por meio do estabelecimento de uma diferenciação entre elite e populares.

Algo que consideramos curioso é o fato D. Maria de Lourdes Ramos se reportar ao bloco dos *Toureiros* como sendo do Flamengo⁵⁸, não apenas no trecho acima, mas em outros momentos de sua entrevista. Ela não recorda do bloco dos *Toureiros* ou do Clube dos Caçadores quando mencionamos tais nomes. O *Não se incomode* é a referência mais precisa e significativa. A que se deve esse esquecimento? Provavelmente, ao fato de que os bailes dos *Toureiros* eram realizados no clube do Flamengo, local pouco frequentado por negros e pobres, como afirmou a depoente; ao fato de ela – Maria de Lourdes Ramos – não participar dos seus bailes. Seria também devido ao fato de sua sogra ter fundado o bloco *Não se incomode* estando, assim, vinculada afetivamente, de forma especial, às pessoas e, consequentemente, às lembranças deste bloco. Sua entrevista foi marcada por um tom de ressentimento⁵⁹ e crítica em relação ao Flamengo⁶⁰, tanto pela questão da não aceitação

⁵⁸ Em Serra Branca existiram dois times de futebol cujos nomes eram os mesmos dos times cariocas, Vasco e Flamengo. Nos depoimentos sempre são ressaltados o caráter mais popular do Vasco e o mais elitista do Flamengo. Isso refletiu na atuação dos seus clubes, criados em 1962. Atualmente, o clube do Vasco está em uma situação de abandono. O do Flamengo, ao contrário, encontra-se ainda bem estruturado. Mais adiante voltaremos a tratar deste tema.

⁵⁹ É necessário considerarmos o olhar retrospectivo e as influências do presente na rememoração do passado. No caso dona Maria de Lourdes Ramos, precisamos acatar as marcas que uma depressão lega à vida de uma pessoa, já que em sua entrevista, ela afirmou que a ociosidade que veio após a aposentadoria lhe deixou em estado depressivo. Acreditamos que o peso dessa e de outras experiências no decorrer de sua vida foram decisivas para essa visão um tanto ressentida.

⁶⁰ Mantivemos o termo Flamengo aqui porque foi deste modo que ela se referiu ao bloco da elite – Toureiros – durante toda a entrevista.

implícita de negros nos seus bailes, pois não havia proibição formal, quanto por outro aspecto apontado a seguir.

Assim, a disputa era somente essa assim que, elas lá, eles faziam lá ao modo deles lá e o pessoal fazia lá, a gente era, fazia lá no outro. Aí lá (?) geralmente... o clube de lá era maior, era um clube grande, aí ficava super lotado porque lá exigia, tinha aquelas exigências, né? dizia quem fosse preto não entrava, quem, quem tivesse *problema assim de, de moral* não podia entrar também... aí... (Maria de Lourdes Ramos, 66 anos). [grifo nosso]

Apesar da tentativa de anulação de conflitos mediante a declaração de um clima de apaziguamento entre os blocos, as diferenças são reafirmadas. O que destacamos neste trecho é o impedimento da entrada de pessoas com “problemas de moral”. Por esta expressão, apreendemos que se refere aquelas pessoas que, de algum modo, agrediam ou não se enquadravam a um código de conduta apropriado aos valores morais e de comportamento presentes na sociedade local na época.

Essa questão remete-nos, diretamente, à participação das mulheres nessa festa. Questionamos os entrevistados a respeito da presença feminina nos carnavais, e especificamente nos blocos de Serra Branca. Perguntamos se havia algum tipo de preconceito ou de restrição com relação à participação das mulheres e todos os depoentes responderam, prontamente, que nada impedia as mulheres de saírem de casa no carnaval e aderirem à folia nas ruas e nos clubes. No entanto, na prática, percebemos que esta participação estava ligada à noção de decoro, profundamente internalizada pelas mulheres e que determinava o comportamento delas nos espaços da festa.

O Sr. Luiz Gonzaga foi mais específico, sugerindo quem estava entre os prováveis sujeitos com “problemas morais”.

Primeiro, todos os bailes eram feitos com a luz muito clara, melhor do que essa⁶¹, e das *mulheres suspeitas*, então, não tinham penetração naqueles locais. Porque entrar com uma mulher suspeita ali, aí vinha o presidente, outra pessoa via e dizia ao presidente, não dava, existia isso, era uma discriminação! (Luiz Gonzaga, 74 anos). [grifo nosso]

As mulheres, portanto, era dirigida uma vigilância como meio de identificar se ela oferecia risco ou não ao bom andamento dos bailes, e uma forma de fazer este controle era manter a claridade do ambiente para que fosse possível observar o comportamento das pessoas, sobretudo das potencialmente “suspeitas”. Vale salientar que o Sr. Luiz era membro do bloco dos *Toureiros*. No entanto, o cuidado por parte das mulheres também tinha que ser sustentado nos bailes do *Não se incomode*, como demonstra a D. Maria de Lourdes Ramos.

⁶¹ O depoente apontou a luz da sala onde a entrevista estava sendo realizada.

Na, na, nessa época, assim a, as, você, você dançava, mas era, tinha que ter o respeito. Se você quisesse fazer, praticar qualquer... qualquer uma coisa que desabonasse a sua conduta você iria ter que ir fazer isso lá fora. Lá dentro do baile você não, não podia fazer (Maria de Lourdes Ramos, 66 anos).

Voltamos aqui à ideia de que a rua é o lugar que oferece o perigo e a sedução/prazer, como já apontou DaMatta (1994), por isso que certas práticas e comportamentos só podem ser realizados nela, no “lá fora”, como expõe D. Maria de Lourdes Ramos. Também nesta perspectiva, Mayol (1996) nos ajuda a analisar essa questão da presença das mulheres na festa do carnaval em Serra Branca e dessa necessidade do respeito, especificamente quando discute a *conveniência*. Ele trata de elucidar as práticas culturais na cidade, focando as relações constituídas no *bairro*, no espaço público, na rua.

Mayol (1996) enfatiza que é imprescindível a convivência e, para isso, é preciso “encontrar equilíbrio entre a proximidade imposta pela configuração pública dos lugares, e a distância necessária para salvaguardar a sua vida privada” (p. 47). Este equilíbrio só é alcançado mediante o reconhecimento de que o bairro, pensado por Mayol como objeto de consumo dos seus usuários (habitantes), possui códigos que devem ser respeitados, pois disso depende a organização da vida cotidiana neste espaço, que se desenrola orientada pelos registros dos comportamentos e do que se espera obter por meio destes. Nesse contexto é que podemos discutir o que é a conveniência.

A conveniência é *grosso modo* comparável ao sistema de caixinha (ou “vaquinha”): representa, no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse “preço a pagar” (saber “comportar-se”, ser “conveniente”), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana (MAYOL, 1996, p. 39). [grifos do autor]

Esta consideração nos leva à conclusão de que a preocupação com a entrada de pessoas indesejáveis nos bailes se relaciona à noção de conveniência trabalhada por Mayol (1996). Isso fica claro quando D. Maria de Lourdes Ramos fala do desabono de conduta que não poderia ocorrer no baile (só fora dele, na rua) ou dos “problemas de moral”, ou ainda quando o Sr. Luiz se refere às “mulheres suspeitas” que eram proibidas de frequentarem determinados espaços no carnaval. Deste modo, constatamos que existiam pessoas que ameaçavam os códigos de comportamento convencionados pela sociedade de Serra Branca no período abordado. O respeito devia ser dispensado pelas mulheres, por todas elas, à sociedade de um modo geral. A conduta feminina tinha que ser “exemplar” para evitar boatos ou que as

moças ficassem “faladas”. Quem quisesse “desabonar” sua conduta, que o fizesse fora dos bailes.

No entanto, Mayol (1996) reconhece que o esperado pela coletividade é que cada um sinta a *obrigação* (pensada como laço/vínculo, e não apenas como coação) de cumprir as normas de convivência nos espaços públicos (como os clubes em que ocorriam os bailes), caso contrário, os desvios têm uma “punição”, pois a conveniência impõe uma justificativa ética dos comportamentos e os distribui com juízos de valor, fazendo com que as relações humanas se definam pelo conviver ou “saber viver com”.

O desrespeito a tais normas de convivência mediante um comportamento inapropriado resulta, no não recebimento dos benefícios simbólicos desejados pelos usuários do bairro, uma vez que

A prática do bairro é uma convenção tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão, constitui imediatamente objeto de comentários: existe uma norma, e ela é mesmo bastante pesada para realizar o jogo da exclusão social em face dos “excêntricos”, as pessoas que “não são/fazem como todos nós” (Mayol (1996, p. 47).

A consequência sofrida pelo usuário que não cumpre o seu papel pode ser desde a exclusão nos espaços comuns ao reconhecimento que leva ao ser apontado no meio da rua. O corpo – incluindo o gestual e as próprias vestimentas – se constitui, deste modo, como o sustentáculo primeiro e fundamental que sugere se o usuário está ou não em conformidade com as regras comuns instituídas pela convivência.

A atitude do transeunte deve transmitir o mínimo de informação possível, manifestar o mínimo possível de desvio em relação aos estereótipos admitidos pelo bairro. E, ao contrário, deve afirmar a maior participação na uniformização dos comportamentos. A taxa da conveniência é proporcional à indiferenciação na manifestação corporal das atitudes. Para “continuar sendo usuário do bairro” e gozar do estoque relacional que contém na vizinhança, *não convém* “dar muito na vista”. Todo desvio explícito, particularmente no vestuário, significa atentar contra a integridade simbólica; esta vai repercutir imediatamente no nível da linguagem em apreciação de ordem ética sobre a “qualidade” moral do usuário. E os termos empregados podem ser extremamente severos: “é uma piranha”, “está gozando a cara da gente”, “está nos esnobando...” Do ponto de vista do sujeito, a conveniência repousa em uma legislação interna que pode resumir-se numa fórmula única: “*O que é que vão pensar de mim?*” ou então “*O que é que os vizinhos vão dizer...?*” (MAYOL, 1996, p. 50). [grifo nosso]

A conveniência, portanto, funciona como uma lei que regula o modo de se vestir, de falar, de se comportar nos espaços públicos, mesmo não sendo um código escrito, mas

simbólico. Ela opera como medida para o estabelecimento ou conservação das relações sociais no bairro, definindo cada personagem que compõe este cenário: o comerciante, a moça, o aposentado, o padre, a criança, a mãe e o pai de família, todas estas máscaras, como ressalva Mayol (1996), que os seus usuários têm que usar para assegurar a vida cotidiana. Qualquer atentado ao bom andamento das representações destes papéis ameaça as relações do bairro, e isso gera a preocupação com “os outros”, aqueles com quem se convive, os que estão prontos para julgamentos e condenações, para apontar o dedo na rua, por isso o temor do que pensam eles sobre mim.

D. Maria de Lourdes Ramos remete, em mais um trecho, a essa questão, que é adequado para ilustrarmos a força da conveniência mesmo nos momentos extraordinários, ou seja, além da vida cotidiana, no caso na festa carnavalesca. É importante destacarmos que se trata do ponto de vista de uma mulher analisando como elas se comportavam há décadas atrás comparativamente com os dias atuais no município.

Era... tinha um problema assim que, geralmente, quando, na, no baile, se você ou uma determinada pessoa lhe convidasse pra dançar, e se você não quisesse dançar com aquela pessoa, a pessoa aí dizia “Você hoje não dança mais” (...) Aí, quer dizer que você ficava **obrigada** a dançar com qualquer pessoa de quem tivesse lá dentro do salão. Aí não havia esse respeito, porque hoje em dia você pode, você, você vai pra festa, você dança com quem você quiser. Não é porque também até paga a sua, a sua entrada, aí você não tem **obrigação** de dançar com as pessoas que você não, não gosta, não quer dançar. Mas lá, antigamente, era **obrigado** a dançar, qualquer pessoa que chamassem você tinha, você era **obrigado** a ir (Maria de Lourdes Ramos, 66 anos). [grifos nossos]

Podemos considerar que nos bailes do *Não se incomode*, já que eram os que a depoente frequentava, existiam, então, essas regras de conduta que tinham que ser seguidas. No trecho citado, destacamos alguns termos porque identificamos que, neste caso, a conveniência pode ser avaliada como coação, como imposição, no seu sentido repressivo. O “não” era considerado uma resposta inapropriada, inconveniente nos bailes e ficava sujeito a uma punição. As moças/mulheres eram obrigadas a aceitarem dançar com parceiros indesejados, pois, caso contrário, elas não dançariam com nenhum outro parceiro, uma vez que já haviam recusado outra pessoa.

Para esta depoente, isso acontecia porque a entrada das mulheres nos clubes era liberada, ou seja, elas não pagavam para entrar nos bailes, apenas os homens. Como estes entravam mediante pagamento, eles se sentiam no direito de dançar com qualquer moça/mulher que quisessem. Neste caso, identificamos a presença de elementos conservadores na sociedade local que mantinham relações com o papel atribuído

historicamente à mulher de exercer uma função de submissão, de atender aos desígnios do homem⁶². Nos bailes, a justificativa para essa postura era a entrada gratuita das mulheres. Ressaltamos ainda que essa norma não era explícita, mas velada, estando, por conseguinte, inserida no domínio da conveniência.

Um aspecto apenas referido anteriormente e que gostaríamos de destacar mais é quem eram os foliões? Quem são as pessoas “reencontradas” pelos moradores? De acordo com Delgado (2010, p. 120), “A busca incessante do tempo passado relaciona-se à dos espaços das vivências coletivas e individuais. Reencontrar temporalidades é também reencontrar lugares e identidades”. Na viagem que fazemos ao passado quando lembramos, muitas vezes, nosso objetivo é tornar a vida no presente mais agradável ou mesmo suportável. Nestes casos, o passado sempre surge como um tempo melhor, no qual é possível rever velhos amigos, se divertir em antigas festas, reviver boas histórias, refazer percursos outrora percorridos, contemplar paisagens agora bastante modificadas, por meio da seleção do que se quer lembrar.

Nestes caminhos pelas ruas, casas e salões do carnaval é que surge D. Evangelina Venâncio de Freitas, a D. Tico, fundadora e organizadora do *Não se incomode*. Para D. Geruza, quando “ela saía na garupa da bicicleta, motocicleta naquele tempo, aquele charme na rua, anunciando, ela nem falava quase, só ria e acenava, mas aí já era o cartão-postal da, do car, do *Não se incomode*”. D. Rita também relembra a D. Tico e sua irmã, e acrescenta mais nomes que lideravam esta comemoração.

Ah! Nessa época, inda tem até as menina, tem, era o povo de Tico, Tico era o apelido dela, eu não sei nem, parece que o nome dela era Evangelina, eu sei que o apelido era, eram duas irmãs gêmeas, era Tico e Preta, elas eram a enfrentante do “Não se incomode”... e do “Toreiro” eu nem sei quem era, eu sei que nessa época era Mota, era, era Zé Preto, era Alírio, era esse, essa gente assim (Rita, 83 anos).

Souza (2008, p. 38) enfatiza que a vida cultural de Serra Branca já não é a mesma de tempos passados, confirmado o caráter saudosista e de valorização das experiências passadas em detrimento das vividas no presente. Para ela, as festas tradicionais que movimentavam o município, como o carnaval e as vaquejadas, eram impressionantes e já não acontecem como antes. Relatando a festa carnavalesca, ela também menciona os nomes das irmãs “Tico” e “Preta”, fundadoras do *Não se incomode*, bem como de Dimas Venâncio, filho da primeira.

⁶² Essa ressalva se refere a existência do machismo, ainda hoje, vale salientar, como um elemento definidor das relações entre homens e mulheres na sociedade brasileira, de um modo geral. Embora as lutas das mulheres venham alcançando reconhecimentos, avanços e conquistas importantes nas últimas décadas, o machismo ainda é um elemento marcante nas relações de gênero na nossa sociedade.

Além deles, o Sr. José Mota, igualmente lembrado por D. Rita, foi citado como o organizador do bloco dos brancos, o *Toureiros*. Sua constatação é a de que “Os preto sempre tiravam em 1º lugar” na premiação que era dada ao bloco mais animado.

José Mamede Lima, o Zé Preto, foi outro nome sempre lembrado, tal como o de D. Evangelina (D. Tico). Sapateiro, folião, organizador da escola de samba, compositor de músicas para o carnaval, que junto com os companheiros de ofício desfilavam nas manhãs do carnaval. Nas memórias de D. Geruza, as lembranças de Zé Preto surgem repletas do sentimento de saudade, uma vez que eram irmãos. Ao falar de Zé Preto ela se refere também ao outro irmão, o Benoni, igualmente sapateiro. O primeiro, folião dos *Toureiros*⁶³, o segundo do *Não se incomode*. Ambos exímios dançadores, de acordo com a irmã, graças ao legado do pai, “embolador de côco”.

Em Serra Branca existiu um grupo de sapateiros bastante ativo quanto às agitações culturais. Também foi comum seus nomes serem mencionados pelos entrevistados, como o Sr. Carlos que recorda do primeiro contato com este grupo.

(...) quando eu cheguei aqui em 57, a primeira coisa que me levaram foi lá pra Zé Preto. Cheguei lá tava Zé Preto, Chico Margarida, Inacim Galego, tudo lá. Aí me levaram, Zé da Guia me levou e disse “Esse caba veio morar aqui”, aí me chatearam, fizeram aquela... Zé Preto dizendo que era irmão de Chico Margarida, que tinha sido cangaceiro no tempo de Lampião. Aí ficou (?), Zé Preto liderou essa turma. Nos carnavais já fazia parte da escola de samba de Zé Preto. Quem tinha música (?), Malandro do Morro Branco (Carlos, 66 anos).

Sempre que o nome de Zé Preto foi evocado nas entrevistas, as lembranças do grupo de sapateiros do qual ele fazia parte brotaram repletas de sorrisos. De acordo com o estudo de Lima (2008), tanto quanto o aspecto técnico do ofício, o que unia esses homens era a alegria que predominava no processo produtivo, envolto em uma atmosfera de brincadeiras. No dia do São Sapateiro⁶⁴, esses trabalhadores aproveitavam para se dedicarem ao lazer, revelando um caráter transgressor, que era marcado pela reunião dos grupos para beber, jogar, frequentar os açudes locais, dentre outras atividades que poderiam ser pensadas, obedecendo a uma prática longínqua temporal e espacialmente.

⁶³ Já enfatizamos que o bloco dos *Toureiros* era formado pela elite local do período. No entanto, Zé Preto, sapateiro, negro e pobre, estava inserido entre os foliões deste bloco. Acreditamos que, neste caso, sua aceitação se dava mediante a consideração de que ele era um sujeito que mantinha relações amistosas com pessoas da elite, além ser um agitador cultural no município, conhecido tanto pelas folias quanto pelo trabalho que desenvolvia junto ao grupo de sapateiros ao qual se vinculava e, não em raras exceções, apreendemos uma aura de liderança em torno desta figura. De certo modo, a relação de Zé Preto com a elite se pautava pela boêmia, isso impedia que as diferenças sociais prevalecessem sempre no campo das relações entre pessoas/grupos. Outro morador que também mantinha relações amigáveis com a elite era o Sr. Luiz Gonzaga de Holanda, como atesta sua entrevista.

⁶⁴ O dia do São Sapateiro é comemorado no dia de São Crispim, em 25 de outubro.

O Sr. Carlos⁶⁵, com o olhar retrospectivo, confessa a saudade e realça a relevância dos sapateiros para a história de Serra Branca.

Aí a gente sofre muito, sofre demais porque não tem mais aquilo, mas os sapateiros velhos aqui é um marco na história de Serra Branca. Um marco mesmo, forte, em tudo. Porque eles não eram só sapateiros não, eles eram poetas. A profissão, eles eram sapateiros por profissão por necessidade, mas por trás daquilo existia uma grandeza forte, existia inteligência, existia amor. O sapateiro, a profissão, era só o que desse pra comprar feijão, um mói de tripa e tomar a cana. O interessante era vida em conjunto... (Carlos, 66 anos).

Ainda segundo o Sr. Carlos, essa harmonia só se rompia no debate político, polarizado pelos partidários das famílias hegemônicas no cariri paraibano no campo da política, e que disputavam acirradamente o poder: Brito e Gaudêncio⁶⁶. Os sapateiros, como a população local de um modo geral, seguiam a tendência de uma divisão devido às diferentes posições políticas e definição das adesões. Isso, por vezes, acabava gerando um clima de mal estar entre os que defendiam posições diversas/opostas e assumiam campanhas distintas. No entanto, segundo o Sr. Carlos, os desentendimentos logo eram deixados de lado porque prevalecia a união do grupo.

FOTO 04: Grupo de sapateiros de Serra Branca⁶⁷



Acervo: Lima (2008)

Thompson (1998, p. 282) analisando as irregularidades no dia e na semana de trabalho na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX, constata que era comum que os trabalhadores alternassem momentos de intensa atividade produtiva com um tempo de ociosidade. Isso

⁶⁵ O Sr. Carlos, por sua vez, era um membro do bloco dos *Toreiros* que frequentava as reuniões dos sapateiros. No seu caso, temos a inserção de um membro da elite/branco em um grupo predominantemente formado por pobres/negros.

⁶⁶ Para mais detalhes, ver: MOREIRA, Márcio Macêdo. *Cultura Política e poder familiar nos Cariris Velhos: uma análise das fontes*. s/d. Digitado. Salientamos que no recorte que definimos para este trabalho, as famílias que disputavam o poder político na região eram as mencionadas.

⁶⁷(Esq. Para dir. em pé): Francisco Almeida (Chico Perua), Miguel Mariano, “Zuzinha”, José Mamede de Lima (Zé Preto), figura anônima, José Santos, Severino (o Frade), Inácio “Galego”, Raimundo “Gordo”. (Esq. Para dir. sentados): “Zeca” Brás, “Toinho” Gabriel, “Zé Neguim”, Severino “elétrico”, Mário Gabriel, “Chico Margarida”, Maurício Santana, Adalberto, Benigno e João Gonçalves (na frente).

ocorria quando eles possuíam o controle da vida produtiva. De acordo com este autor, este padrão de trabalho persiste hoje em dia com trabalhadores autônomos, como artistas, escritores, pequenos agricultores e até com estudantes. Ele avalia, ainda, que “A Santa Segunda-Feira parece ter sido observada quase universalmente em todos os lugares em que existiam indústrias de pequena escala, domésticas e fora da fábrica” (THOMPSON, 1998, p. 283), relatando, deste modo, uma negligência ao trabalho no início da semana. E continua: “Esse ritmo irregular é comumente associado com bebedeiras no fim de semana: A Santa Segunda-Feira é o alvo em muitos folhetos vitorianos sobre a temperança. Mas até o mais sóbrio e disciplinado dos artesãos podia sentir a necessidade dessas alternâncias de ritmo” (THOMPSON, 1998, p. 284).

O Sr. Carlos, ainda tratando dos sapateiros, aponta uma permanência dessa prática da negação do trabalho na “Santa Segunda-Feira” em virtude do lazer em Serra Branca, em pleno século XX.

Não, é o dia do São Sapateiro. Ninguém... sapateiro que se preza não trabalha dia de segunda, é dia da cana. Eu ia esperar a segunda, eu chegava lá em Zé Preto cedo pra gente traçar o programa, aí cozinhava feijão, cozinhava mocotó, roubava algumas galinhas (?) não era crime, porque São Sapateiro... o sapateiro que se preza não trabalha dia de segunda. Não, trabalhar dia de segunda não! Não pode não, é contra a lei. E assim sempre foi (Carlos, 66 anos).

Pelas palavras do Sr. Carlos notamos que o caráter transgressor da Santa Segunda-Feira não se relacionava apenas ao fato de ser um dia voltado para o lazer e não para o trabalho, mas também há um elemento de violação no roubo das galinhas que serviriam de aperitivos para a bebedeira. Isso inclusive não era considerado crime porque ocorria neste dia específico. A lei que imperava entre este grupo de homens era, portanto, aquela estabelecida pelo costume da negação do trabalho naquele que é considerado primeiro dia útil da semana. Sendo assim, é que o entrevistado conclui, como que em pregação, “E assim sempre foi”.

Hobsbawm (1998), examinando o radicalismo político e o intelectualismo dos sapateiros na Europa, em meio a diversos movimentos políticos no século XIX, discute alguns importantes fatores presentes na vida destes artífices. Ele explica que em suas tradições nada os vincula diretamente ao radicalismo ou ao intelectualismo.

Estas tradições enfatizavam o orgulho pelo ofício, baseado em grande parte em seu caráter indispensável para ricos e pobres, jovens e velhos. Este é o tema mais comum das canções dos sapateiros artesãos. Elas acentuavam a independência, especialmente a independência do artífice assalariado, comprovada pelo controle por parte do sapateiro sobre seu tempo de trabalho

e de lazer – sua possibilidade de desfrutar o *Saint Monday*⁶⁸ e outros feriados como lhe aprouvesse. Uma vez que lazer social e bebida eram inseparáveis, as canções também ressaltavam o ato de beber (atividade pela qual os sapateiros se celebrizaram), e aquele outro subproduto da cultura de bar: resolver as disputas na briga (HOBBSAWM, 1998, p. 45-46).

Temos, então, outro autor que reitera o gosto pelo lazer por parte dos sapateiros. Um dado curioso apresentado por Hobsbawm (1998), é justamente o conteúdo das composições destes artesãos que exaltava as práticas do ofício. O Sr. Carlos revela, ainda, a habilidade do Zé Preto como compositor de canções carnavalescas, ao cantar um trecho de uma música elaborada para o desfile da escola de samba por ele – Zé Preto – organizada.

Zé Preto compôs uma música, muito bonita, e cantada por mim tira a beleza da música, mas a música dizia mesmo assim: “*Não sei por que alguém critica de mim, é meu cachê, deixa eu bater meu tamborim. Quando eu morrer é que vou deixar de batucar e de beber*”, é por aí. (...) o cara fazia isso sem aquele negocinho no ouvido, sem... quem faz? Chico César? Então era isso. A gente saía na escola de samba de manhã e de tarde samba no pé com o bloco de carnaval (Carlos, 66 anos).

O Sr. Carlos revela a criatividade do compositor Zé Preto, bem como a permanência de temas ligados ao cotidiano, neste caso específico, que não tem a ver diretamente ao trabalho, a exaltação do ofício, mas às práticas de lazeres às quais se dedicavam ele – Zé Preto – e seus companheiros de farra e de labuta. É interessante relevar a menção ao *cachê* na letra, o que sugere que tais práticas podiam ser mal vistas pela população em geral, ou algum grupo específico, pois a letra “pede” para que a batucada e a bebida deixem de ser criticadas, uma vez que o ordenado individual do trabalho é que arca com estes custos. Sobre estes homens recaía o peso da conveniência tratada anteriormente. Aliás, eles rompiam, mediante tais práticas, com o ideal de comportamento considerado apropriado e, como vimos, sobre os que se negavam a pagar os custos de suas escolhas, incidia o reconhecimento e o julgamento daqueles que desfrutam o mesmo espaço, de acordo com Mayol (1996).

D. Geruza, irmã de Zé Preto, é outra moradora que recorda da escola de samba fundada pelo irmão. Ela estranha o fato da juventude local não ter disposição, apesar de ter saúde e vigor, para realizar um carnaval animado, alegre como estes dos quais recorda.

Hoje não tem mais, não é engraçado? Tanta gente, tanto jovem com tanta saúde, com tanta energia já não tem coragem de fazer isso. Aí meu irmão, já depois que acabou essa história toda, organizou uma escola de samba. Ele cantava muito bem, aí saía assim 20, 30 rapazes com... tocando, cantando, era... e ele gingando, sambando, né? (Geruza, 79 anos).

⁶⁸ Costume de não trabalhar nas segundas feiras.

A escola de samba Malandros do Morro, como informou o Sr. Carlos, não foi lembrada e mencionada por todos os entrevistados. Três citaram sua existência, que foram esses dois aos quais nos referimos e a D. Maria de Lourdes Ramos. A recordação do Sr. Carlos tem a ver com sua proximidade do grupo de sapateiros do município, que foram os foliões que criaram a escola. Já D. Geruza, apesar de afirmar que não participava como foliã do carnaval, apenas olhava a festa, relembra a escola porque foi criação do seu irmão, o sapateiro que também era um proeminente dançador, nas palavras da irmã, e compositor, nas palavras do Sr. Carlos. Como vimos, mais uma vez a predominância dos homens foi ressaltada quando D. Geruza indica o número de rapazes que desfilavam pela escola, sem mencionar a existência de uma foliã sequer. A confirmação está nas palavras de D. Maria de Lourdes Ramos, pois além dos blocos ela lembrou que

(...) tinha também um escola de samba. Não era como essas escolas de samba atuais, assim como aquelas do Rio de Janeiro com, com aquela estrutura toda, mas eram assim, o bloco, o bloco de rapazes e tudo com os tamborins na mão e batendo e cantando e dançando tudo de branco lá, aí andava a rua todinha, desfilava na... toda rua da cidade (Maria de Lourdes Ramos, 66 anos).

A escola de samba, de acordo com o Sr. Carlos, existiu paralelamente aos blocos *Não se incomode* e *Toureiros*. No entanto, D. Geruza explica que ela foi fundada “já depois que acabou essa história toda”, fazendo referência aos blocos carnavalescos. Portanto, as memórias desses moradores apontam divergências no tocante a escola. Além delas, não identificamos nenhuma fonte que tratasse desta escola de samba. Outra informação encontrada é o esclarecimento de D. Maria de Lourdes Ramos ao expor que a escola de samba possuía uma estrutura simples, sem fantasias pomposas ou alegorias, como as escolas do carnaval carioca no Rio de Janeiro. O único elemento que a acompanhava era uma banda para animar o desfile. Para seus membros, o que importava eram os instrumentos nas mãos, a alegria e o samba no pé.

Hoje, todos os personagens dessa história habitam as lembranças dos que sobrevivem. Outrora sinônimos de vida, alegria. Agora, povoam memórias. E como lidar com essas perdas? Como acreditar que todos morreram, levando consigo tantas alegrias. Após ouvir D. Rita compreendemos como custa aceitar a morte. Não apenas das pessoas, mas desse tempo inesquecível.

Acabou de vez... Carnaval aqui acabou. Ói, eu não sei como foi uma coisa aquela, fracassou mesmo. E também essas pessoas que brincavam o carnaval, é, que eram enfrentante, tudo, elas morreram. Preta morreu, Tico

morreu⁶⁹, esse povo... quase tudo morreram. Povo que dançavam. As menina do finado Onório era... o povo dos oriente eram, eles moravam aqui e depois foram embora morar em João Pessoa, aí acabou, e lá morreu tudo. A última que tinha era Natália e no dia das mães ela morreu. Elas eram as mais animadas. Era umas pretinha linda, madrinha Zefa era linda (Rita, 83 anos).

A experiência advém da vida vivida por nós e por outros dos quais a herdamos, daí a importância da transmissão, retomando Benjamin, em *O narrador e Experiência e pobreza* (1994). E o que acontece quando a morte chega? Para refletir, consultemos o próprio,

Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível. Assim como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens – visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso –, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos em seu redor. Na origem da narrativa está essa autoridade (BENJAMIN, 1994, p. 208).

Aqueles que já não ocupam espaço no mundo dos vivos deixaram suas marcas, seus ensinamentos, acessos nas recordações. Não é à toa que D. Rita não consegue entender porque, no presente, os jovens não retomam essas atividades vividas coletivamente no seu passado, porque não se organizam e comemoram mais o carnaval como antigamente. Os moradores foram unânimes ao afirmarem que hoje, no presente, nada acontece no município durante o carnaval. Algumas pessoas viajam e, as que ficam, não tem ânimo para prepararem algo. Mesmo diante do apelo de D. Maria “‘Vocês deviam organizar um porta bandeira bem direitin e fazer as visitas nas casas’, porque até angariava recursos, assim, pra ajudar na escola. Mas não tem quem organize”⁷⁰.

Uma explicação para este descaso da juventude em relação a esse passado “perdido” da história local de Serra Branca é dada pelo Sr. Carlos, que atribui ao fluxo do presente um grande peso na conta do desinteresse das gerações mais recentes. Questionado acerca dos motivos que levaram ao fim de tanta animação para festas, ele respondeu enfatizando o conflito de gerações entre os que reconhecem o valor destas experiências e aqueles que sequer a conhecem ou demonstram interesse para isso.

Pra acabar com isso? A tradição velha, aí, vieram essas bandas, vocês jovens que não querem levantar, tão levantando agora, mas sempre se acomodaram com o axé *music*, vocês. Porque por a gente, a gente procura vocês, vocês é

⁶⁹ De acordo com D. Maria de Lourdes Ramos, a Sra. Evangelina Venâncio de Freitas faleceu no dia 25/11/1962.

⁷⁰ A fala de D. Maria de Lourdes Ramos se dirigia, neste trecho, às professoras que organizam o desfile dos alunos nas escolas do município com a chegada do carnaval. Ou seja, para ela, o espaço escolar deveria ensinar aos alunos essa história e mantê-la viva dentro dos limites possíveis como herança aos que, simplesmente, desconhecem-na.

que não procuram a gente. E a gente não se adaptar a vocês porque falta gás, falta perna, falta tudo, né? E a gente aprende com vocês, mas a distância, não pode existir essa distância grande porque tá unindo gerações e qual é de vocês que sente saudade daqueles tempos e procura resgatar? Porque vê-se, foi uma coisa que se perdeu (Carlos, 66 anos).

Vemos, portanto, que os mais jovens, na perspectiva dos mais velhos, não se dispõem a trocar, a dialogar, com o intuito de estabelecer uma continuidade com este passado. Eles não estão abertos à transmissão da experiência tão valorizada por Benjamin (1994). Os idosos não têm força ou fôlego para lidar com esta negligência e o passado, deste modo, corre o risco do esquecimento. Por outro lado, é preciso relembrar esta marca da rememoração que insiste em avaliar o passado sempre como um tempo melhor, mais harmonioso, para compreendermos que não se trata da não existência do carnaval em Serra Branca na atualidade.

Na verdade, a forma de comemorar passou por mudanças. Já não existem os blocos que desfilavam pelas ruas e casas, mas existem outras práticas que sugerem a celebração dessa festa. Exemplo disso são as comemorações nas escolas, que costumam elaborar atividades com os discentes que exaltam a folia carnavalesca. Existem outras práticas que configuraram o atual período de carnaval em Serra Branca.

Sendo assim, concluímos aqui como da maneira como iniciamos nossa conversa com D. Maria, com música. Souza (2008, p. 38) nos apresenta este trecho de uma música composta por D. Emilia⁷¹ para ser cantada pelas ruas de Serra Branca nos desfiles do *Não se incomode*.

Só brinca carnaval quem pode,
Não se incomode, Não se incomode,
Nós somos bastante fortes,
Vamos brincar o carnaval.
Nós somos da pagodeira, da lista ideal,
Nós somos bastante fortes,
Vamos brincar o carnaval.

Na letra abaixo (mas também na que consta como epígrafe deste tópico) apreendemos um tom de provocação, de deboche. Lima (2008) fez esta observação em seu trabalho. Considerando o contexto de conflitos que envolvia a atuação dos blocos *Não se incomode* e *Toureiros*, acreditamos que este “pode” entoado pelos foliões do primeiro sugere, justamente, as tensões e as diferenciações já apontadas ao longo do texto entre elite e os populares. O “pode” abria a possibilidade para qualquer pessoa brincar o carnaval e, além disso, o próprio

⁷¹ Embora maiores esclarecimentos de quem seja esta compositora não sejam dados, acreditamos que ela era uma folia assídua das festas do *Não se incomode*, já que a música foi feita para este bloco.

nome do bloco – *Não se incomode* – é indicativo dos conflitos e da necessidade dos populares de ter sua própria festa.

2.2. Lembranças de fé e diversão: a festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

A santa Padroeira de Serra Branca é Nossa Senhora Conceição⁷², cujo dia, na liturgia católica, é 08 de dezembro⁷³. É nesse dia que acontece o auge das comemorações da festa da Padroeira no município até hoje. Na história de Serra Branca, o catolicismo e a Igreja Católica, sem dúvida, marcaram o comportamento, as maneiras de ver o mundo e as próprias vidas dos moradores, sobretudo durante a atuação do padre João Marques Pereira, já referido anteriormente. No recorte temporal estudado, o catolicismo era hegemônico no município⁷⁴.

FOTO 05: Imagem de Nossa Senhora da Conceição
(Igreja Matriz de Serra Branca)



Acervo: Fabiolla Lemos (2011)

⁷² Existem dois modos dos católicos fazerem referência a esta santa: Nossa Senha da Imaculada Conceição e Nossa Senhora da Conceição. Optamos pela segunda, que foi a forma como os moradores a denominaram nas entrevistas.

⁷³ Mais do que um dia santo para os fiéis católicos, a comemoração que neste dia acontece se relaciona ao dogma da Igreja Católica pelo qual o filho de Deus foi gestado. Conforme a doutrina católica, Maria teve sua concepção (conceição) preservada do pecado original, o que a caracteriza como imaculada, ou seja, sem mácula. A Igreja reconheceu oficialmente a isenção do pecado original de Maria, no dia 08 de dezembro de 1854, através da bula *Ineffabilis Deus* do Papa Pio IX, por isso neste dia é celebrado o dia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, ou Nossa Senhora da Conceição.

⁷⁴ De acordo com o depoimento ao Projeto de História Local do Pe. Antônio Apolinário, ex-pároco de Serra Branca, onde atuou por cerca de 21 anos, os grupos chamados evangélicos só começaram a surgir no município por volta dos anos 1990, após sua transferência para outro município. Esse fato é atribuído, na interpretação do padre Antônio, à consciência cristã das pessoas que respeitavam profundamente à Igreja Católica nas décadas estudadas. No entanto, outra moradora, D. Maria Santina relata que entre as décadas de 1930 e 1940 já existiam pessoas na região que possuíam credos diferentes, como os chamados evangélicos, vigorosamente combatidos pelo padre Edgar Toscano, pároco local. No seu depoimento, esta moradora revela: “Pade Edgar tinha uma raiva, uma queixa de evangélico”. E continua: “Ele era brabo demais. Disse que era contra, chamava ‘os cão’. Do jeito que eles chama com a gente hoje, chama, era...” (Maria Santina, 88 anos).

As festas de padroeiros(as), de acordo com os estudos de DaMatta (1984), estão associadas aos ritos da ordem, ou seja, aqueles que têm como propósito celebrar a manutenção da hierarquia e das desigualdades do mundo social e, sendo assim, constituem ritos de reforço. Apontando a estrutura da ordem, no caso a religiosa, ele afirma que,

Desse modo, os rituais religiosos partem de igrejas e locais sagrados, pretendendo ordenar o mundo de acordo com os valores que são ali articulados como os mais básicos: O mundo de Deus – representado pela Igreja Católica e pelas formas de religiosidade que a ela se referem – é um universo onde as coisas se ordenam de um modo plenamente vertical. De cima para baixo e de baixo para cima. Com Deus, a Virgem Maria, os santos, os anjos, os mártires, os beatos, os sacerdotes e os fiéis formando uma cadeia: do altar-mor, onde essa verticalidade está constituída, até o adro da igreja, onde as pessoas se espalham, misturando o profano com o sagrado (1984, p. 83).

Ao mesmo tempo em que a ordem é reforçada, há um discurso da Igreja Católica que visa suavizar os impactos dessa hierarquia por meio da ideia de que ela – a Igreja – é a responsável pelo reino dos Céus, e não pelo mundo físico, real ou material. Sua função é atender ao pedido de qualquer fiel que busque ajuda ou intermediação junto aos santos(as), a Nossa Senhora e/ou ao próprio Deus. Essa atribuição de acolhimento de todos os fiéis no seu espaço permite que aconteçam encontros entre ricos e pobres, saudáveis e enfermos, homens e mulheres, adultos e crianças, fiéis “praticantes” e “não praticantes”⁷⁵ em diversas celebrações. DaMatta (1984) observa ainda que, embora a Igreja busque atender a todos os fiéis, seus ritos de comemoração jamais apontam para uma inversão da ordem, como no carnaval. Como já afirmamos, as festas da ordem mantém e reforçam as hierarquias e as desigualdades sociais.

Outra diferença entre as festas da ordem e da desordem assinalada por este autor reside nas questões que abarcam o corpo e o comportamento. Ao contrário do carnaval, cujo objetivo é proporcionar prazer ao corpo, e neste caso o desgaste é inevitável, na festa religiosa o comportamento característico é o da contenção, seja corporal, seja verbal. O corpo deve ser neutralizado, sacrificado em função das noções de devoção, respeito, dever e ordem. Um dos aspectos que indicam essa necessidade de controle sobre si é o fato de as festas da ordem não conseguirem integrar corpo e espírito do mesmo modo que faz o carnaval, por exemplo. Vejamos a disparidade.

⁷⁵ Esclarecemos que o termo “praticante” é utilizado para pensarmos naquelas pessoas que frequentam a Igreja com assiduidade e que, geralmente, se envolvem de forma mais ativa com suas atividades. Já “não praticante” se refere às pessoas que afirmam acreditarem na existência de Deus, se intitulando católicos, mas que frequentam esporadicamente as celebrações religiosas. Salientamos que quando mencionamos aqui a fiéis ou a Igreja, estamos falando da Igreja Católica, instituição que, como já falamos, possuía hegemonia entre a população de Serra Branca.

Assim, eu posso estar ajoelhado numa igreja, mas ter meu espírito muito longe dali, o que no caso de um ritual orgiástico (*como o carnaval*) é impossível, dada a solicitação em que o corpo e o espírito estão implicados. De fato, num almoço com amigos ou num baile de carnaval, não posso deixar de me envolver. A festa carnavalesca requer tudo de mim: meu corpo e minha alma, minha vontade e minha energia. **Mas as festas da ordem parecem dispensar essa motivação totalizada.** Daí, talvez, essas regras rígidas de contenção corporal, verbal e gestual nos ritos da ordem (DAMATTA, 1984, p. 84). [grifos nossos]

A disciplina e o sacrifício impostos ao corpo fazem com que as pessoas sejam reconhecidas, nos ritos da ordem, de acordo com os respectivos lugares que ocupam na sociedade. Ou seja, o prefeito e os vereadores, secretários e juízes, médicos e advogados devem ocupar suas posições segundo suas funções e lugar de destaque que possuem em uma determinada sociedade. Por outro lado, seus comportamentos nesses espaços devem acompanhar esta noção de contenção. Já o restante da população, formada pelos cidadãos comuns, que não tem autoridade ou cargo de maior notoriedade local, deve se posicionar igualmente em um lugar correspondente. Nesta perspectiva, DaMatta (1984) ressalta que “Entre autoridade e povo, nessas ocasiões solenes e formais, há uma clara divisão” (p. 86).

Esta divisão, inclusive, marcava a disposição do local em que, por exemplo, acontecia a festa da Padroeira em Serra Branca. Nas entrevistas que realizamos sobre a festa de Nossa Senhora da Conceição, os moradores lembraram o pavilhão, que se tratava de uma área cercada com uma estrutura de madeira, na qual, ficavam as barracas das candidatas à rainha da festa e aqueles que podiam consumir seus produtos, e, do lado de fora, permaneciam as pessoas que não tinham recursos para adentrarem-no com o intuito de consumir as comidas e bebidas vendidas pelas candidatas. Por outro lado, estas pessoas encontravam outros espaços para se divertir e participar da festa, consumindo nas barracas localizadas fora do pavilhão, brincando nos parques de diversão ou mesmo circulando ao redor do pavilhão, como mencionaram alguns depoentes.

Notemos aqui esta estrutura que realçava as diferenciações sociais entre os fiéis que frequentavam a festa, corroborando a observação de que “Seja uma cerca, seja um espaço vazio, seja um palanquim ou outra construção qualquer que permita imediatamente saber quem é quem, pois os ritos da ordem não admitem a confusão de papéis ou posições” (DAMATTA, 1984, p. 86).

Para construir esta parte do texto referente à festa da Padroeira, utilizamos as entrevistas arroladas abaixo.

- Antônio Apolinário⁷⁶, em 03/04/2009;
- Geruza Mamede Lima⁷⁷, em 11/06/2011;
- João Lôpo e Araújo⁷⁸, em 25/06/2008;
- Luiz Gonçalves⁷⁹, concedida em 08/10/2009;
- Margarida Antonino da Silva⁸⁰, em 11/06/2011;
- Maria Santina⁸¹, em 14/12/2011;
- Severino Ramos⁸², em 10/06/2011.

A atual Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Serra Branca, foi construída no começo do século XX, sendo iniciada entre 1909 e 1910, pelo pedreiro Luiz Gomes de Souza, conhecido como “Mestre Luiz”, que foi o construtor de toda a obra. No entanto, até esta edificação, Serra Branca possuía uma Capela de Nossa Senhora da Conceição com vinculações à Igreja de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri. Isso durou enquanto Serra Branca foi distrito deste município, subjugada político-administrativamente (SOUZA, 2008, p. 14).

Após uma sucessão de párocos na década de 1930, quem presidiu a paróquia de Serra Branca, entre as décadas de 1940 e fins da de 1960, foi o Padre João Marques Pereira⁸³. Percebemos que não houve uma entrevista em que seu nome não fosse citado, inclusive quando o tema não era a festa da padroeira, como futebol, política e, principalmente, educação. No seu caso, poderíamos elencar uma série de adjetivos apenas recorrendo às falas dos entrevistados, como “brabo”, “sério”, “carismático”, “solidário”, “lutador”, “organizado”, “pessoa fantástica”, dentre outros.

Acreditamos que ater-se a este nome seria bastante interessante, mas demandaria um trabalho para o qual não nos propomos. Por ora, destacaríamos sua presença constante nas

⁷⁶ Antônio Apolinário, 77 anos, é natural de Esperança-PB. Sua entrevista foi concedida ao Projeto de História Local. Ele foi pároco de Serra Branca, onde atuou por 20 anos, de 1971 a 1991.

⁷⁷ Ver nota 33.

⁷⁸ O Sr. João Lôpo, 80 anos, é natural de Serra Branca. Foi vereador, atuou na área da saúde como farmacêutico e, do pai maestro, herdou a paixão pela música que o levou a fundar a Banda Imaculada Conceição no município nos anos 1960. Esteve envolvido ainda na criação do time do Flamengo..

⁷⁹ Luiz Gonçalves, 64 anos, é natural de Serra Branca. Teve uma formação técnica em eletrônica que o preparou e estimulou a desenvolver, com o apoio da Igreja local, experiências com rádio e cinema. Trabalhou também na construção civil no município e em algumas empresas no sudeste, onde viveu por cerca de 30 anos. É um nome sempre lembrado quanto à vida cultural do município. Fundou um dos cinemas que existiram em Serra Branca, bem como uma rádio e um programa de auditório.

⁸⁰ Dona Margarida, 81 anos, residiu na casa paroquial por 17 anos com o padre João Marques Pereira, por isso acompanhava de perto a organização da festa da Padroeira. Atualmente é aposentada.

⁸¹ Dona Maria Santina, 88 anos, é aposentada. Viveu toda a vida em Serra Branca e grande parte dela na zona rural, inclusive o período do qual tratamos. Atualmente reside na zona urbana.

⁸² Ver nota 32.

⁸³ Sua atuação em Serra Branca se deu de 1942, ano de sua chegada, a 1969, ano de sua morte no município.

memórias, enfatizando o poder⁸⁴ que este exercia na comunidade que pastoreou por 27 anos. Podemos nos reportar ao seu papel e influência no município de Serra Branca, a partir da caracterização do poder simbólico com base em Bourdieu (1998), este afirma que a religião – no caso do nosso estudo a Católica Romana, faz parte da *estrutura estruturante* dos sistemas sociais. Assim, a estrutura do poder religioso (a Igreja) conferiu ao Padre Marques os “instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos, como formas simbólicas” (p. 8), a religião exercia um poder sobre as pessoas porque comportava símbolos estruturados e esses, são “instrumentos por excelência da integração social” (p. 10). Esse poder é simbólico e como nos afirma o autor citado “é com efeito invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem.” (p. 7-8). O padre Marques, se tornou o orientador de grande parte da vida não só religiosa, mas, social de toda uma comunidade, que o respeitava, admirava e seguia e, que hoje o mantém na lembrança como “brabo” e, ao mesmo tempo, como “pessoa fantástica”!

FOTO 06: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição



Acervo: Fabiolla Lemos (22/07/2012)

O ex pároco, padre Antônio, fez alguns esclarecimentos quanto à estrutura da festa, o que consideramos importante por se tratar da ótica de um representante da Igreja Católica que atuou em Serra Branca. Ele confessou ter tido dificuldades na organização da festa no tempo em que esteve no município, dificuldades estas relacionadas à própria forma tradicional em que ocorrem as festas de padroeiros(as) ao longo do tempo.

⁸⁴ “Entenda-se por poder a oportunidade dentro de uma relação social que permite a alguém impor a sua própria vontade mesmo contra a resistência e independentemente da base na qual esta oportunidade se fundamente.” (WEBER, 2002, p. 107).

O tipo, as práticas das celebrações, elas permeavam todas as igrejas, todas as paróquias. Era, mais ou menos, um figurino único, dependendo do jeito, do caráter, do temperamento do pároco. Então, a gente mudava alguma coisa, acrescentava, substituía. No meu tempo, a gente tentava fazer com que houvesse uma participação maior. Como a festa era centralizada na paróquia, os distritos contribuíam e, somente nas capelas maiores havia a festa dos padroeiros. A festa no seu impulso maior, realmente, na sede paroquial. As reformas eram muito lentas, porque a gente tinha um esquema comum que veio na história toda da formação das paróquias, da prática de celebrar a festa da Padroeira. A gente tinha dificuldade em introduzir alguma coisa onde o povo se interessasse mais (Antônio, 77 anos).

Há, por conseguinte, uma visível relação entre os posicionamentos dos párocos e seus modos de fazer a festa dos(das) padroeiros(as) locais e o grau de envolvimento e de satisfação da população que participa dela. Um bom equilíbrio entre ambos é decisivo para o encaminhamento das atividades. Além disso, o depoente faz referência à hierarquia intrínseca da Igreja Católica. Embora os fiéis e as capelas estivessem distribuídos entre a sede, os distritos e as comunidades rurais, havia uma centralização das atividades e celebrações na igreja maior ou mais central localizada na sede do município, o que não impedia a participação da população rural ou dos distritos nas atividades comemorativas.

Em algumas entrevistas, os moradores lembraram de quando se deslocavam para o zona rural, junto com o padre Marques, para acompanhar celebrações nestas áreas. Algumas comunidades rurais, como falou o padre Antônio, possuíam capelas e seus respectivos padroeiros(as). No entanto, de acordo com as nossas fontes, as principais atividades desenvolvidas durante a festa da Padroeira concentravam realmente na área urbana, que abrigava toda a estrutura do pavilhão, bem como o desfile da banda e a programação religiosa. Quanto a esta última, o formato da festa era caracterizado pelas missas e novenas, como explica D. Geruza.

(...) digamos, a festa é no dia oito e esse novenário começava antes pra dar nove noites de novena. O novenário, já tá dizen, nove noite. Muito bonito. Cada ano ele inventava uma coisa. A santa ia pras casas, a santa ficava na igreja e as famílias daquela rua fazia a novena. Contudo que as cantoras, dez, doze moças ou dois, três homens fazia parte, cantava aquele novenário naquela rua. Então a gente fazia questão das pessoas que moravam naquela rua ir pra novena. Levava vela, lega, levava a es, a esmola, levaram, aí era o noitário pra fazer dinheiro pra dia oito ter a culminância da festa com uma quantia “X” pras despesa da igreja, pra, pra... a noi, depois fazia a missa da esmola, da (?) pra aqueles mais necessitados (Geruza, 79 anos).

As novenas constituíam o novenário, que eram rituais de leituras, preces, orações e cânticos voltados para Nossa Senhora da Conceição, neste caso, que é a Padroeira local. Ele acontecia em nove noites consecutivas, terminando no dia 08 de dezembro, dia da Padroeira

que marcava o encerramento da festa. As novenas, segundo D. Geruza, aconteciam na Igreja e contavam com a participação dos noitários. Geralmente, um sorteio era feito, utilizando os nomes das ruas da cidade, para definir quais ruas, representadas pelos seus moradores, seriam responsáveis pelas novenas. Deste modo, os noitários, que eram os moradores, compareciam à Igreja nas respectivas noites em que suas ruas haviam sido escolhidas pelo sorteio. Por essa estrutura, percebemos que havia uma tentativa de assegurar a presença do maior número possível de fiéis nas celebrações da santa Padroeira.

Os noitários também contribuíam com dinheiro para as despesas da festa. Outra prática que surge na fala de D. Geruza é a pernoite da imagem de santa nas casas dos fiéis, quando afirma que “A santa ia pras casas”. Havia um deslocamento da imagem da Padroeira que, em sua festa, visitava seus fiéis, adentrando os lares. Era realizada ainda uma missa, a chamada “missa da esmola”, para garantir ajuda aqueles mais desprovidos, o que reforça o discurso de inclusão que envolvia essa festa e é característico da Igreja.

Ainda com relação ao aspecto religioso da festa, D. Margarida reitera as atividades realizadas na programação e afirma, com orgulho, a movimentação e atração que ela despertava nas populações das áreas circunvizinhas. Era a festa que trazia “todo mundo” para Serra Branca.

Era muito boa muito participada chamava atenção do povo vizinho e afinal da todo município porque todo mundo vinha para a festa era uma beleza tinha missa procissão no dia 08 era ultimo dia tinha missa as 10 horas e a procissão de 5 horas, depois tinha o pavilhão com duas cores, era azul e vermelho depois do pavilhão tinha a coroação da rainha, a candidata que tinha recordado mais dinheiro era a rainha (Margarida, 81 anos).

À vizinhança referida trata-se dos municípios de São João do Cariri, Sumé, Coxixola, Congo, São José dos Cordeiros e Parari⁸⁵, além dos distritos de Santa Luzia e Sucuru. D. Margarida alude aos dois aspectos pelos quais a festa era, e continua sendo, celebrada – profano e religioso. Sobre este último, o Sr. Severino relata,

(...) naquela época o povo era mais religioso. A gente via que naquelas procissões tinha, eram as chamadas “Filhas de Maria”. Era as mulheres todas de branco com um negócio vermelho no pescoço. Tinha aquela coisa mais religiosa, mais de fé, né? Hoje pode ter mais gente numa procissão aqui em Serra Branca, mas não é como era de primeiro, né? O povo vai perdendo por

⁸⁵ Serra Branca foi distrito de São João do Cariri. Sua emancipação política ocorreu em meio às disputas políticas entre duas famílias bastante influentes que lutavam pela liderança na região – Brito e Gaudêncio – em 27/abril/ 1959. A instalação oficial do município foi realizada em 10/abril/1960. Para mais detalhes sobre esse processo, ver MOREIRA, Márcio Macêdo. *Uma história da emancipação política de Serra Branca (1947-1960)*. 2009. Monografia (Licenciatura Plena em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba.

causa dessas festa mesmo, por outras coisas, né? Mas naquele tempo o povo era mais religioso (Severino, 56 anos).

A religiosidade que marcava o passado já não está presente nas comemorações da festa da Padroeira, de acordo este morador. Ele lembra das “Filhas de Maria”, as devotas de Nossa Senhora da Conceição que participavam da procissão em homenagem a santa⁸⁶. D. Margarida compartilha deste ponto de vista do Sr. Severino. O padre Marques, aquele que se constitui em sua referência mais virtuosa de chefe religioso era o símbolo maior da festa na sua lembrança: “Padre Marques Pereira ele fez o colégio e era muito dedicado a educação. No pavilhão ele estava presente. Hoje é diferente, os padres não participa do pavilhão” (Margarida, 81 anos)⁸⁷. O Sr. João Lôpo também se alinha a esta perspectiva de encarar a festa no passado e no presente

Olha, antes na festa da Padroeira a gente sentia o povo com mais fervor, aquele respeito grande, sobretudo Nossa Senhora, o povo rezava mais, tinha aquelas novenas antigas, muito bonitas, aquela pregações que vinha padre de fora pra fazer as pregações aqui, o berço do santíssimo, tudo tinha, a gente notava no povo, o povo era feliz com aquilo e hoje (?) porcaria de conjunto véio pra fazer zuada, gritar, gemer e ninguém vê música aí fazer de dança, isso não é festa. Fico revoltado. As pessoas tinham aquele sentimento de religiosidade, de respeito e participam muito ainda da festa da Padroeira, têm os padres moderninhos, principalmente esse, negócio dele é negócio com dança e dinheiro, porque esse padre é doido por dinheiro, eu preparava coral, tudo o que era da igreja eu fazia, canto bonito, eu, mas... (João Lôpo, 80 anos).

Em ambas as falas – D. Margarida e Sr. João –, contudo, identificamos elementos de uma crítica mais pontual à própria igreja no presente, pois de maneira comparativa, ela remete a ausência dos párocos atuais nesta comemoração e ele recrimina o comportamento dos padres mais recentes que se preocupam apenas com o dinheiro arrecadado e permitem a dança na festa ou com aqueles párocos que demonstram uma politização em seus posicionamentos e ações. Além disso, o Sr. João critica a própria população, sobretudo a juventude, que abandonou as antigas práticas religiosas em favor das festas com bandas de forró que acontecem nas atuais comemorações do dia de Nossa Senhora da Conceição. Tudo isso sugere que a religiosidade constante e valorizada em outros tempos já não está presente na atualidade.

⁸⁶ Gaeta (1995) também encontrou referências à “Irmandade das Filhas de Maria” na cidade de Franca, o que reforça o fato de que as celebrações da festa possuíam um formato comum, ressaltado pelo padre Antônio em sua entrevista, variando de acordo com as posições dos párocos locais. A associação Pia União das Filhas de Maria foi criada, em Serra Branca, pelo padre João Marques Pereira.

⁸⁷ Ela remete a ideia do padre como o grande defensor e construtor de um projeto educacional voltado não apenas para o município de Serra Branca, mas para toda a região do Cariri. Foi comum nas entrevistas aparecer este representação do padre João Marques.

D. Maria Santina também contribuiu para a construção do discurso assentado na religiosidade que recobria a vida em Serra Branca, especialmente no tempo do padre Marques, marcado pelas muitas rezas e procissões.

Tinha missa, missa todo dia... de noite. Tinha o, muita oração no tempo de Pade Maque, do pade Edgar eu num lembro muito não, mas pade Maque tinha muita reza, muita oração. E a procissão bonita que fazia gosto. Aquelas banderona (Maria Santina, 88 anos).

A não identificação entre o presente e o passado significa, para os moradores, que a religiosidade foi abandonada. O passado é um tempo que confere à Igreja Católica o papel de ser a base fundamental da sociedade, portadora e disseminadora dos valores e dos comportamentos (ou da moral e dos bons costumes) que erigiam a ordem social. Esta ideia surgiu com recorrência desenhando certa unanimidade entre os moradores que entrevistamos.

Analisando as representações das festas religiosas na cidade de Franca-SP por meio das memórias de idosos, Gaeta (1995) também constatou este aspecto nas memórias.

A cidade assim representada pelos velhos se assemelha a um Santuário, onde as desavenças religiosas, os cismas, a penetração de outras religiões e cultos, que nesta ocasião se esforçavam para ocupar espaço⁸⁸, escapam das memórias e ficam sombreadas. Uma aura unanimista de catolicismo recobre estas falas estilhaçando-se em imagens de fé, devoção, de amor fraternal e de respeito. Estes sentimentos se desdobram e se projetam para as hierarquias urbanas, como também a autoridade dos pais, avós e dos maridos, quando se trata da memória feminina. Este imaginário do sagrado constitui-se numa fonte que irriga um sentimento de nostalgia, em relação ao passado e de perdas em relação ao presente (GAETA, 1995, p. 166).

Os moradores delineiam um cenário em que prevalecia o catolicismo entre a população. A autora relata a função da família (dos pais) como “Guardiões implacáveis da austeridade religiosa”, reproduzindo, inclusive, dentro de casa a hierarquia e o autoritarismo imperantes na Igreja, identificados na obrigatoriedade que impunham aos filhos de participarem das cerimônias religiosas. Para Gaeta (1995, p. 167), “Simbolizadoras de uma comunhão com Cristo e com a Igreja estas liturgias religiosas deixaram uma memória pontuada pela aura da unanimidade católica, pela homogeneização das práticas, por um cotidiano consensual e harmônico”.

No entanto, se, por um lado, as práticas da Igreja na festa da Padroeira tentavam homogeneizar a população, no sentido de tornar a comemoração inclusiva; por outro lado, os próprios moradores de Serra Branca, nos seus depoimentos, explicitaram a hierarquia e as

⁸⁸ Embora a autora se refira à cidade de Franca, como já mencionamos em outro momento, os grupos evangélicos também tentavam se instituir em Serra Branca já nos anos 30 e 40 do século XX.

diferenciações presentes na festa a partir do momento em que começaram a falar do aspecto profano, iniciando pelo pavilhão onde ela era realizada.

FOTO 07: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (foto s/d)⁸⁹



Acervo: Foto gentilmente cedida por Juarez Ribeiro Araújo

O pavilhão, espaço que abrigava a festa, chegou a ser confundido com a festa que acolhia. Os moradores, frequentemente, identificaram a festa da Padroeira do município de “a festa de pavilhão”. A armação era montada em frente a Igreja Matriz até a construção da praça Cônego João Marques Pereira. Com a finalização da praça, o pavilhão passou a ser disposto ao lado da Igreja, onde até hoje ocorre a festa da Padroeira e também os festejos juninos. A respeito desta estrutura, dona Margarida esclareceu: “O primeiro pavilhão era na praça central e não era calçada era na terra, mas o pavilhão era de madeira como uma barraca muito bem (?) madeira era desenhada com uns matames laterais e coberto de tecido. depois acabou tudo” (Margarida, 81 anos).

Observamos que, nas falas, o pavilhão não se tratava apenas de um espaço físico. Nas memórias, o pavilhão é um lugar constituído por lembranças saudosas, carinhosas, cheio de pessoas queridas, brincadeiras divertidas, e, claro, disputas, muitas disputas. No entanto, como espaço físico, o pavilhão era palco do reforço das diferenças entre elite e populares, como sugere D. Margarida.

Hoje já é diferente. Ave Maria! Muito diferente. Você pensa que o pavilhão entrava aquele horror de gente? Pavilhão só quem fosse pras banca pra não perturbar o povo que tava nas banca e... conseguir tinha, tinha aquela bancadazinha arrudiano o pavilhão todinho, as mulheres mais idosas, né? que não iam pra beber ficavam ali apreciano a festa. Mas hoje não, hoje não,

⁸⁹ Esta imagem também consta na monografia de Lima (2008) que não especifica o ano em que foi feita, mas informa que é da década de 1960.

não, não vai botar isso porque não vai botar não sei o que. Fica tudinho, o povo andano por dento, bateno num, derruba um, uma bebida, é muito desorganizado. Eu acho (Margarida, 81 anos).

A entrada no pavilhão só era permitida às pessoas que podiam consumir neste espaço, e não a qualquer pessoa, ocupando uma “banca”, que eram as mesas dispostas dentro do pavilhão. A exceção eram os idosos, que cansados podiam sentar dentro dele. Reparemos ainda que a estrutura da festa no passado é identificada a uma ordem, em oposição ao modo como no presente existe um tumulto provocado pelo fluxo de pessoas no pavilhão sem que haja um controle.

Neste sentido, Gaeta (1995) comenta

Respeito, humildade, emoção, devoção, silêncio, velas, padres piedosos, fiéis fervorosos, a praça cheia, a cidade enfeitada, são imagens recorrentes destas festas litúrgicas nas lembranças dos velhos moradores. Alguns lamentam a “desordem” e o desrespeito hoje vigentes nas procissões, obliterando a sua rigidez hierárquica, ocasiões em que a pirâmide social nelas se projetava (p. 164).

A ordem e a hierarquia características das festas que reforçam as desigualdades são consideradas a essência da festa da Padroeira por D. Margarida, que estranha a ausência dos limites bem definidos na atualidade que demarcavam os frequentadores dos antigos pavilhões.

FOTO 08: Festa de Nossa Senhora da Conceição nos anos 1970



Acervo: Foto gentilmente cedida por Juarez Ribeiro Araújo

Na fotografia, embora o pavilhão não apareça, vemos outro elemento característico dessa festa, o parque de diversões, com a estrutura da roda gigante e de um carrossel. Além disso, podemos notar um aglomerado de pessoas no centro, provavelmente acompanhado a montagem dos brinquedos. Percebemos que o lugar representado é a praça que fica localizada

em frente a Igreja Matriz. Isso remete à ideia de que a festa era um momento de agitação na cidade que levava as pessoas às ruas, ampliava o número de encontros entre velhos conhecidos e o barulho das conversas. Nenhum dos moradores, no entanto, referiu-se aos parques com entusiasmo nas suas entrevistas. Isso é um dado curioso, tendo em vista que é bastante comum a presença de parques nesse tipo de festa, que serve para atender aos anseios de diversão de crianças e jovens, sobretudo nesse período tratado, em que eram considerados novidades ou modernos, até porque só se instalavam em momentos específicos, como este questão.

Dando continuidade aos relatos sobre a festa, o Sr. Luiz Gonçalves resume a programação.

A festa da Padroeira, festa de pavilhão, a programação era aquela. Era alvorada festiva com a banda de música 6:00 horas da manhã, com a queima de fogos, onde acordava todo mundo, daí a pouco a banda fazia uma retreta⁹⁰ pela cidade, dava uma volta em toda a cidade ali, e tinha que andar em todas as ruas, porque se não o pessoal ficava mal visto. Aquelas ruas eram enfeitadas com bandeirolas, como se fossem aquelas bandeirolas de festa junina, a rua que era mais bem enfeitada era premiada, recebia uma certa contemplação, como por exemplo, fazer um movimento de festa ali, convidar o pessoal praquela rua, a banda de musica ia, tocava um pouco. Aí em seguida, fazia sabe um movimento como caminhada pra um daqueles pontos turístico de Serra Branca, não é bem turístico mas a gente considerava como se fosse turístico, o açude, o menino Jesus de Praga, ou Serra do Jatobá, o açude onde a gente fazia algumas premiações. Bom, voltava era almoço, a tarde eu começava a fazer um programa de música, onde havia bastante namoro e a noite o pavilhão da festa, sem haver baile. O baile se resumia quando saísse a rainha da festa, fazia aquele baile. A noite era pavilhão mesmo, todo mundo se arrumava, todo mundo se enfeitava, tinha que participar do pavilhão, que era o centro do negócio e é onde eu ficava ali, com quem estava dentro do pavilhão como quem estava fora (Luiz Gonçalves, 64 anos).

O Sr. Luiz recordou as principais atividades da festa, como a alvorada e o desfile da banda pela cidade, acordando os moradores e anunciando que era chegado o dia da santa Padroeira. Relata ainda, e é o único a lembrar, os passeios pelos chamados pontos turísticos de Serra Branca. Por fim, comenta as noites de pavilhão, sem baile dançante, onde atuava como locutor de festa, precedidas pelo trabalho como locutor de rádio durante tardes e o capricho nas roupas usadas pelos frequentadores. Nesta perspectiva, D. Geruza também nos fornece um relato mais detalhado acerca do pavilhão, que vale a pena ser incorporado ao texto apesar de ser uma citação longa.

⁹⁰ Apresentação pública da banda.

Sim, o pavilhão, um mês antes, ele [*o padre Marques*] convidava pra uma reunião. E essa reunião iam várias pessoas, as pessoas que eram interessadas a cooperar com a festa. No tempo dele tinha várias pessoas que iam pra essa reunião e se comprometia e fazia, viu? Então, durante o mês, três reuniões... pra marcar como seria. Qual banda de música? Nas noite, os noitário? Primeiramente a festa religiosa, os noitário durante a novena, né? quando fosse pra culminância da festa, os três dias, armava o pavilhão, ou banda daqui, porque teve muitas, ou de fora, e convidava também uma banda de fora, não havia dança no pavilhão. Era quermesse, a premiação de várias pessoas e o leilão. Durante o pavilhão, aquele leilão animadíssimo, aí, era bonito demais. As garçonete, ele [*o padre Marques*] dava a roupa das garçonete, cada ano a igreja dava as roupa das garçonete, longo, de seda, coisa muito boa. Aí, era uma maravilha. A sociedade toda ali e quem não podia beber botava, fazia sua barraca pra vender sanduíche, vender cocada, vender tapioca, vender ao redor do pavilhão (...) Na primeira noite, dedicada às crianças, que era um encanto. A gente pedia pratinho nas casa e levava aquele mundo de prato pra vender as própria criança. Olha, a mãe dava o prato, mas comprava lá, não sabe, aquele pratinho feito com aquele refrigerante. Já havia refrigerante. É. A noite das criança deixava uma boa ajuda pra festa. Na outra noite já era dos adultos, muito animada e deixava muito dinheiro porque o leilão era arrochado. Quem tinha dinheiro ia e leiloava mesmo. Rematação de galinha, aí, minha filha, respeite o mundo de galinha que era doado. E ele, lá na casa paroquial tinha o forno e tinha as cozinheiras, aquelas galinha assada pra leiloar. Ah, isso dava dinheiro. Tinha galinha que respeite o tanto que dava isso, só não havia briga, mas era bom porque “Eu boto tanto”, “Tanto... tanto pra fulano”, “Tanto...”, digamos, “Tanto pra o prefeito da cidade”, “Tanto...”, aí as pessoas botava dinheiro pra aquela galinha ser comida. Aí, dali pelo prefeito ou por aquela família. No domingo era a grande missa. A missa solene... cantada em latim. Eu era cantora, a gente cantava em latim (...) [*a depoente começou a cantar em latim*]. Em latim, e ninguém sabia o que era que tava dizendo, mas era muito boa a animação (Geruza, 79 anos).

Pelo longo trecho transcrito, podemos analisar o significado dessa festa para a população, considerando a predominância dos católicos entre ela. Era um momento de confraternização entre os moradores e união entre famílias, ou melhor, de congregação entre os fiéis. Isso fica comprovado pelo fato de o município receber seus próprios moradores, aquelas pessoas naturais de lá que residiam em outros locais e pessoas de outros municípios, integrando não apenas zona urbana e rural, mas parte da micro-região do Cariri. Esse discurso próprio da Igreja, de união e confraternização, servia para reforçar a defesa daqueles tidos como seus principais valores: solidariedade, amor ao próximo, devoção e obediência, respeito, bem como funcionava para garantir a manutenção de seu papel como viga mestre da ordem social, auxiliada pela instituição familiar.

Um indicador da prevalência deste discurso é o próprio relato de D. Geruza, quando se refere a “crianças”, “adultos”, “cozinheiras”, “famílias” e “sociedade”. São palavras que indicam coletivos e anseiam a transmissão da ideia de que todos eles se doavam à festa da

paróquia. Disso podemos concluir que a religiosidade, que funcionava como esteio para a festa, era um aspecto da vida que mantinha as pessoas unidas, ainda mais quando lideradas por uma figura como o padre João Marques, que tanta admiração despertava e desperta pelas lembranças.

Existem elementos na fala desta moradora que conformam o tempo passado como um tempo em que prevalecia a abundância de alimentos, como quando ela cita os produtos vendidos durante a festa: sanduíche, cocada, tapioca, refrigerante e “um mundo de galinha”. A referência a esta fartura de comida sugere que a festa refletia a abundância presente nos lares das famílias de Serra Branca, tomando um contorno de verdadeiro Paraíso onde havia união, harmonia, abastança e felicidade. Para Gaeta (1995, p.160), este discurso, que remete a uma Idade do Ouro, se constrói em oposição ao comedimento alimentar do cotidiano no presente, eivado pela escassez.

Não obstante, ainda no trecho de D. Geruza, enfatizariamos outro aspecto apresentado por esta festa. Ela era uma oportunidade para as famílias/pessoas mais humildes, que não concorriam no nível das rainhas, arrecadarem algum dinheiro para auxiliar suas despesas e sobrevivência. Daí a venda de sanduíches e bebidas fora do pavilhão. Ou seja, “quem não podia beber”, na verdade, quem não dispunha de condições para sentar em uma mesa do pavilhão e beber, vendia quitutes para sobreviver. Em outro momento, essa distinção entre os frequentadores da festa fica mais explícita, quando ela cita quais pessoas poderiam arrematar as galinhas dos leilões: “prefeito” ou “aquela família”. Prefeitos ou “aqueles famílias” são as pessoas que “poderiam”, em outras palavras, dispunham de reservas financeiras que permitiam o arremate nos leilões e a entrada no pavilhão. Percebemos, dessa forma, uma diferenciação social polarizada pelos que “podiam” (a elite local) e os que “não podiam” (populares) participar.

É importante expormos que nas falas não existe qualquer tipo de intenção em expressar essa ideia de maneira nítida. Na verdade, pelos depoimentos, conflitos desse tipo são apagados ou negados. A festa era um momento de celebração em conjunto, onde não deveria haver distinção de qualquer tipo entre seus frequentadores, ainda considerando que se tratava de uma festa promovida pela igreja *com e para* seus fiéis.

Esse aspecto também surge no depoimento de D. Margarida quando ela informa que nem todo mundo ficava no pavilhão, assinalando que os que se concentravam dentro dele gozavam de privilégios que os demais não possuíam, como, tranquilidade, pois, lá deveria estar “só quem fosse pras banca pra não perturbar o povo que tava nas banca”. O Sr. Luiz

Gonçalves também enfatiza as distinções entre a elite e os populares que permeava toda a estrutura da festa da Padroeira.

A festa do pavilhão era assim: a elite de Serra Branca praquele pavilhão da festa ali, quem não passasse por aquele pavilhão da festa não era serrabranquense. Então, aquilo ali era sagrado, o povo trabalhava o ano inteiro, acho que pra comprar roupa, a melhor que ele pudesse, no caso aí até três, que era uma pra cada... e o cara ia pro pavilhão da festa. Chegando lá no pavilhão da festa, ele ia encontrar o quê? Um coreto com uma banda de música, que ao seu tempo executava um dobrado ou uma valsa ou alguma coisa lá (Luiz Gonçalves, 64 anos).

Como vemos, na memória deste morador a elite se destaca no pavilhão. Em outro momento, estas questões que envolvem as distinções entre ricos e pobres se apresentam de modo mais contundente no seu depoimento, por exemplo, quando a importância do locutor da festa é narrada. Esta figura tinha a função de direcionar o desenrolar da festa. Era ele quem animava seus frequentadores, orientava a banda, estimulava as disputas entre as candidatas a rainha e suas torcidas, divulgava os avisos e os “fatos” ocorridos nos bastidores e ressaltava as presenças ilustres.

Então, o locutor da festa era o centro do pavilhão, onde ele fazia o leilão de galinha assada ou de um prato que tivesse ali e também fazia a divulgação de todo acontecimento. Quem tava chegando, uma autoridade, realçava. “Estamos recebendo aqui a visita de Paulo, filho de dona Estelita, de Tagi, é um jovem ai jornalista e muito brilhante, bem acompanhado de...
(...)

“Vilma, estão aqui, fazendo essa visita aqui, nessa festa, eles vêm pra abrilhantar a nossa festa, agora ela se tornou-se maior, então realmente nos dando esse prazer, vamos pedir pra que eles voltem sempre e que continuem com a gente”⁹¹. Era um exemplo! Por exemplo, né!? Eu sei que o locutor da festa era o centro! Saísse aquela pessoa dalí... E comigo, eu criei esse estilo, eu dei uma nova dimensão aquele pavilhão lá. Quando era Padre Marques, um dia eu disse: “Eu não vou mais no pavilhão da festa”, ele ameaçou de não fazer festa. Quando foi Padre Antônio Apolinário, só fazia a festa se eu tivesse garantindo presença. E foi aí que eu estava em São Paulo, vindo pra Serra Branca pra passar a festa, pra fazer essa festa mesmo, porque ele só realizou com minha presença. Aí ele pediu pra eu fazer a festa de Cordeiros, foi através disso ai que eu falei pra ele: “Padre, eu não posso que eu tenho que ir pra São Paulo no fim do ano”, “Arranja um jeito mas vá fazer a festa de Cordeiro”. Aí essa festa de Cordeiro... “Então tá bom. Você arranja uma casa de amigo lá pra eu ficar”. Arranjou a casa de Lilia de Honorato Canário, ela me recebeu lá, nossa! Parecia que ia chegar o príncipe, o xá da Pérsia, me recebeu ali. E quando eu tava montando o equipamento de som, não era pouco, era muita coisa, eu tinha trazido de São Paulo um equipamento pesado, ai foi onde eu conheci aquela que veria a ser minha futura esposa, que hoje é minha ex-esposa Edna, né? conheci ali (Luiz Gonçalves, 64 anos).

⁹¹ Os nomes Paulo, Estelita, Tagi e Vilma foram utilizados pelo depoente para exemplificar o modo como ele fazia a locução da festa da Padroeira. Paulo e Vilma estavam presentes no momento da entrevista, por isso seus nomes foram mencionados pelo depoente.

É interessante percebermos que ao afirmar a centralidade do locutor da festa, o Sr. Luiz Gonçalves, na verdade, se coloca como figura necessária, uma vez que ele desempenhou esta função por algum tempo, vindo inclusive do sudeste para garantir a sua atuação na festa a pedido dos párocos João Marques e Antônio Apolinário. Além da importância do locutor da festa, ele destaca a sua capacidade de inovação ao falar que inventou um estilo de animação da festa, embora não o descreva com maiores detalhes. Notamos ainda, que os nomes destacados na locução da festa eram das pessoas consideradas distintas, que podiam “abrilhantar” a festa, tornando-a mais notável. Destarte, este papel cabia justamente as pessoas oriundas da elite. Outro aspecto deste trecho remete, mais uma vez, ao entrelaçamento entre as experiências individuais e aquelas vividas no seio da comunidade que perpassa as recordações. Nas locuções de festas de padroeiros(as), o Sr. Luiz Gonçalves veio a conhecer aquela que seria, e foi, sua esposa.

Sousa (2006), analisando alguns aspectos da festa da Padroeira em Campina Grande entre 1920 e 1945, enfatiza as tensões estabelecidas nesta comemoração. Ele conclui que as rivalidades presentes no pavilhão, na verdade, expressavam disputas mais amplas que envolviam questões políticas na cidade. Também percebemos que esta aura da política se mantinha nas disputas no pavilhão de Serra Branca.

O esmero com que eram feitos e organizados os pavilhões tinha um significado que ia além do gosto pelas coisas da estética e do espírito. Aqueles espaços, feitos com requinte, denunciavam as disputas e tensões comuns entre as elites e seus partidos. Ao encanto e beleza dos espaços onde iam com sua família, vestidos a caráter, e onde bebiam e comiam à larga, seguiam-se outras peças, que, também dispostas estrategicamente no largo, compunham o repertório de uma guerra subterrânea: concursos entre as bandas de música rivais, de miss, ou mulher mais bela da festa, da criança mais graciosa e da garçonete mais simpática, leilões etc. Cada um destes componentes e momentos da festa era motivo de pugna acirrada entre partidos. Peças postas nos lugares estratégicos e com tanto esmero terminavam tendo um efeito direto sobre os comuns mortais, que eram atraídos pelas disputas, assistiam-nas, tinham suas próprias opiniões sobre elas, mas, ao mesmo tempo, viam se aprofundar o fosso que os separava dos ricos. O luxo e a ostentação destes na festa da Padroeira era um eficaz dique a separá-los (SOUZA, 2006, p. 124-125).

Nas entrevistas sobre a festa, foi comum os moradores se referirem às disputas políticas locais afirmando, por exemplo que a política se “metia” em tudo. No entanto, isso foi feito sempre de modo evasivo e com muito receio da parte deles, como se não quisessem aprofundar o tema pelo teor em que sucediam tais disputas⁹². Por outro lado, o caráter

⁹² Ressalvamos que o período tratado neste trabalho inclui os anos do processo que levou à emancipação política de Serra Branca do município de São João do Cariri. Antes e depois desse processo, a história política local foi

inclusivo da festa era assegurado mediante a presença de determinados grupos, como por exemplo, a população pobre da zona rural.

A participação das pessoas da zona rural se dava, em parte, por meio das doações para a festa. Eles doavam alimentos, como feijão e jerimum, e animais, como galinhas e bodes, para os famosos leilões de animais. D. Geruza aponta estes últimos como o principal meio de arrecadação da festa “Desde o tempo de padre Marques, desde o tempo dos outros padres atrás dele, já havia o leilão de animais. É o *chic*. É o que deixa dinheiro, viu?”. D. Margarida também comenta acerca da participação da população da zona rural e reitera o que foi afirmado por D. Geruza.

Não a participação da zona rural era mandar alimentos como feijão milho, batata jerimum estes alimentos era vendida para o dinheiro que recebia era para custear despesas que viesse nos festejos da festa, era o que eles fazia e nós agradecia muito pois eles dava carneiro boi bezerro para o leilão da festa que era feito para a festa, de um modo ou de outro eles participavam e o leilão era muito concorrido, a renda da festa era toda feita separada leilão, galinhas que vinha para festa, dinheiro que alguém dava era tudo separado no final, era divulgada na igreja as despesas que era débito e o crédito era o que ficava para a igreja (Margarida, 81 anos).

A população das áreas rurais se fazia presente por meio das doações, mas também comparecia às programações religiosa e profana. Isso não significava que todos os moradores da zona rural adentravam o pavilhão para arrematarem as galinhas leiloadas ou consumirem os demais produtos a venda. Nela, encontramos desde pessoas que participavam das atividades internas do pavilhão, a exemplo dos médios produtores rurais, aquelas que se divertiam fora deste espaço.

D. Maria Santina, filha de agricultores, habitante da zona rural no recorte estudado, sugere que os deslocamentos da zona rural para a urbana na festa da Padroeira aconteciam, sobretudo, devido à programação religiosa da festa. Ela lembra da mãe, Santina Maria da Conceição, que frequentava a festa da Padroeira, cujo nome carregava na sua própria identidade. Isso também explica a devoção e a constante presença dela nesta festa. A festa da Padroeira é uma festa que despertava uma obrigatoriedade moral em função dos valores predominantes na sociedade e no tempo em questão. Outro aspecto que observamos é que, principalmente, as mulheres da zona rural é que faziam o deslocamento. Não é à toa que D.

marcada pelas disputas entre famílias tradicionalmente vinculadas ao poder político na região: os Brito e os Gaudêncio. Estas famílias se alternavam no poder e se envolviam em conflitos, literalmente, pelo alcance e manutenção da hegemonia política na região do cariri. Esclarecemos que não é nosso objetivo aprofundar aqui a discussão a respeito de tais disputas, mas reconhecemos a importância do aspecto político na história de Serra Branca, que interferia, inclusive, nos lazeres do município.

Santina lembra que ela, a mãe, a irmã e as primas iam para Serra Branca, onde eram acolhidas por parentes ou amigos próximos que devam guarida no período da festa.

Quando tava moçinhas, a gente vinha. A missa era em Santa Luzia, a pé, duas léguas e meia e, na festa de Nossa Senhora, como a gente já era mocinha, mamãe vinha, e vinha na quinta feira e só ia no sábado a tarde, depois da procissão, no domingo depois da procissão. (...) Só vinha mamãe, eu e minha irmã e as sobrinha dela. As, as prima lá e meu pai ficava. Mas quando ele queira ir uma missa... Depois fizeram a, a, a Igreja do Jericó, ele foi quem escreveu a pedra fundamental do Jericó, tá no livrinho onde tem a história (Maria Santina, 88 anos).

Além destes aspectos, esta moradora trouxe uma nova ótica para pensarmos a festa, que é justamente a dos que ficavam do lado de fora do pavilhão, que, fato, não incluía todos. D. Santina relatou: “A gente só ficava por fora. A gente vinha pra festa religiosa, aí ficava um pedaço no pavilhão e ia dormi. E o pavilhão amanhecia o dia”. Ela também disse que ficava apenas “andando, passeando (...) dano volta”. Outra moradora que se alinha a esta perspectiva é D. Rita Rangel⁹³. Questionada se lembrava das brincadeiras feitas no pavilhão, ela respondeu

“Sim, é, eles, eu não prestava atenção a isso não. Eles fazia bilhete, tinha tudo, mas eu, eu nem prestava atenção a essas coisa, acredita? Não (...) Eu ficava passeando com minhas colegas (?) gente não ia nem dentro do pavilhão, ficava fora só conversando besteira” (Rita, 83 anos).

Com relação a este aspecto da festa, Sousa (2006) novamente pode ser elucidativo, pois também reflete acerca desta questão, como já mencionamos, embora analise esta festividade em Campina Grande. Ele observou que os pavilhões, neste município, eram organizados com bastante cuidado para receber seus frequentadores e que abrigavam, além dos frequentadores, as diferenças assinaladas entre eles.

No entanto, aparentemente não havia nada que impedisse que qualquer pessoa andasse e circulasse por onde quisesse, o que tornava possível encontrar agricultores, artistas, operários, donas de casas e carregadores nas imediações ou proximidades dos pavilhões “Deus e Caridade” e “Pedro I”, talvez em melhores condições do que “a família de pobres” a olhar o café parisiense, segundo Baudelaire. Era bem mais difícil encontrá-los com a família sentados nas mesas de um dos pavilhões, comendo suas iguarias e bebendo cerveja Teutônia, ou um bom scotch servido por garçonetes que eram as filhas das melhores famílias e maiores fortunas da cidade⁹⁴. Aqui,

⁹³ Foi a partir desta moradora que percebemos que o discurso sobre a festa homogeneizava as experiências. D. Rita simplesmente ignorava aspectos considerados relevantes por outros moradores a respeito da festa da Padroeira. Por isso lembramos seu nome neste momento, embora não o utilizemos na construção desta parte do texto.

⁹⁴ O autor revela que estes aspectos foram salientados por alguns memorialistas com os quais trabalhou na sua pesquisa.

como alhures, as hierarquias e segregações comuns àquele meio se mantinham, apesar de estarem todos irmanados sob o patrocínio da imaculada Conceição e do nascimento do filho de Deus (SOUZA, 2006, p. 125).

Visualizamos uma situação semelhante em Serra Branca quando D. Rita e D. Maria Santina concederam suas entrevistas. Oficialmente, qualquer pessoa podia ingressar no pavilhão, contudo, na prática, este espaço só era permitido aqueles que “podiam” usufruir dos benefícios que ele oferecia – o acesso às mesas, às comidas e às bebidas, o serviço das garçonetas, a atenção do locutor etc. Amaral (1998), considerando as relações entre Estado português e Igreja Católica, analisa as festas que aconteciam na América portuguesa no período colonial.

A festa, efetivamente, possibilitava, como ainda hoje, aos grupos sociais, o confronto de prestígios e rivalidades, a exaltação de posições e valores, de privilégios e poderes. Tudo isto sublinhado devidamente pela ostentação do luxo e distribuição de generosidade. O indivíduo e o grupo familiar afirmavam, com sua participação nas festas públicas, seu lugar na cidade e na sociedade política (p. 78).

Suas reflexões, embora acerca de outra realidade e momento histórico, nos permite compreender o funcionamento da festa da Padroeira de Serra Branca no período estudado, bem como, no presente, indicando, deste modo, permanências no tocante à estruturação das festas. Sendo assim, corroboramos a ideia de que a festa do pavilhão de Nossa Senhora da Conceição era um momento de reafirmação das elites locais, considerada, por alguns, como o componente que “abrilhantava” a festa pelo *status* que possuía, bem como pelo poder aquisitivo que assegurava o “direito” ao consumo.

A festa era marcada, ainda, pela concorrência entre duas candidatas ao título de rainha. Alguns moradores aludiram às cores azul e vermelho/encarnado do pastoril⁹⁵ que era representado na festa. Todavia, o pastoril não subsistiu de modo mais consistente e detalhado nas memórias dos moradores de Serra Branca. As referências a ele foram bastante superficiais. Não houve um consenso entre os moradores quanto a sua presença na festa de Nossa Senhora da Conceição, uma vez que ele também foi relacionado ao Natal, comemoração do nascimento de Jesus Cristo realizada no dia 25 de dezembro, portanto, 17 dias após a festa da Padroeira. As famílias das candidatas tinham como atribuição arrecadar

⁹⁵ Apresentação de dança e cânticos composta por dois cordões – o azul e o encarnado –, originários de celebrações portuguesas que permaneceram nas festas de padroeiros(as) sobretudo no nordeste brasileiro. D. Margarida fez uma menção indireta ao pastoril que consta na parte inicial deste tópico acerca da festa da Padroeira. Outro ponto pouco mencionado pelos moradores foi a representação dos times de futebol pelas candidatas: cada uma representava um time: Vasco e Flamengo.

verba para a igreja. A escolha e o convite às candidatas eram feitos pelo padre, que era assessorado por moradores interessados em contribuir na organização da festa. A candidata que obtivesse a maior arrecadação era a vencedora, tornava-se a rainha da festa e, consequentemente, adquiria o direito de coroar a Santa Padroeira.

FOTO 09: Rainha, no centro, e garçonetes na festa da Padroeira⁹⁶ (foto s/d)



Acervo: Foto gentilmente cedida por Margarida Antonino da Silva

O Sr. Severino comenta a respeito da participação das moças que trabalhavam como garçonetes durante a festa, para auxiliar às candidatas nas suas respectivas barracas, realçando sua habilidade como locutor e a oportunidade vislumbrada por elas de conseguir um namorado, por isso a disponibilidade para a festa, ao contrário das últimas décadas, quando o interesse, da juventude em geral, reside apenas em participar dos bailes nos clubes e encara a prestação do serviço na festa com menosprezo, por isso, a necessidade de pagar pelo serviço de garçom da organização do festejo.

Era aquela festa de conhecer um rapaz de fora numa banca, que era bonito, aquele negócio todinho. Naquela época era assim, era muitas meninas. Hoje não se oferece ninguém, se chama e ninguém vai. É preciso pagar garçons pra poder, pra fazer esse tipo de serviço. Hoje o pessoal não quer mais isso não. Nem nos sítios mesmo, até nos sítios ocorreu essa mudança muito grande. Então, aquele tempo era uma festa pras meninas. Eu fazia até a fofoca quando uma desaparecia do pavilhão. Eu dizia: “Olha, a fulano de tal, a garçonete tá namorano fora do pavilhão”, aí eu chamava e era aquela festa. Hoje não, os garçons homens e eles vão é pago mesmo. Quer dizer que houve uma mudança muito grande (Severino, 56 anos).

D. Maria Santina lembra outro aspecto, que eram as roupas usadas pelas meninas e moças que desfilavam pelo pavilhão, seja como candidata a rainha, seja como garçonete.

⁹⁶ No centro: Maria da Conceição Bezerra (rainha); Esquerda (baixo para cima): Margarida Antonino, Maria do Socorro Lôpo e Adeilde Vilar; Direita (baixo para cima): Alice Antonino, Maria do Socorro Bezerra e Renaura Moraes.

(...) vestidos e vestidos mais bonito, quem podia. É porque eles vestia as garçonete, parece, as fia do finado Eduardo, Olga, não sei se Olga foi garçonete não, sei que a irmã dela foi. Cada vestidão godê azulzinho e outros vermelho. Era azul e vermelho na época (Maria Santina, 88 anos).

O fato de D. Maria Santina rememorar os vestidos provavelmente se relaciona com seus trabalhos com costura. Aliás, na ocasião da entrevista ela nos apresentou peças feitas por ela mesma, demonstrando a sua disposição apesar do avanço dos problemas de saúde por causa da idade. Ela relata as viagens que fazia a Campina Grande para adquirir material de costura.

Comprar tecido pros filho e tinha uma costurera lá. Uma prima, sobrinha do finado Zé Augustinho. Filha de Chiquin de Jorge. Minha parenta, eu ia pra casa dela. Lá fazia as compras, sacos de roupa assim. Pra mim e pra minha irmã. E... aí ela dava, tinha umas figurinha e eu comprava figurinha, ela tirava os modelo pra ela, ela dava os modelo pra mim... e assim vivia a vida. Graças a Deus! Tinha o meu roçadin de algodão. Vendia o meu algodão e eu e o, o marido dava um dinheiro de comprar as roupa dos menino, e assim vivendo (Maria Santina, 88 anos).

As compras feitas em Campina Grande rendiam roupa para toda a família, além disso, a viagem resultava em um reencontro com a prima com quem trocava “figurinhas” de roupas, quem eram modelos nos quais se baseavam para criarem suas próprias roupas. Outro aspecto ressalvado por D. Santina foram os lucros com a venda do algodão que era a garantia da aquisição de modelitos que seriam exibidos nas comemorações de final de ano, dentre elas, a festa da Padroeira.

Em Serra Branca, entre as décadas de 1950 e 1960, houve o auge da produção do algodão. De acordo com Souza (2007) esta produção era vendida aos proprietários dos armazéns de descarrocamento que existiam no município. D. Santina relata que “(...) as rôpa só era no fim do ano. Eu costurava muito. Eu costurava e comprava rôpa pa, pa família. As vezes eu ia em maio e em setembro. O homi só dava dinheiro pra comprar quando vendia o algodão” (Maria Santina, 88 anos). Entre estes proprietários estavam Joaquim Gaudêncio, Vicente Correia, Antero da Cunha Torreão, Honorato Brandão, Joaquim Borda, Francisco Moreira, dentre outros (SOUZA, 2007, p. 31). A relação entre o excedente gerado com a venda do algodão e aquisição de alguns produtos ausentes no cotidiano também foi identificada por este autor na sua pesquisa com idosos do município sobre as memórias dos trabalhadores da cultura do algodão:

É evidente a importância atribuída pelos entrevistados ao algodão que, segundo os mesmos, gerava uma renda extra e relativamente considerável, com a qual poderiam saldar suas dívidas, comprar itens de vestuário (esse

ponto foi falado por vários entrevistados), fazer a manutenção das propriedades (consertar cercas, fazer pequenas barragens), comprarem gêneros alimentícios (em especial nos anos de crise de produção na cultura de subsistência do feijão e milho), até mesmo as despesas com festas de casamentos, às vezes eram pagas com rendimentos provenientes da produção do algodão (p. 32).

Sobre o desenrolar da festa no pavilhão ao longo da noite, o Sr. Severino detalhou como se dava, relembrando sua atuação como locutor.

Eu mesmo sou locutor de pavilhão em toda a região aqui, todo ano eu faço várias festas e há uma mudança muito grande, né? Naquela época a gente participava do pavilhão, eu me lembro que começava a festa... 8 (oito) horas da noite terminava a missa. No pavilhão, as garçonetas já estavam no pavilhão, banda de música⁹⁷, animação (?). Hoje, começa 11 (onze) horas da noite, né? Tá como se fosse um clube, no clube começa onze horas a festa né? Então, até isso houve essa mudança. Pavilhão muito animado, a gente só bastava botar duas difusoras daquela no pavilhão pra mil pessoas e agradava. Hoje tem que ser um som desses bom mesmo porque assim o povo não vai. E mudou muito o pavilhão. É, eu me lembro que todo ano quando eu fazia a festa de pavilhão tinha uma música que ficava durante o ano todinho o povo cantando, foi o sucesso do pavilhão. Era uma música de Roberto Carlos, ficava, identificava mesmo a festa da Padroeira (Severino, 56 anos).

A banda se apresentava nas alvoradas do dia 08 de dezembro pelas ruas da cidade, como já mencionou o Sr. Luiz Gonçalves, para acordá-la e anunciar que o dia da santa Padroeira havia chegado. De acordo com os entrevistados, nas décadas de 1950 a 1970 era ela a responsável pela animação do pavilhão, marcando, inclusive, as memórias dos moradores com os sucessos musicais do ano⁹⁸.

FOTO 10: Banda de Música de Serra Branca (1957)



Acervo: Foto gentilmente cedida por Juarez Ribeiro Araújo

⁹⁷ Compreendemos que a *banda de música* aludida trata-se de uma banda marcial. Discernimos que esse termo – *banda de música* – é utilizado para diferenciá-la das atuais *bandas de forró* que, atualmente, se apresentam no clube local durante a festa da Padroeira.

⁹⁸ Outra recorrência nas memórias foi a lembrança da apresentação de bandas de outras localidades na festa da Padroeira, principalmente de João Pessoa à pedido do Pe. Marques.

Ela é um elemento constituinte das antigas festas da Padroeira e que hoje é recordado em contraposição ao formato que as comemorações receberam nos últimos anos, sobretudo aos shows realizados em clubes privados por bandas de forró contratadas por empresários locais, que competem com a realizada pela paróquia. Isso causa estranhamento nos antigos moradores na mesma medida em que demonstra um conflito ou, ao menos, as diferenças entre gerações. Claramente perceptível na seguinte fala de D. Margarida: “(...) você sabe, o povo vai todinho dançar, fica aqui só os velho, é o pavilhão dos ‘véri’, somente, bem entendido, o que não dança mais, né?”; ou na de D. Geruza, respondendo a questão que averiguava qual a relação entre jovens e idosos nessa festa, “Querem dança. Eles não participam. (...) Vão lá, olham um pouquinho e ficam de lá pra cá, aquela... perde a graça”.

As bandas fazem parte da história do município de modo muito peculiar. Em toda a região do cariri há uma permanência das tradicionais bandas de música. No entanto, em Serra Branca há um cultivo da memória destas de modo especial e com relação às festas, elas foram lembradas com frequência. Souza (2008) elenca nomes de antigos maestros que regeram as bandas surgidas no município ao longo do tempo. Dentre eles, os citados pelos moradores foram: João Modesto Araújo (João Estrela), Apolônio Torreão, Napoleão Ferreira Leão, Artur Aprígio, Severino Vilô de Araújo (considerado uma importante autoridade no campo da música no estado da Paraíba, faleceu em fevereiro de 2009), e João Lôpo e Araújo (Joca Lôpo).

FOTO 11: Banda de música regida pelo maestro Artur Aprígio (foto s/d)



Acervo: Foto gentilmente cedida por Juarez Ribeiro Araújo

Essa tradição, inclusive, de formação de músicos, levou alguns jovens a ingressarem nessa carreira em diferentes regiões do país (Brasília, Minas Gerais e Pernambuco), como afirma orgulhosamente o Sr. João Lôpo, fundador da Banda Imaculada Conceição na década

de 1960 e filho do primeiro maestro mencionado – João Modesto Araújo. Ele lembra com humildade o grande maestro que foi seu pai e esta herança deixada por ele, que foi o gosto pela música: “Olha, eu sou filho de maestro. Meu pai, ele era maestro. Eu não sou porque eu não sirvo hoje nem pra ser auxiliar dele. Já é falecido, mas ele foi um grande maestro”.

A formação das bandas e, sobretudo, a manutenção delas, gerava um custo dispendioso. Era necessário que houvesse um investimento, o que em muitas vezes, não ocorria como almejado. O Sr. João Lôpo lembra dos sacrifícios que tinha que fazer para dar continuidade aos trabalhos da banda como regente.

O negócio é o seguinte, toda vida eu segurei essa banda sozinho, sem ajuda de ninguém nunca teve um prefeito de Serra Branca que ajudou, eu sozinho, segurando, gastando do meu bolso e não tive nunca uma ajuda financeira de ninguém. Nem político. Quem quebrou um galho, mas não ajudou muito, quebrou um galho quando era prefeito foi Juarez⁹⁹. “Juarez é o seguinte, os meninos da banda aí tem dias que tão passando até necessidade.” Então ele ajudava um, dava uma gratificação a um, uma feira a uma pessoa, pagava a luz, água, da casa de algum deles, ajudava desse jeito (João Lôpo, 80 anos).

No caso da banda fundada pelo depoente acima, a ajuda aos seus integrantes vinha por meio do pagamento de contas ou de doações de alimentos, quando a situação estava bastante precária, da parte do ex prefeito Juarez Maracajá. Por outro lado, ele também mencionou a contribuição e o incentivo do Dr. Inácio Antonino que “arranjava” instrumentos para a banda a seu pedido. O Dr. Inácio, inclusive, foi quem definiu com o Sr. João Lôpo o nome da banda: “Banda de Música Imaculada Conceição, em homenagem a nossa Padroeira, houve até uma ideia de Doutor Inácio: ‘Vamos seu Joca¹⁰⁰, botar o nome da banda de Imaculada Conceição, porque eu sou devoto de nossa senhora’”.

No trecho acima, identificamos aspectos ligados a religiosidade que marcavam a sociedade local na década de 1960 que acabaram por prevalecer na atribuição do nome da banda. Além disso, percebemos que não havia uma estrutura programada ou um incentivo que atendesse aos anseios da banda. O Sr. João Lôpo recorda das dificuldades para manter a banda que, por outro lado, lhe rendia alegrias e orgulhos como vimos anteriormente¹⁰¹.

Outro ponto de sua entrevista demarca os conflitos que este morador tinha com o padre Marques. Estes conflitos foram delineados quando o Sr. João relata o caso em que na

⁹⁹ Juarez Maracajá Coutinho, ex prefeito de Serra Branca em dois mandatos: 1973-1977 e 1983-1988 (SOUZA, 2008).

¹⁰⁰ Joca é o apelido do Sr. João Lôpo e Araújo.

¹⁰¹ Na época em que foi realizada sua entrevista, a banda regida pelo Sr. João Lôpo ainda atuava no cenário local, se apresentando em alguns municípios da região do cariri: Monteiro, Sumé, São José dos Cordeiro e Cabaceiras. Vale destacar o orgulho deste morador ao relatar o convite que a banda de Serra Branca recebeu para tocar em João Pessoa em diferentes ocasiões: no Espaço Cultural José Lins do Rêgo e em praça pública na abertura da festa da Padroeira da capital do estado, Nossa Senhora das Neves.

data da festa da Padroeira o padre Marques levou uma banda de Cabaceiras para se apresentar mesmo tendo firmado com as bandas locais, que haviam se organizado para participarem da comemoração, dizendo: “Eu não quero essas bandas de Serra Branca”. Quando chegou a Serra Branca, o regente da banda de Cabaceiras foi conversar com o referido padre sobre a situação tensa derivada da postura dele.

O rapaz de Cabaceiras, o mestre Sérgio Braz, disse o seguinte, por sinal eles tinham. “Padre, o senhor está me botando numa fria grande, como o senhor tem uma banda de música dessa na cidade e você quer trazer uma banda de Cabaceiras, que não chega nem perto dessa.” O padre: “Eu não quero, quero vocês”. *[Sr. João Lôpo:]* “O senhor tá fazendo política. Eu sou homem de (?), mas somos colegas, somos irmãos, não podemos ficar fazendo isso não. Quem vai tocar é vocês!”. *[O maestro de Cabaceiras:]* “Não, você é da terra, vocês é que tem que tocar”. E o padre ficou por fora, né? O que acontece é que ele fazia essas politicagens, politicagens baixas. Ele gostava dessas coisas (João Lôpo, 80 anos).

No depoimento do Sr. João, surge outro padre Marques, como notamos pelo trecho acima. Não é possível identificar qual o principal motivo de tais desavenças. No entanto, elas eram tão acirradas que este entrevistado é o único que destoa na construção de uma imagem uníssona a respeito do referido padre composta pelos demais moradores. Ele é o único que não perpetua a memória do herói ou mártir acerca da figura do padre João Marques Pereira. Os conflitos entre eles abarcavam as questões sobre pelo menos três aspectos (considerando sua entrevista): a banda, o futebol e a política local¹⁰², embora o Sr. João Lôpo tenha afirmado que se restringiam ao segundo.

As brincadeiras que aconteciam no pavilhão também foram recordadas pelos moradores, como o caritó, a pescaria e os bilhetinhos, também conhecidos por “correio”. Com muita alegria, eles nos explicaram como funcionava cada uma delas. O Sr. Severino nos explica o que era o caritó.

Então tinha o tal do caritó, né? O caritó era... tinha umas pessoas, umas meninas lá no pavilhão que prendia aquela pessoa, uma mulher ou um

¹⁰² De acordo com os depoentes, o padre gostava de convidar bandas de outros locais para se apresentarem na festa da Padroeira. A banda da Polícia Militar de João Pessoa foi recordada pelos moradores. Acreditamos que isso, provavelmente, dava um *status* maior a festa de Serra Branca diante de outras festas de padroeiros(as) da região. Quanto ao futebol, tratado no próximo capítulo, o Sr. João era fundador e torcedor do Flamengo de Serra Branca, enquanto o padre João Marques foi fundador e torcedor do Vasco de Serra Branca. A rivalidade no futebol entre eles dois, portanto, acompanhava a rivalidade entre os torcedores dos times cariocas. Já quanto à política local, é interessante ressaltar que o Sr. João Lôpo foi eleito vereador no município de 1960 a 1964, como consta em Souza (2008), ocupando, inclusive a presidência da Câmara de Vereadores. Além disso, assumiu funções na pasta da saúde em Serra Branca. Na sua entrevista, ele afirmou que não admitia ser usado como instrumento de manobra política das famílias que disputavam o poder no recorte estudado e, por isso, desenvolveu um conflito com o grupo Gaudêncio, de modo particular, o que, por consequência, gerou tensões com o padre Marques, pois, segundo o depoente, o padre era alinhado politicamente com esta família.

homem, levava pra uma prisão ali dentro do pavilhão, um cercado, e, se fosse uma mulher que fosse presa, estava no caritó. Aí, uma pessoa, um homem vai e pagava a uma pessoa da festa pra soltar aquela pessoa, aí nós, a gente divulgava o nome da pessoa: “Olha, fulano de tal tá mandando tanto pra soltar, sair do caritó”. Isso, o povo era uma festa no pavilhão, o povo ria demais, né? Hoje não existe mais isso, o povo nem sabe o que é isso, né? (Severino, 56 anos).

Em geral, quem “libertava” os presos no caritó eram seus respectivos namorados(as) e/ou esposos(as). Já D. Geruza comenta a respeito da pescaria, que se tratava de uma estrutura de madeira, semelhante a uma caixa, cheia de areia onde eram depositados brindes arrecadados no comércio local por meio de doações. O objetivo era que um sujeito pescasse o que estava disposto na caixa. Entre os objetos estavam bonecas e bolas, o que demonstra que essa brincadeira estava voltada, principalmente, para as crianças. Ao pescar um objeto na caixa de areia, o pescador pagava o valor que lhe era atribuído.

Embora tivessem por função dinamizar as atividades e divertir o pavilhão, essas brincadeiras, na verdade, constituíam-se em estratégias para aumentar os lucros adquiridos com a festa. Além delas, existia, ainda, o chamado “correio”, que era um sistema de bilhetinhos que as pessoas escreviam e repassavam ao locutor para motivar fofocas e risos durante a festa, ou, como lembra D. Margarida, para atiçar as disputas políticas do período.

Um elemento ressalvado pelos moradores, especialmente pelas mulheres, foi a dança, ou melhor, a não permissão à dança na festa da Padroeira. É interessante notarmos que, com relação ao carnaval, a dança era uma característica notadamente marcante e estimulada. Não é à toa que D. Rita confessa, durante sua entrevista, que dançar é a atividade da qual ela sente mais falta ao lembrar sua juventude¹⁰³. Já no que se refere ao dia de Nossa Senhora da Conceição, ela – a dança – era condenada, e continua sendo, visto o estranhamento causado pelas festas em clubes que vem acontecendo nos últimos anos durante as celebrações em prol da Padroeira.

Poderíamos incorrer facilmente em uma confusão devido a aparente contradição presente nas falas com relação a dança. No entanto, ressalvamos que a primeira – o carnaval – não possui o caráter religioso que a segunda encerra, já que esta é uma celebração em homenagem a santa Padroeira realizada pela paróquia local. Recordemos, também, a hegemonia do catolicismo como ideologia orientadora da vida e de alguns lazeres na sociedade local no recorte temporal adotado.

¹⁰³ Dona Rita, à época da entrevista, encontrava-se em um estado de saúde debilitado, com problemas renais que a impediam de caminhar normalmente.

Lembremos aqui as reflexões desenvolvidas anteriormente com base em Mayol (1996) acerca da conveniência, que impõe atitudes, comportamentos e linguagem aos sujeitos nos espaços públicos, e de DaMatta (1984) sobre a moderação esperada dos que frequentam as festas da ordem. Estes autores nos ajudam a compreender as diferentes posturas dos moradores no tocante a dança nas festas estudadas.

Considerando os “lugares de memória” de Nora (1993), que inclui comemorações, analisamos as memórias engendradas pelas festas do carnaval e de Nossa Senhora da Conceição – santa Padroeira. Deste modo, observamos distanciamentos e aproximações com relação a algumas características de ambas, bem como um contorno geográfico que também as distinguia, além, claro, das mudanças e permanências na configuração delas no transcorrer do tempo.

As festas, embora fossem momentos que contivessem alegrias, musicalidade e abundância, refletiam as diferenciações sociais entre a elite local e os populares, entre ricos e pobres, negros e brancos, expressas nas disputas entre os blocos carnavalescos e na rivalidade entre as candidatas à rainha na festa da Padroeira que encobriam disputas de outra ordem. Neste sentido, concordamos com Amaral (1998), para quem “As festas também significam a destruição das diferenças entre os indivíduos e, por esta mesma razão associam-se à violência e ao conflito, pois são as diferenças que mantêm a ordem” (p. 30).

O carnaval, marcado pela irreverência, apresentava as disputas entre os blocos carnavalescos *Não se incomode* e *Toureiros*. A festa da Padroeira, que obedecia o tom da religiosidade, expunha as diferenças entre os que adentravam o pavilhão e aqueles que não dispunham de recursos financeiros para consumir o que dentro dele era vendido, e também, como mencionamos, as querelas políticas do período. Reiteramos, contudo, que as memórias, conjuntamente, tentaram todo o tempo abrandar as evidentes tensões e disputas presentes na sociedade local.

Outra conclusão no desenho das memórias se refere a uma “geografia” das festas. Apreendemos que o carnaval era estruturado predominantemente pelos moradores da área urbana, ou seja, a população da zona rural não se deslocava de modo expressivo para a cidade para participar desta comemoração, como nos informou D. Maria Santina. Isso ocorria, provavelmente, porque se tratava de uma festa da desordem, de folia “descontrolada”, daí os pais não permitirem que seus filhos, e especialmente as filhas, fossem a esta festa. Caso contrário ocorria com a festa da santa Padroeira que, nas palavras do Sr. Luiz Gonzaga, era a festa do agricultor, que doava animais e se fazia presente nas celebrações religiosas, sobretudo. Portanto, observamos que, neste caso, a área rural interferia na urbana de modo

mais significativo, uma vez que era nesta última era montada a estrutura da programação profana e desenvolvida a religiosa.

Quanto à sobrevivência destas comemorações, o carnaval resistiu com contornos diferentes. Já não existem os blocos e os bailes que persistem nas memórias dos idosos, por isso que, para eles, não há mais carnaval em Serra Branca. Mas existem outros modos de celebrar esta festa, como as comemorações nas escolas locais e também o bloco da terceira idade, formado por foliões idosos que percorrem as principais ruas do município¹⁰⁴. A festa da Padroeira, por sua vez, se mantém com uma estrutura semelhante quanto às programações religiosa e profana, embora já não sejam realizadas todas aquelas brincadeiras das edições passadas.

As festas de carnaval e da Padroeira eram eventos que sucediam em dois momentos específicos do ano – no início, geralmente em fevereiro, no caso do carnaval, e no final, dezembro, no caso da Padroeira – e alteravam a vida da cidade enquanto duravam. Por outro lado, em Serra Branca existiram outras práticas que integravam os lazeres da população, como futebol, cinema e rádios. Passemos a eles.

¹⁰⁴ Ver desfile deste ano [2012], organizado pela Secretaria de Ação Social de Serra Branca, disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=jFRyhnMR_mY. Acesso em: 25/07/2012.

3. CINEMA, RÁDIO E FUTEBOL: OPÇÕES DE LAZER EM SERRA BRANCA

O século XVIII caracterizou o trabalho como o fator determinante da produção de riquezas e a burguesia o elegeu como um valor universal. Assim, o conceito de trabalho adentrou o século XIX, na perspectiva marxista, como sendo, para o sistema capitalista, o próprio núcleo estruturante da vida, ou seja, a essência do homem, pois através dele é que se estabelece a relação entre o ser humano e a natureza para a produção de bens.

O próprio Marx (2002) ao tratar desta essência, da forma como é abordada pelo capitalismo moderno, aponta para um fator consequente de sua aplicação, qual seja, a alienação do homem pelo trabalho e o associa a algo desagradável, à dor, a um fardo.

O trabalhador só se sente consigo mesmo fora do trabalho, enquanto que no trabalho se sente fora de si. Ele está em casa quando não trabalha, quando trabalha não está em casa. Seu trabalho, por isso, não é voluntário, mas constrangido, é trabalho forçado. Por isso, não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer necessidades exteriores a ele mesmo. A estranheza do trabalho revela sua forma pura no fato de que, desde que não exista nenhuma coerção física ou outra qualquer, foge-se dele como se fosse uma peste (p. 107).

Assim considerando o necessário debate entre a concepção de lazer relacionada a de trabalho, devido aos vínculos estabelecidos entre elas, apontamos as relações entre ambas, ao longo da história no Ocidente em outro momento deste estudo, com base em Werneck (2000). Por ora, acreditamos que é válido reiterar a perspectiva de que o lazer foi encarado, durante muito tempo, com desconfiança devido aos riscos que oferecia à produtividade dos trabalhadores e ao domínio dos patrões. Apenas no século XIX, é que esta perspectiva começou a ser alterada e o lazer passou a ser pensado e reivindicado como direito social.

Esta autora destaca, ainda, uma histórica relação entre lazer e recreação que muito contribuiu para uma interpretação limitada do lazer e de sua importância para os sujeitos e sociedades, inclusive no Brasil. Werneck (2000) afirma que o termo recreação tem origem nos Estados Unidos, sendo concebido, por muitos autores, como atividade que proporciona prazer e identificado ao lazer. Além disso, ela apresenta diferentes acepções de recreação, relacionado-a à diversão e/ou à renovação para o trabalho se constituindo como uma orientação “natural” dos indivíduos. Porém, esta concepção, na verdade, não tinha nada de natural.

Isso fazia parte de um projeto social e político mais amplo, visando a disciplina, à formação da nacionalidade, a incorporação de valores morais, enfim, o harmonioso ajustamento à vida em sociedade – e nada melhor do

que consolidar esses objetivos por meio de uma prática “prazerosa e espontânea”, que atuava como “sedativo”, “como uma válvula de segurança que alivia a pressão” (WERNECK, 2000, p. 88).

A recreação, portanto, longe de ser uma mera atividade prazerosa, integrava um projeto político que tinha como finalidade “a manutenção da ordem, o controle moral, a disciplina e a manipulação social – valores vigentes na época” (p. 89). O Brasil, de acordo com Werneck (2000), foi herdeiro da construção deste conceito a partir da experiência de diversos países, como, França, Inglaterra, Alemanha e Itália. Contudo, a maior influência que pesou sobre a recreação brasileira, adveio dos Estados Unidos.

Aqui no Brasil, prevaleceu a ideia de recreação associada a jogos e brincadeiras voltados para as crianças, sendo impulsionada pelo movimento pedagógico da Escola Nova no início do século XX. O intuito era promover o interesse e a curiosidade da criança por meio de atividades espontâneas e prazerosas, daí a importância dos jogos e brincadeiras, da recreação como necessários ao processo de aprendizagem. Deste modo, coube à Educação Física, principalmente, o desenvolvimento de atividades que cumprissem tal objetivo e isso explica sua hegemonia, por muito tempo, nos estudos relativos ao lazer, já que aqui houve uma associação entre este e a recreação. O lazer, neste modo, se potencializou na área da educação.

Ainda na primeira metade do XX, pesquisas da área da Psicologia concluíram que havia a possibilidade de transferência dos estímulos ou motivação da aprendizagem das crianças para os adultos no ambiente de trabalho. De um modo geral, o lazer, em outros países, foi concebido como tempo livre, liberado do trabalho. No Brasil, além disso, ele incorporou também a recreação e só era permitido mediante a regulação do Estado. Com isso, foram instituídos os lazeres para as massas, denominado *recreacionismo*.

Nesta perspectiva, ocorre uma fusão entre os significados de recreação e lazer, que passam a ser vistos indistintamente – apesar de terem, no âmbito da incipiente produção teórica brasileira, conceitos diferenciados. Ou melhor, a essência do lazer é definida (e limitada) pelos propósitos ideológicos, políticos, sociais e pedagógicos promovidos pela recreação (WERNECK, 2000, p. 97).

O Estado brasileiro tratou de assegurar para si a função de cuidar da índole social das massas imbricando lazer (tempo livre) e recreação (organização racional do tempo livre), pois se acreditava que só o descanso no tempo livre não seria suficiente para suprir as necessidades dos trabalhadores (nem manter o controle social destes), devendo, também, ser feito um planejamento de atividades para realização no tempo de folga que produzisse satisfação e

alegria¹⁰⁵. Portanto, o lazer retoma seu sentido original, derivado do latim *licere*, que surge para definir práticas culturais alegres e festivas *lícitas, permitidas*.

Outra característica deste debate no Brasil é a atuação da Igreja junto à recreação. No seu trabalho de análise dos autores brasileiros que se dedicaram ao estudo do lazer e recreação, Werneck (2000) observa que Acácio Ferreira destacou este aspecto, reconhecendo que o lazer foi moldado pela rígida moralidade puritana. Este ponto nos interessa diretamente, uma vez que, em Serra Branca, percebemos o envolvimento do padre João Marques Pereira na constituição das práticas de lazer locais, como fica evidente nos relatos dos moradores que entrevistamos.

Na década de 1970 teve início uma crítica mais aprofundada em torno da recreação e buscou-se, em diversas áreas, uma ruptura entre as relações estabelecidas entre o lazer e a recreação. Isso ocorreu, em parte, devido à “fragilidade e ao caráter reprodutivista incorporado por ela [*a recreação*] em seu processo de construção histórica e cultural em nossa realidade” (WERNECK, 2000, p. 114). A acusação que pesava sobre a recreação era a de que ela era demasiadamente técnica e funcionava como meio de disciplinar, sustentar e fortalecer a ordem vigente, considerando que se tratava não de atividades, aliás, não apenas, mas estava vinculada a projetos político-ideológicos específicos. Por outro lado, uma advertência importante é feita.

Uma vez mais gostaria de ressaltar que *romper com a recreação não significa romper com os jogos, brincadeiras e outras práticas culturais por ela utilizadas, pois como foi exaustivamente discutido nesta obra, a recreação não representa essas “atividades” em si*. Romper com a recreação significa, portanto, romper com a sistemática da reprodução cultural engendrada por esse movimento direcionado para adestrar as massas (WERNECK, 2000, p. 122). [grifos da autora]

O problema colocado, portanto, para a recreação não se relacionava à ludicidade, aos jogos e brincadeiras que desenvolvia nos processos em que era adotada. Tal caráter ainda é considerado um mediador entre lazer, trabalho e educação, mas, em uma perspectiva construtivista, transformadora, e não como reprodução cultural, como um dado engessado e imutável como se constituía em sua origem.

O modelo capitalista de produção, na segunda metade do século XX, de modo geral, acabou por firmar um contra peso ao fardo e a declarada alienação inerente aos grandes problemas oriundos do trabalho. Assim, a ideia de lazer foi incorporada, constituindo

¹⁰⁵ Exemplo disso foi o surgimento do pioneiro Serviço de Recreação Pública de Porto Alegre (1926) e o Serviço de Recreação Operária (1943), instituído pelo governo federal durante o Estado Novo.

inclusive um desdobramento dos lucros, através da criação de uma “indústria de lazer”. Esta associação – trabalho/lazer – constituiu-se desde então em um fenômeno considerado essencial à vida do homem. Deste modo, o lazer passou a ser vendido como produto a ser consumido¹⁰⁶.

Vale destacar o papel do marketing e da propaganda nesta forma de conceber o lazer. Esta situação em que o lazer foi inserido retira dele a capacidade de assegurar a qualidade de vida dos sujeitos, já que como viagens, grandes eventos etc., seus custos são altos.

Com isso, muitas vezes é ignorada a importância do lazer enquanto direito social, um dos elementos do exercício da cidadania fundamental para a busca de qualidade na vida dos sujeitos, bem como de alternativas para o enfrentamento dos limites socioculturais históricos de nossa realidade (WERNECK, 2000, p.73).

Para esta autora, um dos sentidos do lazer, é que ele é um *direito social* que integra o exercício da cidadania e, sendo assim, é necessário que os sujeitos sintam-se responsáveis pelas lutas empreendidas em seu favor, pois os direitos, em um amplo sentido, “são também uma maneira de pronunciar e nomear a ordem do mundo, produzindo novos sentidos de experiências até então silenciadas no jogo das relações humanas” (p. 129).

No caso do nosso estudo, vale fazer algumas considerações. O lazer e a recreação, ao longo do século XX, sobretudo, estiveram sob a tutela do Estado, o que também ocorreu aqui no Brasil. A finalidade era manter o controle das massas e, por consequência, a ordem social, evitando que no tempo “desocupado” às classes populares pudessem aderir à subversão e/ou à criminalidade.

Vimos ainda que a Igreja também foi uma instituição que exerceu influência sobre o lazer e sobre a recreação voltada para a população. Constatamos isso em Serra Branca, inclusive, mediante a iniciativa do padre Marques, mas não consideramos prudente afirmar que havia uma organizaçãometiculosamente planejada com o intuito de gerir o tempo livre da população. Embora o padre mencionado tenha se antecipado criando o cinema, a difusora, a rádio e fundando um time de futebol, não entendemos que isso tenha se configurado como uma tentativa de definição *institucionalizada* dos lazeres tal como aconteceu nas experiências mencionadas (ver nota 105) no Rio Grande do Sul e durante o Estado Novo que criaram órgãos específicos de promoção do lazer e da recreação.

Acreditamos que o objetivo do padre Marques era manter a hegemonia da Igreja Católica junto à população como instituição orientadora e formadora dos valores (decência,

¹⁰⁶ Werneck (2000) esclarece que o consumo não implica, unicamente, o alcance e o uso real do produto, mas também a busca do prazer criada pela fantasia mediante a elaboração da imagem do produto.

solidariedade, fraternidade, respeito, obediência, dentre outros) a serem mantidos naquela sociedade, não obstante, isso também atendesse ao controle do tempo livre da população local. E consideramos que neste empreendimento ele foi bem sucedido, uma vez que os moradores remetem a essas experiências sempre destacando a figura do padre Marques como líder nos anseios pela manutenção dos bons costumes e da ordem daquela sociedade.

Neste sentido, consideramos a perspectiva das práticas culturais cotidianas válidas para analisarmos a forma como os moradores de Serra Branca viviam experiências culturais que promoviam a socialização. Dentre as diversas práticas existentes no cotidiano, enfatizamos aquelas voltadas para lazeres específicos, praticados no campo de futebol, na sala de cinema e ao som do rádio.

Nossa orientação para pensá-las vai na direção proposta por Werneck (2000), para quem além de direito, o lazer também é *possibilidade de produção de cultura*. Para ela,

Assim sendo, o lazer como um direito social não pode ser visto apenas pela perspectiva formal da categoria tempo institucionalizado. Sem negar a importância das lutas sociais às quais o lazer está atrelado, este se concretiza em um tempo qualificado, redimensionado e resignificado pelos sujeitos que o vivenciam. Mesmo vinculado ao aspecto tempo, o lazer ultrapassa e expande as delimitações colocadas pelos momentos instituídos para esse fim, sendo fruto de tudo o que a humanidade vem produzindo social e culturalmente (p. 131).

Nesta concepção, o lazer ganha uma configuração mais abrangente e significativa, pois é concretizado mediante a “vivência lúdica de diferentes conteúdos”, que envolvem a mobilização em favor dos sentidos de liberdade, autonomia, criatividade e prazer, coletivamente construídos sob influência e restrição de diversos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais (WERNECK, 2000, p. 131). Assim sendo, para esta autora,

Afirmar o papel dos sujeitos como “produtores culturais” significa ampliar as chances de apropriação das condições da produção do saber teórico-prático, lúdico e educativo que permeiam as vivências de lazer, buscando a criação e não o simples consumo de cultura. O lazer pode, ainda, servir de estímulo a esses sujeitos, empenhados na luta pela conquista de autonomia e pela garantia de um viver digno, ultrapassando as barreiras dos discursos ideológicos opressores e injustos verificados em nosso meio (p. 131-132).

O lazer, pensado desta forma coloca os sujeitos no centro da questão, pois eles são os responsáveis pelas práticas. Não há passividade onde existe liberdade e criatividade para a ação, sendo assim, como produtores de cultura, os sujeitos visam o desenvolvimento da autonomia. Vinculado a estas idéias, o lazer não possui a função de mera distração ou

atividade, ou mesmo de descanso, ele ganha um significado mais profundo que o relaciona à ação consciente na construção de mundo em que prevaleça o respeito à cidadania.

Para nós, tornou-se importante apreender o sentido que é dado, de modo geral, às práticas de lazer. Nossa entendimento é de que se trata de um elemento constitutivo das demonstrações de ação humana expressas em práticas diversas das atividades produtivas e também das obrigações sociais. Significam ocupações espontâneas, independentes e selecionadas à gosto do sujeito. Para o que observamos no município de Serra Branca, o lazer corresponde a funções de socialização e divertimento, principalmente, e estão ligadas à cultura individual e/ou coletiva. Enquanto portador de valor, o lazer agrupa princípios vividos pelos diversos segmentos sociais em seu cotidiano e que se reproduzem livremente ou através de trocas simbólicas¹⁰⁷ entre os municípios, entre estes e o poder público e o privado.

Outra referência que nos ajudou a refletir as práticas cotidianas que envolvem o lazer estão presentes em Certeau (2009). Este autor também coloca no centro das práticas do cotidiano as intenções e ações dos sujeitos. A inventividade destes últimos resulta na fabricação das práticas do cotidiano que, para ele, “é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubliquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (p. 39).

Centrar nas maneiras como o homem comum lida com os mecanismos da disciplina, não se conformando com ela e, muitas vezes, alterando-a consiste no interesse de Certeau (2009) sobre o cotidiano. Para isso, ele analisa as “artes de fazer” que o compõem bem como apresenta as “táticas” empregadas pelos usuários/consumidores que leem, habitam, conversam, cozinharam nos espaços urbanos, mediante uma apropriação das “estratégias”¹⁰⁸ definidas pelo poder instituído, ou como as primeiras conseguem se infiltrar nas fissuras das segundas por meio de determinadas práticas e originar novos significados para o cotidiano.

Para ilustrar tal situação, podemos enfatizar o surgimento de uma rádio clandestina em Serra Branca e como ela foi pensada para se manter atuante, mesmo não oficializada e correndo os riscos de punição pelos seus idealizadores em plena ditadura militar brasileira e, ainda, podemos observar como seus usuários (ouvintes) contribuíam no andamento da

¹⁰⁷ A esse respeito ver Bourdieu (2009), especialmente pela consideração de que a sociedade que é vista como um espaço onde se encontram e se chocam relações de força geradas pelas significações e simbolizações sociais.

¹⁰⁸ Para Certeau (2009), a “estratégia” é a manipulação ou cálculo das relações de forças que possibilitam a um sujeito de querer e de poder (uma empresa, uma cidade, uma instituição específica etc.) requerer um *lugar seu* de onde são estabelecidas as relações. Já a “tática” se trata da “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio” (p. 94). A tática não possui um lugar próprio, ela penetra o do outro (a estratégia), é a “arte do fraco”.

programação, uma vez que muito se atribui ao papel daqueles que consomem os produtos culturais. Este exemplo demonstra de um modo mais explícito a astúcia e a criatividade usadas pela população para dar novos significados mediante práticas de lazer no cotidiano do município.

O cotidiano é reconhecido aqui, portanto, não como um domínio em que prevalece o tempo repetitivo e desgastante do trabalho, sendo esta sua única acepção. Apoiamos-nos na ideia de que ele é um “lugar” de produção cultural em que a vontade e a criatividade dos sujeitos imperam sobre os dispositivos criados para anular ou limitar o campo de suas ações, atitudes e invenções, portanto da criatividade de suas práticas e das suas *artes de fazer*, produzidas nas mais diversas maneiras de *caça não autorizada*, como afirma Certeau (1996; 2009).

A presença da criatividade como definidora das ações no cotidiano também foi discutida por De Masi (2000). Como já mencionamos anteriormente, este autor desenvolve reflexões, afirmando que existe uma tendência para que cada vez mais ocorra uma aproximação entre trabalho, estudo e jogo. O advento da tecnologia trouxe o benefício de assegurar mais tempo livre para os trabalhadores e a questão que se ergue é o que deve ser feito com esse tempo livre. Ele defende que iniciemos um processo educacional voltado para esta preocupação, para que possamos um dia “contaminar o estudo com o trabalho e com o jogo, até fazer do ócio uma arte refinada, uma escolha de vida, uma fonte inesgotável de idéias” (p. 320), concretizando o que ele chama de ócio criativo.

A propósito do tempo livre, o referido autor também oferece algumas considerações, esclarecendo qual o entendimento que hoje se tem dele.

Para cada um de nós, tempo livre significa viagem, cultura, erotismo, estética, repouso, esporte, ginástica, meditação e reflexão. Significa, antes de tudo, nos exercitarmos em descobrir quantas coisas podemos fazer, desde hoje, no nosso tempo disponível, sem gastar um tostão: passear sozinho ou com amigos, ir à praia, fazer amor com a pessoa amada, adivinhar os pensamentos, os problemas e as paixões que estão por trás dos rostos dos transeuntes, admirar os quadros expostos em cada igreja, assistir a um festival na televisão, ler um livro, provocar uma discussão com um motorista de táxi, jogar conversa fora com os mendigos, admirar a sábia beleza de uma garrafa, de um ovo ou das carruagens antigas que ainda passam pelas ruas. Balançar numa rede, que, como já disse, me parece encarnar o símbolo por excelência do trabalho criativo, perfeita antítese da linha de montagem, a qual foi o símbolo do trabalho alienado. Em suma, dar sentido às coisas de todo dia, em geral lindas, sempre iguais e sempre diversas, que infelizmente são depreciadas pelo uso cotidiano (DE MASI, 2000, p. 321).

Como vemos, o tempo livre pode ser dirigido para uma infinidade de práticas que desenham o nosso cotidiano e, justamente, por isso, é que elas acabam sendo menosprezadas e/ou não são reconhecidas como tão necessárias à vida. Vale ressaltar, neste sentido, o lugar que o trabalho ainda ocupa na nossa percepção do que é importante no existir para apreendermos a visão que recai sobre as práticas de lazer, que o consideram uma instância subalterna.

Precisamos mencionar também, por outro lado, que esta visão vem sendo alterada nos últimos anos e, exemplo disso, é o recurso crescente que as empresas fazem a espaços que promovam socialização e lazer aos seus funcionários, claro, sem que ocorra uma baixa na produtividade, mas acreditando ser possível o movimento inverso, seu aumento, bem como uma melhor qualidade do bem estar e das relações entre as pessoas no ambiente de trabalho. Contudo, aquela fusão entre trabalho, jogo e estudo, prevista por De Masi (2000), ainda não se configura como realidade para determinadas pessoas.

Embora ainda não vislumbremos tal situação para a maioria dos trabalhadores, acreditamos que De Masi (2000) nos fornece uma interessante possibilidade para pensarmos as práticas de lazer em Serra Branca que envolviam o cinema, a rádio e o futebol. Percebemos que tais práticas envolviam trabalho e lazer, rompendo a dicotomia estabelecida comumente entre ambos, pois ao mesmo tempo em que, por exemplo, os Srs. Luiz Gonçalves e Severino estavam trabalhando ao colocarem no ar os programas da Rádio Castelo Branco (RCB), eles também estavam vivendo momentos de lazer, além de contribuir para dar novos significados ao cotidiano do município mediante o contato com seus ouvintes que, muitas vezes, interagiam com eles. Isso fica expresso quando, durante, as entrevistas, percebemos o “teor” da lembrança da programação da RCB, evocar esta experiência produziu alegria tanto nos que faziam parte do seu corpo técnico quanto nos ouvintes que relataram as músicas que ouviam ou os recados transmitidos.

O mesmo serve para refletirmos acerca do futebol enquanto prática de lazer que igualmente se constituía em trabalho seja para os treinadores dos times e jogadores, seja para aquele vendedor ambulante de picolé ou guloseimas que se instalava na margem do campo, querendo obter algum lucro para ajudar nas despesas de casa. Eles torciam, vibravam, xingavam, gritavam, sentiam todas as emoções que sabemos que são despertadas em uma partida de futebol. Deste modo, consideramos válidas algumas direções apontadas por De Masi (2000) para analisarmos os lazeres empreendidos pela população de Serra Branca.

Neste capítulo, nosso objetivo é apreender a importância da atuação do cinema criado pelo padre João Marques como parte das práticas voltadas para o lazer da população do

município, bem como o surgimento da difusora Voz Católica e da Rádio Castelo Branco e do programa de auditório que gerou um concurso de cantores, além da programação diária de ambas. E, por fim, também discorreremos sobre o futebol como expressão de um lazer estimulante e de trocas sociais.

Diferente das festas, que ocorriam em momentos específicos do ano, as práticas discutidas neste capítulo, não apresentam uma periodicidade particular, elas se faziam presentes no cotidiano de modo mais assíduo, por assim dizer. Deste modo, quisemos compreender que memórias essas práticas engendraram e de que maneira os moradores as apreendem enquanto lazer.

3.1. LAZER PARA VER: o Cine Educativo

*Não quero mais
 Essas tardes mornais, normais
 Não quero mais
 Video-tapes, mormaço, março, abril
 Eu quero pulgas mil na geral
 Eu quero a geral
 Eu quero ouvir gargalhada geral
 Quero um lugar para mim, pra você
 Na matiné do cinema Olympia
 Tom Mix, Buck Jones
 Tela e palco
 Sorvetes e vedetes
 Socos e coladas
 Pernas e gatilhos
 Atilhos e gargalhada geral
 Do meio-dia até o amanhecer
 Na matiné do cinema Olympia*

*Cinema Olympia
 Caetano Veloso*

O Cine Educativo foi uma experiência com cinema em Serra Branca, fundada pelo padre João Marques Pereira. Esta iniciativa tratou-se de uma proposta para ser implementada junto à população com finalidades ligadas à educação. Além de se constituir em uma opção de lazer, também funcionou como meio de obtenção de recursos para a manutenção do Colégio Estadual de Serra Branca¹⁰⁹, igualmente criado pelo padre Marques.

¹⁰⁹ Atualmente, é a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Senador José Gaudêncio.

O fato do padre ter sido o responsável pela sua criação demonstra a preocupação da Igreja Católica em se manter como orientadora das práticas de lazer em Serra Branca. Isso sugere o desejo de controle, considerando que esta instituição tinha hegemonia no que se referia à prática religiosa dos fiéis. Embora existissem praticantes de outros credos, o catolicismo era a religião que prevalecia entre a população. Atestam isso, os depoimentos sobre a festa da Padroeira da qual já tratamos no capítulo anterior.

É importante salientar que esta não foi a única iniciativa de instalação de um cinema em Serra Branca. Ainda entre os anos de 1948 e 1950, os senhores Antônio José de Souza e José Torreão Mota abriram uma sala de cinema no município. Alguns desentendimentos entre os dois, entretanto, teriam levado ao fechamento desta sala, como informa Sousa (2008). Nas entrevistas que realizamos, contudo, apenas uma entrevistada relembrou esta primeira experiência – Dona Rita Rangel dos Santos, afirmando que chegou a frequentar esta sala. Os demais ou sabiam da existência dela, mas não a conheceram, ou não tinham registros de memória de sua existência.

Neste tópico, utilizamos os depoimentos dos seguintes moradores:

- Luiz Gonçalves¹¹⁰, em 08/10/2009, ao Projeto de História Local;
- Margarida Antonino da Silva¹¹¹, em 11/06/2011;
- Severino Ramos¹¹², em 10/06/2011.

O Cine Educativo foi instalado pelo padre João Marques por meio da obtenção de subsídios junto ao deputado federal Plínio Lemos¹¹³, segundo Dona Margarida. Sobre o seu surgimento, encontramos uma referência no Livro de Tombo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Atentando para a data – 10 de julho de 1966 –, constatamos que é precedida, em três meses, pela inauguração da eletricidade na cidade, que ocorreu em 9 de abril de 1966. Consta no Livro que “Foi inaugurado o cine educativo de Serra Branca, localizado no salão da escola profissional Pio XII [...] exibindo a película – EGYPCIO, como operador Luiz Gonçalves de Lima” (p. 97).

Alegria e Duarte (2005) destacam o papel atribuído ao cinema no Brasil, sobretudo, a partir dos anos 30 do século XX: o de recurso educativo voltado para as massas, tendo como

¹¹⁰ Ver nota 78.

¹¹¹ Ver nota 79.

¹¹² Ver nota 32.

¹¹³ Plínio Lemos foi um político paraibano, natural do município de Areia, no brejo paraibano, que ocupou diversos cargos públicos ao longo de sua vida. Sua relação com Serra Branca é anterior à criação do Cine Educativo. Ele também foi o responsável, como deputado federal, pelo convênio firmado entre o Estado da Paraíba e o Governo Federal, em 7 de dezembro de 1962, para a construção do prédio do Ginásio Comercial Wamberto Torreão em Serra Branca (Sousa, 2008).

objetivo a construção e a consolidação de uma identidade nacional. Neste sentido, o que se buscava era uma *pedagogia cinematográfica* que conseguisse por fim à preguiça e desenvolver a inteligência daqueles considerados ignorantes pela elite intelectual nacional¹¹⁴.

A característica que privilegiou o cinema em detrimento de outros recursos educativos foi o fato de ele poder ser levado a todo o país, considerando as amplas dimensões territoriais do Brasil, unindo imagens em movimento, coloridas e/ou em preto e branco, e sonoridade, rompendo distâncias, além de se constituir em símbolo da modernização e do progresso, mas o foco no cinema recaiu, principalmente, sobre sua linguagem. Neste sentido, não havia uma problematização sobre os conteúdos dos filmes exibidos, o seu emprego era interessante porque atraía e facilitava o contato com as massas (ALEGRIA E DUARTE, 2005, p. 4).

A difusão de informações através de veículos de comunicação de massa não é uma proposta para a educação das elites nacionais: é um projeto de facilitação da educação do povo, visando à produção de um novo país. O que se pretendia, então, era elevar o nível geral de informação do “Jeca Tatu” ignaro, viabilizando a integração interna e um melhor desempenho junto ao contexto das nações, em âmbito externo (ALEGRIA E DUARTE, 2005, p. 4).

Como recurso didático integrando um projeto nacional, o cinema passou a ser divulgado e utilizado, pelo Estado brasileiro, com uma proposta bem deliberada de instrução, como já mencionamos, e é interessante também, que ressaltamos, como fizeram os autores citados, que se tratava de uma tentativa de inculcar determinados valores e ideias que definissem o povo brasileiro, portanto, focado no “povo”, nas “massas”, que precisavam de orientações advindas das elites, do ponto de vista destas, claro.

Além das iniciativas por parte do próprio Estado brasileiro de disseminar o cinema pelo país, a Igreja Católica foi outra instituição que buscou adotar o cinema como expediente de fonte de conhecimento, valores e instrução. Um exemplo disso, segundo Alegria e Duarte (2005), foi a instalação, ainda nos anos 1920, de uma sala de cinema pela Obra Social Católica em Salvador. Para os autores, o que se pretendia era trabalhar os filmes como “fonte de inspiração para a formação de valores morais cristãos” (p. 4).

A *Carta Encíclica Vigilanti Cura*, de 1936, foi um documento elaborado pela Igreja Católica¹¹⁵ que pretendia combater os “abusos das representações cinematográficas”, versando especificamente sobre esta arte. Era imperioso, então, evitar que o cinema se

¹¹⁴ Entre os intelectuais apontados por Alegria e Duarte (2005), que defendiam o uso do cinema como um importante meio de instrução, estão Edgar Roquette Pinto, Afrânio Peixoto, Jonatas Serrano e Francisco Venâncio Filho.

¹¹⁵ A elaboração deste documento foi feita durante a atuação do Papa Pio XII (entre 1939 e 1958) e foi assinado em 29 de junho de 1939 por este.

transformasse em “escola de corrupção” e se constituísse em “um precioso instrumento de educação e elevação moral”. Para a Igreja, o lazer era considerado um importante e necessário aspecto da vida, mas não podia, de modo algum, oferecer riscos a uma boa conduta. Extraímos uma longa, mas interessante e elucidativa citação deste documento na qual podemos observar considerações sobre o lazer.

Necessidade do lazer, mas sadio e moral

Não há negar que o recreio corporal e espiritual, em suas múltiplas manifestações do progresso moderno, tornou-se necessário para os que se cansam nas ocupações e cuidados da vida, mas ele deve ser digno e por isto são e moral; deve elevar-se ao nível de fator positivo de nobres sentimentos. Um povo que, em seus momentos de repouso, se entrega a prazeres que ferem o pudor, a honra, a moral, divertimentos que constituem uma ocasião do pecado, especialmente para a mocidade, corre o perigo de perder sua grandeza e seu poder.

Importância do cinema como divertimento

É indiscutível que, entre estes divertimentos, o cinema adquiriu, nos tempos modernos, uma importância máxima, por ter-se estendido a todas as nações. Não é necessário registrar que milhões de pessoas diariamente assistem às representações do cinema; que se abrem locais para semelhantes espetáculos cada vez em maior número, em meio de todos os povos de alta cultura ou só meio civilizados; que o cinema se tornou a forma mais popular de recreação, não só para os ricos, mas para todas as classes da sociedade.

O poder de influência do cinema

Não há hoje um meio mais poderoso para exercer influência sobre as massas, quer devido às figuras projetadas nas telas, quer pelo preço do espetáculo cinematográfico, ao alcance do povo comum, e pelas circunstâncias que o acompanham (Carta Encíclica *Vigilanti Cura*, 1939).

O lazer é pensado na perspectiva de descanso da mente e do corpo das atividades do trabalho e, deste modo, é imprescindível para vida do trabalhador, mas, sobre ele deveria recair o cuidado (vigilância, controle) da Igreja. Além disso, o documento ressalta a disseminação do cinema entre diferentes povos e sua influência junto às massas, seja pelo custo, seja pela tecnologia empregada por meio da qual o filme “fala” pela sucessão das imagens, facilitando a compreensão com “alegria e sem esforço”, e, quando aliado à música e à voz aprofundava-se o encantamento dos espectadores. Ainda como lazer, o cinema era encarado como recreação, sendo divertido pela linguagem de fácil compreensão. A excitação e o prazer engendrados por ele eram o foco da atenção da Igreja Católica, pois podia ser perigoso, levando os sujeitos a se corromperem e cederem aos vícios. Isso o tornava tão atrativo para as pessoas, sobretudo às menos instruídas.

Caberia à Igreja exercer uma fiscalização sobre a produção cinematográfica com o intuito de aproveitar o cinema em benefício próprio, difundindo a moralidade cristã, evitando, dessa forma, que ele se tornasse um meio de propagação da depravação. Sob influência da

Encíclica Papal mencionada começaram a surgir os cineclubs pelo Brasil¹¹⁶, movimento este que ganhou impulso, principalmente, na década de 1950. Assim, a partir das orientações estabelecidas pela Igreja na *Vigilanti Cura*, os filmes a serem exibidos deveriam possuir uma orientação humanista, que despertassem valores de respeito, solidariedade, decência, dentre outros peculiares desta instituição.

Nesse contexto, podemos relacionar a experiência com o cinema em Serra Branca, especificamente, o Cine Educativo, na década de 1960, à proposta de difusão de valores cristãos e da construção e transmissão de uma moralidade condizente com eles. Portanto, reiteramos que, embora não tenhamos identificado uma organização sistemática, um planejamento detalhado de como esta experiência foi articulada em Serra Branca, nem a existência de um cineclube que discutisse a produção cinematográfica, como existiu em outras regiões do estado e/ou do país, acreditamos que, pelo fato de ter sido gerida pela Igreja na figura do padre João Marques, ela era ideologicamente orientada pelos princípios desta instituição e coerente com os objetivos dispostos na bula papal mencionada.

O Sr. Luiz Gonçalves, que ajudou o padre Marques na fundação do Cine Educativo, comentou que o cinema pertencia à Paróquia e que, como era da confiança do padre Marques, este lhe atribuiu a administração do cinema, tornando-se o responsável pela manutenção da sala de cinema e pela obtenção dos filmes a serem exibidos. Ele também relatou a partir de qual situação esta iniciativa foi pensada.

Aí quando eu tava construindo o colégio, Colégio Wamberto Torreão¹¹⁷, a gente tinha muita vontade de vê alguma coisa, a televisão não funcionava bem, não assistia filme por televisão porque não dava pra ver, a imagem era gerada no Recife, chegava lá muito distorcida, né? Aí eu digo: “Vamos comprar uma máquina de cinema”. Eu comprei uma máquina de cinema, indicada por um amigo meu, o Expedito, a um policial lá em Campina Grande. Comprei uma máquina novinha 16mm, não me lembro como é o nome do cara, mas era uma máquina muito boa 16mm. Daí eu passei, juntei naquele prédio onde é o cinema hoje lá, aquele prédio que pertenceu a paróquia. Comprei as cadeiras, aquelas cadeiras que eu comprei ali de segunda mão, eu comprei de um cinema que havia fechado em Pocinhos (Luiz Gonçalves, 64 anos).

Podemos inferir que a existência de salas de cinema pelo interior do Estado já era um fato, o que confirma o que foi dito anteriormente a respeito das mesmas. Alguns depoentes

¹¹⁶ Embora a Igreja tenha influenciado o surgimento dos cineclubs, a presença de pessoas com formação ideológica à esquerda neste movimento não era incomum, como adverte Bastos (2009), que menciona, inclusive, o Clube do Cinema de Salvador do qual emergiu Glauber Rocha.

¹¹⁷ A construção do prédio onde funcionaria o Colégio Comercial Wamberto Torreão se deu entre 1963 e 1965. O Sr. Luizinho ficou à frente do cinema até o ano de 1969, quando resolveu viajar para São Paulo onde residiu até 2009.

falaram da existência de televisão em praça pública, o que foi comum em cidades do interior, que serviam para agregar a população que assistia à programação disponível na época. Essas reuniões acabavam se tornado importantes momentos de socialização, entretanto, em Serra Branca essa iniciativa surge nos anos 1980, portanto, posterior ao nosso recorte temporal.

De acordo com o Sr. Luiz Gonçalves, portanto, o Cine Educativo surgiu como possibilidade de dinamizar o lazer no município, considerando que a televisão era um bem adquirido por uma minoria da população e a imagem não apresentava tanta qualidade como atualmente. O ingresso da população à diversão no cinema era garantido por meio da cobrança de um valor acessível na entrada, conforme atestam os entrevistados, o Sr. Luiz Gonçalves e D. Margarida. Isso foi um aspecto discutido por Alegria e Duarte (2005) quando abordaram as sessões exibidas em uma sala na cidade de Salvador, ainda nos anos 1920, uma vez que o objetivo era instruir a população pobre que não tinha acesso a um sistema educacional de qualidade, era necessário reduzir os custos dos preços de ingresso para garantir que os grupos sociais menos favorecidos frequentassem o cinema.

FOTO 12: Prédio do Cine Educativo (do lado esquerdo, padre João Marques)



Acervo: Foto gentilmente cedida por Juarez Ribeiro Araújo

FOTO 13: Antigo prédio do Cine Educativo



Acervo: Fabiolla Lemos (22/07/2012)

Este prédio abarcava múltiplas funções com relação ao lazer no município, deste modo, integra a patrimônio arquitetônico da cidade, tanto por sua estrutura material quanto pelas experiências que são evocadas por ele, considerando as práticas que, em outros tempos, divertiam os moradores do município, cujos significados, no presente, dão sentido ao passado e a história deste município. Por isso, acreditamos que este edifício desempenha as funções de um lugar de memória (NORA, 1993). Atualmente, ele abriga uma academia de musulação.

Com relação à projeção das películas, era utilizada uma máquina seminova adquirida em Campina Grande. As cadeiras eram as que haviam sido usadas em um antigo cinema do município de Pocinhos-PB, como afirma o Sr. Luiz Gonçalves. A tecnologia empregada na projeção foi explicada por D. Margarida.

[...] uma máquina daquelas antigas que a gente trabalha com, com carvão. Agora carvão, o povo pensa carvão de custear, mas não é. Carvão é uns negocinho assim cumpridinho que coloca na máquina pra, de carvão que é, pra sair a projeção. (D. Margarida, 81 anos)

Esta máquina era a responsável pela projeção de películas que alimentavam a imaginação dos frequentadores do cinema. Nesta perspectiva, chegamos a outro ponto discutido por Alegria e Duarte (2005): a ameaça que o cinema representava à construção de uma identidade nacional, tendo em vista a hegemônica produção dos Estados Unidos que sobrepunha o mercado em prejuízo da insipiente produção nacional. Para entendermos melhor isso, basta observarmos os filmes que eram reproduzidos nas salas de cinema no Brasil, pois havia uma predominância de filmes estrangeiros e, dentre eles, os produzidos nos Estados Unidos. Parte dos intelectuais dos anos 30, em face disso, alertavam para o perigo da *americanização do mundo* e procuravam dar relevo à produção nacional. Existiam aqueles, entretanto, que se alinhavam a esta produção, encarando-a como um modelo a ser seguido.

FOTO 14: Máquina utilizada para projeção de filmes do Cine Educativo



Acervo: Foto gentilmente cedida por pessoal Juarez Ribeiro Araújo

FOTO 15: Antiga máquina de projeção do Cine Educativo



Acervo: Fabiolla Lemos (11/06/2011)

Analisando as relações entre o cinema hollywoodiano e o cotidiano para a formação de sensibilidades no Nordeste do Brasil, Souza (2010) revela as manifestações e discute os valores, símbolos e signos que marcaram o cinema entre as décadas de 1940 e 1960. De acordo com este autor, “O cotidiano dos brasileiros foi marcado pelo cinema desde o século XIX, mas somente com o crescimento do cinema americano na década de 1920 é que ele vai adentrar com maior força nas vidas e mentes dos jovens” (p. 90).

O Sr. Severino foi outro morador que recordou o Cine Educativo, enfatizando a sua importância para a sociedade local naquele período, uma vez que ele era garantia de diversão para a população que, pelas suas palavras, era assídua às exibições, pois “enchia” a sala. Para

que isso ocorresse, os filmes eram anunciados pela difusora, revelando a propaganda e a convocação dos moradores para o cinema.

Em 68, mais ou menos, ele [*padre Marques*] comprou a máquina e Luizinho que era... entendia dessas coisa toda, então fundou o Cine Educativo, né? Então, quase todo dia tinha filmes e realmente foi um período muito bacana. Aqueles filme de antigamente que a gente assistia, aqueles faroeste, aqueles filme... (...) Então naquela época enchia mesmo, quase todo dia tinha filme, a gente ligava a difusora, tinha a difusora, era no mesmo prédio, né? E agente fazia a propaganda e... Mas com o decorrer do tempo, acho que toda cidade pequena no Brasil acabou o cinema, né? Acabou. A televisão acabou com o cinema, né? (Severino, 56 anos).

Ao mesmo tempo em que identificamos uma fala nitidamente marcada pelo saudosismo, o Sr. Severino apresenta um discernimento com relação às mudanças que ocorrem no mundo e afetam as experiências mais simplórias, como ir ao cinema, que naquele tempo era algo inabitual. Sua conclusão acerca das transformações com o processo de modernização e o acesso aos produtos resultantes dele que adentraram as casas e as vidas das pessoas revelam isso.

Ele se refere à televisão, um instrumento usado para comunicação e entretenimento, que penetrou as casas em detrimento das salas de cinema, derivando disso, o acesso cada vez mais fácil à produção cinematográfica. Porém, por outro lado, as pessoas perderam o hábito de sair de casa, de ir ao cinema, e, dessa forma, manterem uma sociabilidade que ainda existia no tempo lembrado por nossos entrevistados. O cinema era um lugar de (re)união, de compartilhamento de experiências que foi sendo “furtado” paulatinamente pela televisão.

O Sr. Severino informa, ainda, alguns dos gêneros mais populares exibidos no Cine Educativo, como as comédias, romances, épicos, mas, principalmente, “O faroeste sempre tava em primeiro lugar”. Entre as personagens e produções exibidas e mencionadas estavam “Tarzan”, “O ébrio”, “Ben-Hur”, “O morro dos ventos uivantes”, “A ponte Waterloo”, “E o vento levou”, “O gladiador”, “Hércules”, dentre outros. Também haviam os de caráter religioso lembrados por Dona Margarida, como “Os dez mandamentos” e “Céu sobre pântano”.

O Sr. Luiz Gonçalves descreveu como eram realizadas as sessões e também mencionou os filmes que recordou a exibição. A única exceção com relação aos gêneros e temáticas de filmes recaia sobre aqueles que envolviam sexo.

Quem administrava era eu. Aí o que é que eu fazia? Eu ia alugar filme no Recife, eu saía toda semana, alugava 3 filmes, lá no Recife veio, aluguei

muito filme da Telmex¹¹⁸, que era “películas mexicanas para o Brasil”. Antes eu passava na (?), que é aquele programa americano para o Brasil, e pegava bastante trailer, bastante documentário, assim, muita coisa bonita, o rio Mississipi, aquelas coisas. E aí fazia como abertura, trazia tudo aquilo pra juventude, depois alugava muitos filmes. (...) Principal. Então, o nosso interesse era o de prender bastante gente ali no ambiente do cinema, né? Que primeiro, vinha algum trailer de algum filme, tal esse passava, depois passava aquele documentário e o pessoal gostava muito, né!? Ai depois vinha o filme principal. E eu passei muitos filmes bons ali, como por exemplo: Ben-Hur, Os Dez Mandamentos, A Ponte Waterloo, O Morro dos Ventos Uivantes, E o Vento Levou, aquele Love Story, era esses filmes era os filmes atuais da época, né?! (Luiz Gonçalves, 64 anos).

Percebemos que, de certo modo, os filmes exibidos eram escolhidos com o cuidado de atender a diferentes “gostos”, como demonstra a diversidade de gêneros apontados. A juventude era o público-alvo do cinema, e era composta justamente pela geração que entrevistamos no município. Havia a tentativa de agregar o maior número possível de pessoas, o que sugere que quanto maior o número de espectadores, maior seria o alcance dos anseios da Igreja, uma vez que os valores presentes nos filmes eram reproduzidos como aqueles desejados por uma sociedade “decente”.

Outro elemento revelado na citação é a influência americana, aludida pela exibição de um programa que não conseguimos identificar. Documentários e trailers eram mostrados como “aperitivo” para instigar a imaginação, com o intuito de despertar a atenção dos frequentadores da sala. O Sr. Luiz Gonçalves ainda relembra o deslocamento que fazia para conseguir assegurar as sessões realizadas às quartas, sábados e domingos. Ele esclarece que “o filme do sábado, eu passava na sexta e no sábado, e o filme do domingo eu passava em matinê, às vezes até quando era um filme bom e caro, eu passava em suarê, matinê e à noite”.

A propósito da difusão do cinema americano, Souza (2010) destaca uma verdadeira produção de sentimentos e emoções nas pessoas, considerando as alegrias, raivas, invejas, surpresas, sustos, paixões, medos e ciúmes que os filmes provocam nos espectadores, especialmente, dentro das salas de cinema, pois ao adentrarmos, uma peculiar experiência com o tempo e com o espaço é vivida. Além disso, o caráter dinâmico do cinema também contribuiu para que ele se exercesse grande influência na vida fora das salas de exibição.

O Cinema, para além do aspecto de indústria de produtos formados de imagem e, posteriormente de som, era também uma prática cultural que conseguia, num único e dinâmico processo, unir dança, música, teatro, ginástica, ópera, arquitetura, pintura e escultura, num todo harmônico que

¹¹⁸ Não encontramos informações da Telmex com relação à produção e/ou distribuição de filmes. Na nossa pesquisa, identificamos que é uma empresa de telecomunicações sediada na Cidade do México, que oferece produtos e serviços em diferentes países na América Latina.

criava a ilusão de que aquele mundo existia de verdade e que podia ser copiado em qualquer parte do planeta (SOUZA, 2010, p. 92).

Com tamanho poder, o cinema produziu mudanças no comportamento e nos padrões de gosto e consumo das pessoas, para isso contou, inclusive, com o apoio da propaganda que permitia o prolongamento das sensações vividas nas salas e passou a criar as estrelas que alimentavam a imaginação dos amantes das sessões (SOUZA, 2010). Avaliando, então, a importância do cinema como modificador e criador de hábitos e disseminador de valores, acreditamos que é interessante observarmos que tipo de filme era exibido no Cine Educativo, a partir de alguns que foram citados pelos depoentes.

LISTA DE ALGUNS FILMES EXIBIDOS NO CINE EDUCATIVO

FILME	CRÉDITOS	SINOPSE
A PONTE WATERLOO	EUA. 1940. 109 min. Preto e branco. Direção: Mervyn LeRoy.	Durante a I Guerra, Roy e Myra se conhecem na ponte de Waterloo e se apaixonam. Porém, ele precisa partir para o front de batalha e Myra, então, promete esperá-lo. Meses depois, ela recebe a notícia da morte de Roy. Desempregada, Myra resolve se prostituir para sobreviver. Entretanto, ela reencontra Roy ao fim da guerra e não consegue manter o relacionamento por culpa, o que a leva ao suicídio na ponte Waterloo.
BEN HUR	EUA. 1959. Colorido. 212 min. Direção: William Wyler.	O filme se passa em Jerusalém e conta a história de um judeu, contemporâneo de Jesus, Judah Ben-Hur, que é traído por seu amigo Messala, chefe das legiões romanas. Devido a algumas desavenças políticas entre os dois, Ben-Hur é escravizado. Ele luta pela liberdade e passa a se vingar.
CORAÇÃO DE LUTO	BRASIL. 1967. Preto e branco. 90 min. Direção: Eduardo Llorente	Inspirado na letra da música “Coração de luto”, o filme retrata a história de Vítor Mateus Teixeira (Teixeirinha), cantor de Porto Alegre, conhecido por “Rei dos Discos”. Conta a solidão do menino, e depois do homem, Vítor com a perda trágica da mãe e sua ascensão no mundo artístico como cantor de sucesso, encontrado, por fim, o amor.
E O VENTO LEVOU	EUA. 1939. Colorido. 241min. Direção: Victor Fleming.	Narra a vida: amores, desilusões, frustrações, perdas e alegrias da personagem Scarlet O’Hara. A história se passa durante a Guerra de Secesão, no século XIX, nos Estados Unidos. A vida da personagem é retratada pelo viés de suas relações com Sua terra natal: Tara.
		Gilberto Silva é um jovem rico do

O ÉBRIOS	BRASIL. 1946. Preto e branco. 126min. Direção: Gilda Abreu.	interior que, de repente se vê na pobreza. Muda-se para a cidade grande, onde estuda medicina e desenvolve seu talento de cantor, obtendo reconhecimento. Casa-se e acaba sendo traído pela esposa. Depois disso, ele resolve se afundar na bebedeira, tornado-se um ébrio sem rumo.
O CÉU SOBRE O PÂNTANO	ITÁLIA. 1949. (Duração e direção não identificadas)	Narra a história de Santa Maria Goretti, assassinada por ter resistido a uma tentativa de estupro por Alexandre Serenelli, aos doze anos. Foi canonizada em 1947 e beatificada em 1950 pelo Papa Pio XII.
O EGÍPCIO	EUA. 1954. Colorido. 139 min. Direção: Michael Curtiz.	A história se passa no Egito, mais de um milênio antes de Cristo. É narrada por Sinuhe, médico do Faraó, que conta sua história. Vários personagens surgem no relato, a exemplo da rainha Nefertiti, o escravo Kaptah Kaketamon e a irmã do Faraó Akhnaton... Intrigas, morte, guerra, paixão, amor e luta religiosa constituem a trama.
OS DEZ MANDAMENTOS	EUA. 1956. Colorido. 220 min. Direção: Cecil B. DeMille	Retrata a vida de Moisés desde seu nascimento, quando é colocado em um cesto nas águas do rio Nilo, até quando é encontrado pela princesa egípcia Bithiah, que resolve criá-lo, passando pela fuga do Egito e pela abertura do mar vermelho. Quando Moisés descobre tudo sobre sua origem, ele dedicará sua vida a libertar escravos e conduzir-los à Terra Prometida.

De acordo com o que discutimos anteriormente a respeito da influência da Igreja como incentivadora e orientadora do Cine Educativo, notamos que os filmes escolhidos para exibição apresentam temáticas relacionadas aos objetivos articulados pela Igreja de controle da população, reforço dos valores cristãos e manutenção da ordem¹¹⁹. *O egípcio* e *Ben-Hur* são filmes épicos que constroem suas narrativas em torno de personagens heróicos que, apesar das grandes dificuldades que enfrentam no decorrer da vida, e mesmo dos erros cometidos, conseguem descobrir a importância de valores morais apropriados a uma conduta digna. Ou seja, o sofrimento leva ao aprendizado e à salvação.

E o vento levou e *A ponte Waterloo* são interpretados como típicos romances, com bastante drama, que despertam o penar e a esperança no amor como meio de aquisição da felicidade. Em ambos os filmes, as personagens femininas representam verdadeiras heroínas que agem em nome do amor, este sentimento nobre que eleva a alma de quem o experimenta.

¹¹⁹ Com a morte do Pe. Marques, em 1969, o cinema saiu do controle da Igreja em Serra Branca, passando a adquirir interesses mais comerciais. No final dos anos 1970, eram exibidas as pornochanchadas produzidas aqui no Brasil.

Normalmente, os espectadores se sensibilizam com as figuras dos enamorados, o que gera, por vezes, lágrimas de emoção mediante as paixões pulsantes pelos astros que sentem os apreciadores desta arte ou mesmo pelas dores vividas até o alcance do final feliz (ou não, como é o caso do *A ponte Waterloo*). Neste sentido, Souza (2010) observa que

Os filmes ou “fitas” que eram exibidos nos cinemas brasileiros, marcaram para sempre as memórias, fantasias e sonhos de alguns de seus freqüentadores. Despertaram sentimentos os mais contraditórios, desde a alegria pelo mocinho que salvava a heroína nos finais dos “seriados”, até ciúmes das atrizes pelas quais os jovens imberbes, inapelavelmente, se apaixonavam (p. 91).

A produção nacional apontada, *O ébrio*, trata-se de um drama que comovia profundamente os que o assistiam, indo inclusive, às lagrimas. Após passar por várias decepções e dissabores, o jovem médico Gilberto Silva não consegue manter-se firme, cedendo ao vício do alcoolismo. Um personagem que vale ressalvar é o padre que o apoia em determinado momento, dando um rumo à sua vida, incentivando-o a cantar. Neste sentido, podemos relacionar o clero a este personagem, uma vez que a Igreja se arrolava o direito de “cuidar” e orientar seus fiéis, sendo uma instituição que possuía (e possui) o discurso de que sempre visa a felicidade destes. *Coração de luto* é outro filme brasileiro, inspirado no sucesso do cantor Teixeirinha, que comovia as pessoas pelo teor dramático da biografia do personagem principal e por ser inspirado em uma história real. O Sr. Luiz Gonçalves lembrou o sucesso atingido pelas duas produções e relata um caso curioso sobre as exibições.

Teixeirinha tinha na época que foi aquele filme “Coração de Luto”, né? Fez muito sucesso o Teixeirinha. Passei um filme que o pessoal exigia muito, exigiu bastante pra eu trazer lá, que foi o Vicente Celestino com “O Ébrio”. Foi engraçado, quando eu passei “O Ébrio”, teve gente que trouxe uma garrafa de cachaça pra tomar na hora lá¹²⁰... (Luiz Gonçalves, 64 anos).

No trecho notamos a influência do cinema na vida das pessoas, já aludida por Souza (2010). Neste caso, a identificação com o personagem de Vicente Celestino em *O ébrio* era tamanha que alguns queriam se transformar no personagem dentro da própria sessão, levando bebida alcoólica para a exibição, possivelmente para esquecer as desventuras da vida, tal como Gilberto, o papel de Celestino.

Por fim, os filmes de temática religiosa que serviam para reiterar a centralidade da religião na vida, a necessidade do trabalho paroquial junto à população e a propagação de

¹²⁰ Teixeirinha (1927-1985) foi um cantor e compositor gaúcho de muito sucesso na música popular na década de 1960, ingressando também no cinema. Vicente Celestino (1894-1968) foi outro cantor, compositor e ator que gravou músicas de sucesso, inclusive, a composição *O ébrio*, que marcou o sucesso do filme.

valores de acordo com a moral cristã por meio e por causa do cinema. Assim, *Os dez mandamentos* e *O céu sobre o pântano* estão inseridos entre os filmes que tinham a função de inculcar os princípios de dor, sofrimento, amor, perdão, respeito, dentre outros amplamente valorizados pelo discurso da Igreja. Condizente com isso é o trecho da *Vigilante Cura* que aponta o papel desta instituição com relação à atenção que o cinema merecia.

Necessidade de vigiar os filmes que estão nas telas

Por ser, porém, como Nós bem o sabemos, muito difícil organizar uma tal indústria, principalmente por motivos de ordem financeira, e como, de outro lado, é necessário exercer influência sobre todos os filmes para que não haja ação prejudicial, no que diz respeito à religião, moral e sociedade civil, é necessário que os pastores de almas se interessem pelos filmes que estão atualmente ao alcance do povo cristão (*Carta Encíclica Vigilanti Cura*, 1939).

Além do que já expomos antes, enfatizamos a necessidade dos “pastores da alma” se interessarem pelos filmes, ou, em outras palavras, a avaliação criteriosa às quais os filmes eram submetidos e que também foi mencionada por D. Margarida, que afirma ainda, que era obrigatória a exibição de filmes nacionais, caso contrário, o cinema estaria sujeito à multa. Outro ponto interessante que ela ressalta se refere a questão da censura dos filmes, estabelecida mediante “o papel, o documento”, principalmente, naqueles que tinham as crianças como alvo. Podemos ponderar a respeito da censura em duas perspectivas. Uma da Igreja e outra do Estado. Na primeira, temos na *Vigilanti Cura*,

Aqui lembramos com viva satisfação que certos governos, preocupados com a influência do cinema no domínio moral e educativo, criaram, por meio de pessoas probas e honestas, principalmente com pais e mães de família, comissões especiais de censura, como também organismos indicadores para a produção cinematográfica, orientando sua inspiração para obras nacionais de seus grandes poetas e escritores. Para este fim, é imprescindivelmente necessário que os bispos criem, em cada país, uma Junta Nacional permanente de revisão, que promova a produção de bons filmes, classifique os outros e divulgue o julgamento ao clero e fiéis. Essa junta seria, com grande proveito, ligada aos organismos centrais da Ação Católica¹²¹, que está, como é do conhecimento geral, na dependência imediata dos Bispos. Esta obra revisora, para surtir os efeitos infalível e ordenadamente, deve, em cada nação, representar uma unidade e ser administrada centralmente. Naturalmente, por motivos ponderosos, os Bispos, nas suas respectivas dioceses e por meio de sua comissão diocesana, poderão aplicar critérios mais severos à lista nacional feita com normas mais gerais, conforme as condições da sua região, mesmo vetando os filmes já admitidos na lista geral pela razão de ter que estabelecer normas válidas para toda a nação (*Carta Encíclica Vigilanti Cura*, 1939).

¹²¹ Conjunto de movimentos criados pela Igreja Católica, no século XX, com o intuito de promover e manter uma aproximação da sociedade civil em diferentes frentes de atuação. No Brasil, ela foi fundada em 1935.

O próprio documento da Igreja destaca a criação de órgãos nacionais com a finalidade de fiscalizar e censurar as produções e exibições cinematográficas. Diante disso, a Igreja também deveria estabelecer por meio da Ação Católica, Juntas que desempenhassem uma “revisão” do cinema, resguardando a ordem e os princípios desta instituição à população das diferentes nações. Essa questão da censura remete, também, ao próprio momento histórico que o Brasil vivenciava, e aqui temos a segunda perspectiva em que ela pode ser avaliada.

Considerando que o Cine Educativo foi criado em 1966, é preciso salientar a atuação do Estado Autoritário instalado com o golpe civil-militar em 1964, que institucionalizou a censura aos órgãos de imprensa e às artes em geral – produção e exibição musical, teatral, cinematográfica. Deste modo, é compreensível tanto a censura, por um lado, quanto a exigência dos filmes nacionais, por outro, uma vez que os presidentes militares se amparavam em um discurso de cunho nacionalista.

Questionada ainda a respeito da influência do cinema na vida das pessoas, D. Margarida responde que acredita que o Cine Educativo, de alguma forma, ocupava um tempo que poderia ser dispensado às atividades perigosas, caso ele não existisse. É conveniente sua abordagem, pois, para ela, atualmente, parte dos jovens de Serra Branca, com o tempo de ociosidade e sem nenhuma atividade para fazer no município, acabam adentrando em situações de risco, como por exemplo, no uso de drogas. Para reafirmar sua posição, ela cita o caso do bairro “Pereiros”, localizado em uma área periférica da cidade, é tido pelos municíipes como um bairro que caminha para uma condição marcada por violência e drogas. Daí essa percepção da depoente.

Sua posição corrobora, inclusive, a ideia de que o cinema representava uma tentativa de vigilância e controle social do pároco João Marques, diante da possibilidade de ameaça sobre os valores creditados como apropriados para o comportamento de um bom cristão que segue os preceitos religiosos e morais defendidos pela Igreja Católica. Apreendemos que este discurso emergiu nas observações de D. Margarida.

O Sr. Luiz Gonçalves também avalia desta forma a importância do Cine Educativo para Serra Branca. Neste sentido, o cinema era utilizado para assegurar o convencimento dos jovens de Serra Branca, pelo Sr. Luiz Gonçalves, de que era preciso se proteger das nascentes ameaças (drogas) no município e, para isso, o futebol e o cinema desempenhavam um importante papel. Referindo-se a alguns jovens moradores, ele comentou,

Eu via que esses rapazes aí, se não tivesse uma certa direção pra ocupá-los durante a semana com aquela peladinha, com aquele treino, com o chamado treino de futebol, esses meninos iam se dispersar por ai, já tava começando a

aparecer droga, já tava começando a surgir esse negócio, não havia droga mas já tinham, se não fosse a droga, tinha menino que começava a querer (?), menino que se embriagava, começava a querer beber cachaça e eu queria tirar daquele negócio. “Olhe, quem jogar futebol, nem vai usar droga e nem vai tomar cachaça, porque não vai ter o rendimento, começava por isso ai, além de deteriorar o seu físico, não vai ter a força de um bom jogador, um bom atleta”. Mostrava exemplo dos grandes astros, né? Como artistas de cinema mesmo, aquele físico, aquela coisa. Ai por ai começava a enganbelar a criançada pra ir jogar futebol, porque não tinha só o time principal (...) (Luiz Gonçalves, 64 anos).

Além de se constituir em diversão, o cinema era o responsável por difundir, juntamente com a propaganda, imagens de seus astros como ideais a serem perseguidos pelos frequentadores das salas de exibição. Souza (2010) discute o “star system”¹²² como o processo que criava os astros e estrelas responsáveis pela potencialização e difusão dos signos do cinema americano (p. 94). Deste modo,

O aperfeiçoamento da imagem dos artistas fixava padrões de beleza que primavam pelos traços perfeitos, suaves e sensuais. Assim, as moças e rapazes do Brasil, das décadas de 1940, 1950 e 1960, ostentavam, sempre que possível, os produtos propostos por seus astros e estrelas preferidos. As atrizes se produziam e produziam o espectador, convidando-o a participar de uma beleza que estaria ao seu alcance. Portanto, os espectadores não estariam apenas sendo ludibriados, mas convidados a fazer parte de um mundo de beleza e encantamento (...).

Os astros e estrelas de cinema eram usadas e se deixavam usar, como um padrão com o qual as pessoas buscavam se identificar, através de pequenos mimetismos em roupas, gestos, beleza e ideais de felicidade (SOUZA, 2010, p. 95).

Havia essa associação entre saúde e beleza, vendida pela indústria cinematográfica e pela propaganda, que acabava sendo “comprada” pelas pessoas. Assim, podemos relacionar o que conta o Sr. Luiz Gonçalves a esse contexto que envolvia os atores e atrizes do cinema.

Apesar de toda essa discussão que procuramos levantar aqui, que apresenta as vinculações do Cine Educativo a determinadas ideologias, o cinema representava, de fato, uma experiência importante como prática cultural que integrava os lazeres dos moradores de Serra Branca nos anos 1960, marcando o cotidiano pela produção de sentidos, de emoções e sentimentos e de desejos de felicidade pelos frequentadores das exibições.

¹²² Conforme Souza (2010, p. 94), “era um processo de criação e reprodução de imagens dos artistas de Hollywood, que teve seu apogeu entre os anos 1940 e 1960”.

3.2. LAZER PARA OUVIR: a Voz Católica e a Rádio Castelo Branco

*Nós somos as cantoras do rádio
 Levamos a vida a cantar
 De noite embalamos teu sono
 De manhã nós vamos te acordar
 E sou feliz só assim
 Agora peço que cantes
 Um pouquinho para mim*

*Cantoras do rádio
 Alberto Ribeiro, João de Barro e Lamartine Babo*

Nosso objetivo neste tópico será apreender as memórias engendradas pela atuação da amplificadora Voz Católica e da Rádio Castelo Branco, criadas para dinamizar o lazer em Serra Branca, com o intuito de apreendermos de que maneira essas memórias (re)elaboram este passado, cristalizando uma determinada cultura histórica juntamente com o cinema e o futebol, compondo, então, uma versão para a história dessas experiências culturais e de lazer no município. Resolvemos priorizar, para elaboração deste tópico, as entrevistas dos moradores que estiveram envolvidos diretamente com os temas abordados aqui, para além da condição de ouvintes. São eles: o Sr. Luiz Gonçalves¹²³ e o Sr. Severino Ramos¹²⁴, embora também tenhamos utilizado eventualmente a entrevista do Sr. Luiz Gonzaga¹²⁵ e da D. Maria de Lourdes Gomes de Lima¹²⁶.

O rádio, como meio de comunicação/informação, foi o responsável pelo aumento da velocidade dos acontecimentos, além de levá-las a um número cada vez maior de pessoas devido ao seu poder de alcance, Hobsbawm (2003). Ele permitiu que as notícias chegassem às pessoas com maior rapidez. Neste sentido, para este autor,

Ao contrário do cinema, ou mesmo da nova imprensa de massa, o rádio não transformou de nenhum modo profundo a maneira humana de perceber a realidade. Não criou novos meios de ver ou estabelecer relações entre as impressões dos sentidos e as idéias. *Era um veículo, não uma mensagem.* Mas sua facilidade de falar simultaneamente a incontáveis milhões, cada um deles sentindo-se abordado como indivíduo, transformava-o numa ferramenta inconcebivelmente poderosa de informação de massa (...) (HOBSBAWM, 2003, 194-195).

¹²³ Ver nota 78.

¹²⁴ Ver nota 32.

¹²⁵ Ver nota 46.

¹²⁶ D. Maria de Lourdes Gomes de Lima, 73 anos, é natural de Serra Branca. Trabalhou como costureira. Atualmente é aposentada.

O rádio logo se difundiu devido ao custo relativamente acessível entre os diferentes segmentos sociais. A radiodifusão teve sua primeira experiência comercial registrada nos Estados Unidos, em 1920, vinculada a coberturas jornalísticas. Entre 1921 e 1924, o setor de produção de aparelhos e equipamentos teve uma explosão que assegurou a expansão para outros países. No Brasil, o rádio teve sua primeira aparição pública em 1922, na comemoração pelo Centenário da Independência do Brasil. Deste modo, esse evento marcou o momento em que o Brasil se apresentava como um país desenvolvido e moderno aos olhos do mundo¹²⁷ (AZEVEDO, 2002, p. 47).

Nota-se que, no Brasil, o rádio tem sua primeira apresentação associada ao Estado – Centenário da Independência. De acordo com Azevedo (2002), a difusão do rádio entre os brasileiros iniciou na década de 1920 e ganhou velocidade na de 1930. Contudo, apenas com o final da II Guerra é que ele se tornou um veículo acessível às classes populares. Neste interregno de tempo, o Estado brasileiro se apropriou de diversos modos e em diferentes momentos das transmissões via rádio com finalidades vinculadas ao seu interesse próprio.

O pioneirismo do Rio de Janeiro com a Rádio Nacional é sempre lembrado pelos estudos deste tema. No entanto, não houve uma rápida propagação das emissoras de rádio no Brasil, observada em outros países, adverte Azevedo (2002). Um ponto de discussão que perpassou o debate acerca da função social do rádio nas décadas que marcaram seu surgimento e expansão, girou em torno do caráter dos conteúdos a serem divulgados pelas emissoras. A questão que se colocava era se tais conteúdos deveriam informar, educar ou divertir.

Hobsbawm (2003) enfatiza a rapidez com que a *prática de ouvir* o rádio logo adentrou os lares, misturando-se às outras práticas cotidianas. Por outro lado, essa mídia

¹²⁷ Para ilustrar esta observação, podemos mencionar a criação de um programa nacional de caráter oficial *Programa Nacional*, em 1934, ficando submetido à direção do DPDC (Departamento de Propaganda e Difusão Cultural). Em 1938, foi criado o programa *Hora do Brasil*, transmitido pelas emissoras de rádio por todo o país, agora gerido pelo DNP (Departamento Nacional de Propaganda). Em 1939, o DNP foi substituído pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e este passou a conduzir a *Hora do Brasil*, cuja finalidade atendia a três orientações: informática, cultural e cívica. Na página da FGV/CPDOC que: “Além de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado, “Hora do Brasil” incluía uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela “boa música” através da audição de autores considerados célebres. A música brasileira era privilegiada, já que 70% do acervo eram de compositores nacionais. Comentários sobre a arte popular, em suas mais variadas expressões regionais, e descrições dos pontos turísticos do país também eram incluídos na programação. Quanto à parte cívica, era composta de “recordações do passado”, em que se exaltavam os feitos da nacionalidade. Nas peças de radioteatro, para as quais eram convidados os mais destacados dramaturgos da época, como Joraci Camargo, enfocavam-se dramas históricos como a retirada da Laguna, a abolição da escravidão e a proclamação da República”. Em 1971, a *Hora do Brasil* passou a se chamar *Voz do Brasil*, nome pelo qual é transmitido, atualmente, todos os dias, as 19:00h pela emissoras de rádio do país. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/HoraDoBrasil>>. Acesso em: 22/05/2012.

também inaugura uma nova modalidade de experiência da esfera pública, tornando possível o compartilhamento de notícias e músicas a uma parte da população.

É difícil reconhecer as inovações da cultura do rádio, pois muito daquilo que ele iniciou tornou-se parte da vida diária – o comentário esportivo, o noticiário, o programa de entrevistas com celebridades, a novela e também todos os tipos de seriados. A mais profunda mudança que ele trouxe foi simultaneamente privatizar e estruturar a vida de acordo com um horário rigoroso, que daí em diante governou não apenas a esfera do trabalho, mas a do lazer. Contudo, curiosamente, esse veículo – e, até o surgimento do vídeo e do videocassete, sua sucessora, a televisão – embora essencialmente centrado no indivíduo e na família, criou sua própria esfera pública. Pela primeira vez na história pessoas desconhecidas que se encontravam provavelmente sabiam o que cada uma tinha ouvido (ou, mais tarde, visto) na noite anterior: o grande jogo, o programa humorístico favorito, o discurso de Winston Churchill, o conteúdo do noticiário (p. 195).

Analisando o caso brasileiro, no entanto, Azevedo (2002) observa os aspectos que limitaram a propagação e a popularização do rádio na nossa realidade, ainda no contexto de seu surgimento, a saber: “o lento desenvolvimento das emissoras, os horários irregulares de transmissão e as freqüências de baixa intensidade, junto com os altos preços dos aparelhos receptores” (p. 52), acrescente-se a isso, a ausência de recursos, pois o Estado brasileiro além de tomar para si o direito à concessão das emissoras de transmissão, também regulava a autorização da propaganda de textos comerciais que, eventualmente, poderiam ajudar os donos das emissoras a manterem-nas no ar. Relatando a dificuldade em encontrar toda a parafernália técnica, o Sr. Luiz Gonçalves comenta, a respeito da difusora Voz Católica:

Era uma difusora, eu estendi pela cidade inteira, pra cobrir a cidade inteira né? Tinha um amplificador, então eu fiz uma bateria de amplificadores, construí... na época foi eu mesmo que fiz porque não havia no comércio, a mesa de som... na realidade a mesa de som é um instrumento que permite ligar vários microfones, várias fontes de programa, pra você conseguir “mixar” o som e ter uma geração assim quase que simultânea fazendo fundo musical, você retirando uma música, colocando outra ou permitir que vários microfones falem simultaneamente, né? É o chamado “ping pong”. Aí eu fiz, eu construí porque eu já tinha a habilidade, eu já tinha curso de eletrônica, aí eu construí essa mesa de som depois que passou. Aí hoje você compra em qualquer loja especializada, uma mesa de som, vários canais, 100 canais e assim por diante, os estúdios todos tem uma mesa de som. E através disso aí eu fiz o programa a “Voz Católica”, o programa assim de ráiodifusão, ráiodifusão não, difusora como dizia, chamava difusora, não é? O serviço de auto-falante. Eu fiz um negócio bastante dinâmico, porque ali eu fazia entrevista, ali eu conversava com o pessoal nas suas casas, lá tinha o povo de Serra Branca quase que ficava literalmente que esperando esse programa. Eu começava de 6 horas da tarde, às vezes, 4 horas da tarde e ia até meia noite, fazendo programa ali, eu interagia com toda a cidade, quando eu começava a falar numa rua eu mandava mensagem pra toda aquela gente lá daquela rua e

falando tal, e o pessoal ficava nas calçadas ouvindo aqui e ai de mim se esquecesse o nome de alguma pessoa (Luiz Gonçalves, 64 anos).

Além de indicar a dificuldade de reunir todo o material necessário para criar uma estação de transmissão sonora, o depoente apresenta suas habilidades em lidar com a tecnologia do período, afirmando que possuía uma formação específica que possibilitava o desenvolvimento da difusora que, a princípio, funcionaria para garantir um alcance maior da missa à população mediante os auto-falantes instalados em pontos da cidade. Deste modo, a população da zona rural já estava excluída desta transmissão.

Percebemos que o depoente ressalta o caráter aglutinador e dinâmico da difusora, uma vez que ela percorria as ruas da cidade em contato com a população que tinha hora certa para esperá-la. Para isso, então, o maior incentivador desta iniciativa foi o padre João Marques Pereira. Sobre a implantação da Voz Católica, o ouvinte Sr. Luiz Gonzaga lembrou,

É, a... foi primeira difusora que veio para o município, né? Ela veio em 1950¹²⁸. Essa difusora quem trouxe foi o padre Marques, foi instalada com um fone na Igreja e outro por cima do Armazém do Povo¹²⁹ e, então, foi um sucesso e, por sinal, a primeira música que essa difusora tocou foi ‘Bodas de Prata’, de Augusto Carneiro, foi a primeira música que ela tocou e era disco de (?), era o disco... eu tô esquecido o nome, não era nem LP, era um disco que tinha uma rotação rápida¹³⁰, foi tocada aquela música (Luiz Gonzaga, 74 anos).

A ideia de criar a difusora Voz Católica já indica a necessidade de acompanhar as transformações que vinham ocorrendo no período no que dizia respeito, especificamente, ao desenvolvimento tecnológico e ao surgimento dos novos meios de comunicação a distância. O depoente ainda esclarece em quais momentos a Voz Católica era utilizada e quais interesses ela atendia, ressaltando a centralidade da religiosidade daquela sociedade, em que era predominante, como já mencionamos em outros momentos deste trabalho, a prática do Catolicismo, liderado, no município, pelo padre João Marques.

Sim, aos domingos ou em festa a gente tava transmitindo todo acontecimento religioso, porque Serra Branca é uma cidade, não sei hoje, mas naquele tempo era quase que 100% católica, né? E tudo girava em torno de Serra Branca católica. Padre Marques era muito fervoroso e ele fazia questão da cidade muito movimentada tinha assim um zelo profundo assim e com todo aquele movimento que ele, num... gostava muito de peregrinações,

¹²⁸ Não encontramos nenhum registro sobre o ano da criação da difusora. O Sr. Luiz Gonzaga afirma que foi em 1950, no entanto, o Sr. Luiz Gonçalves, o fundador, ainda era bastante novo, neste ano, para desenvolver todo o mecanismo necessário à difusão.

¹²⁹ Uma das casas comerciais do município na década de 1950, pertencente ao Sr. Antônio Bezerra de Sousa.

¹³⁰ Provavelmente trata-se do disco de 78 rotações, produzido com cera de carnaúba e recoberto com goma-laca ou apenas feito com este último produto. Esses discos comportavam uma única música em cada um dos seus lados e eram extremamente frágeis, por isso quebravam com bastante frequência.

fazia a Nossa Senhora de Fátima peregrinar no meio de maio, fazia um acontecimento no mês de junho, Santo Antonio, havia festa lá nos Caboclo, aonde fazia uma romaria, uma peregrinação lá pros Caboclo de dona Onete Ramos, seu Roque Ramos, era muito concorrido, uma cidade bastante ativa nesse sentido. E eu estava dando cobertura a tudo, dentro dos seus limites, porque você sabe, utilizava cabo pra fazer isso depois foi que eu consegui fazer algum transmissorzinho pequeno em FM que a gente já tinha algum alcance (...) (Luiz Gonçalves, 64 anos).

A Igreja Católica tinha prioridade quanto às transmissões da Voz Católica, sobretudo a missa. Ainda é relevado o “zelo profundo” do padre, que podemos traduzir como controle dos fiéis e combate à outras práticas religiosas. Assim, o acompanhamento da Voz Católica era definido pelos eventos religiosos da Igreja. A manutenção desta difusora era feita mediante a contribuição de alguns comerciantes locais e a programação incluía, além das missas e demais eventos religiosos, música. Apesar disso, não havia uma regularidade na programação da difusora. Seu tempo de existência não foi lembrado pelo Sr. Luiz ou pelos outros depoentes. Apenas houve uma menção à década de 1950 referindo-se ao seu surgimento.

No entanto, a experiência que marcou as memórias destes entrevistados sobre radiodifusão em Serra Branca, foi a criação da Rádio Castelo Branco. Souza (2008) informa que os aparelhos de rádio começaram a chegar em Serra Branca na década de 1940 e a posse desses bens ficou restrita a comerciantes locais, que eram as pessoas que tinham recursos financeiros de obtê-los, o que revela que os aparelhos ainda não haviam sido popularizados no município.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação foi possível chegar o rádio. O primeiro rádio que surgiu aqui, foi comprado pelo Sr. Honorato José Brandão em 1940. Ele trouxe no período da Semana Santa e o povo se reunia em sua casa para assistir os programas religiosos dessa semana. Depois ele levou para sua fazenda Jatobá. Para funcionar ele comprou um catavento a fim de fornecer energia para carregar as baterias (2 baterias). O catavento foi instalado pelo Sr. Raul da Costa Leão (Raul Arão). A marca do rádio era “Piloto”¹³¹. O segundo rádio que funcionou em Serra Branca pertencia ao Sr. José Morais (Sernhozinho Morais) e o terceiro foi trazido pelo Sr. Joaquim de Andrade Gaião. Essas pessoas eram comerciantes, compradores de algodão que tinham condição de viajar pra as grandes cidades (Campina Grande, Recife etc.) (SOUZA, 2008).

O Sr. Luiz Gonçalves, fundador da Rádio Castelo Branco, conta como foi que conseguiu fazer a transição da difusora para a rádio sem contar com incentivo algum e, ainda, na clandestinidade.

¹³¹ Inferimos que é uma referência a marca *Pilot Radio Corporation*, empresa fabricante de aparelhos de rádio dos Estados Unidos.

Olhe, como técnico em rádio e televisão, todo jovem daquela época, era uma certa coqueluche assim, um interesse terrível pra gente saber, normalmente o ser humano é voltado pra isso, pra conhecer o desconhecido, né? E eu sempre como falei no inicio, era eletricista, mexia com eletricidade e tinha esses desejo tudo. Eu quis ser técnico, fiz uns quatro ou cinco cursos de técnico em rádio, como se diz, aprimorando nessa área, né? E todo técnico em eletrônica ele sonha em transmitir, é um negócio, é uma coisa que tá no sangue, faz “cosca”. Você gasta tudo o que você, investe tudo o que você adquirir, pra você fazer isso, primeira coisa que você quando é técnico, você quer transmitir, *você quer sair de onde está, você quer aparecer*. Aí foi aonde eu fiz alguns, a própria escola ensinou a gente a fazer uns transmissorezinhos, embora que não sai da área doméstica, transmitir daqui praquele carro ali ou vê se tá funcionando em outro canto, e a sua vontade é ir cada vez mais longe. Foi onde eu consegui, com um amigo meu, em Campina Grande, tinha ali no Ponto de Cem Réis, o Herbógenes, era um técnico, velho, experiente, Seu Deoclécio. Aí eu consegui com ele, com muita dificuldade e com muito sigilo, muito respeito, porque eles têm medo de dar esse negócio, um esquema, um transmissor, era um transmissor bastante potente. E com medo também dessa potência eu fui cortando, aparando as arestas pra ele não ficar tão potente, mas eu consegui ainda construir, reformei bastante o esquema e montei um transmissor, com 4 válvulas de saídas em 807, ele funcionava em *push-pull*, que é o puxa-empurra, né? E 4 de 807, eu conseguia refrigerar essas 4 válvulas a ar, com um ventiladorzinho, porque esse transmissor, ele funcionava refrigerado a água, porque as válvulas de potência muito pesada aí, hoje em dia, numa televisão, numa grande emissora, as válvulas são refrigeradas a água e não é água comum não, é água refrigerada mesmo, através de chira. Então, construí aquele transmissor, foi um espanto, porque aquele transmissor a princípio era pra cobrir 10 km, ele conseguia cobrir 50, 60 facilzinho, dada a topografia do local lá de Serra Branca, que é bastante plana, não tem muita serra, né? E o arranjo que eu fiz assim, mais uma vez dizendo como técnico, eu tinha um certo conhecimento ou uma certa coisa que queria fazer, como ia ser, então ainda hoje tudo que eu faço eu fecho os olhos e antevejo toda a obra pra frente. Construí aquele transmissor. Foi bom, comecei a fazer programa de calouros, né!? (...) Mas quando apareceu, surgiu a estação de rádio, aí não, era pra valer. E era um negocio de bastante atividade, porque não tinha a facilidade que tem hoje de celular, né? Telefonia ou você mandar recado, toda aquela gente que vinha lá do sítio dizia: “Escuta o rádio! Fica escutando aí que eu vou mandar a mensagem pelo rádio!”. E me lembra muito aquelas senhorinha, chegava lá, não sabia nem falar direito né? Eu muita vezes tinha que interpretar o que era que ela queria dizer, aí bolava ali, tinha umas menininha lá, Maria José de (?), que era secretaria, pra atender mais aquelas senhorinhas, e ela escrevia direitinho, eu passava a mensagem. As famílias, aquelas senhorinhas, eram tão pobrezinhas que vinha me pagar muitas vezes com um ovo de galinha, uma galinha, um cozinhado de batata, embora que eu nem exigia, né? Eu tinha a satisfação de atender, e assim... (Luiz Gonçalves, 64 anos). [grifos nossos]

Neste trecho podemos apreender alguns aspectos acerca do surgimento da rádio em Serra Branca. É interessante notarmos que a rádio aparece em um momento em que os próprios aparelhos receptores ainda não estavam ao alcance de toda a população. A RCB, como era chamada, foi criada nos anos 1960, segundo este depoente, por volta de 1967. Ela

permaneceu no ar por dois anos, ou seja, até 1969. Durante seu tempo de atuação, ela desenvolveu uma programação musical e um programa de calouros, com apresentação de moradores do município.

Como vimos, devido ao seu conhecimento do aspecto técnico na área de eletrônica, o Sr. Luiz Gonçalves conseguiu criar o transmissor que emitia as ondas de rádio a uma distância considerável, tendo em vista a precariedade de materiais que dispunha, o que lhe permitiu concretizar seu sonho de transmitir, *de sair de onde está e aparecer*. Neste sentido, para este técnico, a rádio possuía um significado que extrapolava a extensão de lazer ou de informação. Ele se transformaria em comunicador, estabeleceria contato direto com as pessoas, ou melhor, com o público, em um tempo em que isso era algo novo e não tão banal para aquela sociedade, em oposição à facilidade existente hoje em dia com a telefonia móvel que garante o contato cada vez maior entre as pessoas e entre estas e os meios de comunicação, incluindo além do rádio e da TV, a revolucionária internet com todos os recursos que oferece aos sujeitos e empresas. Naquele contexto em Serra Branca, o rádio era o veículo que tinha essa atribuição. Sobre a relação entre as rádios e o público, podemos considerar a análise seguinte.

O rádio tornou-se popular, estabelecendo uma relação de cumplicidade com o conjunto da sociedade que se efetivava num complexo processo de co-participação da construção do conteúdo que era veiculado. A participação do público no processo de construção da programação se expressa diretamente na aceitação ou rejeição daquilo que é irradiado. Tendo o rádio brasileiro, na maioria das vezes, um adotado um modelo comercial o sucesso dos programas era determinante para a própria sobrevivência da emissora. O sucesso ou fracasso de um programa, a aprovação ou a rejeição de um determinado modelo da programação pelo público ouvinte é, em geral, medida pelas pesquisas de audiências, podendo manifestar-se, também, através de cartas e telefonemas que eram os canais de comunicação disponíveis na época entre o público e as emissoras de rádio (AZEVEDO, 2002, p. 14-15).

Assim, a RCB dinamizou o cotidiano dos moradores de Serra Branca, como atesta o Sr. Luiz Gonçalves ao lembrar das senhoras que visitavam a rádio para enviar mensagens, criando, deste modo, um espaço novo de sociabilidade no município. Os ouvintes da RCB logo tiveram condições de interagir com os locutores e com a população de modo geral, uma vez que o veículo rádio possibilitava isso. Pedir uma música ou enviar uma mensagem via rádio, implicava uma relação, mesmo que indireta, com toda a sociedade que exercia a prática de ouvir.

Cruzando os depoimentos aqui tratados, percebemos um interessante dado a respeito do nome escolhido para a rádio: Rádio Castelo Branco. O Srs. Luiz Gonzaga e Severino Ramos explicaram os critérios para essa denominação.

Essa rádio pirata foi criada por Luís Gonçalves, depois recebeu o apoio de Álvaro, e foi na época da Revolução¹³², né? Então pra (?) que esse rádio não fosse fechada, botaram o nome de Rádio Castelo Branco, que era o presidente da república nessa época (risos!), mas aí vieram e mandaram fechar a rádio. (Luiz Gonzaga, 74 anos)

E a rádio passou uns 4 (quatro) anos, mas foi mesmo naquele período da ditadura, era clandestina, e Luizinho pra chalarar os militares botou Rádio Castelo Branco, que era o presidente da época, né? Mas por causa de política local, denunciaram e rádio foi fechada (Severino Ramos, 56 anos).

Por fim, o próprio Sr. Luiz Gonçalves esclarece os motivos de sua escolha, corroborando o que disseram os outros depoentes.

Não, porque quando eu coloquei “Rádio Castelo Branco”, era um nome pra tirar o nome Castelo Branco, era “RCB”. Houve a revolução e Castelo Branco havia sido escolhido pela junta lá pra ser o presidente, depois ele tragicamente faleceu num acidente aéreo, que ficou assim sem explicação, né!? Aí ficou bem colocar aquele negócio “Castelo Branco” pra ver se ficava na sombra do negócio, tentando ver que ainda ficava um pouco tempo no ar. Eu sabia que era clandestino, sabia das implicações, sabia esse negócio, mas eu tentei levar por esse lado aí, ficou bastante tempo, né? Ficou bastante tempo (Luiz Gonçalves, 64 anos).

Assim, compreendemos que a escolha do nome Castelo Branco para a recém criada emissora de rádio, representava, na verdade, uma *tática* deste morador. Para analisarmos isso, retornamos a Certeau (2009), quando conceitua a tática em oposição a estratégia.

(...) a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e depende delas, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade (...) O poder se acha amarrado a sua visibilidade. Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como “último recurso”:

¹³² Revolução é uma referência ao golpe civil-militar que instaurou uma ditadura no Brasil em 1964. Em uma perspectiva conservadora da historiografia, que defende o ponto de vista dos militares, o golpe é tratado como revolução. Esta perspectiva foi bastante difundida na sociedade, o que fez com que fosse solidificada uma memória da ditadura que considera um processo revolucionário, por isso, os moradores se referem a este período da história brasileira como revolução. No entanto, precisamos mencionar que ao longo dos anos, vem sendo feito um debate frutífero entre os intelectuais, principalmente, mas buscando também a sociedade, de um modo geral, para romper com esta memória. No campo da historiografia, há uma perspectiva que busca novos significados para esse obscuro período de nossa história, denunciando as atrocidades cometidas contra a sociedade civil pelo Estado mediante a institucionalização de práticas de tortura, de cassação de direitos políticos e civis, de perseguição às pessoas consideradas “subversivas” pelo Estado, dentre outras. Deste modo, o termo empregado, atualmente, para designar os fatos em 1964 é golpe civil-militar, porque os militares que articularam o golpe contaram com o apoio de alguns setores da sociedade civil. Para ver uma análise deste período, ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição do Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984. E também: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. N. 47. São Paulo, 2004, vol. 24, p. 29-60.

“Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais estará esta sujeita à astúcia”¹³³ Traduzindo: tanto mais se torna tática. (CERTEAU, 2009, p. 94-95).

Considerando, então, que o país já estava sob o controle das forças militares que haviam tomado o poder, com o apoio de alguns setores da sociedade em 1964, retirando o presidente João Goulart da presidência, acreditamos que esta iniciativa do Sr. Luiz Gonçalves só pode ser pensada nesta perspectiva da tática de Certeau (2009). A autorização do Estado era um imperativo para abertura de emissoras de rádio, deste que as transmissões iniciaram no Brasil nos anos 1920. Além disso, a perseguição e a repressão a todos que contrariasse os comandos dos militares era um traço característico do período. Dentro do contexto que atravessava o país, eis que o Sr. Luiz Gonçalves tenta, e consegue temporariamente, criar e manter uma rádio clandestina, ou seja, sem autorização do Estado, em funcionamento no município de Serra Branca. Para isso, atribui o nome Rádio Castelo Branco.

Humberto de Alencar Castelo Branco foi o primeiro presidente do regime militar, eleito pelo Congresso, implantado em 1964. Permaneceu na função até 1967, ano de sua morte em um desastre aéreo. Todos os depoentes relatam que, à época da fundação da RCB, Castelo Branco ocupava a presidência do país e o objetivo era que esta denominação fosse encarada, no caso de descoberta, como homenagem ao presidente. No entanto, não podemos desconsiderar o apoio que o Sr. Luiz Gonçalves recebeu de um influente político local, então prefeito de Serra Branca, Álvaro Gaudêncio, que esteve na prefeitura de 1964 a 1969, como afirma Souza (2008). Portanto, este suporte político, sem dúvida, foi decisivo para que a sobrevivência da RCB por cerca de dois anos, avaliado como “bastante tempo” pelo Sr. Luiz Gonçalves.

A compra da aparelhagem técnica no sigilo, como nos contou, revela o temor das pessoas que estavam envolvidas neste setor, das comunicações, especialmente, daqueles que precisavam do segredo nas negociações. Isso demonstra o clima de tensão e medo característico dos anos da ditadura. Assim sendo, avaliamos como bastante *astuciosa* a decisão e a ação do morador quando opta pela criação da Rádio Castelo Branco.

O Sr. Luiz relata ainda que o horário de funcionamento da RCB era das 06:00h da manhã até as 00:00h, ou seja, sua programação ficava no ar dezoito horas por dia. Com relação ao financiamento dos programas ou da rádio, ele informa que era bastante difícil conseguir patrocínio no comércio local, mas ocasionalmente isso acontecia. Em algumas ocasiões, o que era lucrado com seu trabalho no cinema era investido na rádio.

¹³³ CLAUSEWITZ, Karl von *apud* CERTEAU, 2009.

Posteriormente, obteve uma ajuda de custo da Cachaça Carangueijo, de acordo com o depoente, para pagar a conta de luz. Em troca, o programa *Fala meu coração*¹³⁴ divulgava esta ajuda como patrocínio.

Os moradores entrevistados mencionaram cerca de dez programas que constituíam a grade da RCB, que eram: *Baú da Recordação*, *A Hora do Esporte*, *A Hora do Saco*, *Jovem Também Sente Saudade*, *Show das Três*, *Notícias*, *Falando do Coração*, *Embola Jovem*, *Encontro com o Passado* e *Bolo de la Goma Show*. Empolgado com os “causos” ocorridos na RCB, o Sr. Luiz comenta como era o desenrolar da programação.

Eu abria a rádio com um programa de música clássica, onde eu trabalhava com os grandes mestres Beethoven, Tchaikovsky, Chopin, e algumas músicas que eu ainda hoje tenho aqui bastante, eu gosto de escutar né?... Ravel¹³⁵, né? E eu tinha aquilo ali. Eu lembro que a abertura era com “A hora das Horas”, de Beethoven, né? Começava a abertura da rádio com uma cara de clássico (?). Aí funcionava um pouco ali, já era hora do café, aí entrava Zé Pimentel com um programa voltado assim pras mocinhas, né? Era “Falando ao Coração”. Então ele ia até nove, dez horas, não tinha, eu estendia mais ou pouco conforme fosse o movimento. Depois vinha, as onze horas, Galego de Leidson mais Paulo Bezerra com um programa de futebol, falando do futebol, tanto paraibano como também nacional né? Não tinha esse torneio complicado aqui que é Brasileirão¹³⁶, mas eles pegavam notícias de todos os jornais, né? Quem fornecia os anúncios de jornais pra nós era Zé Carlos Zé de “Mimi” (?), que fornecia o jornal, ele trazia. Aí quando era meio dia, é que havia esse programa a “Hora do Saco”. A “Hora do Saco”, eu criei isso aí, pra ajudar alguns músicos de Serra Branca, pessoas pobres como Antonio Deusdeth, Dimas Freitas, João Basulino, tinha umas pessoas assim né? Antonio Deusdeth que era o apresentador principal da “Hora do Saco”, ele tinha um fole de 8 baixos, e Dimas tinha o dom, ainda tem hoje, de tocar pandeiro e cantar. Então, a característica da “Hora do Saco” era exatamente com uma música criada pelo Antonio Deusdeth. Chamava-se “Dance, meu bem” ele fazia com o fole [*imitando o fole*]: “param, param pararam param!” no fole né? Ai Dimas dizia: “Dance meu bem!”. O “meu bem” era Maria, a filha dele, uma menininha. Aí a finalidade desse programa era que todo mundo mandasse um quilo de alimento pra ele. Quando mandava aquele quilo de alimento, aí ele se referia aquela pessoa, agradecia, cantava uma das músicas pra ele lá. E teve uma outra música muito interessante, que ela chamava-se “O Homem da Capa Preta”. Isso aí foi característica deles lá muito tempo, foi muito falado essa música aí, “O Homem da Capa Preta”, também composição da Dimas e de Antônio Deusdeth. Ela tinha uma letra muito interessante. A capa preta, do Dilmas,

¹³⁴ O *Fala meu coração* foi lembrado pelo Sr. Luiz Gonçalves. Encontramos em um material sobre a RCB, sem autor identificado, que menciona o programa *Falando do Coração*. Acreditamos ser o mesmo programa lembrado por diferentes nomenclaturas.

¹³⁵ Os três compositores citados são importantes expoentes da música clássica: o alemão Ludwig Van Beethoven (1770-1827); o russo Piotr Ilitch Tchaikovsky (em 1840-1893); e o polonês, radicado na França, Frédéric François Chopin (1810-1849). O último é o francês Joseph-Maurice Ravel (1875-1937), nome frequentemente associado ao bolero.

¹³⁶ Alusão ao Campeonato Brasileiro de Futebol, maior e mais importante competição entre clubes do país. Ocorre anualmente desde 1971.

andou fazendo um certo movimento de lobisomem, né? Andando aí pelas ruas, escondido, altas horas e vestindo uma capa preta, aí o Antonio Deusdethe dizia: “Eu ainda pego esse caba da capa preta”, o bicho que era o próprio Dimas. Só que o Dimas dizia: “Toma cuidado com a Denda”. A Denda era esposa de Antônio. Isso pra tomar cuidado com a Denda. E a música era exatamente em cima dessa história, dizia assim, HBS, que a gente entitulou Antonio Deusdethe, Homem Bom e Servidor, a sigla HBS, aí o Dimas fazia: *[cantando]* “HBS, avisa a Denda-a-a, tome cuidado com o homem da capa preta, oh oh, HBS...” aí repetia. Aí o HBS respondia: *[cantando]* “Eu não conheço este homem, mas tenho a impressão, anda por aí fazendo assombração, cuidado minha gente, cuidado com a caretta, tome cuidado com o homem da capa preta”, aí repetia. Isso era um sucesso, que eu vou te contar! (Luiz Gonçalves, 64 anos).

A longa citação do Sr. Luiz Gonçalves revela a programação da RCB, que contemplava desde os gostos mais refinados que apreciavam a música clássica, passando pelo noticiário esportivo, e aí surge um aspecto interessante, que é a solidariedade da população. Mais um traço daquela sociedade que podemos associar, também, à atuação da RCB. As notícias do esporte eram transmitidas a partir do fornecimento de jornal por um amigo dos locutores. Observemos que, mesmo não dispondo de um aparato e de profissionais qualificados na carreira jornalística, a RCB se empenhava em transmitir determinadas notícias à população, neste caso, principalmente sobre o futebol, paixão local. Vale mencionar aqui a existência, a esta altura, dos times do Vasco e do Flamengo, ambos fundados em 1962 no município, que dividiam os torcedores nos anos 1960.

Mas a solidariedade está presente, sobretudo, no programa *A Hora do Saco*, que recebeu este título devido ao seu objetivo: arrecadar alimentos para as pessoas que o comandavam, pessoas pobres. Neste sentido, este programa se configurava como um canal direto entre a RCB e a população/público/ouvintes, pois era um programa que o público poderia assistir, era só fazer o deslocamento até prédio da RCB, o mesmo do Cine Educativo. Antônio Deusdethe e Dimas Freitas, ambos de Serra Branca, se apresentavam com uma sanfona e um pandeiro para agitar a população com sucessos consagrados e composições próprias, lembradas pelo Sr. Luiz mediante a exposição de “causos” vividos e/ou revelados nos bastidores da RCB, como a história do “homem da capa preta”, que era o próprio Dimas.

Este aspecto também foi mencionado pelo Sr. Severino, que explicou a origem do nome deste programa.

Antônio Deusdete e Dimas era forró, era ao vivo em cima do palco ali e realmente dava um público muito grande. E essa *Hora do Saco*, mas porque *Hora do Saco*? Luizinho foi, pra eles não ganhava um tostão, aí começou a dizer pra o povo trazer, mandar alguma coisa pra os cantadores, né? Os tocadores. Aí o povo a mandar toda qualidade de coisa: arroz, feijão, macarrão e enchia os saco mesmo. E aí eles botava o saco quase todo dia e o

povo mandava aquelas mercadoria, aqueles negócio. Enchia o saco deles e enchia o saco do povo nas músicas também. Eu parece que foi o último locutor do programa *A Hora do Saco* (Severino, 56 anos).

Portanto, as apresentações dos “tocadores” lhes rendiam não dinheiro, mas alimentos, que eram muito bem recebidos pelos músicos. Além disso, eles tinham a oportunidade contar com o acompanhamento do público, que animava as apresentações e consolidava a prática de ouvir rádio em Serra Branca.

Lembremos ainda que nem todas as pessoas tinham acesso a um aparelho próprio de rádio. Entretanto, isso não implicava, necessariamente, no não acesso destas pessoas à programação sonora. Eram comuns as reuniões em torno do rádio nas casas dos vizinhos ou de quem os possuía ou mesmo a concentração nas lojas comerciais que tinham tal aparelho. Assim, a posse de um aparelho podia ser considerado um símbolo de *status* do proprietário e, além disso, ou por conta disso, ele ocupava um lugar central dentre os móveis da casa. Um lugar que, posteriormente, lhe seria tomado pela televisão.

O Sr. Luiz Gonçalves deu continuidade à explicação do decorrer da programação da RCB, falando do *Baú das Recordações*, a principal atração da RCB.

E a programação seguia, quando era a noitinha, a noitinha fazia uma espécie de um jornal, contando as notícias do mundo inteiro. Aí que vinha o programa principal mesmo, que era mais ouvido, que era chamado “Baú da Recordação”. Esse “Baú da Recordação” ia de dezenove horas da noite até uma hora da manhã, meia noite, porque estendia, o horário, às vezes, era pra se encerrar meia noite, eu não conseguia encerrar, pra não desgostar as pessoas. Olhe, nesse programa aí da noite, eu interagia com todo pessoal de Serra Branca, eu tinha naquela época, uma facilidade de gravar o nome, sobrenome e a parentada todinha do pessoal lá. Então eu mexia com todo aquele pessoal, fala num, falava outro, falava num, falava outro, ia lá, sabia data de nascimento, aniversário, isso porque o rádio permite, quando você começa a trabalhar, assim um homem de rádio mermo, mesmo sendo de brincadeira como a gente fazia, mas com muito bom gosto, você exerceita muito a mente, né? Não só pra você procurar se sair de certa situação, tem muitas vezes que... O poeta né? O poeta ele emenda um negócio que você nem percebeu a emenda né? Mesma coisa o locutor de rádio, ele começa a falar e ele se sai de certa situação que não ficou percebido. Vamos citar aí um exemplo aí, o Galvão Bueno ou outro que tiver lá no microfone, o microfone é um negócio muito sério. Quando eu fazia aquele programa de, se eu tivesse um pavilhão de festa, que as festas de Serra Branca... (Luiz Gonçalves, 64 anos).

O *Baú das Recordações* era o programa que tinha um tom mais nostálgico, mas ao mesmo tempo marcava uma intensificação da troca com o público. Por ser transmitido a noite, provavelmente, concentrava um maior número de ouvintes, aumentado, acreditamos, o índice de aceitação da RCB. O que se sobressai, porém, é o paralelo que o Sr. Luiz traça entre a o

poeta e o locutor, desenhando uma imagem na qual ambos se encontram na arte. O que os une, neste sentido, é a habilidade para improvisação. As emendas – ou o jogo de palavras – do poeta podem ser usadas para ilustrar a sabedoria ou astúcia do locutor de rádio que também têm que dominar as palavras tanto para evitar aborrecimentos quanto para tornar a programação mais atrativa.

Esta capacidade poderia ser muito bem explorada, por exemplo, na produção dos anúncios, tidos como serviço de utilidade pública, atendendo a um dos requisitos que são exigidos das rádios oficializadas. Os anúncios versavam sobre diferentes temas, atendendo às necessidades das pessoas que os solicitavam, como podemos observar: ““Fulana de tal ganhou nenê, passa bem. (?) Nasceu bem cabeludão, não sei como é que é menino tão grande daquele jeito! Depois aniversário natalício (?) era o que mais tinha, aniversário de casamento...” (Luiz Gonçalves, 64 anos).

Era anúncio assim... “Maria! pode ficar sossegada que fulana de tal passou pelo médico, tá medicada, já tá bem, já passou a doença, vai ficar hospitalizada ou vai ficar em observação”. Tinha anúncio de tudo que era de jeito, mas esse era o mais comum né? (Luiz Gonçalves, 64 anos).

E mais,

Fulana tá querendo que você venha na cidade aqui tal dia, outro dia vai chegar aí o resultado dos documento de fulano, tá tudo certo. Outro dia, alguma outra pessoa vai chegar do Rio, telefonou que vai chegar do Rio de Janeiro, tal dia, no horário tal. Olhe, tudo o que você pode imaginar de recado havia ali, aniversário... (Luiz Gonçalves, 64 anos).

O rádio, então, conseguia ocupar espaço e corresponder aos anseios da população na ausência de outros meios de comunicação, como o telefone ou mesmo a televisão, que ainda não haviam se popularizado em Serra Branca. Prova disso é sua importância como meio de comunicação de eventos simbólicos, como o nascimento, as notas de falecimento e as felicitações de aniversário, além do registro do estado de saúde das pessoas que tinham parentes na zona rural ou mesmo dos recados e pedidos para os familiares e amigos pelo rádio. Tudo isso ajudava a integrar o rádio naquela sociedade que sabia como tirar proveito dele.

O Sr. Severino, também, lembrou de sua atuação como locutor da RCB à frente do programa Bolo de La Goma Show, que, inclusive, deixou a herança do apelido que ele carrega: “bolo de goma”. Ainda a propósito da programação da rádio, este morador recordou dos sucessos que costumava tocar para agradar o público, como músicas de Renato de seus

Blue Caps, Nelson Gonçalves, Augusto Calheiros e Altemar Dutra¹³⁷. Tais sucessos faziam com que a população interagisse com os locutores por meio do envio de cartas e/ou bilhetes para a rádio (Severino, 56 anos). De acordo com Hobsbawm (2003), graças ao rádio a música obteve um papel de destaque, especialmente na primeira metade do século XX.

A arte mais significativamente afetada pelo rádio foi a música, pois ele abolia as limitações acústicas ou mecânica do alcance do som. (...) O rádio, pela primeira vez, permitiu que a música fosse ouvida a distância por mais de cinco minutos ininterruptos, e por um número teoricamente ilimitado de ouvintes. Tomou-se assim um popularizador único da música de minorias (incluindo a clássica e, de longe, o mais poderoso meio de venda de discos, como de fato continua sendo¹³⁸). O rádio não mudou a música – certamente afetou-a menos que o teatro ou o cinema, que também aprendeu a reproduzir sons – mas o papel da música na vida contemporânea, não excluindo o pano de fundo para ávida cotidiana, é inconcebível sem ele (p. 195-196).

Sendo assim, a iniciativa mais marcante da RCB, que ajudou a propagar os sucessos musicais, alterando a rotina dos dias de domingo, que já contavam com o futebol em Serra Branca, foi a criação do programa de calouros cujas apresentações resultaram em um concurso para eleger a *Rainha do Auditório*, figura que obteria o reconhecimento no espaço local. As disputas aconteciam do prédio do Cine Educativo. Afirma o Sr. Luiz Gonçalves que

A cidade inteira, num programa de calouro, não podia faltar essa gente aí se apresentando dessa forma. Aí nesse programa de calouros, eu fiz show com a rainha da rádio, né? Querendo imitar, resgatar aquela história de Marlene¹³⁹, lá na rádio Nacional do Rio de Janeiro. E essa Rainha do rádio era umas crianças e ainda tem foto aí desse período, e foi bastante movimentado (Luiz Gonçalves, 64 anos).

O Sr. Severino também recordou o papel de agitadora cultural da RCB que, aos domingos, promovia um clima intenso de alegria na cidade com o programa de calouros e as apresentações dos artistas locais no palco do Cine Educativo, seguido os moldes da competição que acontecia no Rio de Janeiro e tinha como Marlene e Emilinha Borba suas principais representantes.

¹³⁷O primeiro foi um grupo musical formado no final dos anos 1950, por três irmãos, que integrou o movimento chamado Jovem Guarda. Inicialmente, eles se apresentavam em rádios e programas de televisão. A partir de 1960 começou a gravar discos e manteve a regularidade das aparições na TV e no rádio. Em 1965 despontaram de vez no cenário musical brasileiro. Os outros três foram cantores famosos de projeção nacional.

¹³⁸Ressaltemos que a produção deste livro é anterior ao fenômeno gerado pelo uso da internet que disseminou a prática do download de músicas em diferentes formatos e dos discos “piratas” que baratearam os custos para o público em geral.

¹³⁹Marlene, nome artístico de Victória Delfino dos Santos, foi uma cantora de rádio, famosa nos anos 1950, que polarizou uma intensa disputa, em 1949, com Emilinha Borba pelo título de Rainha do Rádio da Rádio Nacional promovido pela Associação Brasileira de Rádio (ABR). Saindo vitoriosa neste ano devido ao apoio que teve da Cia Antártica Paulista, que comprou todos os votos necessários à vitória, Marlene transformou-se em garota-propaganda desta empresa. Isso serviu para acirrar a rivalidade entre os (as) fãs das duas cantoras que ganharam projeção nacional (AZEVEDO, 2002).

A gente tinha o salão de cinema, tinha um palco, tinha os cantores, as cantoras, dia de domingo era uma festa. A praça era na frente desse palco, lá no cinema e no domingo pela manhã, até meio-dia, era uma festa muito grande na praça. E aí inventaram a “Rainha do Auditório”. Isso foi, concorreu muita gente, e Luizinho botou até eu pra concorrer também sem saber que eu não sou cantor de nada, mas mesmo assim cantava errado e o povo aplaudia. E era uma festa muito grande. Eu me lembro que quando foi no domingo mesmo não coube ninguém na praça nem, então elegeram lá a Rainha do Auditório, foi uma festa muito grande, né? (Severino, 56 anos).

A *Rainha do Auditório* era, então, um programa de apresentação de calouros que contava com a participação da plateia, constituída pela população local, sobretudo urbana, embora tenha sido mencionada a participação de algumas pessoas da zona rural entre o público. Sobre estes programas, Azevedo (2002) adverte que podiam representar, de fato, uma inserção no mundo do rádio, embora colaborassem mais para reforçar o mito da mobilidade social, que fazia com que registrassem um grande número de inscritos, como acontecia com o programa da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo.

O boletim de programação da Rádio Nacional informava que setecentos candidatos passaram pelas três provas, que entre outras coisas avaliou ritmo, dicção, exatidão das melodias, musicalidade e interpretação. Os quatro primeiros colocados – dois cantores e duas cantoras – tinham como prêmio a assinatura de um contrato com a Rádio Nacional e com uma gravadora (AZEVEDO, 2002, p. 248).

A versão local, portanto, de acordo com o Sr. Luiz Gonçalves, foi desenvolvida entre 1968 e 1969. A *Rainha de auditório* representou um marco nas memórias dos moradores idosos, que frequentavam o antigo salão de cinema para assistirem as apresentações dos calouros. O Srs. Severino e Luiz Gonçalves lembraram da animação com a promoção do programa.

E Luizinho achou por bem... por bem e tinha rádio, tinha o palco, aí, convocou o povo e o povo se interessou e surgiram aí cantores e cantoras, né? E realmente era uma festa muito grande, né? O programa de auditório, e culminou com a “Rainha do Auditório”. E esse aí foi o... a melhor época, né? Que realmente concorreram várias pessoas e terminou com essas duas meninas. Eu sei que foi uma festa muito grande, né? No palco (Severino, 56 anos).

Olhe, vou falar. Esse programa era tão concorrido, tem crianças, que ainda hoje, tem adultos em Serra Branca como Bazica, por exemplo, ela era uma espécie assim de contra-regra. Quando não tinha gente pra cantar, assim, não chegava logo, aí eu já colocava ela, ai quando tinha muito eu falava “deixe pro próximo domingo” porque não dava tempo, sempre não dava tempo. Tem aquelas pessoas folclóricas da cidade como Sabóia, como aquele João do DNER, né!? E houve bastante gente que desenvolveu um estilo próprio,

uma loucura, uma doidice de cantar, de se apresentar (Luiz Gonzaga, 64 anos).

Os depoentes revelam como os domingos ficavam curtos para tanta alegria e graça no município, além das habilidades de alguns moradores que subiam no palco para cantar, arrebatando o público. O improviso é novamente saudado, agora no programa de calouros, apontado quando era necessário inserir Bazica para distrair o público antes de alguma apresentação. Os nomes de Sabóia e João também são mencionados para ilustrar a criatividade de algumas performances. D. Maria de Lourdes Gomes foi uma moradora assídua do programa em virtude da participação de sua sobrinha nas apresentações.

Era com um rapaz daqui mermo, com Luizin, Antônio Gonçave e, então, ele, ele fez esse programa de auditório e botou um bocado de criança, e só sei que quando... foi pra, pra, aí teve a festa, teve uma festa, aí teve o, a, o negócio da minha sobrinha, a minha sobrinha... era, era no final já. A minha sobrinha era princesa e a menina de, de, como é? E a menina de “Seu”... (?) Leocado, a filha de “Seu” Leocado era, era, a princesa e a minha sobrinha era rainha. Elas até bri, inda inventaram ainda que a gente tinha tomado o din, que quem tava fazendo a contagem tinha sido, tinha sido robado, que a dela era quem era pa ganhar, e quem ganhou foi a minha sobrinha... é Maria das Graças e então, ficou nisso mermo (D. Maria de Lourdes Gomes, 74 anos).

Azevedo (2002, p. 249), ao falar do calouro, o descreve como “um ser desconhecido, uma pessoa qualquer que ia se submeter a um teste”. Seu lugar era no palco, sua função era cantar e contagiar o público para conseguir vencer a competição. No caso de Serra Branca, os calouros foram lembrados como sendo apenas crianças, por D. Maria de Lourdes Gomes, já os outros dois depoentes asseguram que existiu a participação de adultos nas apresentações. A vencedora da final do *Rainha do Auditório* de Serra Branca foi uma criança, diferente das mulheres que concorriam no Rio de Janeiro. Ela se chama Maria das Graças Gomes de Araújo, atualmente possui 49 anos. Tentamos entrevistá-la por duas vezes, mas devido à ansiedade que ela apresentou diante da ideia do “ser gravada”, tivemos que interromper suas entrevistas. No entanto, em conversa não gravada, ela nos forneceu algumas impressões dos dias em que cantava e dançava no palco do Cine Educativo, com cerca de sete anos de idade.

FOTO 16: Rainha (a direita) e princesa (a esquerda) do *Rainha do Auditório*



Acervo: Foto gentilmente cedida por Maria das Graças Araújo (eleita rainha)

Remetendo às disputas acirradas da competição carioca, D. Maria de Lourdes Gomes também comenta o clima de insatisfação e desconfiança da candidata perdedora do concurso, cuja família sugeriu que o resultado havia sido forjado em favor de sua sobrinha Maria das Graças. No entanto, ela reconhece o esforço de sua família que torcia muito e buscou a vitória procurando arrecadar a maior quantia em dinheiro¹⁴⁰ com a ajuda dos munícipes e do comércio local. Se de um lado estava o calouro, do outro esta a plateia, que tinha uma função tão importante quanto a do primeiro, pois era ela quem enchia o espaço do salão para torcer, vibrar, cantar, dançar com os calouros e definir o vencedor junto com os jurados.

O público presente no programa também ajudava a julgar os calouros. (...) o programa de calouros era uma atração que tinha como principal elemento o povo – que se apresentava e que julgava. (...) O grande sonho de todo participante era o de ganhar um premio e talvez um contrato com uma emissora de rádio. O público ouvinte (do auditório ou não) que acompanhava todo o processo se considerava co-responsável pelo sucesso ou pelo fracasso desse novo artista que surgia (AZEVEDO, 2002, p. 249).

D. Maria de Lourdes Gomes lembra que o pessoal da cidade lotava o salão, e como o programa era transmitido por caixas de som pela cidade, a transmissão para o público que estava na rua ou em casa era realizada com muito entusiasmo pelo Sr. Luiz Gonçalves. Assim, ocupando ou não o salão onde acontecia o programa, o público tinha uma experiência nova gerada pela transmissão sonora, pois as pessoas poderiam torcer pelas candidatas mesmo sem ver suas apresentações, mas ouvindo-as cantar e sentindo pela experiência sonora a emoção que contagiava o público (ou não) quando as crianças se exibiam.

¹⁴⁰ A escolha da Rainha do Auditório era definida de acordo com o teor das apresentações ao público e também pelo critério de maior quantia arrecadada em dinheiro pelas concorrentes.

A escolha das músicas a serem cantadas, e dançadas, era feita pelas próprias candidatas. Maria das Graças e sua tia informaram que, no seu caso, era comum cantarem músicas agitadas, dançantes para animar a platéia. No caso de sua concorrente, chamada Lígia¹⁴¹, a opção era por músicas mais lentas ou “românticas”, como elas se referem.

Minha sobrinha mesma cantava mais esse negoço assim, como samba, uma coisa mais assim, uma coisa mais revoltada, forró, uma coisa mais agitada... que dançava. A plateia ficava muito animada, ficava mais animada pra minha sobrinha do que pra menina, pra, pra... (D. Maria de Lourdes Gomes, 74 anos).

Claro que temos que considerar a vitória na construção da memória em torno do programa pela tia da vencedora. Gracinha é lembrada como uma criança prodígio em função de sua vitória, da desenvoltura com que rebolava no palco, como ela mesma confessou, da escolha do repertório mais apropriado para o êxtase do público participante. Enfim, os acontecimentos nos quais estamos imersos, muitas vezes, nos dão uma centralidade que faz com que nos tornemos seus principais personagens. Este foi o caso da menina Gracinha, que impôs a derrota à Lígia.

Eu me lembro assim, num sabe? Que no dia elas, nesse dia, elas botaram a, como se diz, fizeram a festa lá mesmo no auditório e arrumaro o auditório bem arrumadin e ela, a menina, a outra menina botou a faixa em Gracinha, Gracinha botou a outa nela. Só me lembro dessas coisa assim. Não tem muita lembrança... (D. Maria de Lourdes Gomes, 74 anos).

Os ensaios com as candidatas eram realizados antes das apresentações, pelo Sr. Luiz Gonçalves juntamente com o sanfoneiro Zezé, que tinha um programa na RCB e as acompanhava no palco. Eles, os ensaios, também eram aberto ao público e já antecipavam o que aconteceria no momento oficial da apresentação.

Os prêmios do *Rainha do Auditório* de Serra Branca estavam longe daqueles apontados por Azevedo (2002), no caso da Rádio Nacional. Maria das Graças nos informou que eram bonecas, biscoito, balas e sabonetes em vez de um contrato ou um prêmio mais substancial. Entretanto, ela observa que só pelos gritos que ouvia da plateia dizendo seu nome, defendendo e acusando sua vitória, era válido participar do programa, mesmo que a recompensa fosse mais simbólica, afinal, ela era a “rainha”, o que é compreensível considerando as limitações da produção do programa em Serra Branca.

A atuação da RCB, que promovia o programa de calouros, junto à população, no entanto, foi interrompida mediante denúncias de sua não oficialização, o que revelou que

¹⁴¹ Em contato com os moradores, soubemos que Lígia e sua família não residem mais em Serra Branca.

interesses políticos estavam sendo mobilizados pelo “cuidado” que algumas forças políticas locais tiveram com este morador, engajado em tantas atividades com vista à movimentar e aglutinar a população em torno de si e daquilo que inventava para dinamizar a vida em Serra Branca.

O nome da rádio foi Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, pra ver se a gente conseguia ficar muito tempo no ar, em homenagem ao falecido presidente que havia morrido lá. Aí o que é que acontece? Daí a gente distorceu, pra ficar mais fácil, pra RCB, que era o mesmo nome do cara, só a sigla, né? Aí eu dava a potência, dava o prefixo, ZYKM20 Rádio RCB Serra Branca. Bom, e o fechamento se deu por questão política, por essa questão de eu receber o pessoal, estar fazendo um movimento, embora que involuntário, sem ter nenhuma pretensão, sem ter nenhuma paixão política, porque ali a gente vive ao Deus dará, né? A essas altura aí os políticos estavam de olho naquilo que eu fazia, eu não fazia pra merecer, né? Mas os políticos dizia: “Esse cara aí é um perigo pra gente, vamos cortar as asas dele”. Eu sei que daí houve a denúncia. Houve uma denúncia, que um rapaz assim assim, assado, que fazia aquilo lá em Serra Branca, uma rádio clandestina, e o cara sabia que era clandestina, aí foi mandado lá o “Bentel”, e o cara mandou me chamar, embora que o cara se admirou bastante como é que eu consegui aquilo tudo lá, fazer lá, fazer estúdio, tal, só baseando num cursozinho de eletrônica, uma coisa. Aí foi, lacrou o transmissor, nem levou, ele lacrou o transmissor, perguntou pra mim se eu sabia todas as implicações, eu tenho tudo que é de consciência, não neguei nada, não fiz nada, tá lacrado, tá lacrado! Lacrou, mas não vou levar não, que tô vendo que você é um cara consciente e tá sabendo das implicações, vamos fechar isso aqui, tá bom? Fechou, o povo todo da cidade queria se revoltar, ir atrás e procurar levantar. “Não! Deixa fechado, pra mim é melhor, vou procurar...”, foi daí que eu fui pra São Paulo, fui trabalhar em São Paulo (Luiz Gonçalves, 64 anos).

Podemos apreender que o desfecho da rádio se relacionou à ameaça que havia se transformado o Sr. Luiz Gonçalves como produtor de cultura bastante atuante do município frente a algumas figuras políticas. Suas vinculações seja ao pároco João Marques, seja a políticos locais não foram suficientes para a manutenção da RCB por mais tempo.

A situação foi alardeada quando ele recebeu a advertência do Sr. Severino Ramos, de que flagelados da seca queriam saquear o comércio do município, vindo de áreas rurais circunvizinhas à cidade. O ano era 1968 e ele relata o caso mostrando como conseguiu conter o avanço desse grupo, com um contingente, na sua expectativa, de cerca de 150 pessoas.

É tudo... É como fosse movimento hoje sem-terra, sabe!? Ai eu mandei abrir o cinema, aonde todo mundo ir lá pro auditório, mandei que ele fosse providenciando isso, ai lá no auditório do cinema eu falei: “Ó gente, fique quieto, todos vocês certamente estarão com fome, mas eu vou alimentar a todos e sem dúvida ninguém vai sair daqui sem um pouquinho de coisa pra levar pra casa. Peço que vocês confiem em mim e ninguém tente saquear comércio nenhum”. Daí eu fui, liguei o serviço de autofalante, que mesmo

com a estação ligada eu tinha o serviço de autofalante, aí liguei o serviço de autofalante, pra que divulgasse mais rápido né? E pus toda potência da rádio, comecei a pedir: “Quem tiver almoçando agora, que sobrou alguma coisa ou que puder dividir, mande pratos pra cá, de comida, mande copo descartável, mande suco, quem tiver com o que fazer suco, traga pra cá, traga tudo que vocês tiver de comida pronta e quem puder mandar um quilo de alimento pode qualquer “vencidade”. Ao comércio, vocês que tiverem aí uma saca, do que tiver, mesmo que não queira fazer doação, pode trazer que depois eu faço um movimento e pago!” Graças a Deus que eu não paguei a ninguém, porque todo mundo mandou! É... Toinho Bezerra, Dona Isaura hoje é falecida, Gaião, o Antonio Bezerra, Toinho Bezerra¹⁴², enfim, todo o comércio, era chegando sacas e mais sacas de arroz, de feijão, de farinha. E eu com aquela turma que já trabalhava comigo né? Eu fico tão emocionado que me arrepeço todinho com tanta coisa que chegou. Todo mundo saiu ali, conforme seja o número de filhos... (Luiz Gonçalves, 64 anos).

A este fato, notamos que o Sr. Luiz Gonçalves e o Sr. Severino atribuem o cancelamento das atividades da Rádio Castelo Branco. Nesta perspectiva, as lutas no campo da política, sem nomes mencionados, foram decisivas para silenciar os alegres e engracados locutores da RCB. Diante da desconfiança, que encobria acusações de aspirações políticas, que ele nega, o Sr. Luiz Gonçalves resolveu, então dar outro rumo a sua vida, em direção ao sudeste, onde viveu até 2009, quando regressou a Paraíba, mas, desta feita, para o município de Sapé.

Como sabemos da importância das rádios como veículo de comunicação e, no presente, também das suas vinculações políticas, atualmente em Serra Branca existem três emissoras de rádio, o que, para o Sr. Severino, demonstra a evolução dos meios de comunicação no município, apresentando ainda uma perspectiva positiva das transformações ocorridas entre passado e presente quanto a este tema.

Naquele tempo não tinha essa organização toda, né? Hoje, o equipamento, a comunicação é muito melhor, né? Em tudo mesmo, né? Telefone, naquela época não existia, os locutores melhores mesmo, né? E... naquela época tinha poucos recursos, né? Assim, humano e material, né? Pra fazer uma rádio, né? Então não era muito como hoje não. Hoje é coisa tudo mais moderna mesmo, né? Tudo é... telefone, celular, a internet, né? Que é ligada diretamente a essa rádio. Hoje, a coisa moderna, o negócio é melhor, né? Uma coisa mais pra frente (Severino, 56 anos).

Essa valorização do discurso em defesa do progresso da tecnologia como algo que favorece a vida no município também está presente nas páginas da internet pertencentes as atuais rádios comerciais locais. Entre elas está a Serra Branca FM (103.3), que recobre toda a região do cariri paraibano, além de parte do brejo, do curimataú e do sertão e chegando aos

¹⁴² Eram as pessoas que tinham as maiores casa comerciais do período no município.

estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Foi fundada pelo jornalista Hilton Carneiro Mota, em 1992.

A Rádio Independente do Cariri Ltda. FM (107.7) foi obra de Juarez Maracajá, ex-prefeito de Serra Branca, criada em 1995. Em 2004, uma nova diretoria assumiu o controle da Independente FM, presidida pelo Sr. José Carlos Vidal desde então. Ela também alcança a região do cariri do estado, bem como algumas regiões de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Uma experiência mais recente de radiodifusão vem ocorrendo desde 2010, em caráter experimental, após algumas tentativas frustradas de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária junto ao Ministério das Comunicações. Trata-se da Rádio Comunitária Solidariedade FM (87). Esta rádio nasceu vinculada a um curso pré-vestibular voltado para alunos de baixa renda do município, com o objetivo de “informar para formar”. De acordo com o que encontramos em sua página virtual, que ela se constitui em um espaço de contraponto às já consolidadas Serra Branca FM e Independente FM. Observamos que a programação das três emissoras assinala uma diversidade de público, bem como uma tentativa de atender à demanda desta diversidade. Deste modo, novas práticas de ouvir são configuradas na atualidade pelos moradores do município.

3.3. LAZER PARA COMEMORAR: o futebol

*Todo dia os atletas do meu time
Estão na sede jogando dominó
No domingo tem brega ou tem forró
Rifa, bingo, não tem quem não se anime
Não tem time que ao menos se aproxime
Do prepraro da minha escalação
Para o ano meu time é campeão
Nem que jogue com prego no sapato
E ninguém pode ganhar campeonato
Se o juiz não tem mãe nem coração*

*Meu Time
Siba e a Fuloresta*

No Brasil, o futebol é tema na música; na literatura – poesia, crônicas, ficção, história; nas artes plásticas e cênicas – pintura, escultura, fotografia, na dança, no teatro, nos circos; na mídia – rádio, jornal, revista, cartum, televisão, cinema. É motivo de investimento e lucros: *no material oficial de jogo* – padrões, bolas, aparelhos de treinamento, na estrutura física e engenharia dos campos e estádios; *no material de torcida* – bandeiras, logomarcas,

souvenires temáticos, sócios contribuintes/remido; *no aspecto humano* – custos com diretoria, corpo jurídico, passes de jogadores, técnicos, treinadores e preparadores físicos, médicos, massagistas, fisioterapeutas, psicólogos, roupeiros, cozinheiros etc; *receitas com patrocínio* de marcas de empresas para estampar nos padrões e espaços físicos dos clubes, cota de imagem nas televisões e eventos sociais.

A partir de que princípio nos baseamos para configurar o futebol enquanto lazer e cultura popular? Se observarmos todos esses elementos indicados acima, podemos dizer que é uma atividade de lazer das “massas”, considerando, especificamente, o número de pessoas envolvidas – os profissionais do futebol, os torcedores e os investidores, talvez por isto alguns o considerem “popular” – pela quantidade de pessoas envolvidas, porém, levando em conta essa sua estrutura e funcionamento, não podemos qualificar o futebol que aqui vamos resgatar nesta perspectiva – o das massas ou dos grandes investimentos.

Neste trabalho, futebol enquanto lazer e cultura popular é aquele das várzeas¹⁴³, dos campinhos, das “peladas”, das pequenas cidades, das torcidas familiares, da rivalidade local, dos feriados e domingos à tarde, dos parcisos investimentos e fartas lembranças! Como indústria do entretenimento com altíssimos fins lucrativos, o futebol reúne e movimenta interesses comerciais que destoam da perspectiva sobre a qual pensamos sua prática em Serra Branca. Para Galeano (2009),

O jogo se transformou em espetáculo, com poucos protagonistas e muitos espectadores, futebol para olhar e o espetáculo se transformou num dos negócios mais lucrativos do mundo, que não é organizado para ser jogado, mas para impedir que se jogue. A tecnocracia do esporte profissional foi impondo um futebol de pura velocidade e muita força, que renuncia à alegria, atrofia a fantasia e proíbe a ousadia (p. 10).

A história deste esporte, de acordo com este autor, é marcada pela passagem do prazer ao dever, da dança ou brincadeira do jogador com a bola ao abandono ou combate dessa liberdade de se jogar pelo que ele chamou de “tecnocracia do esporte profissional”, que limita o bailado em função dos aspectos táticos/técnicos tão mencionados pelos locutores do futebol nas atuais partidas televisionadas.

Em um contexto mais abrangente, os campos de várzea foram delimitados como o principal espaço de valorização, divulgação e democratização do esporte ao longo da história brasileira, pois configuravam locais privilegiados da vida pública/comunitária e da prática cidadã, afetando inclusive os contornos das cidades. No entanto, as transformações sofridas

¹⁴³ O termo várzea designa terrenos planos encontrados nas cidades associados à prática do futebol. Esta prática é denominada de futebol de várzea ou futebol amador. É uma modalidade que, embora se distancie dos grandes eventos e recursos do futebol profissional, possui uma organização própria, por vezes, inspirada por aquele.

pelos espaços urbanos mediante diferentes fatores (políticos, econômicos, sociais) no decorrer do século XX, alteraram a memória desta prática, que no presente é observada do ponto de vista de uma ausência, de acordo com Santos (2006).

Caminhando nessa direção foram as memórias dos moradores de Serra Branca. Contudo, na contramão desta perspectiva, devemos enfatizar a existência de uma quantidade considerável de times de futebol no município que contrasta com a queixa da falta e do saudosismo do passado marcado pelas disputas entre Vasco e Flamengo, times locais que simbolizaram a maior rivalidade na história do futebol no município, de acordo com seus antigos moradores. AABB; Bem-ti-vi – do bairro dos Pereiros; Boca Junios – do Limeirão; Botafogo – da comunidade rural do Ligeiro; Cabreola – do Odonzão; Corinthians – dos Pereiros; Desportiva do Pilão e Vila Nova – do bairro do Ahú são alguns dos times locais que integram e disputam o campeonato local atualmente. Por que, então, a ideia de que os times atuais não conseguem mobilizar a população como nos tempos passados?

Acreditamos que a difusão dos aparelhos de rádio e de televisão foi importante para a divulgação de campeonatos mais ostensivos que o local. Não é coincidência que os times desta região possuem torcedores em todo o território nacional, em detrimento das torcidas locais. Lembremos ainda que não existe uma divulgação e investimentos comparáveis entre, por exemplo, times cariocas e times paraibanos. Diversos fatores separam o futebol profissional da Paraíba do futebol do Rio de Janeiro. Talvez a prática de ouvir o futebol pelas ondas do rádio ou assisti-lo pela tela da TV pode ter levado a uma diminuição da prática dele nos campos de várzea, mas não a sua extinção, como já apontamos quando mencionamos alguns times locais. A prática do futebol permanece no cotidiano de Serra Branca.

Além disso, analisando as memórias de pessoas idosas, vale considerar que o fato de não exercitarem mais o futebol ou qualquer outra atividade física que exija mais esforço do corpo, nem frequentarem mais os campeonatos locais como no passado, definem o modo pelo qual encaram a prática no presente: fraqueza. Os times atuais são avaliados como fracos, não empolgantes. Sem dúvida isso ajuda a compreendermos o porquê desta ponderação. O que fica nítido nisso é justamente a paixão pelo esporte, expressa através de nomes de pessoas e de times, reclamações, lembranças dos dias de jogos e, sobretudo, pelo aspecto da saudade.

De um esporte considerado por muitos como uma invenção brasileira (da mesma forma que o carnaval!), podemos justificar pela paixão, feição nacional e habilidade esta identificação com o esporte, especialmente no trato com seu símbolo maior – a bola. O erro nessa assertiva: o futebol não é uma invenção brasileira!

Na sua configuração moderna, segundo Galeano (2009) e DaMatta (1994), esse esporte nasceu na Inglaterra em meados do século XIX. Na Escócia, por volta de 1870, é que foram criadas as primeiras regras¹⁴⁴ para a então Associação de Futebol (*The Football Association*), tornando-o oficial e promovendo a diferenciação entre o futebol das “mãos” (*Rugbi*) e o dos “pés” (*Soccer*) e ficou conhecido como o “esporte bretão”¹⁴⁵.

Galeano (2009) discute a presença de jogos ou brincadeiras com bola em algumas sociedades em diferentes períodos da história antes de atingir sua forma moderna: China – (pioneira), Egito, Japão, Grécia, Roma, Itália e México. Ele ressalta a violência que marcavam essas práticas que levavam, em muitos casos, a fraturas ou mesmo a morte dos seus praticantes. Nas ilhas britânicas, entre os séculos XIV e XVI, os jogos chegaram a ser proibidos pelos reis, no entanto, o efeito era contrário, quanto mais se proibia, mais se jogava, “o que não fazia mais que confirmar o poder estimulante das proibições” (GALEANO, 2009, p. 30). Sobre esta “guerra dançada”, este autor comenta

No futebol, sublimação ritual da guerra, onze homens de calção acabam sendo a espada vingadora do bairro, da cidade ou da nação. Estes guerreiros sem armas nem couraças exorcizam os demônios da multidão e confirmam sua fé: em cada confronto entre duas equipes, entram em combate velhos ódios e amores herdados de pai para filho (GALEANO, 2009, p. 23-24).

A introdução deste esporte no Brasil se deu na segunda metade do século XIX, com a chegada de imigrantes europeus membros da colônia britânica residentes, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para DaMatta (1994, p. 11), “Muitos brasileiros se esquecem de que o futebol foi inventado na Inglaterra e pensam que ele é, como a mulata, o samba, a feijoada e a saudade, um produto brasileiro”. De uma atividade restrita às elites da época, o esporte foi então ganhando adeptos, tornando-se popular e se consagrando nos recantos mais longínquos do país. Esta popularidade é explicada pela possibilidade que ele – o futebol – oferece ao estabelecimento de laços que se assemelham aqueles próprios das relações familiares que criam uma coletividade, como já havia sugerido Galeano (2009).

¹⁴⁴ Na Grã-Bretanha, segundo Galeano (2009), entre as décadas de 1870 e 1890, diversas normas foram sendo criadas e estabelecidas para a prática do esporte: a divisão entre as funções de defesa, meio de campo e ataque das equipes; o surgimento do goleiro, único jogador que poderia tocar a bola com as mãos; do árbitro, de sua atuação dentro do campo, do uso do apito e do cronômetro; da cobrança da lateral com as mãos, dentre outras. Em 1904, surgiu a FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado), pondo fim ao monopólio inglês e passando a regular este esporte pelo mundo.

¹⁴⁵ Na perspectiva da “invenção das tradições”, Hobsbawm (1997) analisa como os esportes, sobretudo o futebol, na Europa, foram sendo institucionalizados com a finalidade promover meios de identificação nacional e comunidade artificial, processo esse conduzido pelo trajeto social de cima para baixo – aristocracia, burguesia e operariado. Ver: HOBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1789 a 1914. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 271-316.

No Brasil esporte como um domínio associado à competição e ao uso desinibido do corpo teve no futebol um veículo de notável popularidade. Talvez porque o futebol seja jogado em equipe, o que permite retomar o nível simbólico a idéia de uma coletividade exclusiva, como a de uma casa ou família. Coletividade com a qual se tem relações insubstituíveis de simpatia, “sangue” (ou “raça”) e amor (DAMATTA, 1994, p. 15-16).

Deste modo, estamos ligados aos *nossos* times, portanto, por complexas relações, sentimentos e emoções que nos enredam em coletividades e remetem a instituição familiar. No futebol, escolhemos a que família pertencer (torcer!), diferente da família com a qual estamos conectados por laços genéticos e hereditários. Claro que isso não significa que os filhos não possam “herdar” dos seus pais o gosto por certos times, o que ocorre com bastante frequência, inclusive e serve para reforçar a dimensão simbólica apontada anteriormente.

Ressaltamos o caráter “democrático” que o futebol apresenta ao oferecer uma gama de times para eleição de um, o que pode se dar sem previsão de pena, já que isso foge ao controle da família: “Os pais podem determinar tudo: como dormir, como andar, como sentar, como vestir, como falar, como rezar, com quem casar, que carreira seguir e como votar. Mas o “torcer” é uma área significativamente aberta, deixada ao sabor das preferências individuais” (DAMATTA, 1994, p. 16). A escolha do time é feita com o coração. Assim, *ser* corintiano, trezeano, vascaíno, botafoguense, cruzeirense, sousense, flamenguista, palmeirense... ou de qualquer outra coletividade que constituem as torcidas, é uma questão de escolha feita por paixão.

Analizando o significado social do futebol no Brasil, DaMatta (1994) observa que em uma sociedade assentada em valores tradicionais (favores, hierarquias etc.) como a brasileira, e que por isso estava habituada com o jogo e não com a competição, este esporte teve a função de nos ensinar valores de respeito e igualdade que a nossa política relegou ao longo da história, deixando prevalecer sempre os interesses específicos de determinados grupos sociais. Logo, o futebol nos ensinou noções de justiça e democracia. Devido a esse caráter de ensinamento de determinados valores, é que a prática do futebol passou a ser difundida entre a população, tornando-se “paixão das massas”.

Esse estranho jogo que, dando ênfase ao desempenho, democraticamente produzia ganhadores e perdedores sem subtrair de nenhum disputante o nome, a honra ou a vergonha. Foi preciso que essa sociedade vincada por valores tradicionais aprendesse a separar as regras dos homens e da própria partida para que o futebol pudesse ser abertamente apreciado entre nós. Desse modo, foi certamente essa humilde atividade, esse jogo inventado para divertir e disciplinar que, no Brasil, transformou-se no primeiro professor de democracia e de igualdade. Pois não foi através do nosso Parlamento que o povo aprendeu a respeitar as leis, mas assistindo a jogos de futebol, esses

eventos onde o vitorioso não tem o direito de ser um ditador, e o perdedor, vale repetir, não deve ser humilhado (DAMATTA, 1994, p. 12).

Uma interface interessante entre o futebol e o carnaval, outra “paixão” brasileira, é estabelecida por Oricchio (2009), explicando que esses dois aspectos da cultura que se tornaram “nacionais”, trilharam caminhos próximos.

Não inventamos nem o carnaval nem o futebol. Ambos vieram da Europa. Viajaram para cá e foram assimilados. Transformados, numa operação que o velho Oswald de Andrade com certeza chamaria de antropofágica. Assimilamos o outro devorando-o. Digerimos o que nos é estranho e fazemos dele coisa nossa. Do mundo pelo avesso do carnaval europeu na idade média, inventamos uma ópera popular na avenida. Do jogo áspero dos britânicos, produzimos uma escola maleável na qual a arte do engano (o drible) mostra-se tão eficiente quanto uma jogada coletiva ensaiada à exaustão (ORICCHIO, 2009, p. 2).

Assim, movido pela magia e paixão, o futebol se transformou, criando uma cultura que engloba muitos mitos, heróis, glórias e tragédias, além de fortes interesses políticos e financeiros. Diante destas características podemos afirmar que o futebol é sim uma manifestação da cultura popular, mesmo que ao longo da sua existência no país tenha adquirido expressiva característica empresarial. Apontando para esta relação entre o futebol e a cultura popular, Galeano (2009) explica que,

No final do Mundial de 94, todos os meninos que nasceram no Brasil se chamaram Romário, e a grama do estádio de Los Angeles foi vendida em pedaços, como uma pizza, a vinte dólares a porção. Uma loucura digna de melhor causa? Um negócio vulgar e comum? Uma fábrica de truques manipulada por seus donos? Eu sou dos que acreditam que o futebol pode ser isso, mas também é muito mais do que isso, como festa dos olhos que o olham e como alegria do corpo que o joga. Uma jornalista perguntou à teóloga alemã Dorothee Sölle:

- ‘Como a senhora explicaria a um menino o que é a felicidade?’
- ‘Não explicaria’ – respondeu. – ‘Daria uma bola para que jogasse.’

O futebol profissional faz todo o possível para castrar essa energia de felicidade, mas ela sobrevive apesar de todos os pesares. É talvez por isso que o futebol não pode deixar de ser assombroso. Como diz meu amigo Angel Ruocco, isso é o melhor que tem: sua obstinada capacidade de surpresa. Por mais que os tecnocratas o programem até o mínimo detalhe, por muito que os poderosos o manipulem, o futebol continua querendo ser a arte do imprevisto. Onde menos se espera salta o impossível, o anão dá uma lição ao gigante, e o negro mirrado e cambaio faz de bobo o atleta esculpido na Grécia. Um vazio assombroso: a história oficial ignora o futebol. Os textos de história contemporânea não o mencionam, nem de passagem, em países onde o futebol foi e continua sendo um símbolo primordial de identidade coletiva. Jogo, logo sou: o estilo de jogar é uma maneira de ser, que revela o perfil próprio de cada comunidade e reafirma seu direito à diferença. Diz-me como jogas que te direi quem és: há muitos anos que se joga o futebol de diversas maneiras, expressões diversas da personalidade de

cada povo, e o resgate dessa diversidade me parece, hoje em dia, mais necessário do que nunca (p. 204).

Referência na memória de moradores de Serra Branca, o futebol local guarda essa imagem do esporte simples, da comunidade, do menino feliz com uma bola, dos times da várzea que foram se organizando e formando no município com as suas características próprias o espetáculo do futebol.

No dia oito de junho de 2011, uma quarta feira, o Clube de Regatas Vasco da Gama, time carioca, sagrou-se campeão da Copa do Brasil jogando contra o Coritiba, equipe da capital paranaense. Ao chegarmos em Serra Branca, no dia seguinte, nos deparamos com bandeiras expostas orgulhosamente em portas, janelas e portões da cidade. É possível pensar que, no mínimo, o município abriga torcedores vascaínos. Mas veremos que essa história não se encerra com esta constatação.

Na verdade, o município possui torcedores daqueles que, certamente, configuram a maior rivalidade entre os times do Rio de Janeiro: Vasco e Flamengo¹⁴⁶. Não é à toa que a imagem que tínhamos do Sr. Severino Ramos, um dos entrevistados, era ele vestido com uma camisa do Vasco ainda em 2008, quando estivemos juntos pela primeira vez. Ao voltarmos ao município em 2011, nos deparamos com ele e sua camisa novamente.

Em outros tempos o município acolhia versões locais dos clubes de futebol do Vasco da Gama e do Flamengo que surgiram sob inspiração e paixão pelos dois clubes cariocas¹⁴⁷. As equipes do Flamengo e Vasco de Serra Branca foram criadas na década de 1960. Seus símbolos eram inspirados naqueles dos clubes cariocas. Com suas fundações, a população encontraria bons motivos para continuar se deslocando aos domingos em direção aos campos de futebol a fim de torcer e agitar a cidade. Por outro lado, a criação destes times envolveu uma série de conflitos, que também desembocaram em uma rivalidade como acontece com os times e as torcidas cariocas. Em proporções reduzidas, claro.

Nas entrevistas, percebemos que os velhos torcedores ainda mantêm uma relação saudosa no que se refere a esses antigos times, expressadas não apenas na camisa vestida orgulhosamente, mas nas próprias palavras, olhares, expressões faciais e gestuais nos encontros que tivemos. Para compormos este item do texto, então, resolvemos utilizar os depoimentos seguintes.

¹⁴⁶ Estes dois clubes cariocas foram fundados no final do século XIX, no Rio de Janeiro, como clubes de remo, esporte muito popular no período, denominados Clube de Regatas Vasco da Gama (1898) e Clube de Regatas do Flamengo (1895). Só nas primeiras décadas do século XX é que esses clubes incorporaram o futebol às suas práticas, que se popularizava, respectivamente em 1915 e 1902.

¹⁴⁷ A paixão dos moradores de Serra Branca por esses dois times cariocas e a criação de versões locais pode ter sido influenciada pela penetração, no município, da Rádio Globo, do Rio de Janeiro.

- Sr. Severino Ramos¹⁴⁸, em 10/06/2011;
- Sr. Luiz Gonzaga de Holanda¹⁴⁹; 08/05/2008;
- Sr. Paulo Alcântara Lima¹⁵⁰, em 11/06/2011;
- Sr. João Lôpo e Araújo¹⁵¹; em 25/06/2008;
- Sra. Margarida Antonino da Silva¹⁵², em 11/06/2011.

Observamos que a prática do futebol em Serra Branca é uma permanência que sobrevive. Souza (2008, p. 40) reforça isso em seu livro, quando informa que uma importante tradição do município é o futebol, mencionando os principais times que polarizavam a rivalidade mais acirrada da história local: o Flamengo e o Vasco da Gama. Pensamos este futebol do município como aquele do *treinador*, figura que, segundo Galeano (2009), morreu quando *o jogo deixou de ser jogo* e este esporte adquiriu o status de uma “ciência”, em que prevalecem as orientações do *técnico*, o personagem calculista que trabalha combatendo a improvisação que imprimia beleza ao jogo, em função da disciplina e do rendimento do time.

Nas entrevistas concedidas ao projeto de História Local, bem como nas que fizemos em visita ao município posteriormente, as lembranças deste esporte foram recorrentes, deixando emergir antigas alegrias e rivalidades, sobretudo no período em que existiram os times locais inspirados nos clubes cariocas.

O Serra Branca Esporte Clube, existente na década de 1950, foi um dos antigos times mencionados pelo Sr. Paulo quando recordou nomes de velhos jogadores, como era o caso de Dida, lembrado de forma muito respeitosa e saudosa, que nas suas palavras, era um jogador que atuava em qualquer posição em que fosse escalado.

¹⁴⁸ Ver nota 32.

¹⁴⁹ Ver nota 46.

¹⁵⁰ O Sr. Paulo Alcântara, natural de Serra Branca, 70 anos, trabalhou como auxiliar de serviços em uma escola, em panificadora, armazéns e, mais recentemente, como pintor. Foi jogador de futebol do Vasco e do Flamengo de Serra Branca, e também atuou em outros times.

¹⁵¹ Ver nota 77.

¹⁵² Ver nota 79. D. Margarida foi casada com um dos presidentes do Vasco, Leidson da Silva.

FOTO 17: Serra Branca Esporte Clube (década de 50)



Acervo: Foto gentilmente cedida por Juarez Ribeiro Araújo

O Sr. Paulo narra ainda uma situação bastante comum na prática de futebol nas antigas “peladas” em Serra Branca: o jogo com pés descalços. O uso de chuteiras, em função do valor e do acesso aos locais de venda provavelmente, não era possível para todos os praticantes do futebol. Por isso, alguns não possuíam tal acessório, hoje considerado indispensável nas partidas amadoras.

(...) tinha um moço aqui chamado João, que ele tinha um, uma chuteira e na época eu não tinha, sabe. Agora ele nem era bom de bola nem nada, mas ele, mas ele era muito exigente, esse finado Dida. Às vezes ele... eu tava treinando, eu moleque pequeno no meio dos homem já quando eu come, comecei a jogar, aí eu via quando esse João entrava lá no portão do campo, aí eu ia logo saino, não sabe, porque eu sabia que ele ia botar no meu lugar porque vinha com uma chuteira e eu não tinha. Eu treinava no meio deles descalço. Aí quando eu via ele entrano lá, eu já saía chutano assim uma pedinha pra ir despistano tal, tal lá pro lado do campo. Aí ele dizia “Vá pro lugar daquele cara”, aí botava no meu lugar, ele. Agora só que ele não era jogador bem de bola não, é porque... (...) Tinha chuteira (Paulo, 70 anos).

Neste caso, percebemos que a posse de um par de chuteiras era um elemento diferenciador e definidor da participação dos treinos e jogos da infância do Sr. Paulo. E, como símbolo do *status*, não era de fácil acesso para os mais humildes amantes desta prática, era apenas para aqueles que, como o referido João, tinham meios de dispor dela. Mais de uma vez, na sua entrevista, ele se refere a este fato, o que acreditamos que marcou suas lembranças pela exclusão, uma vez que, quando menino, era substituído por outros nos jogos por não possuir chuteiras, como aconteceu no caso relatado em que Dida o trocou pelo moço João, que nem era tão bom de bola quanto o Sr. Paulo, mas tinha o par de chuteiras!

Outro nome recordado pelo Sr. Paulo foi o de Valter, “um amigo meu de futebol”, visto com admiração, que se revela no seguinte fragmento: “Quando o cara vem e pergunta

“Quem jogava melhor?”. Eu digo: ‘Valter. Valter era melhor”, mas cada um que diga seu lado, né? Ele foi de uma época, eu fui de outra. Cada um que cuide da sua época, né?” (Paulo, 70 anos) . A opinião do Sr. Paulo é corroborada por Souza (2008, p. 41) quando afirma que “Existe uma unanimidade entre os desportistas de que o maior jogador de futebol de todos os tempos em Serra Branca foi Valter Carvalho, apesar de que muitos outros se destacaram”.

Deste modo, acreditamos que Valter, por essas memórias que o institui como “o” melhor entre todos, reunia as características próprias de um craque, o jogador habilidoso que passeia despertando encanto e atraindo os olhares pelo campo. Galeano (2009), apresentando a figura do ídolo, descreve sua relação com a bola.

A bola o procura, o reconhece, precisa dele. No peito de seu pé, ela descansa e se embala. Ele lhe dá brilho e a faz falar, e neste diálogo entre os dois, milhões de mudos conversam. Os Zé Ninguém, os condenados a serem para sempre ninguém, podem sentir-se alguém por um momento, por obra e graça desses passes desenvolvidos num toque, essas fintas que desenham zezes na grama, esses golaços de calcanhar ou de bicicleta: quando ele joga, o time tem doze jogadores (p. 13).

Podemos relacionar, portanto, o futebol dos habilidosos Paulo, Dida e Valter a esse sentimento de *se tornar alguém*, engendrado pela experiência da prática deste esporte. O futebol permite o reconhecimento do craque engenhoso que produz belos lances e é certeiro na finalização. Prova disso é a homenagem feita pela Prefeitura de Serra Branca ao denominar o estádio municipal de José Valter Carvalho Gomes, para prestigiar e perpetuar o nome desse antigo “craque” local.

FOTO 18: Fachada do estádio Municipal José Valter Carvalho Gomes (O Waltão)



Acervo: Fabiolla Lemos (22/07/2012)

Ao falar desses personagens, o Sr. Paulo retomou os deslocamentos que fez como jogador, afirmindo que “Esses caba que só jogou aqui, nunca saíram pra canto nenhum não.

Mas eu não digo nada não, eu deixo que eles digam, sabe. Eu não tem nada a ver". O futebol esteve com este morador por onde ele passou ao longo da vida, neste sentido, foi uma fiel companhia no Rio de Janeiro-RJ, em Caruaru-PE, em Sertânia-PE e Campina Grande-PB, mas seu lugar foi conquistado, sobretudo, nos times de Serra Branca, onde obteve reconhecimento e respeito.

Encontramos um interessante registro que reforça a paixão do padre Marques pelo futebol: uma fotografia da comemoração da conquista da primeira Copa do Mundo de Futebol pela seleção brasileira, em 1958.

FOTO 19: Comemoração pela conquista do Brasil do título de 1958
(Ao centro, com a bandeira, o padre João Marques)



Acervo: Foto gentilmente cedida por Margarida Antonino da Silva

Além desta imagem, também encontramos registro deste dia no II Livro de Tombo da Igreja, no dia 29 de junho de 1958. Vejamos o que consta no livro.

Com a participação do Brasil na 6^a copa do mundo realizada na Europa [...] a heróica equipe brasileira com o feito memorável dava ao Brasil o "título de campeão mundial".

Nesta paróquia houve grande regozijo impulsionado pela união estudantil serrabranquense que juntamente com o povo em vivo entusiasmo, pelas ruas da cidade, adoravam os heróis daquela memorável jornada e o Brasil "campeão mundial" (p. 5).

Liderada pela União Estudantil Serra Branquense, como afirma o referido Livro, a população de Serra Branca saiu às ruas da cidade festejando a conquista da primeira Copa do Mundo. É curioso este registro no Livro de Tombo da Igreja, pois notemos que ele reafirma a posição privilegiada do futebol junto à esta população, o que é fortalecido pelas disputas em discussão sobre os times do Vasco e do Flamengo. A alegria estampada na fotografia demonstra que tanto adultos quanto crianças, homens e mulheres, estiveram presentes na

manifestação evidenciando um patriotismo, mediante o apego à bandeira – símbolo nacional, assentado na idolatria dos “heróis” da bola, como vemos na citação Livro de Tombo.

No que concerne ao surgimento dos times Vasco da Gama e Flamengo de Serra Branca, sabemos que sofreram uma forte influência do padre João Marques, que gostava muito de futebol, participando, inclusive, da criação do time do Vasco. João Lôpo, maestro da banda também conhecido por Joca Lôpo, foi quem o auxiliou nesta tarefa. No entanto, este último, após alguns desentendimentos com o padre Marques, e como torcedor flamenguista que era, resolveu, então fundar o time do Flamengo. Isso no ano de 1962. A criação do Vasco foi anterior a do Flamengo, mas ocorreu no mesmo ano.

Os depoentes foram coerentes quando relataram o modo como surgiram esses dois times. Eles foram consensuais quanto a esta versão da fundação do Vasco ser anterior a do Flamengo e relataram também as querelas entre o Sr. João Lôpo e o padre Marques que levaram ao surgimento do segundo. O Sr. João Lôpo nos explica como os fatos se desenrolaram.

O Vasco foi só. Aí depois Leidson, aquele rapaz que o padre criou, começou também fazer parte e começou a puxar pra lá. Puxando, puxando e começou a surgir aborrecimento e eu me desliguei de tudo de lá, entendeu? Eu, flamenguista, fundar o Vasco! Aí então fundei o Flamengo. Tornou-se uma política grande aqui em Serra Branca, sofri muito por causa do aborrecimento da fundação do Flamengo. Resultado: até hoje ainda continuo com o Flamengo. Dentro do Flamengo eu fiz várias atividades, como a escola de música. Criei a banda de música dentro do Flamengo, consegui um apoio muito grande do doutor Inácio Antonino, na época ele era prefeito de São João do Cariri: “Rapaz, você tá com a ideia boa. Criou a parte esportiva daquela parte musical”. E instrumentos? “Rapaz, tá difícil, vamos vê se consigo. Em São João do Cariri tem muito instrumento encostado na prefeitura e não tem banda de música. Eu como tô (?) lá, eu posso lhe emprestar esses instrumentos, aí você começa seu movimento com a banda de música”. E assim foi feito. Fui lá, trouxe os instrumentos e comecei a animar a turma aqui, os meninos. “Tem instrumento, viu. Vamos tocar pra frente a banda”. Comecei a ensaiar, comecei a ensaiar. Nisso, padre Marques que era muito político começou a dá uma inveja nele, começou logo a querer botar, derrubar logo essa minha ideia, acabar logo com a sociedade que eu tinha fundado (João Lôpo, 80 anos).

O Sr. Luiz Gonzaga ao ser questionado sobre a história da criação dos times de futebol do Flamengo e do Vasco de Serra Branca, se alinhou a perspectiva antecedente apresentada pelo Sr. João Lôpo.

Veja bem. Existia o Vasco, e esse Vasco era comandado pelo padre João Marques e Joca Lôpo frequentava muito a Igreja, mas Joca Lôpo flamenguista. Aí Joca Lôpo entendeu de criar o Flamengo, quando entendeu de criar o Flamengo, aí tinha um juiz aqui, Dr. Otacílio Cordeiro, mas muito

católico, essa coisas, e Joca convidou pra fundar o Flamengo e Dr. Otacílio foi primeiro presidente. Dr. Otacílio aceitou. Quando padre Marques soube aí mandou chamar Dr. Otacílio (?). Dr. Otacílio desistiu. Quando Dr. Otacílio desistiu, Joca, eu me dava muito bem com Joca Lôpo, aí Joca disse: "Mas rapaz, o que é que agente vai fazer?". Eu disse: "Olhe, só adianta se criar esse clube se (?) com uma certa condição". Eu acho que a pessoa viável pra ser presidente desse clube é Dr. Inácio. Foi feito o São João, Joca, o sonho dele era uma banda de música e, na prefeitura, então, tinha uma banda de música, mas desativada, tinha os instrumentos, eu digo: "esses instrumentos você conseguindo com Dr. Inácio, ele pode emprestar", aí Joca disse: "Mas eu não falo com Dr. Inácio. Eu sou intrigado, problemas políticos". Eu disse: "Você quer fazer as pazes?", aí Joca disse: "Quero". Eu disse: "Pronto. Então eu falo com Dr. Inácio". Aí falei com Dr. Inácio, aí Dr. Inácio disse: "Não tem nenhum problema, a gente faz as pazes". Aí marcamos um encontro na casa de Francisco Moreira com Joca, né? Aí fui eu, Dr. Inácio e Joca até lá, aí lá fizeram as pazes, aí nós fundamos o Flamengo. Esse Flamengo foi fundado onde era aquela igreja ali (?) o salão era de Antônio Bezerra, nós pedimos o salão emprestado e eu fui quem presidi a primeira reunião, né? Então foi Dr. Inácio, tinha um engenheiro aqui que era do DNER, Dr. (?) e Socorro Bezerra, aí fundamos o Flamengo. Quando fundamos o Flamengo aí veio a organização da banda de música e Dr. Inácio, então, quando nós entramos na banda de música, então Dr. Inácio pediu ao padre, em vez de trazer uma banda de música de fora, botasse a banda de música daqui, porque nós tínhamos um maestro muito bom, que era o maestro Vilô, muito dedicado, aí o padre Marques aceitou. Mas Dr. Inácio era de outra corrente, que tinha sido Dr. Inácio quem derrotou Álvaro e os Gaudêncio tinha uma influência muito grande no padre, aí disseram ao padre que não aceitavam. Aí o padre mandou uma banda de música de fora, aí quando foi na procissão nós organizamos a banda de música e levamos pra frente da igreja, quando chegamos la já tinha outra banda de música, aí Dr. Inácio disse "Agora ninguém recua não, toca as duas bandas", aí saiu uma na frente e a outra atrás (Luiz Gonzaga, 74 anos).

Os times do Flamengo e do Vasco nasceram sob o signo da discórdia. Os desentendimentos entre o Sr. João Lôpo e o pároco local, João Marques, estabeleceram a dissonância no interior do Vasco da qual surgiu o Flamengo, criado pelo então ex goleiro do Vasco, o Sr. João Lôpo¹⁵³. Na perspectiva do Sr. João, a rivalidade entre os times estava envolta em interesses políticos determinantes para o comportamento dos envolvidos nesta questão. Souza (2008) coletou informações a respeito da criação dos times e também identificou esta conformidade estabelecida pelas memórias da qual falamos.

Existia o Vasco da Gama fundado por Padre João Marques Pereira e a origem do Flamengo deu-se porque Joca Lôpo era goleiro do Vasco, mas se desentendeu com Padre Marques e decidiu fundar o Flamengo. Convidou Dr. Otacílio Cordeiro que era juiz de Direito da comarca de Serra Branca, por sinal muito católico. Por influência do Padre Marques Dr. Otacílio não aceitou. Nessa época Joca Lôpo havia se desentendido com o Dr. Inácio Antonino, mas Luiz Gonzaga de Holanda era secretário da prefeitura de São

¹⁵³ Na sua entrevista, o Sr. João relata que já era torcedor do Flamengo carioca quando resolveu fundar o time local com a mesma denominação.

João do Cariri e amigo de Joca Lôpo, então Joca pediu para Luiz Gonzaga falar com Dr. Inácio Antonino que aceitou fazer as pazes e marcou uma reunião na casa do Sr. Francisco Moreira (SOUZA, 2008, p. 40).

Analizando estes trechos, confirmamos um consenso entre os moradores quanto à constituição dos times de futebol do Vasco e do Flamengo. Um dado comum foi a relação entre a criação do Flamengo e o surgimento de uma banda de música. Outro elemento que perpassa esses discursos é a presença dos conflitos políticos locais. Ficou nítida a influência das famílias em “guerra” no campo político na estruturação dos times. Portanto, além de lazer, o futebol encobria aspectos relacionados a determinados interesses políticos.

FOTO 20: Vasco da Gama de Serra Branca (década de 1960)



Acervo: Casa de Cultura João Marques Pereira

O Vasco da Gama de Serra Branca surgiu da paixão do padre João Marques pelo futebol, e especificamente pelo time carioca. O Sr. Severino recorda que o padrão da camisa do Vasco foi trazido por Antônio Gabriel, um antigo jogador que em passagem pelo Rio de Janeiro se encantou com a beleza da camisa. Em contato com o padre Marques para mostrar a tal camisa padrão, foi que se originou a ideia da criação do time. Os outros entrevistados, vale mencionar, não citaram este morador, Antônio Gabriel, nos seus depoimentos, apenas o Sr. Severino. De acordo com alguns entrevistados, padre Marques mantinha vínculos com a família Gaudêncio, originária de Serra Branca. Quando ele fundou o Vasco, portanto, levou essas relações para dentro do time, não é à toa que os depoentes também foram consensuais ao afirmarem que a interferência política sofrida pelo Vasco ao longo dos anos foi o que o levou à decadência.

Ao perceber que essa influência seria determinante para os rumos do time, o Sr. João Lôpo decidiu pela saída e pela fundação do time local do Flamengo. Para estruturar o

Flamengo, ele contou com o apoio do Sr. Luiz Gonzaga¹⁵⁴, um velho amigo que o reaproximou de Inácio Antonino¹⁵⁵, o então prefeito de São João do Cariri. Inácio Antonino, que era de Serra Branca, foi eleito prefeito de São João do Cariri como candidato da família Brito, que exercia influência no território de São João do Cariri e rivalizava com a família Gaudêncio, derrotando o candidato Álvaro Gaudêncio Filho nas eleições de 1959¹⁵⁶.

Essa conjuntura política, que envolvia a recente emancipação de Serra Branca e a disputa pela supremacia política na região do Cariri entre Brito e Gaudêncio, explica o fato do Dr. Otacílio Cordeiro, juiz de Serra Branca, ter voltado atrás na decisão de apoiar a fundação do Flamengo quando convidado para ser o presidente do time, uma vez que Serra Branca, em 1962 tinha como prefeito Manuel Gaudêncio Neto. A família Gaudêncio, por meio da influência do padre Marques junto ao juiz, garantiu que o Dr. Otacílio não assumisse a presidência do Flamengo.

Diante da necessidade de um nome distinto ou que tenha “certa condição” para assumir a presidência do time do Flamengo, como conta o Sr. Luiz Gonzaga, é que houve a articulação entre ele, que na época trabalhava em São João do Cariri e mantinha constante contato com o prefeito Inácio Antonino, e o Sr. João Lôpo. Desta articulação foi marcada uma reunião na residência do Sr. Francisco Moreira¹⁵⁷ e foi nela que o Sr. João Lôpo e Inácio Antonino se reconciliaram. Em um encontro subsequente é que houve a fundação do Flamengo, sendo firmado como presidente o Sr. Inácio Antonino e como secretário o Sr. Luiz Gonzaga de Holanda (SOUZA, 2008).

Inácio Antonino, além de ser a solução para o impasse do Flamengo, ainda possibilitou ao Sr. João Lôpo continuar desenvolvendo uma antiga paixão: a música, pois ele

¹⁵⁴ O Sr. Luiz relata que foi presidente do Vasco da Gama de Serra Branca, cargo que perdeu, dentre outros, quando discordou da candidatura de Juarez Maracajá à prefeitura de Serra Branca pelo grupo Gaudêncio. Isso ocorreu por que o Sr. Luiz acreditava que a candidatura tinha que ser erigida tendo como representante uma pessoa do próprio município, o que não era o caso do Sr. Maracajá, oriundo de Gurjão, município circunvizinho a Serra Branca. De acordo com o Sr. Luiz, em conversa com Álvaro Gaudêncio, este lhe revelou que a candidatura de Juarez Maracajá era conveniente aos interesses da família Gaudêncio, então no poder, pois ele serviria aos interesses desta família. Conforme Souza (2008), Juarez Maracajá foi prefeito de Serra Branca por dois mandatos: de 1973 a 1977 e de 1983 a 1988.

¹⁵⁵ O rompimento do Sr. João Lôpo com o Inácio Antonino se deu justamente por questões políticas. Isso ocorreu, provavelmente, no período em que o Sr. João Lôpo ainda mantinha boas relações com a família Gaudêncio e o Sr. Inácio era aliado político dos Brito. Inácio Antonino era oriundo de uma família da comunidade rural do Ligeiro, de Serra Branca. Sua escolha para disputar as eleições de 1959, como candidato dos Brito de São João do Cariri, se deveu às suas amplas relações com a população de Serra Branca, que ainda era distrito de São João do Cariri. Essa aliança aumentou as chances de uma vitória da família Brito, que, de fato, foi o que sucedeu. No entanto, neste mesmo ano, Serra Branca obteve sua emancipação. Seu primeiro prefeito eleito, foi Manuel Gaudêncio Neto.

¹⁵⁶ Para maiores detalhes sobre as disputas entre as famílias Brito e Gaudêncio em Serra Branca, consultar Moreira (2012).

¹⁵⁷ Francisco Moreira de Albuquerque foi um comerciante de algodão de Serra Branca. Entre 1951 e 1955 foi prefeito de São João do Cariri.

cedeu a este os instrumentos não utilizados em São João do Cariri para que fosse fundada uma banda em Serra Branca. Após a organização da banda – Banda Imaculada Conceição formada pelo Sr. João na década de 1960, Inácio Antonino conseguiu convencer o padre Marques a permitir que ela se apresentasse nas festas do município, o que foi aceito, de acordo com o Sr. Luiz Gonzaga.

No entanto, mais uma vez emergiram e prevaleceram os conflitos políticos, pois certos de que tocariam na festa da Padroeira, os integrantes da banda local foram surpreendidos pela presença de uma banda de outro município, na frente da igreja em uma festa de Nossa Senhora da Conceição¹⁵⁸. Isso novamente nos leva a ressaltar as relações conflituosas entre Inácio Antonino, alinhado aos Brito de São João do Cariri, e a família Gaudêncio no poder em Serra Branca ao longo da década de 1960¹⁵⁹.

Se considerarmos todo este contexto de desavenças políticas que perpassavam as relações entre o Sr. João Lôpo e o padre Marques, compreendemos a memória “magoada” do primeiro com relação ao segundo. O Sr. João Lôpo, em toda a sua entrevista, se refere ao padre Marques relatando suas experiências com um tom de ressentimento, embora sempre contornou a situação afirmando que as discórdias entre eles se limitavam à torcida por times diferentes, portanto, ao futebol. Se levarmos em conta a forma como este esporte em Serra Branca era usado como meio de provocação política, ao menos no episódio da fundação do Vasco e do Flamengo, fica claro como o futebol era frutífero em gerar motivos que desembocavam em conflitos abertamente declarados.

¹⁵⁸ O Sr. João Lôpo relatou uma ocasião em que durante a festa da Padroeira de Serra Branca, uma banda de Cabaceiras-PB foi convidada a se apresentar pelo padre João Marques. Este caso contado pelo Sr. Luiz Gonzaga se assemelha ao que o Sr. Lôpo mencionou anteriormente.

¹⁵⁹ Posteriormente, na década de 1970, Inácio Antonino rompeu com os Brito e aderiu à família Gaudêncio, indicando sua esposa, Terezinha Antonino, para vice-prefeita do candidato dos Gaudêncio em Serra Branca, Sr. Juarez Maracajá, em 1972.

FOTO 21: Flamengo de Serra Branca (foto s/d)



Acervo: Casa de Cultura João Marques Pereira

Retornando à discussão sobre os times Flamengo e Vasco de Serra Branca, enfatizando o aspecto esportivo (e não mais o político!), os ecos da rivalidade entre os dois times locais ainda ressoam quando as equipes cariocas se enfrentam na atualidade. Nas palavras do Sr. Severino Ramos,

O povo participava naquele tempo, Vasco e Flamengo. A briga era tão grande que um domingo um (?) fazia o jogo, no mesmo domingo, no mesmo horário, outro fazia noutro canto¹⁶⁰. Mas o povo, até as pessoas mais idosas ia pro campo. Lotava os estádios. Agora as intriga era grande. Era uma briga muito grande, mas, pelo menos, tinha muito futebol em Serra Branca. Hoje tem uns times aí, mas ainda é dividido Vasco e Flamengo aqui. Você vê que o Vasco foi campeão esse ano, até ontem houve carreata aqui em Serra Branca, né? O povo é apaixonado por futebol aqui ainda¹⁶¹ (Severino, 56 anos).

Notamos aqui o aspecto de socialização que os jogos promoviam, levando boa parte dos moradores a assistir as partidas. Os campos em que os times jogavam ainda existem no município e ambos são utilizados pela população para praticar o futebol hoje em dia. Não existiam, entretanto, estádios, precisamente, como possuem os clubes hoje que disputam os principais campeonatos do país: campo com gramado, vestuário, arquibancadas, área de imprensa, mas, simples campos de futebol afastados do centro da cidade, cheios de pequenas

¹⁶⁰ Os jogos em que os times do Vasco e do Flamengo enfrentavam equipes de fora ocorriam em alternância no município. Quando um jogava em um final de semana, o outro jogava no seguinte.

¹⁶¹ Como advertimos anteriormente, o aspecto saudosista prevalece nas memórias que não reconhecem a força dos atuais times do município. Isso ocorre, em parte, porque não há uma polarização entre dois times que dividem a população como acontecia com o Vasco e o Flamengo locais. A experiência que mais se aproximou dessa antiga disputa foi quando surgiram dois times, na primeira metade dos anos 1980: o Camaleão e o Boca Livre. Deste modo, a rivalidade não é tão marcante como era no passado. Por outro lado, é apontada a paixão, mencionada nas referências que usamos para refletir sobre a importância do futebol na sociedade brasileira de um modo geral.

pedras com uma lateral desmatada para abrigar tanto o restante das equipes quanto os torcedores.

Galeano (2009) a respeito dos estádios questiona e comenta: “Você já entrou, alguma vez, num estádio vazio? Experimente. Pare no meio do campo, e escute. Não há nada menos vazio que um estádio vazio. Não há nada menos mudo que as arquibancadas sem ninguém” (p. 26). Se pensarmos nos torcedores que frequentavam os campos nos dias de jogos, imaginamos a conversa e os palpites sobre o placar, as provocações entre torcedores rivais, as orientações gritadas na lateral do campo, os xingamentos contra os adversários, as reclamações com o juiz, enfim, toda a algazarra que está presente seja nos grandes estádios ou mesmo nos campos de várzea. Assim sendo, os campos do Vasco e do Flamengo de Serra Branca têm memória, esta memória que abriga as partidas vitoriosas e derrotadas de ambos os times.

FOTO 22: Fachada do Estádio Wamberto Torreão/Campo do Flamengo



Acervo: Fabiolla Lemos (14/12/2011)

FOTO 23: Campo do Flamengo de Serra Branca



Acervo: Fabiolla Lemos (14/12/2011)

A respeito do campo do Flamengo, o Sr. João Lôpo explicou como foi feita sua aquisição. As fotografias, embora não sejam do período, nos ajudam a ilustrar a situação

precária dos campos. Podemos, inclusive, compararmos com as fotografias mais antigas que encontramos e veremos que o gramado inexistia, tendo seu lugar ocupado por terra e pedras.

O campo do Flamengo foi comprado. Ali era um terreno da mãe de Zequinha, que morreu, dona Mariquinha. Ai doutor Inácio disse: “Vamos fazer uma festa e comprar aquele campo, aquele terreno ali, pra fazer o campo”. (?) se eu não me engano, aquele terreno foi 600 cruzeiros¹⁶² na época. Compramos e fizemos o campo do Flamengo, depois que fizemos o campo do Flamengo, foi aí que o Flamengo subiu. E era jogo todo domingo, e eles todo aperreado doido pra derrubar, mas não tiveram jeito não; e continua ainda aí. A raça pura do Flamengo ainda mostrando o que temos (João Lôpo, 80 anos).

Além do apadrinhamento na criação, assumindo a função de presidente do Flamengo, o Sr. Inácio Antonino, na lembrança do Sr. João, demonstrava ter muito interesse em fazer com que o time crescesse e tivesse uma infraestrutura mínima para seus treinos. Exemplo disso foi a sugestão para a compra de um terreno para o campo. Como afirma o depoente, isso estimulou o time que começou a ascender no futebol local, acirrando a rivalidade entre vascaínos e flamenguistas no município.

Vale salientar que o campo ao qual se refere o Sr. João Lôpo, é o mesmo Estádio Wamberto Torreão da fotografia mais recente. O Sr. Severino informa que o primeiro campo do Flamengo era situado dentro da cidade e foi sendo deslocado devido ao surgimento e/ou crescimento das ruas. Mais recentemente é que Wamberto Torreão, um ex-presidente do time, comprou este terreno no bairro do Pilão, onde instalou o atual campo do Flamengo.

Já o campo do Vasco esteve localizado desde seu surgimento no bairro dos “Pereiros”, onde ainda se encontra. De acordo com o Sr. Severino, as terras em torno dos atuais clube e campo do Vasco tinham como proprietário o Sr. Leidson da Silva, um dos envolvidos na criação e na gestão do Vasco e sucessor do padre Marques à frente do time. Com a morte do padre, Leidson passou a ser o dono de todos os bens por ele deixados¹⁶³. Ambos os campos estão em funcionamento atualmente. Nos domingos são realizados jogos entre times

¹⁶² O Cruzeiro (Cr\$) foi uma moeda que integrou o sistema monetário brasileiro em diferentes períodos ao longo do século XX. Para ver mais detalhes, consultar página do Banco Central do Brasil: <<http://www.bcb.gov.br/?CEDMOEBR>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

¹⁶³ O espólio do padre Marques é motivo de discussão e polêmica entre alguns moradores. O Sr. João Lôpo se orgulha da coragem de afirmar que uma manobra levou as propriedades da Igreja para as mãos de Leidson, que foi criado pelo Pe. Marques. Ele garante que as posses do padre Marques, na realidade, eram da Igreja. “(...) mas tudo era da igreja, o que eu sei dizer é isso, tudo o que tinha ali, todo mundo sabia que tudo isso pertencia à igreja, eu falei até na igreja isso e me disseram: ‘Tu é doido?’ [Sr. João]: ‘Doido por que?’ [Anônimo]: ‘Tu tem coragem de dizer isso?’ [Sr. João]: ‘Coragem eu tenho e muita e inclusive eu disse’. Aí os Gaudêncio, politiqueiro nojento, tomou o que era da igreja pra entregar a Leidson, eu digo e continuo dizendo mesmo” (João Lôpo, 80 anos). Como vimos, novamente volta a surgir a discussão sobre a interferência das famílias (chefes políticos) locais em assuntos para além da política estritamente. Além disso, esta questão da herança do padre e dos bens da Igreja é muito polêmica no município, o que gera bastante silêncio entre os moradores que viveram no período, sendo o Sr. João, o único a fazer declarações sobre o fato.

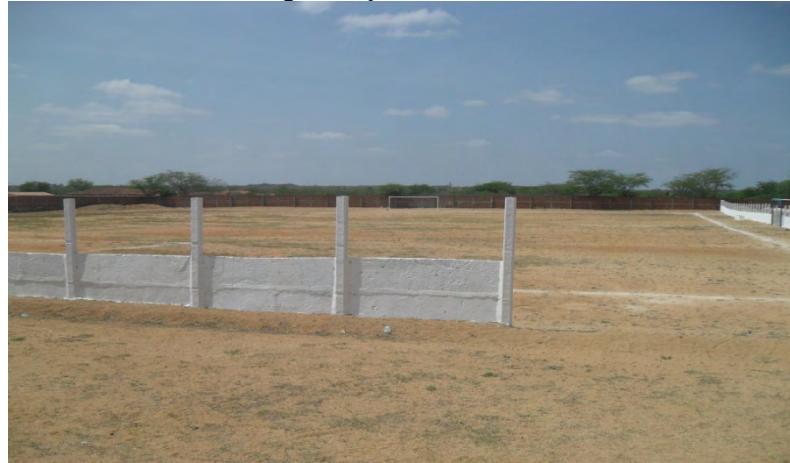
locais/locais e locais/visitantes; e durante a semana também são frequentados pela população para a prática do futebol.

FOTO 24: Estádio Municipal José Valter Carvalho Gomes
(Antigo campo do Vasco de Serra Branca-PB)



Acervo: Fabiolla Lemos (22/07/2012)

FOTO 25: Antigo campo do Vasco de Serra Branca



Acervo: Fabiolla Lemos (22/07/2012)

O Sr. Severino expressa, ainda, que os times atuais não movimentam nem empolgam a comunidade como os de antigamente. Ao contrário da paixão pelo esporte e as lembranças das disputas entre Vasco e Flamengo em Serra Branca, que continuam fortes, uma prova disso, foi a carreata e as comemorações ao título da Copa do Brasil de 2011, conquistado pelo Vasco da Gama carioca no jogo final com o Coritiba no estádio Couto Pereira, na capital paranaense. Além disso, avistamos bandeiras nas ruas e camisas nas casas na nossa primeira viagem ao município, um dia após essa final. Imaginamos que isso deve ter ocorrido por todo o país, mas em Serra Branca ganha contornos especiais devido a existência singular das versões locais desses times.

Então, naquele tempo, o povo gosta muito de Vasco e Flamengo por causa dessa (?). Você veja, até o padre, o padre, como eu lhe disse, até na missa ele às vezes falava de futebol, né? (...) Tem uns... pelada por aí, a seleção de Serra Branca, o povo gosta, mas não era como naquela época. Quando eu era novo na própria praça, ao lado da difusora, quando tinha jogo do Vasco, o pessoal vinha mais de Campina Grande. A gente ligava a difusora até meia-noite, até meio-dia, esperando o time de Campina Grande. Isso quando o time chegava era muita gente na praça, tinha um bingo antes, né? As pessoas quando chegavam já tinha... as torcida do Vasco já tinha os nome das pessoas que iam almoçar na casa do pessoal. Quer dizer, a gente não tinha despesa com isso, né? Eu levava dois lá pra casa, outra pessoa levava um, então era, todo mundo organizava, e o povo fazia questão, até minha mãe e meu pai, já idosos, ia pro campo torcer (Severino, 56 anos).

Alguns aspectos dos dias de jogo são apontados pelo depoente. Além de promover a socialização dos moradores, jogadores e visitantes, o futebol criava uma espécie de rede solidária entre os envolvidos com os times. O Sr. Severino lembra dos bingos e das transmissões dos jogos via difusora para a população que não ia aos campos e recorda também do suporte que os próprios presidentes e jogadores davam aos times visitantes, recebendo-os nas suas casas, oferecendo comida e abrigo nos dias das partidas. O Sr. Paulo e D. Margarida também aludiram esta prática.

Ah! O dia do jogo naquele tempo era muito... diferente. Eles... pra não ter muita despesa, eles pegava cada jogador, levava duas pessoas pra sua casa. (?) eu trazia dois pra minha (...) então distribuía em toda casa 2 ou 3 ou... as diretoria. Lá na casa mesmo do presidente do Vasco levava, do Flamengo também. Então se reunia assim pra não ter a despesa. Eles pagavam só o ônibus. Então tinha a taxa que eles pagavam no campo, né? Todo mundo pagava suas taxazinha. Claro que naquele tempo era pouco dinheiro também (Paulo, 70 anos).

Faz 18 anos que ele morreu. Morreu com 59 anos, morreu novo. Mas... a gente tinha uma sorveteria, tinha um bar aí na esquina, aí vinha os time de Campina. Lá em casa, vizinho lá em casa tinha um salão grande, pronto, a gente fazia a comida dos jogadores tudo lá. Eles comia aí. Tudo. Eu trabalhava muito. Me acabei de saúde, tudo, trabalhando demais (Margarida, 81 anos).

Nos três trechos dessas entrevistas, os depoentes tentam demonstrar como eram os dias de jogos, que geralmente aconteciam aos domingos, ressaltando a mobilização dos jogadores e dirigentes dos clubes para organizarem os jogos com times de outros municípios, principalmente de Campina Grande. Esses times eram convidados para jogarem com os times locais e eram acolhidos nas casas dos jogadores e dirigentes, como explicaram os entrevistados, para reduzir os custos das viagens e garantir que os jogos acontecessem. Mais do que a mobilização dos times, vimos que à população em geral se aglomerava para esperar

os times na praça principal ao som da difusora¹⁶⁴ e assistirem/ouvirem as partidas. No caso de D. Margarida, sua memória evoca a **morte** do marido e o **trabalho**, ou melhor, o cansaço que resultou dele. Ela confessa que tanto trabalho ao lado do marido ao longo da vida levou-a a uma velhice pouco saudável, e faz questão de relatar como o marido era dedicado ao time do Vasco, o que ultrapassava, inclusive, as meras relações com os jogadores e adentrando o espaço da vida privada destes.

Ele era muito cuidadoso. Se, se tinha uma mulher de um jogador pra ganhar neném, aqui não tinha hospital¹⁶⁵, não tinha nada, né? ele mandava eu ir na farmácia, trazia uma bolsinha, aquelas bolsinha com, com, com um... bolsinha branca, a farmácia dava com tudo que precisasse, qualquer... na hora do parto, né? e (?) vinha as parteira, né? na hora que (?) essas parteira... (...) Aí vinha e fazia o parto em casa, né? Aí tinha de tudo ali, tudo que precisasse tinha. (...) Tudo. Eu dizia assim “Se fosse no meu tu não ajeitava, só ajeita pras mulher dos outro”, que o cuidado dele era (?), era muito cuidadoso. Era bom demais (Margarida, 81 anos).

D. Margarida além de apresentar a precariedade das condições da saúde em Serra Branca, salienta a atenção dada pelo marido às famílias dos jogadores do Vasco. Em diversos momentos de sua entrevista ela procurou reafirmar este aspecto de bondade do Sr. Leidson. Temos que considerar também as relações interpessoais que se desenvolvem em municípios pequenos, especialmente há décadas atrás. Nos municípios interioranos as pessoas constroem laços que engendram uma proximidade, um contato mais íntimo que resvala no espaço privado.

A visita a qualquer hora dos vizinhos, o sentar na calçada, os recados por outrem, as compras no fiado configuram um modo de vida que não está presente nas grandes cidades, de um modo geral. Hoje, principalmente, tempo em que reina a desconfiança e a insegurança, é incomum que essas práticas ainda persistam. Isso ajuda a entender e explicar a proximidade e a confiança que, em recíproca, eram dadas ao Sr. Leidson pelas famílias. Na ausência do

¹⁶⁴ Trata-se da difusora “Voz Católica”, criada e mantida pelo padre João Marques com o auxílio de Luís Gonçalves e do Sr. Severino Ramos.

¹⁶⁵ De acordo com Souza (2008), antes dos hospitais serem fundados em Serra Branca, existiam farmácias que funcionavam para atender às demandas da população por saúde. Entre as pessoas que exerciam a função de acolher os enfermos na primeira metade do século XX, estavam: Horácio Lins, Antonio Luiz, Abel Pereira e João Lôpo e Araújo. Havia, portanto, uma hegemonia masculina no tocante ao que podemos chamar de atividade médica. Estes homens, na ausência médica, examinavam, diagnosticavam e prescreviam medicamentos para os doentes que os procuravam. Por outro lado, as mulheres também exerciam uma importante função nesse “sistema de saúde”, sendo as responsáveis pelos partos: as parteiras. Ou seja, havia uma divisão de atribuições quanto aos cuidados com a saúde dos moradores. A função de parteira pertencer predominante às mulheres, em parte, se deve ao fato de que elas são parturientes, e isso exige uma certa violação da intimidade feminina (no parto), o que é mais aceitável quando feito por outra mulher, em uma sociedade que ainda não dispunha de um sistema de saúde mais complexo em que imperasse as regras do saber médico institucionalizado. Isso fica bem expresso no próprio trecho de D. Margarida.

poder público, infiltram-se outras instituições/grupos/pessoas para suprir certas carências da população.

Com relação aos clubes, o Sr. Severino observa as melhores condições de que dispõe, atualmente, o clube do Flamengo, que, na sua opinião, poderia retomar o time de futebol. Ao contrário dos dirigentes do clube do Vasco que, impotentes, viram o clube ruir. O Sr. Paulo, lembrando dos antigos times, explicita que o time do Flamengo era mais elitista, mais organizado e, por conta disso, seu clube era mais bem estruturado.

FOTO 26: Clube social do antigo time do Flamengo de Serra Branca



Acervo: Fabiolla Lemos (14/12/2011)

FOTO 27: Área interna do clube social do Flamengo de Serra Branca



Acervo: Fonte: Fabiolla Lemos (14/12/2011)

Ainda a respeito dos clubes, escutamos uma história bastante intrigante. O campo do Flamengo foi obra do presidente Wamberto Torreão, mas vem sendo ampliado ao longo dos anos pelas sucessivas direções do clube. Enquanto o clube do Vasco, cuja torcida era “muito pobre, mas que fez uma campanha muito grande” foi construído com a ajuda da população de

diferentes maneiras. Cada morador doou o que pôde. Cal, telhas, cimento, dia de serviço, dinheiro. Tudo doações que levantaram as paredes e o orgulho dos moradores. O clube do Vasco é tido como parte do patrimônio local, ele pertence à população, que lamenta o estado em que o clube se encontra.

FOTO 28: Clube social do time de futebol do Vasco da Gama de Serra Branca



Acervo: Fabiolla Lemos (11/06/2011)

FOTO 29: Área interna do clube social do Vasco da Gama de Serra Branca



Acervo: Fabiolla Lemos (14/12/2011)

Mais recentemente, esse clube esteve envolvido em uma questão judicial¹⁶⁶. De acordo com o Sr. Severino, o clube do Vasco foi alvo de disputas na justiça porque foi apropriado indevidamente por um morador que administrava o bar e permaneceu por mais de dez anos como responsável por cuidar do clube. Este morador passou, então, a fazer uso indevido, alterando a estrutura do clube, derrubando paredes, vendendo telhas e madeira, o que fez com que a população se organizasse para lutar e assegurar que o clube fosse mantido como

¹⁶⁶ Tivemos acesso a sentença judicial da ação de reintegração de posse da Sociedade Recreativa Vasco da Gama, assinada pela juíza da Comarca de Serra Branca, em 2006.

patrimônio público. Em resposta, o referido morador passou a exigir uma alta quantia como indenização. Sobre este caso, o Sr. Severino relata,

Nesse tempo foi pra Justiça, infelizmente, passou três anos, a juíza daqui emperrando a coisa, ele derrubava uma parede, tirava, a gente tirava foto, mandava pro advogado entregar e a juíz, a Justiça é assim mesmo injusta. Passou três anos pra poder a ju, ela julgar a ação, foi preciso Geraldo Cantalice, que era, tomava conta, né? morreu até do coração, o povo diz que foi até por causa de tanta preocupação com o Vasco (...) Mas nós ganhamo a questão, foi pro tribunal e nós ganhamo, e de lá pra cá, Geraldo morreu, eu comecei a tomar conta, querendo uma... ele vendeu todas as telhas, madeira, hoje, só uma parte de onde o povo bebe é coberta (Severino, 56 anos).

Para assegurar o ganho de causa, ele ainda apresenta a estratégia utilizada pelos moradores: “Pra se ganhar a questão foi justamente, nós botamo o pessoal que assinou dando um saco de cimento, um dia de serviço, um cimento, um cal, pra Justiça ver que realmente foi o povo que fez e não chegar qualquer um lá e dizer que é dono, né?” (Severino, 56 anos).

Em outro momento, ele afirma que, ao contrário do Flamengo, o Vasco foi “contaminado” pela política partidária local. No seu entendimento, a não intervenção da política foi a causa que permitiu ao Flamengo o desenvolvimento de uma estrutura mais consistente, seja nas questões físicas do clube ou nas administrativas.

O Flamengo tem uma diretoria, sempre é através de diretoria. Hoje é Lindoberto, que é o contador aqui, é o presidente. Foi eleito um dia desse. E todos os presidentes que entram lá se dão bem, dão bem assim, o clube se dá bem porque eles fazem mesmo, as festas são grandes, tem sócios, nós... e no Vasco tem uns 500 sócios. Claro que depois desses anos todinho o povo nem pagou e tá desorganizado, as carteirinha tá tudo velha, mas se fosse pra renovar, o pessoal vive cobrando muito, mas falta estrutura no clube, né? Pra poder a gente começar tudo de novo (Severino, 56 anos).

O Sr. Paulo também destaca essa questão da intervenção política, quando explica a causa do time do Vasco e do clube terem se deteriorado: “acho que o Vasco foi a política, se infiltrou muita política lá dentro (...).” No entanto, nem um dos dois depoentes, embora, questionados, esclareceram de forma nítida, como foi esse processo de desgaste do Vasco que levou, inclusive a uma questão judicial. Ambos deram explicações evasivas e inconclusivas¹⁶⁷, como o Sr. João Lôpo, que relata o declínio do clube do Vasco, explicando que

¹⁶⁷ Um nome citado pelos depoentes ainda sobre essa questão foi o do ex-deputado Álvaro Gaudêncio, que como já mencionamos em outros momentos, pertencia a uma das famílias que disputavam a liderança política na região. O ex-deputado citado procedeu Leidson da Silva na direção do Vasco, de acordo com o Sr. Paulo e o Sr. Severino. A questão judicial do clube foi motivada depois que este administrador designou uma pessoa para zelar o clube. Esta pessoa designada é que foi o responsável pela degradação do clube vascaíno. Também é

(...) entregaram o Vasco aos Gaudêncio [Álvaro], na época foi prefeito aqui e era politicagem grande e eu nunca quis política. Quando eu fundei o Flamengo eu mandei puxar uma reunião na ata que era um clube apolítico, nem o cheiro de política eu gosto (João Lôpo, 80 anos).

Outra questão interessante quanto aos times, trata dos enfrentamentos entre eles. Questionados sobre as relações entre Vasco e Flamengo, os entrevistados assinalaram alguns indícios que configuram uma relação conflituosa entre eles. O Sr. Paulo afirma que os dirigentes dos times, quando era jogador, não se falavam – Leidson e Joca Lôpo – e que isso afetou inclusive as oportunidades de enfrentamento entre os times¹⁶⁸. Flamengo e Vasco, de acordo com o Sr. Paulo, nunca jogaram entre si devido aos desentendimentos entre seus dirigentes.

O Sr. Severino assegura que “Jogaram entre si, várias vezes, por sinal, Vasco ganhou quase todas”. E prossegue afirmando que o Flamengo sempre queria a revanche, mas havia receio diante da possibilidade de brigas entre os times e torcedores. Dona Margarida confirma que os times se enfrentavam, afirmando que eles “Jogavam muito entre um e outro, não sabe. Jogava. Era. Sempre o meu marido era o juiz, né? Sempre, sempre o Vasco levava vantagem. Você sabe...”.

O Sr. João Lôpo também abordou a questão dos enfrentamentos entre os dois times, contudo, ele já apresenta outra versão quanto aos resultados dos jogos. Afirma que eles ocorreram de fato, mas que o Flamengo é que sempre vencia.

Porque o presidente do Vasco, Padre Marques, não queria jogo com o Flamengo. Os jogadores queriam o jogo, mas ele não queria não, pra não perder pra gente. (...) Depois de muitos anos, quando mudou a direção e padre Marques afastou-se aí a outra turma entrou e a gente marcou o jogo, jogamos uma partida, goleamos por 5x1, parece, se não me engano, aí pararam os jogos (João Lôpo, 80 anos).

Confrontando os relatos sobre os jogos uma curiosa situação se desenha. Como vimos nos trechos acima, os depoentes elaboram diferentes versões acerca dos jogos entre Vasco e Flamengo. Ora o Vasco é mais vitorioso, ora o Flamengo ganha de goleada, ora os times nem chegaram a se enfrentar. Essa pluralidade é uma característica dos relatos de memória quando confrontados, o que ao contrário do que se poderia pensar, não se configura como limite das fontes orais, pelo contrário, pensamos que isso demonstra as potencialidades do trabalho com as memórias.

preciso mencionar o rompimento das relações entre o Sr. Leidson e os Gaudêncio nesse contexto da crise do Vasco.

¹⁶⁸ Os jogos ocorriam principalmente com equipes de Campina Grande, embora times dos municípios mais próximos também participassem dos jogos. Além desses, existiam os demais times locais.

Esses trechos retratam o fato de que a memória não é mero depósito de lembranças do passado, ela possui um caráter ativo, é elaboração de referências do passado que tem por base a diversidade de experiências dos sujeitos e grupos sociais. Como a memória está assentada no presente, ela é marcada ainda pela constante tensão entre o lembrar e o esquecer, que vão se alterando pelo mecanismo da seletividade necessário à vida. Analisando as diferenças nas observações a respeito de um mesmo fato em seu estudo, Bosi (2007) comenta que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. E continua,

Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado (p. 413).

Deste modo, podemos concluir que os depoentes que falaram a respeito dos jogos, o fizeram segundo suas experiências pessoais com os times. Os torcedores do Vasco afirmam a supremacia vascaína, e os flamenguistas fazem o mesmo. Ambos revelam seus desejos de que se perpetue uma memória sobre seus respectivos times como sendo os campeões, apresentando, ainda, os aspectos de seletividade, subjetividade e afetividade presentes nos relatos de memória, afinal, como diria Nelson Rodrigues, “Quem ganha e perde nas partidas é a alma”. O que une essa diversidade, sem dúvida, é justamente o apreço pelo futebol.

Se, nas memórias, as rivalidades entre Vasco e Flamengo são tão marcantes, o Sr. Paulo, contudo, informa que elas ficavam restritas às direções¹⁶⁹ e que o clima entre os jogadores de cada time era bastante tranquilo.

Os jogadores eram tudo amigo, por. Quando era fim de ano a gente reunia os times todos, aí com outros nome, Palmeira, Remo. Aí ficava assim, mas nunca chegou a brigar, jogador era tudo amigo, ia pra festa. Tinha festa no Vasco a gente ia e tinha no Flamengo, eles vinha. Nunca teve diferença de atleta não (Paulo, 70 anos).

Vejamos, todavia, que as reuniões entre os jogadores dos dois times só aconteciam mediante a troca dos nomes dos times. Em outro trecho, ele ainda explica que, por exemplo, nos jogos do Vasco, os torcedores do Flamengo iam para “criticar” ou mesmo fazer “piléria”, e o contrário também ocorria nos jogos do Flamengo, mas não havia despeito, reitera. A amizade entre os jogadores ficava preservada.

¹⁶⁹ Acreditamos que é uma referência direta à indisposição que existia entre os Srs. Leidson e João Lôpo já aludidos, antigos presidentes do Vasco e do Flamengo, respectivamente.

Mesmo que, de modo geral, os jogadores dos times conseguissem manter as amizades, existiam alguns momentos de exceção à convivência pacífica. Indagado sobre a existência de torcedores mais fervorosos, o Sr. Paulo responde,

Tinha. Tanto, tanto torcedor como jogador. Tinha cara que num chegava nem no campo do Vasco porque não gostava do time. E a mesma coisa deles também lá. E então teve jogador do Vasco que nunca jogou no Flamengo. Agora tem uma turma aqui que jogou. Eu e mais 5 ou 6 saímos do Vasco e viemos tudo pro Flamengo. Teve um tempo que o Flamengo chegou a ficar melhor, né? porque quase os melhores jogadores vieram tudim pra o Flamengo, aí (?). Agora o Flamengo era porque é assim, é mais elite, o clube era mais organizado. A elite mais, como se diz, da cidade fazia parte do Flamengo. Vasco também tinha o clube dele, tinha as festas, mas a elite mesmo, famosa, era do Flamengo. Era o time melhor (Paulo, 70 anos).

Pelo trecho acima, percebemos que a tranquilidade entre os jogadores não era constante. A contradição se faz presente no depoimento do Sr. Paulo, uma vez que, primeiro, ele afirma que não havia despeito entre os jogadores, isso era característica da torcida e das direções dos times. Logo em seguida, porém, ele confessa que a rivalidade também era traço do comportamento dos jogadores e que existiam aqueles que nunca saíram de um time e jogaram pelo outro, como foi seu caso. Percebemos, portanto, que embora o Sr. Paulo negue a existência da rivalidade entre os jogadores, restringindo-a às direções dos times em alguns momentos, ela era uma característica real deste período, o que nos leva novamente à consideração de que é típico da memória a anulação de conflitos, como elemento apaziguador e definidor do passado como um tempo melhor com relação a determinadas experiências.

Outro elemento importante é a migração entre os dois clubes, sujeita à pena para os que ousassem fazê-la. A mudança de time realizada por alguns jogadores, que saíram do Vasco e foram para o Flamengo (ou vice-versa), sugere que os times não ofereciam recursos para que os jogadores mantivessem suas subsistências e de suas famílias, satisfatoriamente, sobretudo o do Vasco, time com escassez de recursos e uma estrutura administrativa mais sensível que o Flamengo. Existia algum investimento, mesmo que parco, destinado aos times, mas não havia pagamento de salários aos jogadores, que exerciam outras atividades profissionais.

O time do Flamengo, por sua vez, conseguiu montar uma equipe mais forte e ofensiva, como conta o Sr. Paulo, recorrendo aos jogadores do rival Vasco em 1963. Este era um time que recebia mais investimentos que o Vasco porque tinha como mantenedores a elite local. A respeito dessa questão, a repercussão junto à população quando da sua saída do Vasco para o Flamengo, foi de reprovação. Ele mesmo comenta,

Ave Maria! Era demais. Quando foi pra eu sair mesmo foi uma crítica danada, que disseram que ele¹⁷⁰ tinha ofertado dinheiro e tudo, e tudo. E tinha um jogo aqui e eu ia jogar e na última hora, quando souberam que eu ia pro Flamengo, aí não aceitaram mais que jogasse, sabe. Aí eu entreguei as chuteira e voltei, fiquei no Flamengo. Mas era amigo do presidente¹⁷¹ de lá, ia no bar dele, tudo. Nunca teve problema não. (?) saia assim, cada um criticava, mas a torcida, né? Ficava falando que “Caba é fraco, saiu do time pro outro” muito tempo. Mas é porque teve uma época que saiu bem uns cinco, aí não tinha como eles criticar porque foi... (Paulo, 70 anos).

Outra vez a rivalidade entre as equipes de futebol emerge, desbancando a perspectiva de tranquilidade e harmonia inicialmente apontada como característica das relações entre os times. Além disso, também notamos o tratamento dispensado a quem mudava de time: acusação e desconfiança. Tendo recusada sua participação no jogo, restou ao Sr. Paulo, portanto, integrar a equipe flamenguista. Ele confessa ainda que, para ele, por um lado, a proposta foi interessante porque ele havia se casado há pouco tempo, por outro, a quantia ofertada era uma mixaria que não dava para manter sua sobrevivência, por isso, os jogadores exerciam atividades profissionais diferentes do futebol, como no caso deste ex jogador que foi funcionário público e pintor, dentre outras funções. Isso reforça o amadorismo do futebol em Serra Branca. Lembremos também que este depoente foi um jogador de vida longa¹⁷², tendo inclusive passado por times de outros municípios como já mencionamos.

Neste sentido, reforçamos que o futebol em Serra Branca se caracterizava como prática de lazer, como amadorismo e não uma atividade profissional, como fica nítido na citação do depoente. O que emerge disso é a discussão sobre a intervenção do fator econômico/financeiro no esporte, o que é compreensível se considerarmos que não havia condições de sobrevivência para os jogadores de futebol sem que desempenhassem outras atividades, uma vez que os times não pagavam salários satisfatórios aos seus membros¹⁷³, davam apenas alguma assistência.

O “apito” do Sr. Leidson, presidente do Vasco, também foi lembrado pelo Sr. Paulo. Nos jogos do “seu” time, Leidson era o árbitro das partidas, função que executava com bastante vigor e, ao que parece, sempre tendendo a favorecer o Vasco, sendo, portanto, “o

¹⁷⁰ Referência a Wamberto Torreão, então diretor do Flamengo. O Sr. Paulo conta que recebeu oferta de aluguel de casa bem como dinheiro para integrar esta equipe.

¹⁷¹ Sr. Leidson da Silva, presidente do Vasco.

¹⁷² De acordo com o Sr. Paulo, quando ele parou de jogar futebol já tinha mais de cinquenta anos, por volta do início dos anos 2000. E afirma que isso ocorreu porque teve problemas com o joelho.

¹⁷³ Esse fator econômico perpassando as decisões no futebol está presente sobretudo nos times atuais por todo o mundo. Este esporte deixou de ser praticado como lazer para adquirir o caráter de mercadoria, e bastante lucrativa! É só pensarmos nas quantias milionárias que envolvem a venda de passes dos jogadores hoje em dia no futebol profissional, especialmente aqueles que se destacam nos grandes clubes mundiais.

abominável tirano que exerce sua ditadura sem oposição possível” (Galeano, 2009), como narra o Sr. Paulo.

O marido de D. Margarida. E ele era quem (?) crítica. Até Humberto de Campo¹⁷⁴, aquele locutor famoso... Quando vinha um timezinho praqui, ele trouxe aqui o Nacional de Zezé. Aí nesse dia houve três pênalti, que o time dele era bom mesmo. Quando ele... sobrava daquele jogador de Campina, ele trazia pra ver se dava no Vasco aqui. Nesse tempo eu ainda jogava lá no Vasco. Aí Humberto de Campos veio com o time chamado... Nacional de Zezé. E ele era o goleiro. Aí eu fui, jogo duro danado. Eles com 13 minuto fizeram 3 a 0 no, no Vasco, porque um time pra fazer gol no Vasco era difícil. Aí eles fizeram 3 a 0. Aí Leidson marcou 3 pênalti. Aí eu era quem batia, que eu era o capitão da equipe, aí bati. Teve uma que o, o caba disse uma crítica que disse: “Mas, rapaz, deixe”, que tinha, que eu tinha, que o juiz tinha dito: “Não, deixa que o outro você bate”. Quer dizer que ele já sabia que ia marcar outro pênalti, sabe. Aí isso foi uma polêmica muito grande. Toda vez ele tava em Campina, aí dizia: “É... time fulano de tal, vamo dizer Palmeira ou qualquer um, vai pra Serra Branca, lá é muito bom, atende a gente muito bem, o homem da sorveteria [Leidson] é muito agradável, mas quando chega no campo não tem quem ganhe de ‘seu’ Leidson apitando”. Eles fez muito aqui, depois ele... tinha Valter, um genro dele que jogava, era amigo deles lá, aí ele foi deixando de falar e... aí foi o tempo que morreu, aí ele deixou, né? Até antes dele morrer, quando falava em Serra Branca, que vinha um time, ele dizia isso. Passou muitos anos contando essa história porque o time pra ganhar ali era difícil mesmo, porque ele... quando ele via que o jogador era muito perigoso, ele não... deixava ele penetrar na área não. Aí teve essa fama de... (Paulo, 70 anos).

O Sr. Leidson tratava sempre de criar uma situação que favorecesse o Vasco, principalmente, diante de adversários perigosos, por isso era o juiz das partidas, cujo trabalho era *se fazer odiar*. O Sr. Paulo, ao narrar a situação acima, não concluiu seu raciocínio, embora o tenha deixado claro: Leidson tinha a fama de... *juiz ladrão*, como qualquer outro juiz de futebol, que na perspectiva de Galeano (2009), é uma figura sinistra.

Ninguém corre mais que ele. É o único obrigado a correr o tempo todo. Este intruso que ofega sem descanso entre os vinte e dois jogadores galopa como um cavalo, e a recompensa por tanto sacrifício é a multidão que exige sua cabeça. Do princípio ao fim de cada partida, suando em bicas, o árbitro é obrigado a seguir a bola branca que vai e vem entre os pés alheios. É evidente que adoraria brincar com ela, mas nunca essa graça lhe foi concedida. Quando a bola, por acidente, bate em seu corpo, todo o público lembra de sua mãe. E, no entanto, pelo simples fato de estar ali, no sagrado espaço verde onde a bola gira e volta, ele agüenta insultos, vaias, pedradas e maldições (p. 17-18).

Às críticas e acusações, o Sr. Paulo recorda que o juiz Leidson respondia com muita prontidão e bom humor que os times visitantes iam para Serra Branca jogar, tinham comida e

¹⁷⁴ Jornalista, comentarista e colunista esportivo de Campina Grande. Morreu aos 65 anos, em 2006.

acolhida e arranjavam namoradas, por isso, não podiam, além disso, ganhar os jogos! Desta forma, era realmente difícil vencer o Vasco jogando em casa e com o treinador como árbitro.

FOTO 30: Times do Vasco da Gama e do Serra Branca Esporte Clube (foto s/d)¹⁷⁵



Acervo: Foto gentilmente cedida por Margarida Antonino da Silva

A propósito dos dias de jogos – os domingos – o Sr. Paulo nos contou como era o desenrolar das atividades. Lembramos, entretanto que a prática do futebol não acontecia apenas nos dias de domingo. As “peladas” ocorriam com frequência, mesmo durante a semana. No entanto, como evento no município que reunia a população, os jogos eram organizados aos domingos entre os times locais e/ou entre estes e os visitantes. Entendemos que esta prática tinha uma importante função de socialização no município e ela envolvia não apenas a comunidade local, mas também seus visitantes.

O Sr. Paulo também menciona as alas femininas que acompanhavam os times, carregando suas bandeiras. Esta ala era formada por um grupo de jovens moças do município, remetendo à participação das mulheres no futebol na prática do futebol, como frequentadoras dos campos e das torcidas.

A ala feminina tinha seus traje igual ao Flamengo, né? Calça cumprida negra e a camisa rubro negra, tinha o estandarte que entrava com eles. Então, a ala feminina, quem primeiro fez foi o Flamengo. Aí depois o Vasco fez uma também, do mesmo jeito, com aquelas jovens que tinha aqui. Aí pegaram só pra entrar com o time em campo, sabe? Elas iam pra lá e nós ficava formado lá, elas pegava os jogador, tanto do time da gente como os visitante que

¹⁷⁵ Legenda da foto: “Este é o quadro do S.B.F.C. [Serra Branca Futebol Clube] que foi derrotado pelo o Vasco de Serra Branca pelo (?) de 3x0”. Na foto ainda estão escritos os nomes dos jogadores que participaram da partida. Conseguimos identificar apenas alguns. Da esquerda para direita, em pé - *Vasco*: Didi (2º); Evaldo (3º); Luiz (6º); Paulo (9º); Son (10º) e Bazolina (11º). Da esquerda para direita, sentados – *S.B.F.C.*: Dida (7º); Bidão (8º); Gilvan (9º) e Valter (11º). Os demais não conseguimos identificar. Dida e Valter foram dois jogadores reconhecidos como “craques” pelo Sr. Paulo, já mencionados em outro momento. Apesar do comprometimento da qualidade da fotografia, acreditamos na importância de inseri-la devido a identificação das pessoas presentes nela.

vinha. Também elas entrava com eles. Cada uma entrava. Era onze jogador, então era onze moça. Do mesmo jeito, tinha trajada de goleiro e as outra normal, agora só que era de calça cumprida. Calça e camisa preta, que era pra ser rubro negro e a camisa do Flamengo, né? (Paulo, 70 anos).

Além de terem essa participação no campo como apresentadoras dos times, às mulheres iam assistir aos jogos como torcedoras. Isso também confirma a ideia expressa pelos depoentes de que um time sempre tentava superar o outro ao elaborar estratégias para dinamizar suas atividades, pois quando um criou a ala, o outro o seguiu e fez o mesmo, demonstrando a competitividade entre os rivais.

Alguns entrevistados estabeleceram relações entre a atuação dos times, e seus clubes, e as festas do carnaval e da Padroeira. No primeiro caso – carnaval – já expomos que com a criação dos clubes dos times de futebol, na década de 1960, os bailes carnavalescos passaram a acontecer nesses clubes. O clube do Vasco, como tinha uma origem mais “popular” (no sentido de que foi construído com a ajuda da própria população, e o time era mantido com muito sacrifício pelas festas e doações dos torcedores) era frequentado pelos foliões do bloco *Não se incomode*. Já o clube do Flamengo era identificado como o clube dos ricos, frequentado pelo pessoal dos *Toureiros*. De certo modo, apreendemos que a rivalidade entre os torcedores dos times de futebol era transferida e perpassava as relações entre os blocos durante o carnaval, o que não afetava a alegria daqueles dias. Isso é tão notório que posteriormente, os times passaram a substituir os blocos no carnaval, saindo pelas ruas com bandeiras para recolher dinheiro. Queremos enfatizar que, no período de festa, as diferenças entre torcedores/foliões, apesar de encobertas, continuavam a existir, diferente dos discursos que tratam de anulá-las.

O mesmo acontecia na festa da Padroeira. Mas nessa festa, por ser tipicamente uma festa da manutenção reforço da ordem social, as diferenças ficavam mais evidentes, pois em alguns anos, realizaram a festa utilizando os escudos dos times, cada um tendo uma candidata à rainha para representá-lo.

Na entrevista com o Sr. Paulo Alcântara Lima, apreendemos a busca do apaziguamento da rivalidade existente entre o Vasco e o Flamengo, ao contrário dos Srs. Severino, João e Luiz Gonzaga que todo o tempo trouxeram os conflitos à tona. Acreditamos que isso ocorreu porque o primeiro foi um jogador de ambos os times, pelos quais foi reconhecido com um bom atleta, já os outros três estiveram envolvidos com as questões administrativas/de direção dos times e dos clubes, e têm consciência de todo o jogo de interesses presentes nas disputas entre os times e os clubes expressos mediante a interferência política, que os afetou de modo mais direto.

Quanto às condições em que se davam as preparações dos jogadores, o Sr. Paulo revela que não havia muita qualidade na preparação, inclusive porque não se tratavam de times profissionais que disputavam campeonatos oficiais. Mas mesmo assim, ele garante que eram feitos treinamentos no Vasco, coordenados pela rigidez e exigência do presidente Leidson, que, portanto, além deste cargo acumulava também os de treinador e preparador físico; e no Flamengo, que contava com o apoio de um profissional de educação física que, vez por outra, cuidava do condicionamento dos jogadores.

O Sr. Paulo relembra, ainda, a movimentação das pessoas nos dias de jogo com os oponentes que vinham de fora, e eram aguardados com muita ansiedade pela população para enfrentar os times locais.

A cidade naquele tempo ia esperar o time ali na entrada, que ali era um grupo diferente, hoje ainda tem o grupo, mas era diferente, né? Eles esperava ali, levava até acolá na praça, o ônibus, tudo falando, gritava. Tinha muita emoção, era muito diferente de hoje (Paulo, 70 anos).

O padre João Marques também habita suas lembranças e, da mesma forma que os outros entrevistados citaram-no com gratidão, respeito e reconhecimento, este ex-jogador lembra tudo que este padre fez para ajudá-lo e mantê-lo em Serra Branca como membro do time do Vasco, além do estímulo que ele sempre dispensou ao desenvolvimento do futebol local, de um modo geral.

* * *

Tentamos aqui, desenvolver algumas reflexões acerca de determinadas práticas cotidianas relacionadas ao lazer, experimentadas pelos moradores de Serra Branca no recorte por nós estudado. Para isso, buscamos apreender as relações entre as práticas de ir ao cinema no Cine Educativo; de ouvir tanto a Voz Católica quanto Rádio Castelo Branco e, por fim, de torcer e jogar futebol, pois integravam os lazeres dos antigos moradores. Surgem como contemporâneas ou o tempo que as distância é muito curto, uma sucedendo a outra. Tratavam-se, diferente das festas que tinham um caráter mais excepcional (artes de comemorar!), de outras *artes* de viver, aludindo à Certeau (2009), que permitiam que novos significados e objetivos fossem se elaborando naquela realidade à medida que o contato com as novidades fosse sendo estabelecido. O olhar do presente, pela memória, resignifica estas experiências avaliando-as ora com saudosismo, ora com alegria e valorização do *tempo de agora*. Acreditamos que esta última perspectiva é a de quem sabe olhar para trás e consegue seguir

em frente, buscando novas experiências e sentidos para a vida. Neste sentido, obtivemos importantes aprendizados com os sujeitos entrevistados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com a memória nos levou a interessantes percursos, sobretudo metodológicos, e conclusões. Agora chegou a hora de continuarmos lembrando!

No transcorrer da pesquisa, lendo as entrevistas que fizemos, buscando mais informações em outros tipos de fontes e no avanço das leituras bibliográficas, nos deparamos com uma questão que, a princípio, nos inquietou bastante: a necessidade do estabelecimento do recorte temporal preciso para os lazeres específicos que trataríamos, afinal, para os historiadores o tempo é um conceito fundamental. Selecioneamos o recorte mais geral entre as décadas de 1940 e 1970 pelo fato destes anos representarem o tempo de permanência dos eventos que estudaríamos. No entanto, nos encontros para orientação, na produção textual para o Seminário de Dissertação e, principalmente, no exame de qualificação, nos foi sugerido que aprimorássemos melhor este recorte no sentido de estabelecer uma cronologia didática para os leitores.

A sugestão que tivemos foi a construção de um quadro. E aí surgiu mais uma inquietação. Por que? Porque uma tarefa aparentemente tão simples pareceu impossível, uma vez que nossa fonte privilegiada é a memória. Consumimos tempo pensando como elaboraríamos este quadro utilizando os relatos de memória dos moradores, pois quando fizemos o cruzamento das entrevistas percebemos que as informações nem sempre eram compatíveis no tocante às datas. Há uma multiplicidade de vozes e de versões do que foi dito nas entrevistas e isso gera este “problema”. Problema? Não, riqueza. Bosi (2003) já ressalva isso com a consideração de que não nos cabe, como pesquisadores, refutar um fato contado por um depoente “como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta *sua* verdade” (p. 64).

Esclarecemos que não pretendemos com isso defender uma relativização absoluta dos discursos presentes nas fontes. Tampouco sejamos ingênuos com a suposição de neutralidade. O que queremos apontar, na verdade, é o cuidado e a sensibilidade necessários para não incorrermos em julgamentos dos nossos entrevistados. Como estudiosos, temos a incumbência de reunirmos todas as fontes com as quais trabalhamos e elaborar nosso texto analisando com atenção o discurso presente naquela fala, para isso o cruzamento entre os depoimentos é tão relevante.

Voltamos, então, a refletir acerca não da legitimidade, mas da dificuldade em se trabalhar com a memória e com as fontes orais. Relembramos mais uma vez os momentos nas entrevistas em que ansiávamos pela recordação de uma data! E também pela preocupação em

instituir uma datação para os lazeres abordados no trabalho. Essa foi uma inquietação que sempre nos acompanhou. A memória não oferece datas precisas, pelo contrário, nos conduz imprecisão. A lembrança de uma data geralmente é precedida (ou procedida) de um comentário do tipo: “Eu acho”, “Não tenho certeza”, “Não lembro” ou “Não sei dizer”.

Diante disso, nos conscientizamos de que a nós caberia dar uma ordenação temporal a tudo que nos foi relatado a partir do cruzamento das fontes orais com outros tipos de fontes e das leituras sobre o tema. No percurso, acabamos por identificar lacunas, que acreditamos que não desvalorizam nossos esforços, mas talvez apontem outros caminhos a serem seguidos. Aqui mais uma vez acionamos Bosi (2003), que revela o lado positivo desta situação vivida em entrevistas. Afirma ela que “Nossas falhas, longe de serem um entrave, irão, se compreendidas,plainar o caminho dos estudiosos que nos agradecerão por tê-las apontado” (p. 61). E continua, “Sobre a distância temporal que nos separa do fato lembrado, teríamos ainda a considerar que o sujeito realiza uma ordenação pessoal. Essa ordenação obedece a uma lógica afetiva cujos motivos ignoramos; enfim, recontar é sempre um ato de criação” (p. 62).

Embora já tivéssemos lido bastante sobre isso, concluímos com a experiência que jamais iremos, em se tratando de fontes orais, nos depararmos com uma ordenação coerente e sucessiva que atenda aos nossos anseios de pesquisador(a).

Sendo assim, de qual Serra Branca falaram os moradores? As complexas relações entre presente e passado, características das elaborações da memória, nos apontaram as transformações e permanências vividas pela população e pelo município no que se refere especificamente ao lazer.

Nas entrevistas foi bastante comum escutarmos algo que podemos relacionar principalmente às mudanças, tendo em vista que elas são mais perceptíveis. “Era muito diferente de hoje”, “Acabou-se”, “Hoje não tem nada” são algumas expressões que servem bem para ilustrar do que estamos tratando. A princípio, ficamos incomodados com a ideia de que não existe mais nada, nenhuma continuidade quanto aos lazeres estudados. No entanto, com o prosseguimento e as orientações sugeridas para o nosso “olhar” sobre as fontes, entendemos que desconsiderávamos a possibilidade da mudança, tão mais concreta. Em parte, a nossa percepção inicial se deveu ao fato de, nas entrevistas, os depoentes serem tão veementes ao relatarem que o hoje é pobre, não oferece opções para uma experiência com o lazer tão prazerosa quanto o passado ou “o tempo deles” oferecia.

Essa questão, por sua vez, remete à problemática já referida na qual a memória encontra-se inserida. Pela memória, no ato de lembrar (no presente), o passado é

continuamente (re)elaborado e avaliado por quem o viveu. E no processo de rememoração, embora o tempo cronológico, que indica uma linearidade, apareça – por exemplo, lembramos marcos de nossa vida: nascimentos, aniversários, casamentos, mortes etc. –, o que o marca é a relação que o sujeito estabelece com sua experiência, com o seu passado, portanto, o tempo psicológico.

Por se tratarem de pessoas idosas¹⁷⁶, que já não se encontram no auge de sua produtividade do ponto de vista do que convencionou-se chamar de vida ativa¹⁷⁷, estes sujeitos relacionam, comumente, o passado à memória do trabalho. Isso explica, em parte, o saudosismo diante das experiências já vividas. Bosi (1994) chama a atenção para isso, ao falar de alguns idosos que entrevistou em sua pesquisa, afirmando que “Nesses vários exemplos (dos idosos), a memória vem acompanhada de uma valorização do trabalho evocado e de uma crítica, ou melhor, de uma estranheza em face de certos costumes atuais” (p. 480). Sua conclusão é a de que a memória do trabalho pode servir de justificativa para uma vida. Não é à toa que ela encerra seu texto com uma frase, escutada em depoimento, que clama pela tolerância com os idosos, pois, “Eles também trabalharam” (p. 481).

Ainda nessa perspectiva, Bosi (1994) observa que essa relação memória – trabalho também é explicada pela capacidade que o idoso tem de “intercambiar experiências”, para usar as palavras de Walter Benjamin. O idoso tende, espontaneamente, a buscar transmitir seus conhecimentos da vida aos mais jovens, por isso, seus depoimentos são permeados pela dimensão do ensinamento: *Eu vivi. Eu conheço. Eu tenho autoridade para falar, para ensinar.* Neste sentido, a função do idoso é a de lembrar. Por outro lado, no presente (na velhice) o idoso não vê esse seu saber acumulado pela experiência ser reconhecido e valorizado. Para ele, isso provoca uma frustração, daí a ideia do passado como sendo melhor, pois lá, além de ativo, e na sua compreensão justamente por isso, ele era respeitado¹⁷⁸.

Este trabalho permitiu que tivéssemos contato com a riqueza das histórias vividas e contadas pelos vivos e, deste modo, que estabelecêssemos conexões entre os tempos passado e presente da história de Serra Branca. Mas, é interessante enfatizar também a presença da morte, pois ela esteve todo o tempo rodando as conversas. Ela está na lembrança dos que já foram, na saudade... e no futuro que se aproxima! (se pensarmos a condição física e mental do

¹⁷⁶ Na verdade, trata-se da maioria dos entrevistados. A exceção são três depoentes, de um total de 13.

¹⁷⁷ A maior parte dos idosos que nos concedeu entrevista é constituída de aposentados.

¹⁷⁸ Para compreendermos essa associação da memória ao trabalho, presente na evocação de idosos, é necessário considerarmos o funcionamento da sociedade industrial, que desvaloriza aqueles que não estão ativos no processo produtivo (entre eles os idosos) e, paradoxalmente, defende um discurso de respeito e igualdade entre os diversos sujeitos sociais. Para uma análise aprofundada deste assunto, ver Bosi (1994).

idoso). Vejamos as palavras de D. Rita, que ilustra essa situação, ao falar da banda de música local que animava a festa da Padroeira.

Tinha banda de música aqui. Olhe, o irmão de Geruza, Benonis, era músico, Adalberto era músico, Antônio de Deusdete era músico, Severino Cristino era músico. **Mas, acredita que essas pessoas já morreram?** Antônio Deusdete **morreu**, Benonis, irmão de Geruza, **morreu**, Severino Cristino **morreu...**

Vilô, que era o mestre de música, **morreu**, tinha “seu”... como era o nome dele, meu Deus?... Apolônio, era dos Gaudêncio, ele era mestre de música, ele **morreu** também, mas tinha uma banda de música muito animada aqui (Rita, 83 anos). [grifos nossos]

Nas lembranças sobre os diferentes lazeres estudados, vários nomes foram mencionados. Sempre com muita alegria, saudade e pesar. Observamos que quando se encerrava um tópico de discussão que envolvia algum desses nomes ficava um silêncio reticente... Acreditamos que as imagens produzidas na memória, ao recordar, é que o produziam. Para lembrar precisamos parar, parar qualquer coisa que estejamos a fazer. Por isso víamos os depoentes ali, parados, lembrando a face, a voz, os gestos desses mortos. Em alguns casos, a alegria da lembrança era seguida de uma tristeza, principalmente quando o ente recordado era algum familiar.

Entre estes ausentes, temos o Zé Preto, sapateiro folião lembrado por D. Geruza e Sr. Carlos, ou a D. Evangelina, fundadora do bloco *Não se incomode*, igualmente lembrada por alguns depoentes, como D. Lurdinha, quando o tema tratado foi o carnaval. As entrevistas sobre o futebol também trouxeram à tona os nomes de Leidson, presidente do time do Vasco, também recordado pela viúva, D. Margarida, e do habilidoso jogador Valter, citado pelo ex-companheiro de partidas, o Sr. Paulo. Com relação ao cinema, os senhores Alírio Mota e Capitão Gonzaga foram indicados como os precursores do trabalho com os filmes em Serra Branca. Já pela RCB (Rádio Castelo Branco), os senhores Luizinho Gonçalves e Severino destacaram os nomes dos antigos locutores dos programas transmitidos, entre eles: o sanfoneiro Zezé, Dimas Freitas e Antônio Deusdethe. Verificamos que a saudade tem muitos nomes e muitas vozes!

Às lembranças da vida, do prazer, das alegrias que estes lazeres proporcionavam é contraposto o sentimento de saudade carregado de nostalgia. Os jogos de futebol e os programas de auditório aos domingos, os filmes emocionantes, os programas da RCB com seus locutores inexperientes em situações engraçadas, a folia dos blocos no carnaval, as disputas pelo título de rainha e as brincadeiras na festa da Padroeira, tudo isso é sinônimo de um tempo bom – o passado – povoados por pessoas queridas. O presente, deste modo, se

configura como o tempo da ausência, pois, do ponto de vista dos moradores entrevistados, em Serra Branca já não existe mais nada disso – dessas alegrias. E essa nostalgia presente na voz, na lembrança e na vida, na verdade, manifesta uma crítica à sociedade atual e ao presente que cada vez mais traz inovações nas formas de viver e a exclusão dos idosos, como observa Bosi (2003).

Analisamos, ainda, as entrevistas ensejando identificar os deslocamentos envolvidos nas práticas desses lazeres. Isso nos levou a observar uma geografia municipal que apresenta uma determinada configuração. No que concerne ao carnaval, o trajeto da festa, de acordo com os entrevistados, se dava dentro da sede do município, na cidade, nas suas ruas principais. Ainda pelos depoimentos, não havia uma participação significativa da população da zona rural nesta festa, embora algumas pessoas fossem à cidade para assistir os blocos. A população da zona rural, de acordo com D. Geruza era mais assídua nos festejos juninos (o forró) e na festa de Nossa Senhora da Conceição (a religiosidade).

Já com relação à festa de Nossa Senhora da Conceição, aí sim, havia de fato uma grande deslocamento da população da área rural em direção à urbana. Os moradores que falaram a respeito dessa festa, inclusive, relataram que as famílias da cidade recebiam os parentes das comunidades rurais (chamadas de sítios pelo interior) em suas casas para hospedá-los. As pessoas do campo frequentavam, principalmente, as celebrações religiosas da festa, embora também comparecessem ao pavilhão. Um dos moradores referiu-se à esta festa como sendo a “festa do agricultor”, na qual era gasto o dinheiro das reservas.

Quanto aos lazeres mais contínuos, como o futebol, o cinema e a RCB, identificamos, no caso do primeiro, que existiam times de futebol de várzea na zona rural, e alguns de seus jogadores chegaram a atuar nos times da cidade que estudamos – Flamengo e Vasco. Portanto havia um fluxo dos moradores da zona rural para a cidade para jogar ou assistir os jogos, e na zona rural também eram realizados jogos de futebol. Já o cinema e o programa de auditório funcionavam no mesmo prédio, localizado no centro da cidade, ao lado da Igreja Matriz. A população da zona rural assistia sem assiduidade às suas exibições, porque era necessário o deslocamento espacial e, muitos pais, segundo uma depoente que vive no campo, não permitiam que seus filhos fossem para cidade para evitar riscos.

A Voz Católica, uma difusora (autofalante com amplificador de som), funcionava com um sistema integrado de caixas de som espalhadas em alguns pontos da cidade, dirigida pelo Sr. Luiz Gonçalves, que encerrou suas atividades quando decidiu começar a organizar os preparativos para fundar uma estação de radiocomunicação. A RCB, fundada pelo referido morador, promotora do concurso de auditório, ficava na cidade, também no prédio do cinema.

Neste caso, a população da zona rural tinha acesso à programação mediante o uso dos rádios. Sabemos que o rádio não era um aparelho comum nas casas dos agricultores, devido ao seu custo e a questão da acessibilidade para comprá-lo, já que Serra Branca era um pequeno município da região do cariri no interior do estado que não produzia este tipo de produto. A cidade mais próxima, e mais desenvolvida, para onde os moradores se deslocavam quando necessário era Campina Grande. Portanto, o movimento da RCB era da cidade para a cidade e para a zona rural, chegando aos que tinham aparelho de rádio. No entanto, é interessante lembrarmos o fenômeno, bastante comum quando do surgimento da televisão em pequenas localidades e que também se aplica ao rádio, de moradores que não possuíam tais aparelhos se dirigirem às casas de vizinhos e/ou conhecidos que os possuíam para ouvir ou assistir a programação transmitida.

Trançando um panorama da atual situação dos lazeres em Serra Branca, notamos que, realmente, as mudanças prevaleceram em detrimento das permanências. Mas nós não podemos afirmar que não existe nada porque, afinal, ocorreram mudanças e não o desaparecimento das práticas de lazeres como as que estudamos. Afirmando isso porque os moradores, nos seus relatos, foram bastante incisivos ao falarem que atualmente não há no município o desenvolvimento de práticas de lazer.

Com relação à festa do carnaval, eles afirmaram que nesse período não há nada na cidade. No entanto, analisando as entrevistas, vimos que, na verdade, ainda acontecem algumas brincadeiras na cidade, mas não existem mais os blocos e suas festas nos clubes como existiu no passado. Portanto, ainda há carnaval. Eles informaram ainda que, aqueles que tem condições, viajam para brincar o carnaval fora.

A festa de Nossa Senhora da Conceição, santa Padroeira de Serra Branca ainda ocorre no mês de dezembro, mas não possui a estrutura do passado, mas já não existem aquelas brincadeiras que existiram, a exemplo do caritó. Atualmente, a festa da Padroeira também realizada em um clube local. Por isso alguns moradores disseram que o pavilhão é “a festa dos velhos”, porque a juventude local não frequenta o pavilhão esperando a hora do início da festa no clube, ou apenas “dão umas voltinhas” pelo pavilhão, sem o interesse que os jovens de antigamente tinham pela festa.

O prédio que abrigava o cinema, a RCB e as apresentações do programa de auditório agora possui as instalações de uma academia de musculação, como já vimos. Não há mais cinema no município. Isso pode ser relacionado ao desaparecimento deles nas cidades interioranas. Sabemos que os custos para manutenção de um cinema são bastante altos, o que pode não ser revertido com facilidade se considerarmos o acesso fácil, no presente, aos

produtos cinematográficos em camelôs ou na própria rede mundial de computadores (internet).

Já as rádios sofreram um processo inverso. Enquanto houve um recrudescimento da ausência das práticas de lazer apontadas acima, com relação às rádios no município, existem três nos dias atuais, ou seja, um número superior ao que existiu no nosso recorte. Um aspecto que nos chamou foi a vinculação que existia entre a difusora e a RCB antigas à Igreja Católica. Era com essa instituição que as atividades de radiodifusão se relacionarem de modo mais direto, inclusive porque o vigário local estimulou e contribuiu para o desenvolvimento de ambas. Hoje existem três rádios em Serra Branca: a Independente FM – 107.7, a Serra Branca FM – 103.3 e a Rádio Comunitária Solidariedade FM – 87.9. Sabemos que hoje, de um modo geral, as rádios funcionam em articulação com o jogo político (partidário!) devido ao poder que as mídias têm na atualidade, e que, sendo assim, é preciso tentarmos para a programação e os discursos presentes e veiculados pelos diversos meios de comunicação. No entanto, no nosso trabalho, como os focos foram as antigas Voz Católica e RCB, não nos aprofundamos na análise das três rádios em atuação no presente.

Já quanto ao futebol, aconteceu um processo semelhante à radiocomunicação. Os times se multiplicaram no município. Na pesquisa, nos deparamos com o seguintes times do período estudado: Flamengo e Vasco da Gama de Serra Branca, os que escolhemos para trabalhar, o Serra Branca Esporte Clube e o Grêmio Esporte Clube. No presente, a prática do futebol é recorrente. Há também a prática da modalidade do futebol de salão que, inclusive, disputa a Copa Cariri de Futsal, evento da região que conta com a participação da “Selebranca”, a seleção de futsal de Serra Branca.

Quanto ao futebol de campo, nas viagens que fizemos, percebemos que é praticado no cotidiano. Os campos do Flamengo e do Vasco são abertos diariamente para que a população possa jogar. O futebol é destaque em um blog¹⁷⁹ local que aborda modalidades esportivas na região do cariri e nas rádios locais. No referido blog, existem alguns nomes de times locais atuais, que já mencionamos anteriormente e elas são relacionados a última Copa Máster do cariri, o que demonstra a continuação da prática do futebol.

Deste modo, reiteramos a ponderação de que os lazeres em Serra Branca se modificaram, eles não deixaram de existir como consta em diversos relatos de memória que não aceitam a mudança, que a negam em nome da instituição do passado como um tempo diferente e melhor.

¹⁷⁹ Para consulta, ver: <http://esporte-sb.blogspot.com.br/>.

5. REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALEGRIA, João; DUARTE, Rosália. Um sonho, um belo sonho: considerações sobre a gênese das relações entre cinema e educação no Brasil. *Revista Diálogo Educacional*. N. 15. Vol. 5. Curitiba-PR, 2005, p. 1-16.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição do Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AMARAL, Rita de Cássia de Mello P. do. *Festa à Brasileira: significados do festejar, no país que não é sério*. 1998. 380 p. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- AZEVEDO, Lia Calabre de. *No tempo do rádio: radiodifusão e cotidiano no Brasil (1923-1960)*. Tese de Doutorado. 2002. 277p. Programa de Pó-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2002_AZEVEDO_Lia_Calabre-S.pdf Acesso em: 19/12/2011.
- BARBOSA, Vilma de Lourdes. *Contribuições para pensar, fazer e ensinar história local*. 2005. 247p. Tese (Doutorado). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- BASTOS, Adeilma Carneiro. *Paisagem Cinematográfica: o NUDOC e a produção cultural nas décadas de 1980-1990*. 2009. 148p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, vol. I)
- _____. *Rua de mão única*. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras Escolhidas, vol. II)
- BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*. N. 1/2. Vol. 4. São Paulo, 1993, p. 277-284.
- _____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 14ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ed. São Paulo: Perspectivas, 2009. (Coleção Estudos, vol. 20)
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *O que é lazer*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos).
- CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. [Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/58937932/Michel-de-Certeau-A-Escrita-da-historia-pdf-rev>]. Acesso em: 10/09/2010.
- _____. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 16ed. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- _____. *A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinar*. 2ed. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

DAMATTA, Roberto. Antropologia do óbvio - notas em torno do significado social do futebol brasileiro. *Revista USP*. São Paulo-SP, 06,07,08/1994. p.10-17 (Dossiê futebol). Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/22/02-damatta.pdf>. Acessado em: 10 de outubro de 2011.

_____. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral*: memória, tempo, identidades. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção Leitura, Escrita e Oralidade)

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. 3ed. São Paulo-SP: Perspectiva, 2000.

_____. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo-SP: Perspectiva, 1979.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*: o sistema totêmico na Austrália. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996, p.403-423.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. *Memória social*: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Editora Teorema Ltda., 1992.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A fala dos lugares perdidos: a cidade do desejo. In: *Revista Brasileira de História – Historiografia: propostas e práticas*. N. 30. São Paulo: ANPUH/Contexto, 1995, vol. 15, p. 157-170.

GALEANO, Eduardo. *Futebol ao sol e à sombra*: a saga de uma paixão. Tradução de Eric Nepomuceno e Maria do Carmo Brito. Porto Alegre: L&PM, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 45-63.

GONÇALVES, Regina Célia. A história e o oceano da memória: algumas reflexões. *Saeculum – Revista de História*. N. 04-05. João Pessoa: DH-UFPB, jan.1998/dez. 1999. p. 13-39.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Trajetórias de vida, trajetórias de ofício. *Saeculum – Revista de História*. N. 23. João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, jul. – dez., 2010, p. 167 – 186. [Disponível em: www.cchla.ufpb.br/saeculum/]. Acessado em: 20 de julho de 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. As artes 1914-45. In: _____. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 178-197.

_____; RANGER, T (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. A produção em massa de tradições: Europa, 1789 a 1914. In: _____; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. 6ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 271-316.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. *Carta encíclica Vigilanti Cura*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_29061936_vigilanti-cura_po.html. Acesso em: 15/06/2012.

ITANI, Alice. *Festas e calendários*. São Paulo: UNESP. 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. In *História e memória*. 5ed. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LIMA, Sérvio Túlio da Silva. *Fino trato: memórias de sapateiros de Serra Branca nas décadas de 1940-1980*. 2008. 68p. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba.

De MASI, Domenico. *O ócio criativo: entrevista a Maria Serena Palieri*. Tradução de Léa Manzi. 5ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MAYOL, Pierre. O Bairro. CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*: 2. morar, cozinhar. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 6.ed. V.2. Petrópolis: Editora Vozes, 1996. p. 37-185.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 1ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MASCARENHAS, João de Castro, BELTRÃO Breno Augusto, SOUZA JUNIOR Luiz Carlos de, MORAIS Franklin de, MENDES Vanildo Almeida, MIRANDA Jorge Luiz Fortunato de. *Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea*. Diagnóstico do município de Serra Branca, Estado da Paraíba. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/.../SERR196. Acesso em: 28/06/2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Augusto & Lea: um caso de (des)amor em tempos modernos*. São Paulo: Contexto, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Memórias, percursos e reflexões. *Saeculum – Revista de História*. N. 18. João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, jan. – jun., 2008, p. 187 – 208. [Disponível em: www.cchla.ufpb.br/saeculum/]. Acessado em: 12 de julho de 2010.

MOREIRA, Márcio Macêdo. *Cultura política e poder familiar nos Cariris Velhos*: uma análise das fontes. s/d, digitado.

_____. *Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960)*. 2012. 207p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba.

_____. *Uma história da emancipação política de Serra Branca (1947-1960)*. 2009. Monografia (Licenciatura Plena em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba.

NEVES, Joana. História local e construção da identidade social. In. *Saeculum – Revista de História*. N. 3. João Pessoa: DH/PPGH/UFPB, jan. – dez., 1997, p. 13-27. [Disponível em: www.cchla.ufpb.br/saeculum/]. Acessado em: 07 de novembro de 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. N. 10. São Paulo: DH/PPGH/PUCSP, dez., 1993, p. 7 – 28. [Disponível em: www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf]. Acessado em: 15 de fevereiro de 2011.

OLIVEIRA, Dalva Felipe de. *Mulher, trabalho e vida no campo*: um estudo junto às mulheres da comunidade do Ligeiro – Cariri Paraibano. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba.

ORICCHIO, Luiz Zanin. Futebol e carnaval. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo-SP, 24/2/2009, p. E2.

PASSOS, Luciana Andrade dos. *Identificação e análise das tipologias habitacionais rurais situadas nos municípios de São João do Cariri, São José dos Cordeiros, Gurjão e Serra Branca (Bacia do Taperoá – PB)*. 1999. Monografia (Bacharelado em Arquitetura). Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba.

REZNIK, Luiz. Imagens constituindo narrativas: fotografia, saúde coletiva e construção da memória na escrita da história local. *História, ciências, saúde - Manguinhos*. N. 3. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, vol. 14, jul. – set. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702007000300017&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 23 de julho de 2010.

_____. Qual o lugar da história local?. 2002. *Anais do V Taller Internacional de Historia Regional y Local*. Disponível em: http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm. Acesso: 10/03/2009.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas – crônicas*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

RUSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*. N. 02. Ouro Preto-MG: UFOP, mar. 2009, p. 163-209. [Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/view/12/12>]. Acesso em: 10/10/2010.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História – História em quadro negro: escola, ensino e aprendizagem*. N. 19. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, set.89/fev.90, 1990, p. 219-243.

SANTOS, Edmilson S. dos. A representação dos campos de várzea na cidade: um espaço de memória. *Arquivos em movimento*. Vol. 2. N. 1. Rio de Janeiro: EEF/UFRRJ, jan. – jun., 2006, p. 101-113. [Disponível em: <http://vomer2.eefd.ufrj.br/~revista/index.php/EEFD/article/view/206/157>]. Acesso em: 28/12/2011.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Cadernos de Sociomuseologia*. N. 19. Lisboa: Centros de Estudos de Sociomuseologia/Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002, p. 139-171. [Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370/279>]. Acesso em: 08/09/2011.

SEGALEN, Martine. Rito, sagrado, símbolo. In: *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 17-38.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. Cinema hollywoodiano e formação de sensibilidades no Nordeste do Brasil. In: VALENTE, Isabel Maria Freitas; ANDRADE, Juciene Batista Félix. *Cultura memória e imagens*. Campina Grande: EDUFCG/SFAAC, 2010, p. 89-104.

SOUZA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Territórios de confrontos*: Campina Grande (1920-1945). Campina Grande: EDUFCG, 2006.

SOUZA, Estelita Antonino. *Fatos históricos de Serra Branca*. 2008, digitado.

SOUZA, Onildo Gouveia de. *Memórias de trabalhadores da cultura do algodão em Serra Branca – PB (1950-1980)*. 2007. 53p. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Lydiane Batista de. *A invenção de Caicó carnavalesca nas batalhas da memória (1980-2009)*. 207 p. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

VILAR, Dyala Limeira. *Pesquisa*: potencialidades turísticas do município de Serra Branca – PB. 2005. 53p. Monografia (Bacharelado em Turismo). Faculdade de Ciências sociais Aplicadas – FACISA.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 4.ed. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WERNECK, Christianne. *Lazer, trabalho e educação*: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte-MG: Ed. UFMG/CELAR-DEF/UFMG, 2000.

Fontes Orais

NOME	IDADE	TEMA	DATA
Antônio Apolinário	77 anos	Festa: Padroeira	03/04/2009
Carlos Antônio Barros ¹⁸⁰	66 anos	Festa: carnaval	27/06/2008
Geruza Mamede Lima	79 anos	Festas	11/06/2011
João Lôpo e Araújo	80 anos	Festa: Padroeira/Futebol	25/06/2008
Luiz Gonçalves	64 anos	Padroeira/Rádio/Cinema	08/10/2009
Luís Gonzaga de Holanda	74 anos	Carnaval/Futebol	08/05/2008
Margarida Antonino da Silva	81 anos	Padroeira/Cinema/Futebol	11/06/2011
Maria de Lourdes G. de Lima	73 anos	Programa de auditório	15/12/2011
Maria de Lourdes R. de Freitas	66 anos	Festa: carnaval	10/06/2011
Maria Santina	88 anos	Festa: Padroeira	14/12/2011
Paulo Alcântara Lima	70 anos	Futebol	11/06/2011
Rita Rangel dos Santos	83 anos	Festa: carnaval	11/06/2011
Severino Ramos	56 anos	Festas/Rádio/Cinema Futebol	10/06/2011

OBS.: A idade registrada é que os depoentes possuíam na época da entrevista.

¹⁸⁰ O Sr. Calos Antônio Barros faleceu em 15 de julho de 2012.